



Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Fundação de Assistência Social e Cidadania



PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO ALEGRE

2022 – 2025

Porto Alegre/RS
Novembro de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - PMPA

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – FASC

Diretoria Executiva FASC

Cátia Lara Martins - Presidente

Júlia Obst – Diretora Técnica

Alexandre Bloise Santarosa – Diretor Financeiro

Rodrigo Scaravonato – Diretor Administrativo

Comissão Organizadora do Plano Municipal de Assistência Social:

Simone Ritta dos Santos – Coordenação Vigilância Socioassistencial

Angela Voges Pinheiro Araujo – Vigilância Socioassistencial

Simone Inês Tedesco – Vigilância Socioassistencial

Cláudio Vitório Lima Terracciano – Vigilância Socioassistencial

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Presidente: Leopoldino Subeldia Monteiro – CORAS Noroeste

Vice-Presidente: Cristiano Atelier Roratto - FASC

1ª Secretária: Gelsa Rocha da Silva – FASC

2ª Secretária: Jucemara Beltrame - FOMTAS

Conselheira: Iara da Rosa - Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher

Conselheira: Ana Maria Almeida Rangel – FASC

Almadiva Gomes de Valle – Secretária Executiva

Dóris Adriana Pinto Soares – Assessoria Técnica

SUMÁRIO

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	07
2 INTRODUÇÃO	09
PARTE I	11
3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E BASE LEGAL DA FASC	11
4 CAPACIDADE DE COBERTURA DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E GESTÃO MUNICIPAL	16
4.1 CAPACIDADE DE COBERTURA DA REDE SOCIOASSISTENCIAL	16
4.2 ACOMPANHAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRÓPRIA E PARCEIRIZADA	18
5 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	20
6 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	23
7 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	25
7.1 PROMETA	25
7.2 PROJETOS PRIORITÁRIOS	26
8 DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DE PORTO ALEGRE: vulnerabilidades, riscos, potencialidades e capacidade de cobertura dos serviços e benefícios	29
8.1 DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL POA 2019: principais apontamentos	29
8.2 CONTEXTO DA PANDEMIA: capacidade de cobertura da rede socioassistencial - 2019/2020 e 2021	39
8.2.1 Benefícios Eventuais	39
8.2.2 Proteção Social Básica – P SB	41
8.2.3 Proteção Social Especial de Média Complexidade – PSEMC	44
8.2.4 Proteção Social Especial de alta Complexidade – PSEAC	45
PARTE II	46
9 PLANEJAMENTO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025	46
9.1 DIREÇÃO EXECUTIVA	46
9.1.2. Planejamento Direção Executiva	49
9.2 DIREÇÃO ADMINISTRATIVA	50
9.2.1. Planejamento Direção Administrativa	51
9.2.2 Coordenação de Gestão de Recursos Humanos – CGRH	52
9.2.2.1 Planejamento da CGRH	52

9.3 DIREÇÃO FINANCEIRA	53
9.3.1 Planejamento Direção Financeira	53
9.4 DIREÇÃO TÉCNICA	54
9.4.1 Planejamento da Direção Técnica	54
9.5 COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – PSB	57
9.5.1 Planejamento Proteção Social Básica	57
9.6 CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS	59
9.6.1 Planejamento CRAS – PAIF	59
9.6.2 Planejamento CRAS- SCFV	61
9.7 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	61
9.7.1 Planejamento PSE	62
9.7.2 Planejamento CREAS – PAEFI	63
9.7.3 Planejamento CREAS – Medidas Socioeducativas	64
9.7.4 Planejamento CREAS – Serviço de Abordagem Social	65
9.7.5 Planejamento Centro POP	65
9.7.6 Planejamento Acolhimento Institucional	66
9.8 NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE – NUEP	66
9.8.1 Planejamento NUEP	67
9.9 COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO – CMA	68
9.9.1 Planejamento CMA	68
9.10 COORDENAÇÃO DE GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO E BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS – CGBCAD	70
9.10.1 Planejamento CGBCAD – Cadastro Único	71
9.10.2 Planejamento CGBCAD – Programa Bolsa Família	72
9.10.3 Planejamento CGBCAD – Benefícios Eventuais	72
9.11 COORDENAÇÃO DE NUTRIÇÃO – COANUT	73
9.11.1 Planejamento COANUT	73
9.12 ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO – ASSEPLA	75
9.12.1 Planejamento ASSEPLA	75
9.13 ASSESSORIA DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL – ASSEVIS	75
9.13.1 Planejamento ASSEVIS	76
9.14 ASSESSORIA JURÍDICA – ASSEJUR	77
9. 14.1 Planejamento ASSEJUR	77

PARTE III	79
10 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS	79
10.1 Nominata dos Conselheiros 2020/2022	79
10.2 Planejamento CMAS	83
ANEXO A: Competências essenciais dos trabalhadores do SUAS – NUEP	88
ANEXO B: Deliberações Conferência Municipal de Assistência Social sobre Educação Permanente	93
ANEXO C: Quadros de Recursos Humanos	94
ANEXO D: Diagnóstico Socioassistencial de Porto Alegre – sistematização dos Diagnósticos socioterritoriais das 17 Regiões do Orçamento Participativo	99
ANEXO E: Resolução nº 63/2021 - CMAS aprovando, na Plenária do dia 29 de novembro de 2021, o Plano Municipal Plurianual de Assistência Social 2022 - 2025, da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre (Publicada no DOPA em 07/12/2021)	236

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

A – Dados do município de Porto Alegre:

Nível de Gestão: Plena

Porte do Município conforme critérios do MDS: Metrópole

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Prefeito: Sebastião de Araújo Melo

RG: 3013128248

CPF: 159.697.971-20

Endereço da Prefeitura: Praça Montevideu, nº 10 – Centro Histórico – CEP 90010-170

Telefone: 51 3289-3627

E-mail: sebastiao.melo@portoalegre.rs.gov.br

Site: www.portoalegre.rs.gov.br

B – Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC

CNPJ: 89.525.901/0001-00

Endereço: Av. Ipiranga, 310

Bairro: Praia de Belas

CEP: 90160-090

DDD Telefone : 51 3289-4954

Email: fasc@fasc.prefpoa.com.br

Responsável: Cátia Lara Martins – Presidente

C – Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:

Nome do Presidente: Leopoldino Monteiro

Número de conselheiros: 45

Endereço: Rua Baronesa do Gravataí, 700, 4º e 5º andar

Bairro: Praia de Belas

Telefone: 51 3227-3922

Email do CMAS: cmas@fasc.prefpoa.com.br

Secretária Executiva: Almadiva Gomes do Valle - Nível Superior

Conselho Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família – Sim

Lei de Criação do CMAS: Lei Complementar 352/95

D – Fundo Municipal de Assistência Social

CNPJ do FMAS: 14.579.157/0001-28

Lei de Criação do FMAS: Lei Complementar nº 352/95 e regulamentação pelo Decreto 11.581/96.

Junta Administrativa do FMAS para 2021/2022

Cristiano Atelier Roratto – Representante CMAS e Gestão

Neuza Maria dos Santos Nunes – Representante da Gestão

Gelsa Rocha da Silva – Representante CMAS e Gestão

Daniela Braga da Silva – Representante CMAS e Gestão

Eduardo Moreira Cordeiro – Representante da Gestão

2 INTRODUÇÃO

A Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social vem instituir o Plano Municipal de Assistência Social contendo os programas, projetos, serviços, benefícios assistenciais e ações de gestão a serem executados no período de 2022 a 2025 no município de Porto Alegre.

A elaboração do Plano de Assistência Social é uma obrigação dos municípios, dos estados e da União, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e das Resoluções CNAS n. 182/99 e 33/2012. Esta última, define em seu Art. 18 que o Plano Municipal “É um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS” (p.25).

O presente documento reveste-se, portanto, de extrema relevância para a operacionalização da política e se constitui na etapa de planejamento das ações que serão desenvolvidas no período de 2022 a 2025 pela FASC.

O artigo 165 da Constituição Federal definiu a forma de integração entre o plano e o orçamento através da criação de três instrumentos legais: o Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária – LOA. De acordo com o previsto na legislação vigente a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social de Porto Alegre referente ao período 2022-2025 deve estar fundamentada no Plano Plurianual – PPA 2022-2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022, na Lei Orçamentária Anual – LOA 2022 e no Pacto de Aprimoramento da Gestão 2014-2017.

O processo de elaboração do plano iniciou em junho de 2021 com apresentação da proposta e cronograma de execução em reunião para o Presidente e Diretores Executivos da Fundação. Em julho foi aberto um processo SEI 21.15.00000.3767-0 e encaminhado um conjunto de documentos para ser utilizado como subsídio para as discussões pelas áreas, uma tabela para avaliação e considerações quanto à execução, ou não, das ações e metas propostas no PMAS 2018/2021 e outro documento para ser preenchido com o planejamento de cada área para 2022/2025. Ficou acertado o prazo de 17 de setembro/21 para as direções devolverem os materiais à Vigilância Socioassistencial organizar o documento final. A análise da Direção da FASC foi feita no dia 08 de outubro e, após, encaminhado ao CMAS.

Nesse contexto, a FASC apresenta o Plano Municipal de Assistência Social, com vigência para o período de 2022 a 2025, contendo, na Parte I: Estrutura Organizacional e Base legal da FASC, Capacidade de Cobertura da Rede Socioassistencial e Gestão Municipal, Gestão

Orçamentária e de Recursos Humanos, Planejamento Estratégico e Diagnóstico Socioterritorial 2019/2021.

Na parte II são apresentadas as ações, metas, período de execução, estratégias para alcance das metas, monitoramento e avaliação da Gestão. Na parte III é apresentado o Plano do Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre.

PARTE I

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E BASE LEGAL DA FASC

A regulamentação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em Porto Alegre ocorreu através do Decreto n. 17.256/2011, em 16 de setembro de 2011. A Lei de Reordenamento da FASC foi aprovada na Câmara Municipal de Porto Alegre e sancionada pelo Prefeito Municipal de Porto Alegre em 08/10/2014 – Lei nº 11.701/2014 e o Decreto nº 18.920, de 19 de janeiro de 2015 e consolidou a estrutura geral da Fundação.

O Decreto nº 18.198, de 1º de fevereiro de 2013, estabelece o Regimento Geral da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e revoga o Decreto 15.558, de 7 de maio de 2007. A FASC é instituição de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, instituída pela Lei n. 4.308, de 13 de julho de 1977, transformada em pessoa jurídica de direito público pela Lei n. 7.414, de 14 de abril de 1994, alterada sua denominação pela Lei 8.509, de 7 de junho de 2000, com competências estabelecidas pelo Decreto n. 14.213, de 18 de junho de 2003, alterado pelo Decreto n. 16.291, de 11 de maio de 2009, e de acordo com o Decreto n. 14.585, de 1º de julho de 2007, Decreto n. 15.557, de 7 de maio de 2007 e Decreto n. 15.558, de 7 de maio de 2007, que consolidam a estrutura geral da FASC, com sede e foro no município de Porto Alegre e tem por finalidade atuar nas seguintes áreas de sua competência:

I – coordenar e executar a Política de Assistência Social no município com primazia na sua condução;

II – prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;

III – contribuir com a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais no município;

IV – assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária;

V – estruturar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em áreas de maior vulnerabilidade social, para gerenciar e executar as ações de proteção básica no território referenciado;

VI – inserir, no Cadastro Único, as famílias em situação de vulnerabilidade social e risco conforme critérios do Programa Bolsa Família;

VII – participar da gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), integrando-o à Política de Assistência Social do Município, garantindo o acesso às informações sobre os seus beneficiários;

VIII – executar programas ou projetos de promoção da inclusão produtiva e promoção do desenvolvimento das famílias em situação de vulnerabilidade social;

IX – estruturar os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), voltados às ações de enfrentamento das situações de violação de direitos relativos ao nível de proteção social especial de média complexidade;

X – alimentar e manter atualizadas as bases de dados dos subsistemas e aplicativos da Rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), componentes do Sistema Nacional de Informação;

XI – instalar e coordenar o sistema municipal de monitoramento e avaliação e estabelecer indicadores de todas as ações da assistência social por nível de proteção básica e especial, em articulação com o sistema estadual, validado pelo sistema federal;

XII – preencher o Plano de Ação no sistema SUAS-WEB e apresentar o Relatório de Gestão como forma de prestação de contas;

XIII – implantar, em consonância com a União e Estados, programas de capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços, observados os planos de assistência social;

XIV – prestar os serviços de proteção social especial de alta complexidade podendo ser executados em parceria com a rede socioassistencial;

XV – estabelecer e cumprir pactos de resultados com a rede prestadora de serviços, com base em indicadores sociais comuns, previamente estabelecidos, para serviços de proteção social básica e especial;

XVI – estruturar a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), com profissional de nível superior;

XVII – realizar diagnóstico de áreas de vulnerabilidade e risco, a partir de estudos e pesquisas realizadas por instituições públicas e privadas de notória especialização;

XVIII – gerenciar o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

XIX – elaborar e executar a política de recursos humanos, com a implantação do plano de carreira, cargos e salários para os servidores públicos que atuam na área da assistência social;

XX – oferecer condições adequadas de trabalho quanto ao espaço físico, material de consumo e permanente;

XXI – acompanhar a execução da Política Nacional de Capacitação para Trabalhadores da Assistência Social e conselheiros Municipais, bem como elaborar e implantar o Plano Municipal de Capacitação;

XXII – garantir no âmbito municipal o cofinanciamento para implementação da gestão do trabalho para o SUAS, especialmente para implantação de plano de carreira, cargos e salários e capacitação dos trabalhadores.

A estrutura geral da FASC é composta pela Presidência e Vice-Presidência, Gabinete da Presidência, Assessoria de Planejamento, Assessoria Jurídica, Assessoria de Comunicação, Direção Técnica, Direção Administrativa e Direção Financeira e uma rede de equipamentos responsáveis pela execução dos serviços, projetos, programas e benefícios, como pode ser identificado abaixo:

I – Presidência e Vice-Presidência;

II – Conselho Fiscal;

III – Diretoria Executiva;

IV – Órgãos de Assessoramento direto à Presidência:

a) Gabinete da Presidência (GAB/P);

b) Assessoria Jurídica (ASSEJUR);

c) Assessoria de Comunicação Social (ASSECOM);

d) Assessoria de Planejamento (ASSEPLA);

VVI – Órgãos de Execução e Apoio à Direção Administrativa (DA):

a) Gabinete da Direção Administrativa (GAB/DA);

b) Coordenação Administrativa (COADM):

1. Área de Material (AMAT);

2. Área de Transportes (ATRANSP);

3. Área de Serviços e Protocolo (ASPRO);

4. Área de Arquivo Permanente (AARQ);

5. Área de Patrimônio (APAT);

6. Área de Informática (AINFO);

7. Área de Compras (ACOMP);

c) Coordenação de Obras e Projetos (COOP):

1. Área de Projetos (APRO);

2. Área de Manutenção (AMAN);

d) Coordenação de Gestão de Recursos Humanos (CGRH):

1. Área de Apoio Técnico-Administrativo (AATA);
2. Área de Educação Permanente e Acompanhamento do Trabalho (AEPAT);
3. Área de Pessoal (APE);
4. Área de Ingresso e Estágios (AIES).

VII – Órgãos de Execução e Apoio à Direção Financeira (DF):

- a) Gabinete da Direção Financeira (GAB/DF);
- b) Coordenação de Licitações e Contratos (CLIC):
 1. Área de Licitações (ALIC);
 2. Área de Contratos (ACO);
- c) Coordenação de Gestão de Convênios (CGCONV):
 1. Área de Apoio Administrativo e Recepção (AAAR);
 2. Área de Prestação de Contas (APC);
 3. Área de Controle Técnico-Administrativo de Repasses (ACOR);
- d) Coordenação Financeira (COFIN):
 1. Área de Contabilidade (ACON);
 2. Área de Tesouraria (ATES);
 3. Área de Análise de Despesas (AADESP);

VIII – Órgãos de Execução e Apoio à Direção Técnica (DT):

- a) Gabinete da Direção Técnica (GAB/DT);
- b) Coordenação de Proteção Social Básica (PSB):
 1. Centros de Referência de Assistência Social (CRAS);
 2. Centro de Inclusão Produtiva (CIP);
- c) Coordenação de Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC):
 1. Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
 2. Centros Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP);
 3. Centro Dia do Idoso (CDI);
- d) Coordenação de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC):
 1. Rede de Acolhimento Institucional e Serviços para crianças e adolescentes;
 2. Rede de Acolhimento Institucional e Serviços para população adulta;
 3. Área de Enfermagem (AENF);
- e) Coordenação de Monitoramento e Gestão da Informação (COMGI):

1. Área de Monitoramento e Avaliação (AMAS);
 2. Área de Gestão da Informação (AGI).
- f) Coordenação da Gestão de Benefícios e do Cadastro Único (CGBCAD):
1. Área de Benefícios (AGBEN);
 2. Área do Cadastro Único (ACAD).
- g) Coordenação de Alimentação e Nutrição (COANUT).

Em maio de 2021 iniciou o processo de discussão sobre o reordenamento administrativo na Prefeitura Municipal de Porto Alegre sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégica - SMPAE. Na FASC, o Gabinete da Presidência vem conduzindo o processo por meio de reuniões entre as Assessorias e Direções Técnica, Administrativa e Financeira com o objetivo de avaliar a estrutura organizacional e as adequações necessárias.

O reordenamento administrativo pretende incidir na gestão por meio da revisão e definição de novas áreas, fluxos, gratificações, cargos e funções na estrutura técnica e administrativa.

4 CAPACIDADE DE COBERTURA DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E GESTÃO MUNICIPAL

4.1 CAPACIDADE DE COBERTURA DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

Com relação à oferta de serviços, esta se efetiva por meio da rede de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, formada por equipamentos próprios e organizações da sociedade civil¹ de assistência social, distribuídos nas 17 regiões do Orçamento Participativo na cidade.

A rede socioassistencial da Proteção Social Básica própria é composta por 22 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, onde o principal serviço ofertado é o PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV próprio é ofertado para diferentes faixas etárias: de 6 a 14 anos e 11 meses (300 metas), para jovens na faixa etária de 15 a 17 anos e 11 meses – antigo Pro Jovem Adolescente (975 metas) em na forma de gestão compartilhada com OSCs da rede parceirizada e o atendimento para a população idosa com 60 anos ou mais (575 metas).

Na rede parceirizada é ofertado o Serviço de Atendimento à Família – SAF em 32 unidades de execução e previsão de atendimento de 16.000 famílias. Também são disponibilizadas 8916 metas do Serviço de Convivência para Fortalecimento de Vínculos – SCFV na faixa etária dos 6 aos 14 anos e 11 meses, 1878 metas dos 15 aos 17 anos e 11 meses de Trabalho Educativo, 90 metas para a população adulta de 19 a 59 anos, 575 metas para pessoas com 60 anos ou mais.

A rede própria de Proteção Especial de Média Complexidade é formada por 09 (nove) Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, que ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI para 1500 famílias/mês, além do Serviço Especializado em Abordagem Social para Crianças e Adolescentes e População Adulta em Situação de Rua e do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC. Compõe ainda, a rede de serviços próprios, o Serviço Especializado de Atendimento à População Adulta em Situação de Rua – Centro Pop I, II e III com 60 metas/dia e 160/metas dia respectivamente, além do Serviço de Atendimento à População Idosa no Centro Dia do Idoso localizados nas regiões Norte e Centro Sul da cidade com capacidade de 25 atendimentos/dia e 30 atendimentos/dia respectivamente.

¹ A partir da Lei 13.019/2014, Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil as Entidades Assistenciais passaram a ser denominadas Organizações da Sociedade Civil – OSC.

Na rede parceirizada, a proteção social especial de média complexidade oferta 2146 metas para atendimento para pessoas com deficiência, em 18 (dezoito) clínicas de habilitação e reabilitação, além do Serviço de Abordagem para crianças e adolescentes e população adulta– Ação Rua (12 Núcleos), que está referenciado nos CREAS.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade coordena o conjunto de serviços que garantem o atendimento integral a indivíduos e/ou famílias, em situação de risco pessoal e social no que tange ao abandono, à ameaça ou à violação de direitos, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e situação de rua. Esta população necessita de acolhimento institucional provisório ou de longa permanência, fora do seu núcleo familiar e/ou comunitário. A rede de acolhimento é formada por serviços direcionados a criança e adolescente, pessoas com deficiência, população adulta em situação de rua e idosos.

A rede de acolhimento a crianças e adolescentes é formada por 32 Casas Lares com 281 metas, 05 entidades de acolhimento (abrigo) com 170 vagas (Clínica Esperança, Lar São José, Pão dos Pobres, Lar Esperança, SOS Casa de Acolhida), 8 Abrigos Residenciais parceirizados com 160 vagas (OSICOM, Pão dos Pobres,) e 02 Abrigos Residenciais próprios com 50 vagas com um total de 661 e mais 20 metas do programa família acolhedora.

A rede própria para a população adulta atualmente está composta apenas pelo Abrigo Municipal Marlene (50 metas). A rede parceirizada é formada pelo Abrigo de Família (20 metas parceirizadas em abril 2020), Abrigo Municipal Bom Jesus que passou de próprio para parceirizado mantendo as 50 metas, Abrigo Casa Lilás (30 metas), Lar Emanuel (40 metas), República para Indivíduos (24 metas) e Dias da Cruz (90 metas – reduzidas para 50 durante a pandemia). O Albergue Municipal (120 metas) foi reordenado passando para a rede parceirizada ficando, inicialmente, com dois espaços de 75 metas cada. Em razão da pandemia, buscando dar um atendimento mais qualificado e respeitando as normas de distanciamento, 1 dos espaços passou a atender um total de 54 pessoas na modalidade abrigo (24 horas) e foram criados outros espaços de acolhimento para população em situação de rua , como a Casa de Passagem do Migrante pela OSC Beith Shalom, com 14 metas e também 60 vagas em pousadas em 2020 (Pousada Garoa), as quais foram ampliadas para 250 durante o inverno de 2021 . O Albergue Felipe Diehl (145 metas) foi desparceirizado em março de 2020 e substituído pela OSC Renascer que passou a atender 80 metas na modalidade abrigo 24 hs.

A rede de acolhimento para idosos é constituída por serviços de longa permanência formada pelo Amparo Santa Cruz Orionópolis, Lar da Amizade, SPAAN e Associação Cegos Louis Braille - ACELB com 260 metas, sendo que 10 destas metas são para idosos com deficiência visual e 2 Casas Lar para o Idoso com 12 metas cada, tendo aumento para 15 metas em cada casa durante a

pandemia. Em setembro de 2020 foi inaugurada a República do Idoso, com 20 metas para ampliar o atendimento durante a pandemia. Em dezembro de 2020 foi parceirizado o serviço de IPLI para idosos Grau III, sendo 35 metas da SPAAN e 15 da Gustavo Nordlund.

Da mesma forma, a rede de acolhimento para pessoas com deficiência é formada pelos serviços de acolhimento institucional para neurolesionados, com um total de 126 metas, as quais foram ampliadas durante a pandemia para 132 metas de atendimento. São eles:, Casa do Excepcional Santa Rita de Cássia, Casa do Menino Jesus de Praga e Lar Santo Antônio dos Excepcionais. Também foram inaugurados 3 Residenciais Inclusivos para PCDS, sendo 1 no ano de 2019 e 2 em 2020, totalizando 30 metas com IPSDP – João Paulo II.

4.2 ACOMPANHAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRÓPRIA E PARCEIRIZADA

A rede socioassistencial é acompanhada pela Coordenação de Monitoramento que com o reordenamento administrativo passará a se chamar coordenação de supervisão técnica. Também são responsáveis pelo acompanhamento a Coordenação de Gestão de Convênios e a Assessoria de Vigilância Socioassistencial.

Nesse momento a Vigilância Socioassistencial tem realizado o cadastro das entidades prestadoras de serviços de assistência social no município, o CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, sendo o preenchimento de responsabilidade da gestão municipal desta Política, conforme preceitua o Art. 19 da Lei n. 8742/1993 – Lei Orgânica de Assistência Social.

Neste Cadastro devem constar todas as entidades de assistência social inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, bem como aquelas entidades com preponderância em outras áreas, mas que também realizam a prestação de ofertas socioassistenciais de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos e que possuem inscrição no CMAS. Os dados constantes nos Cadastros permitem qualificar o planejamento da gestão pública.

O cadastro no CNEAS é requisito para a concessão de certificação nacional para as organizações da sociedade civil que atuam na área da assistência social e também para a realização de parcerias com a administração pública desde 01/01/2017, quando entrou em vigor para os municípios o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, conforme estabelece a Resolução do CNAS 21 de 24.11.2016).

No momento, constam em Porto Alegre 203 cadastros, entre organizações, projetos e ofertas, sendo que muitos cadastros ainda estão em preenchimento dos dados. As informações

devem ser atualizadas mesmo após a finalização do preenchimento, o que requer constante contato com as organizações. As visitas técnicas necessárias são efetuadas pelos articuladores regionais ou supervisores dos serviços que respondem pelo acompanhamento da rede socioassistencial pública e privada. Salienta-se as dificuldades para execução de todo este processo, em função do escasso número de servidores nos setores envolvidos e do acúmulo de tarefas dos mesmos.

O acompanhamento da execução financeira das parcerias está sob a responsabilidade da Direção Financeira por meio da Coordenação de Gestão de Convênios – CGCONV, estando a gestão das parcerias sob a responsabilidade das Proteções Sociais Básica e Especial. A CGONV tem, atualmente, 258 Termos de Colaboração, 42 Termos de Fomento com 150 OSCs parceirizadas.

A responsabilidade da gestão municipal como coordenador da política no âmbito municipal é executar serviços, projetos e programas, bem como conceder benefícios, conforme preconizado no SUAS, tendo como orientação a Tipificação de Serviços Socioassistenciais.

5 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A FASC possui cofinanciamento dos Pisos de PSB para 17 CRAS/PAIF (85000 famílias) e SCFV (4360 indivíduos). O piso de PSEMC possui cofinanciamento para 7 CREAS/PAEFI (560 famílias), 9 Equipes para o Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas LA e PSC (700 adolescentes), Clínicas de Habilitação e Reabilitação (2146 metas), Serviço Especializado para pessoas em situação de rua – Centro Pop (220 indivíduos). Na rede de PSEAC possui cofinanciamento no acolhimento criança e adolescentes (330 metas), idosos e mulheres (200 metas), adultos e famílias (550 metas).

A apresentação do orçamento da FASC nos últimos seis anos retrata períodos das duas últimas gestões até o momento atual. A peça orçamentária é elaborada anualmente, geralmente até o final de agosto de um ano para execução no outro. Quando troca a gestão do executivo, o novo gestor executa o orçamento do seu antecessor.

Na segunda coluna, da tabela abaixo, apresentamos o valor previsto para a FASC, seguido do percentual correspondente ao total da previsão do orçamento geral para Prefeitura. Na última coluna da tabela, observam-se os valores empenhados em cada ano, ou seja, o total das despesas executadas. Nota-se que em 2020 o valor empenhado foi maior que o previsto no orçamento, o fator principal foi o surgimento da pandemia, e com ela a injeção de recursos no orçamento por parte do Fundo Nacional de Assistência Social. Sobre o recurso para atender as demandas da Pandemia será apresentado mais abaixo.

De acordo com decisão do executivo municipal em 2020, a FASC teve o menor valor em seu orçamento dos últimos cinco anos. Por consequência da pandemia, ocasionada pelo COVID-19, tivemos um aumento na despesa. A FASC recebeu aporte de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS e também da Lei Federal 173/2020.

ORÇAMENTO FASC- NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS			
ANO	R\$ PREVISTO	% DO ORÇAMENTO DA PMPA	DESPESA EMPENHADA
2016	205.009.028,00	3,1	194.296.617,73
2017	212.993.313,00	3,07	197.219.450,40
2018	212.786.426,00	3,23	195.461.056,67
2019	R\$ 239.454.375,00	2,85	R\$ 203.203.573,33
2020	R\$ 174.258.610,00	2,19	R\$ 209.150.570,06
2021	R\$ 201.494.760,00	2,42	R\$ 160.082.715,55

O Plano Plurianual (PPA) 2022/2025, aprovado pela Câmara Municipal é o instrumento de planejamento governamental para o período de quatro anos, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública, organizado em programas, estruturado em ações, que resultem em bens e serviços para a população. O último ano do PPA será executado pelo primeiro ano da gestão sucessora.

PPA - 2022 A 2025- Aprovado pela Câmara de vereadores

ANO	R\$ PREVISTO
2022	R\$ 269.139.260,00
2023	R\$ 295.635.341,00
2024	R\$ 309.142.293,00
2025	R\$ 327.795.631,00

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano. Compreende as metas e prioridades da administração pública, inclui despesas de capitais e correntes para o exercício subsequente e orienta a elaboração da Lei orçamentária anual – LOA. É intermediária entre o PPA e a LOA.

LDO 2022- 2024 - aprovada	
ANO	R\$ PREVISTO
2022	R\$ 250.065.881,00
2023	R\$ 250.046.504,00
2024	R\$ 255.318.823,00

Outra ação que tem gerado impacto no orçamento da FASC é a Emenda Impositiva, regulamentada pela Emenda Constitucional 86/2015. Ela se constitui no instrumento pelo qual o legislativo municipal pode apresentar emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA) destinando recursos para determinadas obras, projetos ou instituições. Pela legislação, o valor destinado para emendas corresponde a 0,65% da receita corrente líquida municipal.

Em 2021 foi apresentado um total de 47 emendas impositivas para a FASC. Destas, 25 estão sendo executadas com recurso aprovado e em fase de elaboração de termo de fomento; 22 estão aguardando o retorno de seus atores para posteriormente realizar a execução. O total de recursos

destinados às emendas impositivas para 2021 foi de R\$ 2.794.612,00 (dois milhões, setecentos e noventa e quatro mil e seiscentos e doze reais).

Quanto às principais despesas da FASC, observa-se que o repasse para a execução dos serviços terceirizados se destaca das demais despesas, representando o maior volume de recursos do orçamento. O segundo maior volume refere-se à administração de pessoal, onde constam os vencimento e vantagens, auxílio alimentação e vale transporte para os servidores. Os contratos correspondem a 15,46% das despesas da FASC, são eles: energia elétrica, limpeza, veículos, vigilância e portaria, locação de imóveis, Procempa, entre outros contratos. E, por fim, os benefícios assistenciais distribuídos entre: auxílio moradia, cestas básicas, benefício eventual proteção social e vale transporte.

PRINCIPAIS DESPESAS 2021			
TIPO DE DESPESA	R\$ ANO	% ORÇAMENTO FASC	FONTE DO RECURSO
PARCERIAS	119.375.664,00	59,24	TM , FNAS E LEI 173/2020
ADMINISTRAÇÃO PESSOAL	43.452.098,64	21,57	TM
CONTRATOS	31.144.382,00	15,46	TM
BENEFÍCIOS	10.241.430,70	5,08	TM E LEI 173/2020

Legendas: TM = Tesouro Municipal

FNAS= Fundo Nacional de Assistência social

As despesas com COVID-19 em 2021, até a data de elaboração deste documento, foram as seguintes: Benefícios (cestas básicas e auxílio moradia); materiais farmacológicos, álcool em gel, EPIS para os servidores; repasse às OSCS (acolhimento institucional adulto e idoso, Centro POP, Ponto de cuidado para população em situação de rua, serviço de hospedagem, casa de passagem para imigrante) e compra de notebook para os serviços de básica e especial.

GASTOS COM COVID- 2021	
ORIGEM DO RECURSO	R\$
TESOURO MUNICIPAL	R\$ 9.666.971,77
FNAS E LEI 173/2020	R\$ 11.817.803,73

6 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O quadro de trabalhadores da FASC é formado por profissionais de diferentes vínculos empregatícios. São eles: Servidores Estatutários, Celetistas, Terceirizados, estagiários, cargos de comissão e parceirizados. O CGRH realiza a gestão dos ingressos e acompanhamentos dos estatutários, celetistas, estagiários e cargos em comissão. Os terceirizados são administrados por meio de contratos e os trabalhadores parceirizados pela CGCONV. A seguir o quadro de trabalhadores da rede de serviços próprios da Fundação.

Quadro de Trabalhadores Estatutários, Celetistas e Cargos em Comissão – Jan. a Jul. 2021

Estatutários			Celetistas			Cargos em Comissão		
Cargos criados	ocupados	vagos	criados	ocupados	vagos	Criados	ocupados	vagos
1078	303	775	246	71	175	43	39	4

Fonte: CGRH/DA. Agosto 2021

De janeiro a julho de 2021 houve 15 vacâncias, sendo 7 exonerações e 8 aposentadorias de estatutários. Dentre estatutários e celetistas, no período, houve 53 servidores afastados das suas funções da Fundação. A seguir organizamos os dados dos servidores estatutários e celetistas quanto às movimentações de janeiro a julho/2021:

Quadro das Movimentações dos Celetistas e Estatutários FASC – Janeiro a Julho/2021

Movimentações	Celetistas	Estatutários	Total
Exonerações	0	7	7
Aposentadorias	0	8	8
Relotação	0	32	32
Remoção	6	0	0
Total	6	47	53

Fonte: CGRH/DA. Agosto 2021

Em setembro de 2021 foi assinado um aditivo junto à Organização Social IPSDP – Centro de Educação profissional São João Calábria para contratação de 32 técnicos (assistentes sociais e psicólogos) sendo 18 para a PSE e 12 PSB, além de 02 advogados um para cada proteção. A gestão substituiu parte dos técnicos servidores lotados nos CRAS e CREAS e os transferiu para as estruturas da gestão. Os CRAS e CREAS continuam com a coordenação de servidores, conforme

preconiza o SUAS. O objetivo da ação visa qualificar o acompanhamento da rede socioassistencial por meio da supervisão técnica. Para isso, foram lotados servidores na coordenação para responder pelas novas atribuições.

A FASC pretende ampliar seu quadro de servidores a partir das necessidades de recursos humanos da rede socioassistencial e da gestão, considerando o reordenamento institucional de 2014, a atual proposta de reordenamento de 2021, com novas estruturas e atribuições, bem como a substituição das vacâncias (aposentadorias e exonerações) e reposição dos PDVs. Ainda, a retomada da pauta da GFASC na instituição, visando sua aprovação e implementação, também compõe o planejamento da Fundação para o período.

Um avanço importante na gestão da política no município foi a criação do Núcleo de Educação Permanente - NUEP/SUAS/POA por meio do DECRETO Nº 21.086, de 17 de junho de 2021. É previsto como parte da configuração organizacional necessária à implementação da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social. O NUEP se constitui em locus privilegiado de participação e cooperação institucionalizada, envolvendo gestores, trabalhadores, usuários do SUAS, conselheiros de assistência social, instituições de ensino, pesquisa e extensão, nas atividades e decisões relativas à implementação da política de educação permanente em nosso município.

7 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A nova gestão, com mandato de janeiro/2021 a dezembro/2024, construiu o planejamento estratégico por meio da definição de projetos prioritários, indicadores Prometa e Plano Plurianual. O Plano Municipal de Assistência Social vem dar seguimento ao processo de planejamento e organização da política com a participação do controle social.

Em relação ao PPA e ao modelo de gestão municipal a FASC priorizou 04 projetos prioritários e 04 indicadores PROMETA para a gestão 2022/2025.

7.1 PROMETA

➤ **Eliminar o trabalho infantil em POA (PROMETA 49, META 2024= 0)**

Os reflexos da pandemia seguem sendo um limitador para a erradicação do Trabalho Infantil. A ausência dos espaços de proteção (escola, SCFV, cursos e outras atividades) no primeiro trimestre de 2021 tornaram as crianças ainda mais suscetíveis ao trabalho Infantil, ao acompanhar seus pais e responsáveis ao espaço da rua para o sustento familiar. Contudo, diversas ações estão sendo pensadas e planejadas para garantir o atendimento e proteção de crianças e adolescentes expostos ao Trabalho.

No primeiro semestre de 2021 foi realizado o Webinário de Combate ao Trabalho Infantil que apresentou os resultados da consultoria realizada acerca desta temática. Na sequência, será assinado pelo Prefeito e Secretários o “Protocolo de Gestão Intersetorial do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil” visando o cumprimento de diversas ações de combate ao trabalho infantil. Além disso, está em desenvolvimento o projeto de contratação de técnicos com recursos do governo federal destinado para o PETI.

➤ **Inserir pessoas abordadas em situação de rua em algum tipo de acompanhamento continuado nos serviços de assistência social (PROMETA 48, Meta 2024=93%)**

Porto Alegre conta com 12 equipes de abordagem em todas as regiões do Orçamento Participativo. A capilaridade do Serviço de Abordagem Social, vinculada aos 9 CREAS da cidade, trabalha com ações de abordagem solicitadas pela comunidade e abordagens sistemáticas (independentes das solicitações) na busca ativa, pelas equipes, que percorrem os territórios em ações de vigilância social.

➤ **Aumentar o percentual de Famílias em Situação de Vulnerabilidade atendidas pela Política de Assistência Social (PROMETA 47, Meta = 70%)**

A operacionalização dos atendimentos nos 22 CRAS e 9 CREAS existentes na cidade, no sentido de dar suporte às famílias em situação de vulnerabilidade social e também em atenção à demanda reprimida existente, está passando por um processo qualificação. Nesse processo, após realização de estudo e identificação de necessidades emergenciais, está prevista a contratação (via parceria) de profissionais de nível superior que permitirão, além da ampliação da equipe de supervisores técnicos, a qualificação do acompanhamento da rede de serviços socioassistenciais.

➤ **Aumentar a quantidade de Equipamentos de acolhimento para a população em situação de rua (PROMETA 46, Meta= 38 equipamentos)**

Atualmente contamos com 23 equipamentos e a proposta de aumento de equipamentos se dará a partir do estudo, análise e reformulação de alguns equipamentos já existentes e a descentralização de serviços através da qualificação e regionalização. Conseqüentemente, nesse processo, haverá aumento de vagas ofertadas nos serviços.

7.2 PROJETOS PRIORITÁRIOS

➤ **Potencialização e qualificação do acompanhamento técnico e de gestão da Política de Assistência Social**

O projeto de Reordenamento da Supervisão Técnica vem no intuito de promover a qualificação e o fortalecimento da gestão da rede e conseqüentemente dos serviços nela ofertados. Este processo, com base na Política Nacional de Assistência Social como política pública e direito social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, contribui para a construção das estratégias e efetivas ações garantindo a qualificação da oferta de programas, serviços, projetos e benefícios.

Parte da discussão do reordenamento administrativo foi a necessidade de reordenar a Coordenação de Monitoramento e Avaliação para uma Coordenação de Supervisão Técnica ligada à Direção Técnica. As atribuições relativas ao monitoramento e avaliação dos serviços serão assumidas pela Vigilância Socioassistencial e CGCONV. A coordenação terá por objetivo, conforme projeto do reordenamento, contribuir na qualificação da oferta de programas, serviços, projetos e benefícios, através de subsídios teórico-metodológicos e técnico-operativos, para construção de estratégias adequadas de enfrentamento às demandas na execução da Política de Assistência Social, de acordo com as Diretrizes e Princípios do SUAS, sobretudo de sua Política de Educação Permanente. A equipe será composta por 15 servidoras, entre elas 1 coordenadora, 1

assistente de coordenação, um assistente administrativo e 12 supervisoras que atuarão nos equipamentos da Proteção Básica e da Proteção Especial espalhados nas 9 regiões da cidade.

➤ **Sistema PROTEGE**

Um dos projetos prioritários da gestão da FASC 2022/2025 é a informatização dos atendimentos realizados na rede socioassistencial própria e parceirizada. Para isso, se encontra em curso junto à Procempa o desenvolvimento de um sistema operacional que se chamará PROTEGE. A primeira parte do desenvolvimento do sistema busca informatizar os serviços de atendimento à população adulta em situação de rua. O projeto é coordenado pela ASSEVIS.

➤ **Plano de Proteção Social Covid 2021**

Garantir proteção social por meio da disponibilização dos recursos necessários para amenizar os efeitos sociais e econômicos da população mais vulnerável e agravada pela pandemia. Dentre as ações propostas no Plano estão:

1. Renovação e ampliação das vagas de hospedagem – De 60 vagas para 250 vagas oportunizadas;
2. Ampliação do Auxílio Moradia – Ampliação de 200 vagas (de 475 para 675 auxílios);
3. Vacinação dos trabalhadores da política de assistência social – oportunização da vacina para a rede;
4. Contratação temporária via parceirização de recursos humanos para CRAS e CREAS;
5. Manutenção das 200 vagas de acolhimento para a população em situação de rua implantadas no Plano Covid 2020;
6. Ampliação, qualificação e atualização do Cadastro Único;
7. Implementação do Cartão Alimentação em substituição de parte das 10.000 cestas básicas atualmente distribuídas mensalmente via CRAS (5.000 cartões/5.000 CB).

➤ **Ampliação da rede de atendimento à pessoa idosa**

Este projeto visa aumentar o número de vagas para atendimento ao idoso em todos os níveis de complexidade, ampliando vagas em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nos Centros Dia do Idoso e em Acolhimento Institucional (especialmente para idosos em Grau III).

Os projetos e indicadores apresentados serão monitorados pela Secretaria Municipal de Planejamento e Administração – SMPAE por meio do Sistema Monitoramento Estratégico – SME. Cada um dos projetos prioritários, os indicadores PPA e os indicadores Prometa serão monitorados pelas Direções Técnica, Administrativa, Financeira, ASSEPLA e Vigilância Socioassistencial.

8 DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DE PORTO ALEGRE: vulnerabilidades, riscos, potencialidades e capacidade de cobertura dos serviços e benefícios

A seguir apresentaremos o diagnóstico socioterritorial produzido em 2019 nas 17 regiões da cidade DE Porto Alegre. O documento que apresenta o Diagnóstico, na íntegra, constará como anexo do presente PMAS. Apresentaremos também informações sobre os dados de atendimento da rede socioassistencial quanto aos serviços e benefícios concedidos no período de 2019 a 2021 (janeiro a agosto). Essa atualização dos dados se impôs devido ao contexto da Pandemia Covid-19 e seu impacto na população e rede de serviços socioassistenciais.

8.1 DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL POA 2019: principais apontamentos

A realização do Diagnóstico Socioterritorial da cidade de Porto Alegre buscou dar visibilidade às condições sociais da população usuária dos serviços socioassistenciais (adultos, crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, comunidades de quilombos, povos indígenas, migrantes) com suas demandas e necessidades, assim como, à capacidade da rede de serviços públicos de garantir a cobertura de proteção social.

Na FASC, a coordenação dos estudos diagnósticos está a cargo da Assessoria de Vigilância Socioassistencial. Em 2015 foi realizado o primeiro diagnóstico da cidade e, em 2019, foi realizado novo estudo.

O processo de elaboração do Diagnóstico Socioterritorial no município foi realizado nas 17 Regiões do Orçamento Participativo da cidade – ROP, onde se localizam os serviços socioassistenciais. Os diagnósticos foram produzidos localmente com a participação dos trabalhadores e usuários sob a coordenação de Comissões e/ou Grupos de Trabalho com representação dos serviços públicos, parceirizados e usuários. O processo de elaboração dos diagnósticos nas regiões pelas Comissões/Grupos de Trabalho utilizou diferentes metodologias e fontes de dados para produção dos estudos. Nesse sentido, não será possível estabelecer comparações entre as regiões, mas descrever os fenômenos observados a partir dos relatos dos indivíduos que participaram das discussões e sistematizados nos relatórios regionais. Reitera-se, portanto, que o estudo buscou conhecer, mas também problematizar, como as populações têm vivenciado suas experiências de vida em contextos sociais vulneráveis e quais as potencialidades que veem nos territórios. O processo foi realizado no período de março a setembro de 2019 e contou com a participação de aproximadamente 4 mil pessoas.

Foram utilizados dados quantitativos sobre a população, os serviços e a capacidade de cobertura da rede socioassistencial. O estudo teve como principais fontes de dados quantitativos o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o Registro Mensal de Atendimentos do Ministério da Cidadania e dados de atendimento e cobertura monitorados e sistematizados pela equipe da Vigilância Socioassistencial da FASC. O Censo Demográfico do IBGE produz o recenseamento da população e tem por objetivo recolher, agrupar e publicar dados demográficos, econômicos e sociais. Utilizamos a sistematização produzida pelo Observapoa que distribuiu os dados do Censo de acordo com as 17 Regiões do Orçamento Participativo.

No Cadastro Único são inseridas as famílias com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo e as que possuam renda familiar mensal de até três salários mínimos. As famílias com renda superior a três salários mínimos podem ser incluídas no Cadastro Único, desde que sua inclusão se vincule a serviços socioassistenciais ou programas sociais em qualquer esfera. Os dados foram extraídos através da ferramenta operacional CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico) em Setembro de 2019, através do sítio <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/index.php> e sistematizados de acordo com as regiões do OP.

O Registro Mensal de Atendimento contempla os dados de atendimento e acompanhamento dos serviços de CRAS, CREAS e Centro Pop e utilizou-se as informações produzidas em 2019. Os dados de acolhimento de criança e adolescentes foram utilizados com base nas informações do Cadastro de Crianças e Adolescentes - CADOL referente ao mês de outubro de 2019 e abril/2020.

A construção dos documentos buscou garantir as especificidades dos territórios e que fossem produzidos pelos trabalhadores e população. Essa construção conjunta permite dar visibilidade às demandas e percepções dos sujeitos na sua relação com os serviços da política de Assistência Social, assim como aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas dos territórios.

O documento descreve as principais temáticas abordadas pelo conjunto de regiões, a partir dos apontamentos dos estudos e de dados quantitativos. Tendo em vista a magnitude dos dados e a complexidade dos fenômenos sociais, não se teve a pretensão de esgotar as discussões e sim dar visibilidade e sistematizar as questões salientadas pela população e trabalhadores.

Espera-se que o trabalho realizado possa contribuir com a gestão municipal, a população, os trabalhadores e os diferentes atores do campo da política de assistência social da cidade.

Em 2021, no momento da elaboração do PMAS, a Vigilância Socioassistencial buscou sistematizar dados e informações sobre o período de 2020 e 2021, frente ao contexto da Pandemia Covid-2019. O diagnóstico socioterritorial realizado em 2019 já apresentava um cenário de extrema vulnerabilidade e risco da população referenciada na rede de serviços socioassistenciais.

A análise dos dados em Porto Alegre mostra que a população tem buscado a rede socioassistencial, especialmente os CRAS para acesso a serviços e benefícios eventuais. Essa demanda de atendimento tem impactado na rede de CRAS frente à capacidade de responder ao conjunto de atribuições previstas nos serviços, de acordo com as Normativas do SUAS.

O contexto da Pandemia tem mostrado que as condições de pobreza, vulnerabilidade e risco tem se agravado com impacto direto na rede de serviços. A perda de renda pelas famílias e o aumento do número de trabalhadores desempregados tem trazido novas demandas à rede socioassistencial. Os efeitos econômicos da pandemia têm mostrado uma ampliação das necessidades da população por renda, benefícios e serviços socioassistenciais.

Para fins de contextualização das condições socioeconômicas e dos territórios em situação de vulnerabilidade e risco apresentamos alguns dos apontamentos dos estudos diagnósticos produzidos no conjunto da cidade de Porto Alegre em 2019.

Os diagnósticos mostraram que os territórios onde se localizam os serviços socioassistenciais da FASC, no município de Porto Alegre, são diversos quanto a sua geografia, população, oferta de serviços públicos, infraestrutura urbana, organização comunitária, dentre tantos fatores que poderiam ser enumerados. Eles também mostraram uma cidade desigual em termos de infraestrutura urbana, condições habitacionais, acessibilidade, mobilidade e acesso a serviços públicos e bens culturais. A cidade possui uma diversidade étnica e racial com a presença de povos indígenas, comunidades de quilombos, imigrantes oriundos especialmente da Venezuela e Haiti.

Os diagnósticos deram visibilidade às condições de infraestrutura, riscos ambientais, assentamentos precários e projetos de reassentamento de famílias e indivíduos que têm interferido nas dinâmicas dos territórios e nas condições socioeconômicas das famílias e indivíduos.

Na região Noroeste da cidade, as obras do Aeroporto exigiram o reassentamento das famílias das Vilas Dique e Nazareth. A construção da obra da Ponte do Guaíba na Ilha dos Marinheiros e as obras de infraestrutura da Vila Tronco impuseram a saída das famílias dos territórios de moradia. Outro aspecto apresentado nos estudos relaciona-se às formas de ocupação do solo. Parte das famílias mora em moradias insalubres, em assentamentos não regularizados. São áreas sem infraestrutura urbana e rede de serviços públicos. O acesso viário e o transporte público são precários e insuficientes. Muitas das moradias se localizam, ainda, em áreas geográficas de risco, com a presença de alagamentos, desmoronamentos. Também há presença de moradias em áreas ambientais protegidas. O Diagnóstico detalhado da cidade apresenta os territórios por região do Orçamento Participativo dos bairros e vilas nessas condições.

Frente às condições de infraestrutura e rede de serviços públicos insuficientes, a mediação com o Estado por meio das lideranças comunitárias é bastante valorizada. No diagnóstico, quando

perguntados sobre as potencialidades dos territórios, esta figura se destacou dentre os demais pontos elencados. As lideranças comunitárias são percebidas como os sujeitos que mediam as necessidades dos moradores junto aos serviços, participam dos espaços públicos nos territórios e na cidade e dão visibilidade às demandas dos moradores. As lideranças comunitárias são indivíduos que moram nos territórios e atuam em grupos da terceira idade, grupos culturais, esportivos, de artesanato, geração de renda, clube de mães, associações comunitárias etc.

Os territórios contam com diferentes redes de organizações, redes de apoio e lideranças que atuam em diversos campos nos territórios, desde atividades recreativas, esportivas, culturais e de apoio social. Alguns diagnósticos revelaram que as atividades recreativas como bailes, festas e shows são promovidas pelas organizações comunitárias, igrejas e mesmo pelo tráfico de drogas. São espaços de lazer para os adultos, as crianças e os jovens. As atividades voltadas aos jovens buscam afastá-los do “mundo do crime”. Como referido em um dos diagnósticos, há uma disputa permanente entre os jovens dos territórios, também entre os serviços públicos, as organizações sociais diversas e o crime organizado.

A rede de organizações públicas e privadas de assistência social se distribui de forma diferenciada na cidade. É composta por serviços públicos, organizações parceirizadas e não parceirizadas com a FASC. Além das organizações sociais constituídas, há redes de ajuda entre moradores, empresas, voluntários que atuam por meio da distribuição de recursos materiais e oferta de serviços à população moradora dos territórios, à população em situação de rua ou da rede de acolhidos nos serviços (crianças, jovens, idosos, pcds). Tais iniciativas se caracterizam pela coleta e distribuição de recursos como cestas básicas, roupas, brinquedos e oferta de serviços. Foi identificada a presença de igrejas católicas, evangélicas, espíritas, terreiros, clubes de mães, associações de moradores, grupos de terceira idade, artesanato, grupos culturais, como alguns dos atores que vêm atuando na oferta de recursos e atividades nos territórios.

A população que acessa a rede socioassistencial é formada por famílias, crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência. A descrição dos estudos diagnósticos mostrou que uma parcela significativa desta população vive em condição de pobreza. Os adultos, homens e mulheres, têm trabalho precário e um número significativo de famílias dos CRAS está vinculado à atividade da reciclagem. Muitas famílias são beneficiárias do PBF ou BPC, outras não têm qualquer fonte de renda e essa irregularidade na renda das famílias e a precariedade das suas condições de vida tornam o acesso a benefícios como transferência de renda (PBF, BPC) e alimentos, recursos importantes para a sua própria reprodução como grupo ou indivíduo. As demandas da população na rede de proteção social por alimentação, passagem, vagas em serviços para crianças, jovens, idosos revelam as necessidades por renda e serviços públicos.

As desigualdades de gênero entre as mulheres e homens se expressam na responsabilidade pelo trabalho doméstico, no cuidado das crianças, dos jovens, dos idosos e dos doentes. A inserção das mulheres no mercado de trabalho é feita pelo vínculo precário, deixando-as sem cobertura do sistema de proteção ao trabalho.

A violência de gênero e intrafamiliar das vítimas acompanhadas no PAEFI (mulheres, crianças, jovens) também teve destaque nos estudos diagnósticos, havendo uma percepção do crescimento das situações de violência contra as mulheres. Os dados do Atlas da Violência (2019) apontam para o crescimento dos casos de violência contra as mulheres, entretanto, a temática tem tido visibilidade nos espaços públicos e na mídia, o que pode encorajar as mulheres a buscarem serviços de apoio. Por outro lado, as equipes destacam a fragilidade de redes de apoio para situações em que é necessário o afastamento do agressor do convívio familiar. A violência contra indivíduos trans foi abordada em duas regiões, a partir da vivência de rua desses indivíduos, tendo sido citadas a violência sexual e exploração sexual. A situação de risco se intensifica devido à orientação sexual e situação de rua.

A temática do idoso destacou-se pela ampliação das demandas da população com mais de 60 anos para serviços de convivência, centro dia e acolhimento institucional. Os diagnósticos chamaram a atenção para o envelhecimento da população nos territórios e a necessidade de serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade. Muitas destas demandas chegam também por meio do Poder Judiciário, Ministério Público ou denúncias.

A problematização das pessoas com deficiência se deu pelo viés do isolamento social e da acessibilidade, da necessidade de profissionais especializados, espaços e equipamentos adaptados a tais grupos. A dificuldade de mobilidade torna o acesso aos serviços pela população idosa e pcds difícil, deixando-as em condição de isolamento social. Alguns se encontram em situação de abandono ou negligência, necessitando de cuidados especializados. A rede de serviços socioassistenciais destacou a necessidade de adequações dos espaços de modo a garantir e ampliar as condições de acessibilidade da população.

A questão racial perpassou as temáticas problematizadas por alguns territórios da cidade ganhando visibilidade nos relatos dos grupos sociais, que chamaram a atenção para a questão da violência e desigualdade dos grupos sociais negros em nossa cidade. Tais questões apontam a relevância para a compreensão dos processos de preconceito e discriminação racial e dos modos pelos quais a população tem problematizado tais questões nas suas relações familiares e de vizinhança.

Os diagnósticos mapearam novos assentamentos indígenas, não identificados em 2008 na pesquisa UFRGS, assim como a presença de uma nova comunidade de quilombo (Lemos) na

Região Cristal. Foi identificada a presença de outras duas comunidades, os Machado na Região Norte e Flores na Região Glória. Embora as regiões Norte e Glória não tenham apontado a presença das mesmas. O CRAS Glória tem realizado o acompanhamento social da Comunidade dos Alpes. O acompanhamento dos CRAS aos povos indígenas e comunidades de quilombos mostrou-se como uma ação consolidada nos serviços. E a Coordenação da Proteção Social Básica tem centralizado as discussões por meio do acompanhamento dos CRAS que atendem povos tradicionais e grupos sociais específicos.

A temática do migrante teve visibilidade nos diagnósticos dos territórios em 2019. A presença de tais grupos sociais (haitianos, venezuelanos) e suas demandas têm se apresentado de forma significativa na rede socioassistencial. A visibilidade da temática exige o aprofundamento sobre o tema das migrações e seus impactos nas sociedades locais.

Dentre as violações de direitos foram problematizadas as questões relacionadas ao trabalho infantil, à situação de rua, às violências físicas e psicológicas contra crianças, adolescentes, adultos, idosos, mulheres; o abandono e negligência.

Dentre os motivos de ingresso e acompanhamento das crianças e adolescentes na rede de acolhimento e PAEFI em Porto Alegre, a negligência e abandono aparecem como o critério mais utilizado. Tal questão nos leva a perguntar sobre os entendimentos presentes no campo da política de Assistência Social e do sistema de garantia de direitos (Ministério Público, Poder Judiciário e Conselhos Tutelares) sobre a conceituação de abandono e negligência. De acordo com o previsto na PNAS, estes conceitos tratam de rompimento com os vínculos familiares ou situações que coloquem em risco a vida de crianças e adolescentes. Cabe refletir, se todos os motivos de ingresso na rede estão relacionados a tais situações, ou quais outros entendimentos estão sendo utilizados para definir as situações que colocam determinados indivíduos em risco e qual o momento do acolhimento. A reflexão se justifica frente às condições das famílias e indivíduos garantirem a proteção social das crianças e adolescentes num contexto de desigualdade social. Nesse contexto, os adultos, em especial parte das mulheres, assumem a responsabilidade de proteção às crianças, jovens e idosos. Elas ocupam o papel de referência ou responsável familiar e fazem as mediações entre as demandas das famílias e os serviços. A família ao mesmo tempo em que é vista como espaço de cuidado, também é vista com desconfiança, pois muitas das violações ocorrem nesse espaço. A responsabilidade pelo cuidado e proteção dos vulneráveis, crianças, jovens, idosos e doentes está sob a responsabilidade dos adultos, porém, os arranjos familiares e as condições sociais dos sujeitos tornam essa responsabilidade difícil de ser cumprida. Diante dessas condições, a negligência e abandono parecem muito mais uma responsabilidade do Estado do que necessariamente das famílias. Contudo, nem todas as famílias com crianças e adolescentes, as tem

sob situações de risco. Muitas, apesar de todas as dificuldades, cumprem com sua função de cuidado e proteção (CARDARELLO, A; FONSECA, C., 1999).

Os dados de atendimento da rede de acolhimento de crianças e adolescentes mostraram que os jovens de 13 a 18 anos representam 55,76% da faixa etária dos acolhidos nos serviços. Essa informação é extremamente relevante para pensar ações nos serviços de acolhimento que venham ao encontro das demandas e necessidades desse grupo etário. Indica ainda, que muitas das situações de violência dos jovens nos territórios redundam em processos de acolhimento. O acolhimento dos jovens é medida de proteção, em muitos casos, para garantir sua integridade física.

Os apontamentos em torno do trabalho infantil nos forneceram alguns indicativos sobre suas formas de expressão na cidade. Uma das principais atividades desenvolvidas pelas crianças e jovens é o trabalho na reciclagem. Essa é também a principal atividade declarada pelos adultos no Cadastro Único (2019). Os dados indicam que os adultos levam seus filhos para o exercício das suas atividades de geração de renda. O grupo familiar desenvolve suas ações na reciclagem, um trabalho penoso, precário e sem proteção social ao trabalho. O trabalho precário do grupo familiar e a reduzida oferta de serviços como escolas de educação infantil, SCFV, escolas de turno integral, tornam as crianças e jovens expostos às condições de trabalho dos adultos. Outras atividades desenvolvidas são o comércio e a mendicância, que podem ser realizadas pelas crianças e jovens ou também com a presença dos adultos e ocorre pela venda de materiais como pano de prato, frutas etc. ou por meio da mendicância, em locais de grande circulação como comércio, feiras, grandes avenidas, estádios de futebol (Arena do Grêmio). Elas podem desenvolver suas atividades nos próprios territórios ou se deslocarem para regiões com maior rede de comércio e circulação. O enfrentamento do trabalho infantil das crianças e jovens das famílias passa pela melhoria das condições de trabalho e renda dos adultos e pela ampliação de serviços públicos.

A temática da juventude foi problematizada a partir dos riscos aos quais os jovens estão expostos nos territórios e do vazio de serviços públicos para esse segmento da população. Os dados do Serviço Especializado de Acompanhamento às Medidas Socioeducativas mostram que o principal ato infracional cometido pelos jovens se refere ao envolvimento com o tráfico de drogas. O dado em Porto Alegre reflete os dados estaduais e nacionais, que mostram uma parcela da juventude pobre envolvida em atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas. A proximidade dos jovens com situações de violência expressa na violência policial chama a atenção para o risco que jovens pobres sofrem por parte do Estado e da sociedade. A violência policial foi citada em mais de uma região, assim como a questão racial envolvendo os jovens. Essa relação da juventude com o crime e situações violentas tem dentre seus aspectos negativos, a criminalização dos jovens. Essa temática deve ser aprofundada na rede de serviços da política de assistência social, especialmente nos espaços com a presença de jovens, como nos espaços de convivência e

acolhimento. Esse cenário de riscos contrasta com jovens participativos durante os diagnósticos, que problematizaram questões relacionadas as suas demandas e necessidades e riscos a que estão expostos. Mostraram potência em relação as suas demandas por políticas de acesso à informação e mobilidade, esporte, lazer, cultura e formação profissional e renda. A valorização de serviços como Projovem foi enfatizada, pois em boa parte das regiões é a única oferta pública em termos de lazer e cultura disponíveis a população desse grupo etário. O reconhecimento de suas expressões culturais, a valorização do bairro, dos amigos, da exigência de respeito foi parte importante das falas dos jovens que estiveram presentes nos encontros realizados nos diferentes territórios da cidade.

A análise das questões problematizadas em torno da situação de rua aponta para distinções dessa vivência entre as crianças, jovens, adultos e idosos. Parte das crianças está em situação de rua com a presença de adultos, familiares ou não, muitos desenvolvendo a atividade da reciclagem. Dentre os jovens, as disputas entre as facções do tráfico de drogas têm expulsado muitos deles para essa situação. A população adulta está em sua maioria, desempregada, desenvolvendo várias atividades como reciclagem, vendas, mendicância, dentre outras, muitos vivendo em grupos ou sozinhos. Há presença de crianças, jovens, homens adultos e mulheres, assim como idosos. Os espaços de repouso ocorrem em ruas, praças, terrenos ou na rede de serviços socioassistenciais. Para aqueles que habitam territórios sem a presença de serviços socioassistenciais para alimentação, repouso e higiene contam com a ajuda dos moradores vivendo em condições de extremo risco e precariedade.

Em termos de distribuição na cidade houve uma descentralização da população entre as regiões desde a última pesquisa da UFRGS (2016), mantendo-se a tendência das Regiões Centro e Humaitá-Navegantes com a maior presença de indivíduos em situação de rua. Os Relatórios Regionais trazem elementos importantes para pensar a dinâmica dessa população nos territórios. A ida da população para os territórios mais afastados da cidade não foi acompanhada da rede socioassistencial de média complexidade, Centro Pops descentralizados ou serviços adequados as suas necessidades de higiene, alimentação e abrigo.

Dentre as questões relacionadas à cobertura dos serviços destacaram-se três pontos centrais: a condição física dos equipamentos e espaços, os trabalhadores e a redução da capacidade de cobertura dos serviços ou sua insuficiência frente às demandas.

Os espaços físicos são em número reduzido frente à demanda de população que acessa ao serviço e muitas regiões apontaram que os espaços e os equipamentos precisam de manutenção e substituição, muitos pelas más condições dos equipamentos, móveis, dentre outros. Os turnos de veículos foram considerados insuficientes, de acordo com determinadas regiões para o volume de visitas domiciliares, tanto das famílias e indivíduos em acompanhamento, quanto das demandas do

Ministério Público e Poder Judiciário. As áreas de abrangência dos CRAS e CREAS são extensas em termos de território e o deslocamento com a presença de veículo é fundamental para o desenvolvimento de ações de busca ativa das famílias e indivíduos.

Os trabalhadores descreveram suas experiências de trabalho nos serviços, a participação nos espaços intersetoriais e comunitários dos territórios. O trabalho em rede foi destacado pela totalidade das equipes como uma estratégia importante para qualificação, articulação, acompanhamento e priorização das inúmeras demandas dos serviços nos territórios. O espaço do Comitê Gestor também se consolidou como estratégia de gestão da rede socioassistencial pública no território. As condições de trabalho, os baixos salários, a rotatividade, a necessidade de formação, a redução dos servidores públicos em detrimento das parcerizações, no que tange as contratações com OSC parceiras para gestão dos recursos humanos nos serviços públicos, dentre vários aspectos relacionados à gestão do trabalho mostraram que tais formas de gerenciamento têm trazido prejuízos à continuidade e qualificação do trabalho social.

A redução da capacidade de atendimento e as mudanças na gestão dos serviços foram identificadas como duas questões centrais nos apontamentos. O SCFV, especialmente na faixa etária dos 6 aos 18 anos teve uma redução das metas. Algumas regiões destacaram que o fechamento dos serviços foi baseado em critérios de avaliação previstos na política de Assistência Social. O fato de os serviços não terem sido novamente contratados, deixa a descoberta uma faixa etária de 6 a 18 anos. A redução dos espaços de convivência gera prejuízos à população e aos serviços, que deixam de contar com rede de proteção para inclusão dos indivíduos.

Na rede de proteção social especial houve mudanças na gestão dos Centros Pops que passaram para execução de OSC parceirizada e reordenamento de um serviço em dois, ampliando em mais uma região na cidade (Humaitá Navegantes) com atendimento a esse público.

Na rede de acolhimento para a população adulta também ocorreu processo de mudança na gestão dos serviços. O albergue Municipal foi encerrado e contratada uma OSC para oferta do serviço. O fechamento do Abrigo de Família, até a realização de parceria com uma OSC para execução do serviço, foi apontado por uma das regiões (Leste), como uma ausência de cobertura para situações de violência intrafamiliar. Na rede de acolhimento para o idoso no período dos diagnósticos, a capacidade de atendimento ofertada nas ILPIs era insuficiente para as demandas identificadas.

Conclui-se que as situações descritas nos diagnósticos na dimensão do território, das populações que nele habitam e da capacidade de cobertura da rede de serviços públicos mostram territórios vulneráveis, mas também potentes, o que nos suscita a retomada dessa potência nos territórios com a população e os trabalhadores. A diversidade de temáticas problematizadas merece

ser refletida e revisitada com a leitura dos diagnósticos socioterritoriais produzidos em cada uma das 17 regiões da cidade para conhecimento em profundidade das dinâmicas regionais e, também do Diagnóstico geral de Porto Alegre, que estabelece uma visão ampla das vulnerabilidades e riscos dos territórios e de suas potências, assim como, da capacidade de cobertura da rede socioassistencial.

Os fenômenos sociais como pobreza, desemprego, precarização do trabalho, violência, infância, juventude, evasão escolar, racismo, envelhecimento e isolamento social, dentre vários, estão presentes no campo da política de Assistência Social, assim como no restante da sociedade e não estão descolados de questões políticas, econômicas e culturais do contexto brasileiro atual e devem ser contextualizadas no âmbito nacional e internacional. Também não podem ser explicados a partir das características dos indivíduos, mas como parte de um conjunto de fatores que estão em permanente transformação. Além disso, tais fenômenos sociais são objeto de estudo e pesquisa em diferentes campos das ciências sociais com diferentes entendimentos e perspectivas teórico-metodológicas. Diante dessa multiplicidade de questões, ampliar nossa compreensão sobre os territórios a partir da análise e reflexão, pode contribuir para a construção de diálogos de aproximação com a diversidade presente no trabalho social.

Espera-se que os diferentes atores que compõem o campo da política de Assistência Social formados pela população, os trabalhadores, as organizações sociais, as instâncias de controle social possam se apropriar das informações apresentadas para contribuir na construção de uma política de Assistência Social justa e igualitária.

É importante destacar que a realidade social apresentada nos diagnósticos realizados, ao longo de 2019, refletiram percepções daquele momento sócio-histórico em que foram construídos. Em um momento de Pandemia como estamos vivendo, com efeitos diretos na economia, com um contingente de desempregados em todo o território brasileiro, algo inimaginável há um ano, as desigualdades sociais tendem a ser intensificadas. Nesse sentido, aqueles grupos sociais que já se encontravam vulneráveis ou em risco, tendem a ter sua situação agudizada no momento da pandemia e pós-pandemia.

Nesse sentido, a Assessoria de Vigilância Socioassistencial realizou em agosto/2021, um diagnóstico dos atendimentos realizados e dos benefícios concedidos pela rede socioassistencial, da capacidade de cobertura quanto aos serviços, benefícios e da atuação dos trabalhadores no contexto da pandemia SARS COVID-19.. Os dados foram sistematizados em comparação ao período de 2019.

8.2 CONTEXTO DA PANDEMIA: capacidade de cobertura da rede socioassistencial - 2019 / 2020 e 2021

Desde dezembro de 2019, o mundo passou a viver sob o espectro da Pandemia COVID-19. O impacto do vírus se fez sentir em todas as dimensões da sociedade e, em Porto Alegre, os primeiros casos da doença foram identificados em março de 2020. O risco de adoecimento e da morte exigiu mudanças estratégicas para minimizar os efeitos da pandemia, com consequências imediatas na saúde, na economia, na educação e na organização das famílias e indivíduos, dentre tantos.

O impacto econômico da pandemia implicou no aumento do desemprego, especialmente entre os indivíduos com menor renda e escolaridade. A população que já vivia em condições de pobreza foi especialmente afetada, pois a área de serviços foi uma das primeiras a serem atingidas com a redução da circulação e fechamento ou redução de funcionamento dos equipamentos públicos e privados existentes no município.

Essas transformações impactaram nos serviços da política de assistência social com a população buscando, nesta política, proteção social para a obtenção de renda e formas de garantia de suprir suas necessidades básicas, como alimentação e moradia. A busca por benefícios eventuais como cesta básica e auxílio moradia se intensificou, se ampliando inclusive, o escopo social dos indivíduos que passaram a buscar os CRAS.

8.2.1 Benefícios Eventuais

Com relação aos benefícios eventuais (Resolução CNAS nº 212/2006) estão regulamentados pelo Decreto 20814/2020 da FASC, que prevê 6 modalidades de benefícios eventuais: auxílio-alimentação, auxílio viagem, auxílio transporte, auxílio moradia, auxílio proteção especial e auxílio situação de emergência e estado de calamidade pública. Em 2020, a FASC criou o sistema informatizado para prestação de contas dos benefícios eventuais concedidos. A seguir apresentamos o quadro comparativo dos benefícios concedidos em 2019, 2020 e 2021 considerando o total de pessoas que tiveram acesso aos mesmos:

Tipo de Benefícios	Quantidades Concedidas		
	2019	2020	2021
Auxílio Viagem	21	17	16
Auxílio Moradia – FASC	56	132	194
Auxílio Moradia COVID -19	-	457	572
Auxílio Proteção Especial	136	241	157
Auxílio funeral	788	981	673
Total	1.001	1.828	1.612

Fonte: CGBCAD/Agosto 2021.

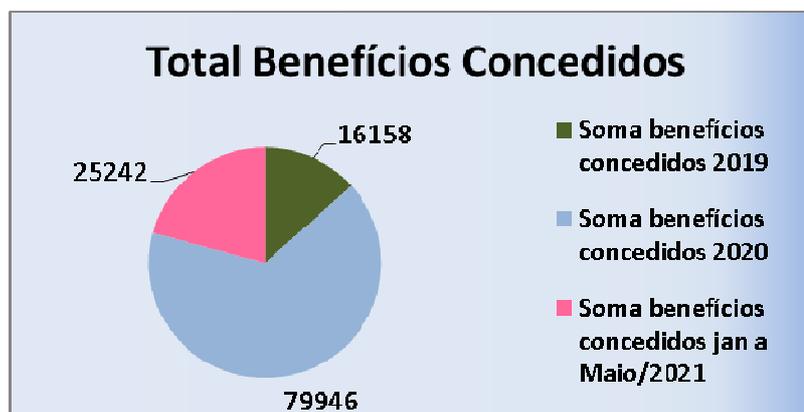
Quadro dos Benefícios - Modalidade Auxílio Alimentação:

Tipo de Benefícios	2020	2021-(jan a ago)
	Quantidade	Quantidade
Cesta básica	34.392	19.926
Cesta básica /Kit de higiene	62.086	37.198
Cesta povos tradicionais	3.209	2.732
Kit Proteico	17.412	3.302
Total	117.099	63.158

Fonte: CGBCAD/Agosto 2021.

A análise comparativa dos exercícios 2020 e 2021 mostram a evolução dos benefícios e a diversificação das modalidades. Destaca-se, contudo, que a maior demanda se refere à concessão de alimentação.

O gráfico abaixo apresenta o total de benefícios concedidos em Porto Alegre, no qual se observa um crescimento de 494% de 2019 para 2020, no contexto da pandemia. Em 2021 foram computados os dados de janeiro a maio e o número já é superior ao ano todo de 2019, devendo, até o final de 2021, ficar semelhante ao ano de 2020.



8.2.2 Proteção Social Básica – PSB

➤ **Atendimentos Realizados nos CRAS:**

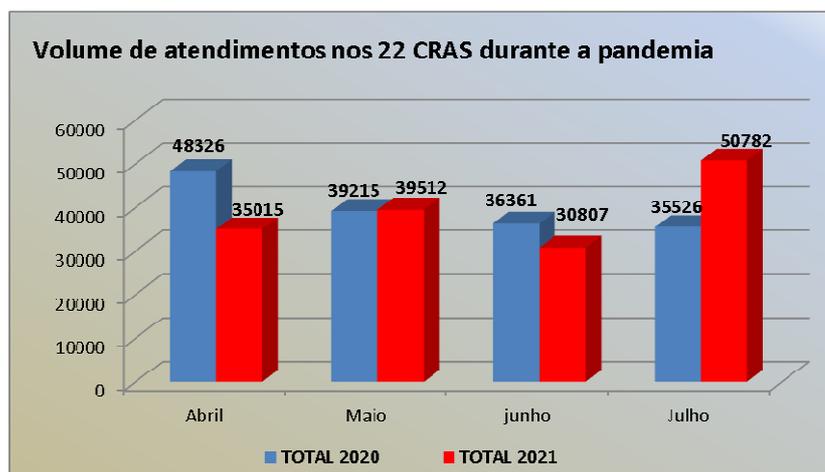
A pandemia teve impacto importante na gestão do trabalho da rede socioassistencial, devido às medidas de distanciamento social e seu impacto socioeconômico junto à população. Tais mudanças exigiram a reorganização das demandas e processos de trabalho dos serviços de proteção social básica, média e alta complexidade.

Na tabela abaixo está a soma e média dos atendimentos das equipes técnicas e mais do administrativo na recepção dos CRAS, realizados tanto por telefone, como presencialmente. Durante a Pandemia os CRAS passaram a ter um grande acesso diário. Nesta soma estão contidas todas as formas de acesso, sejam os pedidos de informações que geram atendimentos na recepção e/ou PAIF, presencial ou por telefone. Este volume demonstra a necessidade da população por acesso a serviços e benefícios da política de Assistência Social e demais Políticas públicas.

Volume de atendimentos nos 22 CRAS durante a pandemia				
MÊS	TOTAL 2020	Média por CRAS/mês	TOTAL 2021	Média por CRAS/mês
Janeiro	*		22637	1077
Fevereiro	*		19412	882
Março *	4847	220	20313	1015
Abril	48326	2197	35015	1592
Mai	39215	1783	39512	1796
junho	36361	1653	30807	1400
Julho	35526	1615	50782	2308
Agosto	38016	1728		
Setembro	33801	1536		
Outubro	24056	1093		
Novembro	22378	1017		
Dezembro	25547	1161		
TOTAL	308073	14002	218478	10070

Fonte: PSB – relatório diário de atendimentos

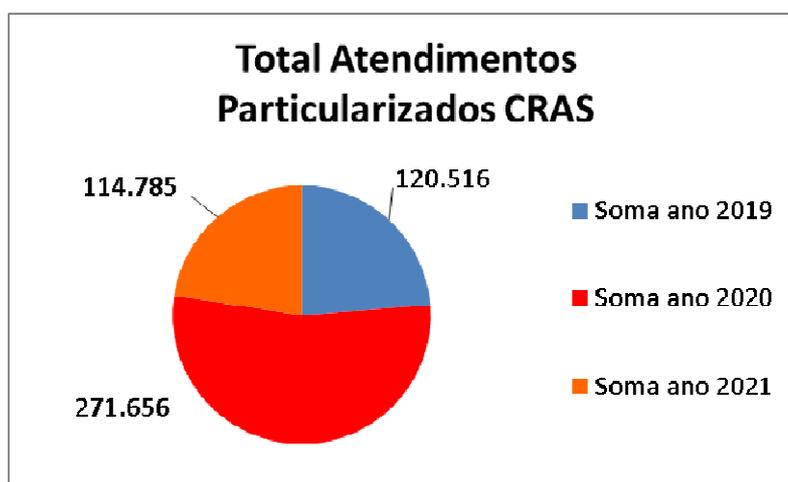
Para fins comparativos, o gráfico a seguir apresenta o volume total das diversas formas de atendimento no período de abril a julho de 2020 e 2021.



Fonte: PSB – relatório diário de atendimentos

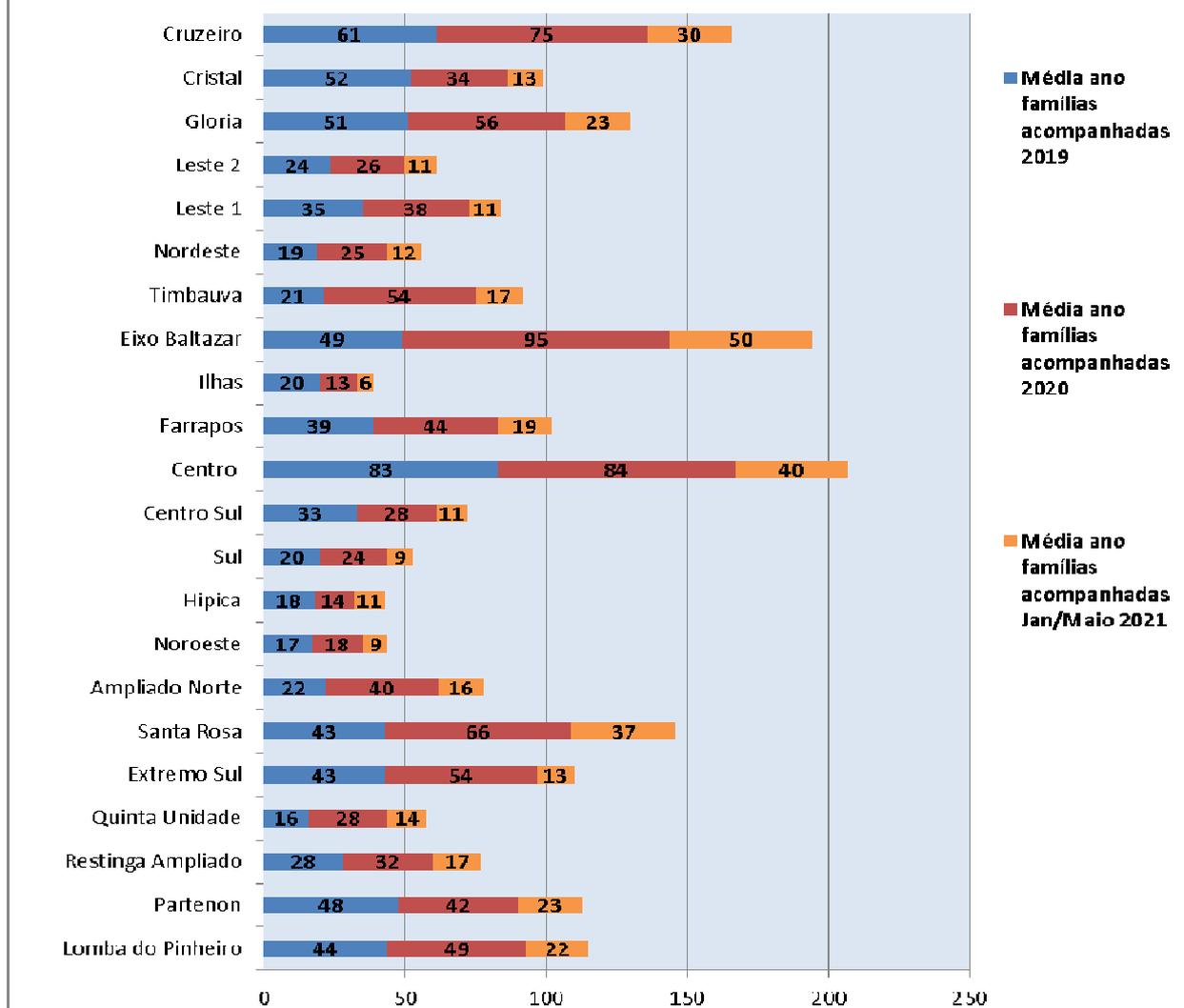
➤ **Atendimentos Particularizados nos CRAS:**

O funcionamento dos serviços socioassistenciais nos CRAS sofreu modificações com a ampliação de atendimentos em busca de benefícios e orientações por parte da população impactada neste momento de pandemia de COVID-19. Esses atendimentos passaram a ser realizados de forma individualizada por meio do atendimento presencial e por telefone e observou-se uma redução no número de famílias que permaneceram e/ou aderiram aos acompanhamentos sistemáticos.



O acompanhamento das famílias no PAIF pode ser observado nos gráficos comparativos do exercício 2019, 2020 e 2021.

Média /Ano das Famílias acompanhadas no PAIF por CRAS - 2019, 2020 e 2021 (jan a maio)



➤ Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

O Decreto da Pandemia COVID 19 proibiu as ações coletivas, o que afetou diretamente o formato de atendimento dos CRAS e especialmente a execução do SCFV, havendo suspensão das parcerias de março a setembro de 2020.

Em função das medidas de distanciamento social os serviços de Convivência e Fortalecimento de vínculos destinados ao público de 7 a 14 anos, 15 a 17 anos e acima de 60 anos sofreram com uma redução no número de atendimentos. Entretanto, os serviços buscaram manter o acompanhamento dos usuários através de atendimentos virtuais, telefônicos e/ou particularizados, considerando que os atendimentos coletivos não puderam ser realizados.

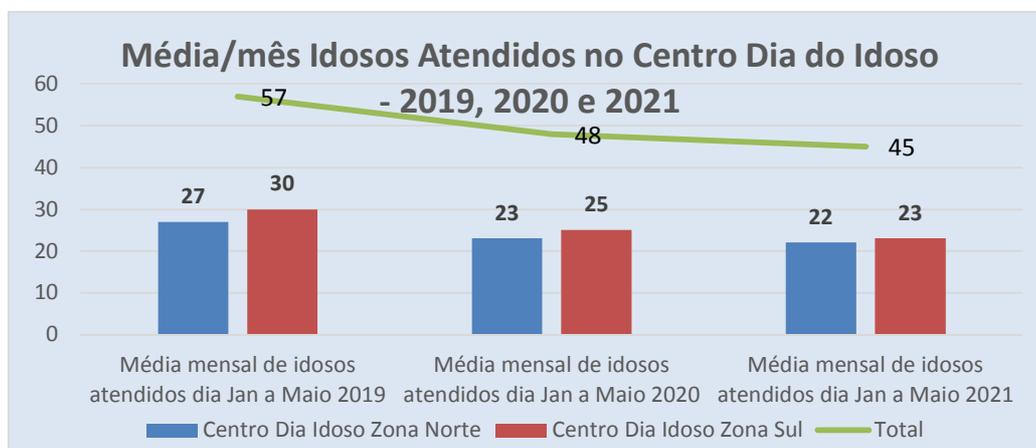
8.2.3 Proteção Social Especial de Média Complexidade – PSEMC

➤ **Atendimentos Realizados nos CREAS:**

Na rede de proteção social especial também houve alterações significativas nos serviços socioassistenciais. O acompanhamento das famílias no Serviço Especializado PAEFI teve uma ampliação significativa no período de 2019, 2020 e 2021. A ampliação do número de famílias acompanhadas revela que elas se encontram em situação de risco, como situações relacionadas à violência, negligência, trabalho infantil e abandono. Com a necessidade de intensificar as abordagens identificou-se o aumento de crianças em situação de trabalho infantil e população em situação de rua, indicativos importantes do impacto da pandemia, do desemprego e da ausência de renda das famílias.

➤ **Centro Dia do Idoso**

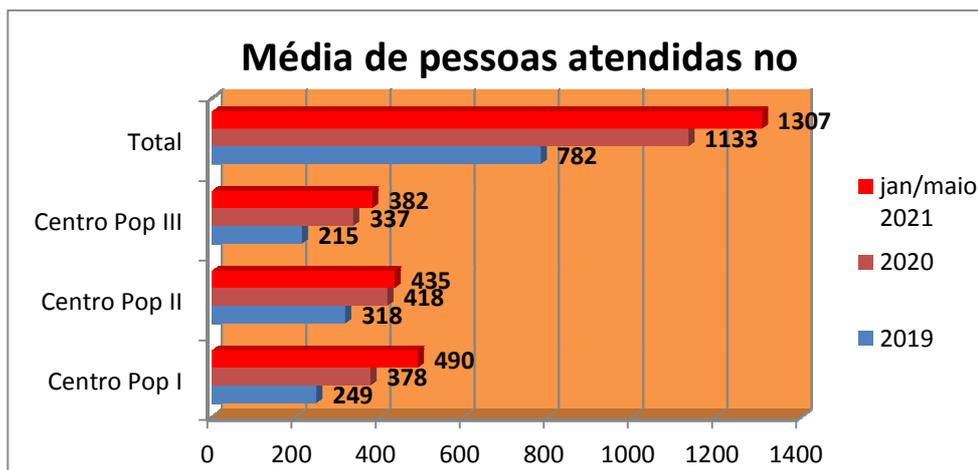
No Centro Dia do Idoso de 2019 a 2021 houve redução no número de idosos atendidos, o que se justifica pelo risco e receio do grupo etário, devido à Pandemia. Mesmo com as atividades coletivas suspensas, a equipe manteve os atendimentos aos idosos de forma virtual e/ou particularizados e por contato telefônico, como pode ser observado no gráfico a seguir:



Fonte: RMA. Agosto/2021.

➤ **Centro Pop:**

Os dados de atendimento dos três Centros POP demonstram a ampliação da população atendida na rede.

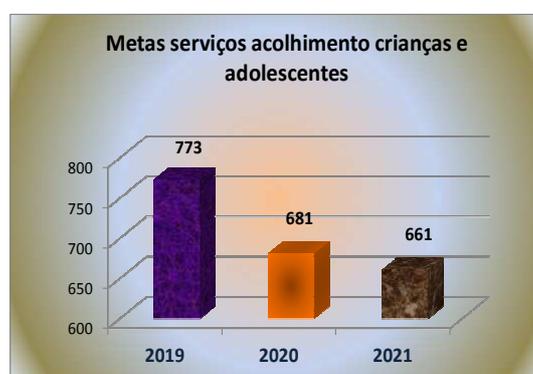
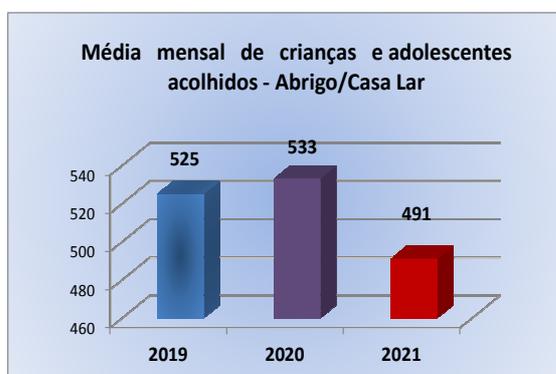
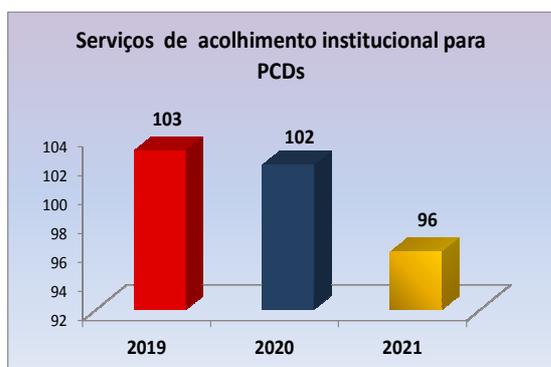


Fonte: RMA. Agosto/2021.

8.2.4 Proteção Social Especial de alta Complexidade – PSEAC

➤ Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes:

Na rede de acolhimento institucional para as crianças e adolescentes as atividades houve uma redução das crianças e adolescentes acolhidos em 2020.



Fonte: CADOL, ASSEVIS, Agosto/2021.

➤ **Acolhimento à população Adulta:**

A rede de acolhimento adulta passou por um reordenamento provisório visando qualificar o atendimento durante a pandemia considerando os protocolos de higiene e distanciamento estabelecidos. Desta forma houve uma redução nas metas dos serviços de albergues e um aumento nas metas de abrigos com atendimento 24h, havendo a contratação de 60 metas em pousadas para pernoite para o ano de 2020 e a abertura do Serviço Casa do Imigrante, com 14 metas. Em 2021, foram contratadas 250 vagas em Pousada para ampliação e continuidade do atendimento.

8.2.5 Os trabalhadores no contexto da Pandemia de Covid-19:

Outro fator que tem incidido sobre a questão dos recursos humanos se refere aos impactos da pandemia nos afastamentos, devido ao risco de infecções e comorbidades (pessoas com mais de 60 anos e doenças). As medidas de distanciamento social e o risco de contaminação exigiu a adoção de medidas de revezamento e trabalho remoto. Cabe destacar, que durante a pandemia, a política de assistência social passou a ser considerada essencial e os trabalhadores mantiveram de forma ininterrupta os atendimentos à população.

No período de maio de 2020 a junho de 2021 foi identificado pela Coordenação de Gestão de Recursos Humanos da Fundação um total de 180 trabalhadores infectados com o vírus COVID.

8.2.6 Considerações Finais Diagnóstico da Cobertura Socioassistencial – 2020/2021:

A análise dos dados apresentados no período de 2019, 2020 e 2021 mostra que a pandemia permanece impactando a população e a rede de serviços socioassistenciais.

A ampliação das demandas por benefícios eventuais e acesso ao Cadastro Único nos CRAS refletem que a população acessa os serviços em busca de proteção social, especialmente a alimentação e moradia.

As medidas de distanciamento social implicaram na suspensão das atividades coletivas e redução da capacidade de atendimento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, centro dia e similares, bem como das unidades de acolhimento, como formas de redução dos contágios.

Os serviços de CRAS e CREAS e as unidades de acolhimento permaneceram funcionando semanalmente 08 horas por dia, alterando as formas de atendimentos. Os atendimentos coletivos foram suspensos, mantendo-se os particularizados por meio presencial, remoto e por telefone, especialmente nos CRAS que teve ampliação significativa.

A rede de Serviço de Abordagem Social, Acompanhamento de Medidas Socioeducativas, Centro Pop e Centro Dia do Idoso permaneceram em funcionamento. No Centro Pop e Serviço de Abordagem Social houve intensificação nos atendimentos para atender a população em situação de rua, bem como de crianças em situação de trabalho infantil.

No período de 2020 a 2021 foi necessária a ampliação dos serviços: a abertura do Residencial Inclusivo, Casa do Migrante, República do Idoso, Instituição de Longa Permanência Grau III e Família Acolhedora. Foram adotadas medidas de concessão de outras modalidades de acolhimento como hospedagem em Pousadas, auxílio para pagamento de aluguel, de modo a ampliar as ofertas de acolhimento da população.

Também houve ampliação de recursos em 2020, por parte do Ministério da Cidadania, para a execução de ações em relação à pandemia.

PARTE II

9 PLANEJAMENTO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

O planejamento Municipal de Assistência Social da gestão, dos serviços e programas para o período de 2022 a 2025 está definido a partir do Plano Plurianual 2022/2025 – PPA conforme as orientações previstas no Sistema Único de Assistência – SUAS, no pacto de aprimoramento de gestão e nas deliberações da Conferência Municipal.

9.1 DIREÇÃO EXECUTIVA

No ano de 2021 com o início do novo Governo Municipal, que assume em plena pandemia da COVID 19, a nova gestão da FASC identifica inúmeros desafios para atender a população que demanda ações de proteção social na política pública de assistência social. O agravamento das questões sociais tem ampliado as necessidades sociais da população, assim como se observa um aumento das situações de vulnerabilidade e risco nos territórios da cidade. A busca por alimentação e renda na rede socioassistencial, o aumento da população em situação de rua e das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil tem impactado a situação social das famílias e indivíduos expostos a contextos de maior vulnerabilidade e risco. Frente a esse cenário, as ações iniciais foram voltadas para atender as prioridades emergenciais da população.

Paralelo a estes enfrentamentos, a gestão encontra-se realizando reordenamento administrativo visando à valorização, qualificação e ampliação do quadro de servidores da Fundação, acompanhamento dos projetos técnicos estratégicos e Prometas pactuados junto a administração central, revisão de todos os termos de colaboração que estão atualmente vigentes e que terão encerramento previsto para o segundo semestre de 2022, assegurando a continuidade na prestação de serviços e programas, conforme a Lei 13.019/2014 - Marco Regulatório das organizações da Sociedade Civil que trouxe uma nova perspectiva de atuação do Poder Público junto as Organizações Sociais.

Diante destes cenários é necessário propor ações de curto, médio e longo prazo. As ações de curto prazo são aquelas planejadas para dar atenção à situação de enfrentamento à pandemia e a retomada do GT- vínculo SUAS para o reordenamento dos serviços de Serviço de Atendimento às

famílias e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. As de médio e longo prazo consistem na retomada do fortalecimento da proteção social no que de fato compete à política de assistência social, o reordenamento institucional, concurso público, chamamento público para Organização da Sociedade Civil, qualificação e adequação dos espaços físicos dos serviços e sede administrativa proporcionando aos usuários e trabalhadores melhores condições nos ambientes de trabalho e acessibilidade.

A seguir será apresentado o planejamento das Direções e Assessorias que compõem a FASC:

9.1.2. Planejamento Direção Executiva

AÇÕES GESTÃO	Cronograma de Execução			
	2022	2023	2024	2025
Estudo de viabilidade para ampliação dos quadros de RH da Fundação a partir das necessidades apontadas pelas áreas	X			
Aprovar e implantar o Reordenamento Administrativo da FASC	X	X		
Implantação 10º CREAS	X	X		
Demandar a realização de concurso público para nível médio e superior	X	X		
Reordenamento do SAF e SCFV	X	X		
Projeto Prioritário de Governo: Potencialização e qualificação do acompanhamento técnico e de gestão da Política de Assistência Social	X	X	X	X
Projeto Prioritário de Governo: Sistema PROTEGE	X	X	X	X
Projeto Prioritário de Governo: Plano de Proteção Social Covid 2021	X	X	X	
Articular junto aos demandantes a qualificação das emendas impositivas e parlamentares de acordo com as propostas e ações prioritárias da FASC	X	X	X	X
Instituir a Comissão Permanente de Sindicância	X			
Capacitação dos servidores da gestão e rede de serviços sobre Marco Regulatório	X	X	X	X
Desenvolver ações de formação permanente para a rede de trabalhadores da política no município	X	X	X	X
Desenvolver ações de divulgação sobre as ações de assistência social desenvolvidas na cidade	X	X	X	X
Estudo de viabilidade de ampliação de mais 4 CRAS- Proposta da XII Conferência Municipal de Assistência Social (regiões Norte - Santa Rosa e Restinga já identificadas como prioridades)		X	X	
Qualificação dos espaços físicos dos serviços da rede própria	X	X	X	X
Captar recursos junto a organizações públicas e privadas com vistas a melhorias na rede de serviços socioassistenciais	X	X	X	X
Revisar a proposta de atuação dos articuladores no que se refere ao acompanhamento, monitoramento e avaliação das OSCs parcerizadas;	X			

AÇÕES PPA e PROMETA 2022/2025	METAS/ANO			
	2022	2023	2024	2025
PROMETA: Eliminar o trabalho infantil em POA - PETI	500	300	0	0
PROMETA: Inserir pessoas abordadas em situação de rua em algum tipo de acompanhamento continuado nos serviços de assistência social	83%	88%	93%	93%
PROMETA: Aumentar o percentual de Famílias em Situação de Vulnerabilidade atendidas pela Política de Assistência Social	56%	62%	70%	70%
PROMETA: Aumentar a quantidade de Equipamentos de acolhimento para a população em situação de rua	28	33	38	38
Projeto prioritário de Governo: Ampliação da rede de atendimento à pessoa idosa	100	120	120	120
Capacitação dos servidores da gestão quanto à Compliance	50%	75%	100%	100%
Capacitação dos servidores da gestão sobre Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD	50%	75%	100%	100%

Resultados e Impactos Esperados
Melhoria das estruturas físicas e equipamentos para qualificação do atendimento à população
Ampliação dos servidores efetivos com vistas à qualificação e prestação dos serviços e benefícios
Valorização dos servidores da FASC com vistas à redução da rotatividade e qualificação do quadro
Efetivação do SAF e SCFV de acordo com a tipificação dos serviços socioassistenciais
Qualificação sobre a LGPD, Marco Regulatório e Compliance
Ampliação da capacidade de cobertura da rede de proteção social básica
Ampliação da capacidade de cobertura da rede de proteção social especial
Qualificação da gestão da informação com o registro dos atendimentos pela rede socioassistencial
Qualificação dos trabalhadores por meio da educação permanente
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
% de recursos captados para ampliação dos CRAS;
% de ampliação de servidores na FASC;
% de servidores participaram de ações de capacitação e de educação permanente;
Nº de espaços físicos qualificados;
Nº de serviços reordenados – SCFV;
Nº de serviços reordenados – SAF;
% de serviços de PSB, PSEMC e PSEAC ampliados;
% de implantação e utilização do sistema de registro de atendimentos da rede socioassistencial – PROTEGE
Nº de CRAS e CREAS ampliados;

9.2 DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

A Direção Administrativa tem por competência dirigir as atividades administrativas da FASC, através de suas Coordenações Administrativa (COADM), Obras e Projetos (COOP) e Gestão de Recursos Humanos- CGRH. O planejamento a seguir apresenta as ações previstas para o exercício e está organizado entre ações gerais da área administrativa e CGRH.

9.2.1. Planejamento Direção Administrativa

Ações estabelecidas	Cronograma de Execução			
	2022	2023	2024	2025
Qualificar a gestão dos contratos de prestação de serviços, a fim de atender com mais qualidade as demandas da sede administrativa e demais equipamentos da FASC	X	X	X	X
Qualificar e modernizar os equipamentos de informática da FASC	X	X		
Implantação e qualificação da internet e wi-fi na sede e nas unidades públicas de assistência social	X	X		
Implantação do registro eletrônico de efetividade em todas as unidades da FASC (relógio-ponto)	X			
Modernização dos softwares visando celeridade na execução do trabalho para todos os equipamentos da FASC, especialmente na sede administrativa	X	X	X	X

Resultados e Impactos Esperados
Qualificação na prestação de serviços
Modernização dos equipamentos de informática
Implantação da internet e wi-fi
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
% de contratos qualificados
% de equipamentos adquiridos e substituídos
% de equipamentos com internet e wi-fi implantados
% de sistemas informatizados implantados na FASC

Previsão de Obras e Reformas	Cronograma de Execução			
	2022	2023	2024	2025
Projeto, captação de recursos e Obra de Reforma do Abrigo Bom Jesus	x	x	x	
Projeto, captação de recursos e Obra de Reforma/Recuperação da Fachada do Edifício Sede da FASC	x	x	x	
Projeto, captação de recursos e Obra do Novo CRAS Leste I e CREAS Leste – Local Interditado.	x	x	x	
Projeto, captação de recursos e Obra do CRAS Glória		x	x	x
Captação de recursos e Obra do CRAS Cristal		x	x	

Acessibilidade e PPCIs dos Prédios da FASC	x	x	x	x
Projeto, captação de recursos e Reforma do CREAS Restinga	x	x		
Projeto, captação de recursos e obra dos Dormitórios do Abrigo Marlene	x	x	x	
Projeto, captação de recursos e obras de Ampliação do CRAS Timbaúva		x	x	x
Estudo, projeto, captação de recursos para Obra do CRAS FARRAPOS			x	x
Projeto/Obra do CRAS Eixo-Baltazar – CEVI – contrapartida da viabilização do complexo do Porto Seco			x	x
Estudo, projeto, captação de recursos para Obra de Ampliação do CRAS NORDESTE		x	x	x
Construção de sala Multiuso COHAB CAVALHADA	x			
Estudo de viabilização do espaço para o 10º CREAS na Região Ilhas, Humaitá Navegantes	x			

Resultados e Impactos Esperados
Qualificação dos espaços físicos dos serviços e da sede administrativa da FASC
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
% de projetos finalizados por obras
% de execução das obras iniciadas

9.2.2 Coordenação de Gestão de Recursos Humanos – CGRH

A Coordenação é responsável pela gestão do processo de trabalho necessário ao funcionamento do SUAS, que abarca novos sistemas organizacionais, de educação permanente, adequação dos perfis profissionais as necessidades do SUAS, sistemas de informação e planos de carreira, cargos e salários, entre outros aspectos, através das áreas: Ingresso e estágios – AIES, Apoio Técnico Administrativo – AATA, Educação Permanente e Acompanhamento do Trabalho – AEPAT e de Pessoal – APE, visando qualificar o atendimento da política de assistência social do município.

9.2.2.1 Planejamento da CGRH

Ações estabelecidas	Cronograma de Execução			
	2022	2023	2024	2025
Estudo para elaboração Plano de Demissões (PDV);	x	x		
Estudo de viabilidade para reposição das vacâncias de servidores exonerados e aposentados, com o objetivo de melhorar o quadro de pessoal;	x	x		
Fortalecimento da AEPAT para proporcionar acompanhamento e educação permanente em ações conjuntas com o NUEP para os servidores.	x	x	x	x

Resultados e Impactos Esperados
Qualificação de fluxos e apoio aos trabalhadores;
Reposição e adequação do quadro de pessoal da FASC.
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº de novos servidores;
Nº de servidores acompanhados pela AEPAT;
Nº de servidores que participaram da educação permanente.

9.3 DIREÇÃO FINANCEIRA

A Direção Financeira tem por competência dirigir as atividades financeiras da FASC, através de suas Coordenações Financeira (COFIN), de Convênios (CGCONV) e de Licitações e Contratos (CLIC). O planejamento a seguir apresenta as ações previstas para o exercício e está organizado entre ações gerais da área financeira.

9.3.1 Planejamento Direção Financeira

Ações estabelecidas	Cronograma de Execução/ ANO			
	2022	2023	2024	2025
Alcançar a pontualidade na análise das prestações de contas e eliminar o passivo 2019-2021	X	X		
Inserção dos contratos no SISCON para controle e automação do Controle dos Contratos	X	X	X	X
Aperfeiçoamento no Controle das prestações de contas do Sistema de Gestão de Parcerias	X	X	X	X
Acompanhamento e capacitação técnica para qualificação das parcerias	X	X	X	X
Executar a renovação dos termos de parcerias	X			
Otimização dos Fluxos Operacionais de Trabalho	X	X	X	X
Redução de documentos em papel	X	X	X	X

Resultados e Impactos Esperados
Potencializar os fluxos operacionais para atendimento das demandas de trabalho com maior celeridade, eficácia, eficiência e transparência.
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº de prestações de contas pontuais
Nº de prestações de contas do passivo eliminadas
Nº de contratos controlados pelo SISCON

Nº de documentos substituídos por meio eletrônico
Nº de ações de capacitação realizadas para trabalhadores
Nº de OSC capacitadas
Nº de Termos de Parceria renovados

9.4 DIREÇÃO TÉCNICA

A Direção Técnica tem como competência garantir a gestão e execução dos serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais no âmbito municipal por meio das Coordenações de Proteção Social Básica, Especial de Média e Alta Complexidade, de Nutrição, de Supervisão, de Educação Permanente e da Gestão de Benefícios e do Cadastro Único.

A seguir, as ações desta Direção Técnica para o próximo quadriênio 2022-2025.

9.4.1 Planejamento da Direção Técnica

Ações estabelecidas	Cronograma de Execução/ ANO			
	2022	2023	2024	2025
Gestão das ações e serviços do SUAS em Porto Alegre com as Coordenações das Áreas Técnicas através da discussão, orientação e acompanhamento dos seu planos e projetos.	x	x	x	x
Articulação e composição com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do planejamento, da implantação e da execução das ações integradas.	x	x	x	x
Acompanhamento às Ações Estratégicas de Gestão Municipal- PROMETAS E PROJETOS PRIORITÁRIOS: - PSB, Apoio e Orientação às Famílias e Indivíduos: aumentar o percentual de famílias em situação de vulnerabilidade atendidas; - PSEAC, Acolhimento Institucional Adulto: aumentar a quantidade de equipamentos para a população. - PSEMC, Serviço Especializado em Abordagem Social: inserir 93% das pessoas abordadas em algum tipo de serviço da AS; - PSEAC, Acolhimento Institucional a Idosos (Projeto Prioritário): ampliar a rede de atendimento ao Idoso.	x	x	x	x
Articulação e coordenação junto aos Dirigentes das OSCs (Rede Parceirizada), em nível técnico, através de reuniões sistemáticas de alinhamento.	x	x	x	x
Coordenação das reuniões de Área Técnica envolvendo as Coordenações da PSB, PSE, Supervisão, CGBCAD, COANUT, NUEP e VSA, garantindo as diretrizes e alinhamento na execução do SUAS.	x	x	x	x
Coordenação do Comitê Gestor de Parcerias – CGPAR, envolvendo, além das Coordenações Técnicas, setores da Área Administrativa, Financeira e Assessoria Jurídica, qualificando e adequando os serviços parceirizados ao Marco Regulatório.	x	x	x	x

Planejamento e acompanhamento do Núcleo de Educação Permanente – NUEP, instituído junto à Direção Técnica, como proposta de qualificação contínua, crítica e reflexiva dos processos de trabalho em suas diferentes instâncias e níveis de atuação.	x	x	x	x
Acompanhamento do Projeto de reestruturação do CADÚnico no Município.	x	x	x	x
Acompanhamento do Projeto e implantação do Sistema Informatizado PROTEGE.	x	x	x	x
Promoção e qualificação da articulação entre as Proteções, Supervisão, CGBCAD, ASSEPLA, COANUT, Vigilância Socioassistencial e COADM para compartilhamento de informações e reflexões, planejamento integrado, organização de fluxos e fortalecimento do SUAS	x	x	x	x
Ampliação e fortalecimento do GT Povos e Comunidades Tradicionais pela Direção Técnica, PSB, PSE, Supervisão, CGBCAD, e Vigilância Socioassistencial para delinear o papel da Assistência Social no acompanhamento destes grupos, estabelecer interface com outras secretarias do Município e estruturar processos formativos.	x	x	x	x
Implantação e acompanhamento do Núcleo de Processos, articulando PSB, PSE, Supervisão e Assessoria Jurídica.	x	x	x	x
Acompanhamento à readequação, atualização e qualificação dos Projetos Técnicos de cada uma das coordenações da área técnica.	x	x	x	x
Acompanhamento do processo de elaboração dos editais para novos termos de colaboração de parcerias	x	x		
Implantação e Gestão do Plano Intersetorial Ação Rua pela FASC, junto a SMDS.	x	x	x	x
Articulação com os Conselhos de Direitos (CMAS, CMDCA e COMUI) para maior e melhor comunicação, alinhamento e implementação dos projetos e serviços, por meio de reuniões sistemáticas.	x	x	x	x
Articulação com os órgãos do Poder Judiciário, MP, Defensoria e Conselhos Tutelares para qualificação dos fluxos com as Proteções e os serviços por meio de reuniões sistemáticas.	x	x	x	x
Acompanhamento, junto à Presidência, do GT Vínculo SUAS, retomando a pauta, especialmente, do reordenamento do SCFV e SAFs, com os demais envolvidos: OSCs, seus dirigentes, Fóruns específicos e Conselhos de Direitos.	x	x		
Reordenamento do Abrigo Bom Jesus.		x	x	
Acompanhamento do projeto técnico para abertura do décimo CREAS, na Região Ilhas/Humaitá/Navegantes.		x		
Acompanhamento do projeto técnico para abertura de quatro Centros POPs, descentralizados;	x	x		
Articulação, análise e acompanhamento, em conjunto com a Direção Administrativa, das necessidades dos espaços físicos dos serviços.	x	x	x	x
Estudo de viabilidade para instalação de 4 CRAS conforme deliberações das Conferências Municipais de Assistência Social. (regiões Norte - Santa Rosa e Restinga já identificadas como prioridades)		x	x	x
Estudo de viabilidade da em conjunto com a CGRH para ampliação das equipes técnicas dos 9 CREAS;		x		x
Estudo de viabilidade em conjunto com a Vigilância Socioassistencial para a execução de um Censo da População em situação de rua: crianças, adolescentes e adultos;		x		
Constituição de Grupo de Trabalho com representação intersetorial para atualização de projeto técnico sob as novas diretrizes do ACESSUAS Trabalho	x			

Implementação do Programa ACESSUAS Trabalho para promover a inclusão dos usuários que buscam a assistência social no mundo do trabalho por meio de ações articuladas com os demais serviços e programas municipais, estaduais e federais;		x	x	
Acompanhamento do Projeto de implementação da Supervisão Técnica, sua capilaridade nas redes, representatividade, gestão, educação permanente e referenciamento pelas equipes e territórios.	x	x	x	x
Estudo e acompanhamento para a mudança de local do CREAS Leste em localização acessível ao seu território de referência, em conjunto com a Direção Administrativa;	x			
Estudo de viabilidade em conjunto com a CGRH da ampliação de recursos humanos para garantir a gestão própria dos CENTROS POPs;	x			
Viabilizar o Reordenamento dos núcleos de República. Realizando a divisão para o atendimento de Jovens Adultos egressos do AI em espaço separado da População Adulta com histórico de rua;	x			
Estudo de viabilidade para implantação de 1 Centro Dia do Idoso- conforme o Plano Municipal do Idosos;	x			
Estudo de viabilidade para implantação de um serviço de Casa de Passagem para população adulta em situação de rua	x	x		
Estudo de viabilidade para ampliação de dois residenciais inclusivos para o acolhimento institucional para pessoas com deficiência;	x	x		

Resultados e Impactos Esperados
Maior articulação e alinhamento entre as Áreas Técnicas, repercutindo para os serviços a lógica do SUAS como sistema integrado e compartilhado;
Maior articulação interna, no nível da gestão, produzindo apoio e retornos mais qualificados e assertivos às necessidades dos serviços;
Parcerias com maior impacto social construídas pela transversalidade com a SMDS.
Visibilidade e investimento em ações prioritárias para a política da Assistência Social, pelo Centro de Governo;
Maior alinhamento e diálogo entre as redes, composta por diferentes regimes de trabalho;
Alinhamento e diálogo, próximo e sistemático, entre a Direção Técnica e as equipes, qualificando os processos de escuta, planejamento e construção coletiva;
Aumento do número de servidores efetivos, potencializando a gestão pública, estatal e de caráter continuado;
Efetivo acompanhamento e alinhamento ao Marco Regulatório na relação com os serviços parceirizados;
Qualificação dos processos de trabalho por meio da educação permanente e articulada;
Aprimoramento, qualificação e eficácia no cadastramento da população no CADÚnico, ampliando o alcance e a oferta do serviço para a população mais vulnerável;
Alcançar maior integração dos serviços, a favor do acompanhamento ao usuário, a partir de Sistema Informatizado único, além da geração de dados e relatórios como base para as ações e serviços;
Maior agilidade e competência às respostas dos Processos SEIs de competência da Área Técnica;
Reestruturação dos projetos técnicos, atualizando e adequando-os a novas possibilidades de melhor atender/acompanhar os diferentes públicos. Aperfeiçoamento dos serviços e projetos;
Maior potência no acompanhamento às situações de rua, com maior articulação intersetorial e maior número de superação desta condição;
Fluxos mais claros, respeitosos e articulados entre a FASC e o Poder Judiciário e demais instâncias do Sistema de Garantia de Direitos;
Maior competência de Gestão Técnica e assessoria aos serviços próprios e parceirizados.

Atualização e qualificação dos projetos técnicos em alinhamento ao SUAS, condizente com a possibilidade de maior cofinanciamento federal;
Oferta de mais serviços de acolhimento e acompanhamento a pessoas em situação de rua.;
Maior valorização e melhores condições de trabalho para as equipes que trabalham na política de Assistência Social, essenciais para a oferta das proteções a serem afiançadas às pessoas que dela necessitam.
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº de atividades (reuniões, encontros) realizadas com as equipes técnicas pela DT;
Nº de reuniões com CGPAR;
Nº de projetos técnicos revisados e atualizados;
% de ampliação do acompanhamento aos encaminhamentos à população em situação de rua;
Nº de serviços de acolhimento à população em situação de rua implantados;
Nº de serviços de acolhimento à população idosa implantados;
Nº de serviços de acolhimento à população pcd implantados;

9.5 COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – PSB

A Coordenação da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS é o setor responsável pelo planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação da execução dos serviços, programas e projetos socioassistenciais deste nível de proteção, caracterizado pelo caráter preventivo, protetivo e proativo, operacionalizados nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e nas unidades parceirizadas a eles referenciadas. Excetua-se a oferta do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal pelos CRAS, em ação coordenada pela Coordenação de Gestão de Benefícios e do Cadastro Único.

A seguir são apresentadas as ações da equipe de Gestão da PSB, dos CRAS, dos serviços de PAIF e SCFV conforme os grupos etários.

9.5.1 Planejamento Proteção Social Básica

Ações estabelecidas	Cronograma de Execução			
	2022	2023	2024	2025
Acompanhamento e monitoramento da organização de infraestrutura adequada, em conjunto com a Direção Administrativa, para a oferta das ações de Proteção Social Básica nos CRAS, conforme determinações do SUAS e normas e protocolos de segurança;	X	X	X	X
Formação de comissão composta pela Área Administrativa e Técnica da FASC e representação do CMAS, para constituição de diagnóstico das condições atuais dos espaços físicos;	X			

Ampliação da equipe de referência da PSB, com trabalhadores previstos na NOB/RH SUAS para compor a Gestão, preferencialmente por meio da realização de concurso público, com a finalidade de garantir o desenvolvimento das ações da Proteção e o acompanhamento dos serviços com qualidade;	X			
Viabilização da Colônia de Férias dos Idosos	X	X	X	X
Articulação junto à direção técnica para ampliação das equipes de referência do PAIF, administrativos, educadores sociais, entre outros trabalhadores previstos na NOB/RH SUAS, preferencialmente por meio da realização de concurso público com a finalidade de garantir a continuidade da execução do serviço com qualidade;	X	X	X	X
Ampliação da cobertura da PSB visando alcançar a meta de referenciar aos CRAS 100% das famílias constantes no CADÚNICO, de acordo com PACTO DE APRIMORAMENTO DE GESTÃO – 2022/2025;	X	X	X	X
Organização de fluxo de trabalho que garanta reuniões sistemáticas da PSB com coordenadores e equipes dos CRAS para prestar apoio, orientação e acompanhamento da execução técnica e orçamentária dos serviços, programas e projetos de PSB executados e/ou gerenciados pelo CRAS;	X	X	X	X
Constituição de processo de Planejamento com os CRAS articulado às ações e metas do Plano Municipal de Assistência Social, respeitando as diferenças regionais, mas objetivando garantir parâmetros comuns nos serviços de Proteção Social Básica da cidade;	X	X	X	X
Atualização do Diagnóstico Socioterritorial sob a coordenação da Vigilância Socioassistencial, de forma integrada com a PSE e Supervisão, identificando os impactos da pandemia COVID 19 na vida da população de nossa cidade;	X		X	
Planejamento da distribuição Cartões TRI Assistenciais e acompanhamento dos processos de aquisições e prestação de contas com os CRAS;	X	X	X	X
Reestruturação do trabalho executado pelo PAIF durante o período crítico da pandemia, na perspectiva de finalização das ações do plano de contingenciamento focado na concessão de cestas básicas, para o fortalecimento do PAIF no desenvolvimento dos seus objetivos;	X	X		
Realização de encontros sistemáticos para apoio, orientação e acompanhamento da execução técnica do trabalho social com famílias, identificação dos desafios e compartilhamento de estratégias que contribuam para o melhor alcance dos objetivos do PAIF;	X	X	X	X
Articulação com Supervisão, PSE e NUEP para a realização de percursos formativos que colaborem para o alinhamento conceitual e metodológico, aprimorando fluxos de trabalho e fortalecendo o SUAS, garantindo a participação dos profissionais;	X	X	X	X
Elaboração de planejamento integrado com CGBCAD para acompanhamento das famílias cadastradas no CAD Único (de até ½ salário mínimo per capita), beneficiárias do Bolsa Família (BF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC);	X	X	X	X
Sistematização das principais demandas relativas ao acompanhamento familiar apresentados através dos Processos do Judiciário e MP como base de informação para subsidiar as equipes técnicas, proporcionar espaços de formação com PAIF/SAF e compor posicionamento institucional no GT Processos;	X	X	X	X

Realização de encontros sistemáticos para apoio, orientação e acompanhamento da execução do SCFV de 6-14 nos CRAS Ampliados, SCFV Projovem Adolescente e SCFV Idosos, objetivando o alcance dos objetivos do serviço de convivência e a complementariedade com o PAIF;	X	X	X	X
Promoção de espaços de capacitação com as equipes de SCFV Próprios referentes às temáticas pertinentes a concepção de convivência e fortalecimento de vínculos, articulando profissionais convidados quando necessário;	X	X	X	X
Qualificação dos processos de trabalho para orientação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das parcerias articulados no CGPAR (Comitê Gestor de Parcerias), instituindo fluxos e instrumentos padronizados, alinhados as diretrizes do SUAS e do MROSC;	X	X	X	X
Participação no GT Vínculo SUAS a ser retomado pela gestão da FASC, com representação do Fórum de Entidades e conselhos de direitos – CMAS e CMDCA, tendo por objetivo orientar e subsidiar tecnicamente a discussão sobre os serviços da PNAS que podem ser parceirizados e que melhor atendam às necessidades regionais, conforme diagnóstico socioterritorial;	X			
Revisão e qualificação dos Projetos Técnicos da FASC para o SAF e SCFV conforme diretrizes do SUAS, como principal referencial para o processo de abertura de novos editais de parcerias, considerando término do prazo de cinco anos das vigentes, conforme MROSC;	X			
Compartilhamento de informações com a SMED e SEC para mapear a oferta dos projetos escolares complementares no Turno Inverso e Educação Integral, serviços que competem com parte do público atendido no SCFV, com vistas a evitar sobreposição de ações para os mesmos, melhorando a cobertura de Serviços para crianças e adolescentes na cidade;	X			
Constituição, em conjunto com a Vigilância, de parâmetros para a oferta dos serviços, com protocolos e fluxos institucionais claros, eficientes e coerentes com a necessidade do trabalho, consolidando rotina que possibilite o registro sistemático das ações e qualificação da execução do PAIF;	X			

Resultados e Impactos Esperados
Ampliação da oferta e acesso aos Serviços de Proteção Social Básica;
Aprimoramento e qualificação dos processos de trabalho;
Fortalecimento do SUAS com a articulação e complementariedade entre os Serviços;
Maior inclusão do público prioritário da Assistência Social nos serviços;
Divulgação do cronograma de ações do Plano Municipal para acompanhamento das equipes e usuários
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº de Seminários regionais com as equipes de CRAS e CORAS para acompanhamento do Plano Municipal;
Nº de famílias e indivíduos acompanhados pelo Programa de Atenção Integral à Família - PAIF
Nº de famílias e indivíduos acompanhados no Serviço de Atendimento Integral à Família- SAF
Volume de todos os atendimentos nos CRAS-PAIF
% de ampliação de Famílias em Situação de Vulnerabilidade atendidas pela Política de Assistência Social

9.6 CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

Os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS compõem unidades públicas descentralizadas, de caráter estatal, do Sistema Único de Assistência Social, constituindo-se a principal porta de entrada dos usuários da Política e referência para todos os serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica nos territórios de vulnerabilidade e risco social onde estão georreferenciados. Estes equipamentos públicos são responsáveis pela organização, gestão e oferta de serviços de caráter preventivo, protetivo e proativo e executam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias – PAIF e o Serviço de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos – SCFV. O primeiro está voltado para a família e é de competência exclusiva do poder público e o segundo, complementar ao PAIF, está voltado para os segmentos etários de 0 a 6, de 6 a 15, de 15 a 17, de 18 a 24, de 25 a 59 anos e acima de 60 anos.

9.6.1 Planejamento CRAS – PAIF

Ações	Cronograma de Execução			
	2022	2023	2024	2025
Participação na comissão de avaliação para qualificação, adequações e acessibilidade na estrutura física de cada CRAS.	X			
Participação na atualização do Diagnóstico Socioterritorial sob a coordenação da Vigilância Socioassistencial, de forma integrada com a PSE e Supervisão, identificando os impactos da pandemia COVID 19 na vida da população de nossa cidade.	X		X	
Elaboração de planejamento integrado com CGBCAD para acompanhamento das famílias cadastradas no CAD Único (de até ½ salário mínimo per capita), beneficiárias do Bolsa Família (BF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC);	X	X	X	X
Realização de reuniões sistemáticas para planejamento e avaliação, estudos de caso e estudos teóricos (educação permanente), como espaços de aprimoramento do repertório metodológico das equipes.	X	X	X	X
Acompanhamento do processo de alimentação dos Sistemas de Informação dos Serviços: RMA, SISC, CAD SUAS, Prontuário Eletrônico, PROTEGE e CENSO SUAS conforme orientações da Vigilância Socioassistencial, promovendo análise dos dados coletados para aprimoramento da oferta dos serviços.	X	X	X	X
Articulação do trabalho em Rede para a organização de fluxos, procedimentos e estratégias que fortaleçam as potencialidades do território.	X	X	X	X
Efetivação das ações particularizadas e coletivas da metodologia do PAIF, a fim de identificar e promover aproximação com o público prioritário da Assistência Social;	X	X	X	X
Fortalecimento da participação e controle social dos usuários, através de ações coletivas que possibilitem a avaliação do impacto social do CRAS no território.	X	X	X	X

Resultados e Impactos Esperados
Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS;
Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
Aprimoramento e qualificação dos processos de trabalho;
Fortalecimento do SUAS com a articulação e complementariedade entre os Serviços;
Maior inclusão do público prioritário da Assistência Social nos serviços;
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Acompanhamento pelo PAIF, as famílias registradas no Cadastro único com a meta de atingir uma taxa de 10% de acompanhamento do PAIF.
Acompanhamento pelo PAIF às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) que apresentem outras vulnerabilidades sociais, para além da insuficiência de renda.
Acompanhamento pelo PAIF às famílias beneficiárias do PBF em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades .
Acompanhamento pelo PAIF às famílias com membros integrantes do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

9.6.2 Planejamento CRAS- SCFV

Ações	Cronograma de Execução			
	2022	2023	2024	2025
Realização de encontros sistemáticos para apoio, orientação e acompanhamento da execução do SCFV de 6 a 14 nos CRAS Ampliados, SCFV Projovem Adolescente e SCFV adulto e Idoso, objetivando o alcance dos objetivos do serviço de convivência e a complementariedade com o PAIF.	X	X	X	X
Promoção de espaços de capacitação com as equipes de SCFV referentes às temáticas pertinentes a concepção de convivência e fortalecimento de vínculos, articulando profissionais convidados quando necessário.	X	X	X	X
Orientação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das parcerias referenciada ao CRAS.	X	X	X	X

Resultados e Impactos Esperados
Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS;
Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
Aprimoramento e qualificação dos processos de trabalho;
Fortalecimento do SUAS com a articulação e complementariedade entre os Serviços;
Maior inclusão do público prioritário da Assistência Social nos serviços;
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº de atendimentos às crianças e adolescentes de 6 a 18 anos- SCFV
Nº de atendimentos ao público prioritário de 6 a 18 anos- SCFV
Nº de atendimentos a indivíduos de 19 a 59 anos- SCFV
Nº de atendimentos a indivíduos maiores de 60 anos- SCFV
% de ampliação da capacidade de atendimento do SCFV Idoso

9.7 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

A gestão da Coordenação de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade tem como responsabilidade a coordenação dos serviços, projetos e programas que são executados nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Centro Pop, Centro Dia do Idoso, serviço de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, rede de acolhimento de crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, adultos e idosos, de natureza pública e privada.

9.7.1 Planejamento PSE

Ações e metas estabelecidas	Cronograma de Execução			
	2022	2023	2024	2025
Acompanhamento e monitoramento da organização de infra-estrutura adequada, em conjunto com a Direção Administrativa, para a oferta das ações de Proteção Social Especial, conforme determinações do SUAS e normas e protocolos de segurança.	X	X	X	X
Acompanhar e monitorar realização de visita nos serviços próprios da rede de Média e Alta Complexidade com comissão composta pela Área Administrativa e Técnica da FASC e representação do CMAS, para constituição de diagnóstico das condições atuais e avaliar a distância entre as normativas estabelecidas; em conjunto com a Direção Administrativa;	X	X		
Ampliação das equipes de referência do PAEFI, administrativos, educadores sociais, entre outros trabalhadores previstos na NOB/RH SUAS, preferencialmente por meio da realização de concurso público com a finalidade de garantir a continuidade da execução do serviço com qualidade:	X	X	X	X
Formação do Grupo de Trabalho com Coordenação de Gestão de recursos Humanos – CGRH, para estudo e viabilidade e avaliação de ampliação das equipes de Alta Complexidade nos Abrigos Marlene e Bom Jesus.	X			
Articulação da PSE com RH e NUEP para subsidiar os Coordenadores dos Serviços próprios da Rede de Média e Alta Complexidade, com ferramentas para fortalecimento da gestão do trabalho e equipe.	X	X	X	X
Ampliar a equipe da Proteção Social Especial proporcionalmente à necessidade de gestão de serviços e parcerias.	X	X	X	X
Estudo Diagnóstico da necessidade de cobertura, 24 horas, a partir de referência técnica da equipe da PSE.	X			
Reordenamento do acolhimento institucional para idoso em instituição de longa permanência:	X			
Revisão e Atualização de Todos os Projetos Técnicos dos Serviços da Proteção Social Especial;	X			
Fortalecimento e constituição dos Fóruns coletivos de Gestão (Reunião de Coordenadores) Técnicos- Metodológica dos Serviços da proteção Social Especial;	X	X	X	X
Articulação com Supervisão, PSB e NUEP para a realização de percursos formativos que colaborem para o alinhamento conceitual e metodológico, aprimorando fluxos de trabalho e fortalecendo o SUAS;	X	X	X	X
Fortalecimento e ampliação da articulação intersetorial para capacitação, compreensão e atendimento das demandas em saúde, em especial saúde mental, que perpassam todos os serviços da Proteção Social Especial;	X	X	X	X
Articulação e Compartilhamento de ações e informações, com a SMDS e SMS, para gestão e execução do Plano Intersetorial Ação Rua;	X	X	X	X

AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL identificar as situações e promover medidas de erradicação do trabalho infantil no município através da Gestão do PETI e coordenação da COMPETI;	X	X	X	X
Fortalecimento e ampliação da articulação intersetorial, com a rede de garantia de direitos da criança e do adolescente (Delegacias, TJRS, DPE, MP, MPT, CT, etc) no que concerne o acompanhamento das famílias e indivíduos na Proteção Social Especial;	X	X	X	X
Fortalecimento e ampliação da articulação intersetorial junto ao Centro de referência a atendimento Infantojuvenil- CRAI para atendimento das demandas e dos protocolos de atendimento em casos de Suspeita de Abuso Sexual - SAS das famílias e indivíduos acompanhados na Proteção Social Especial;	X	X	X	X
Estabelecimento de Fluxos de Processos de natureza jurídica através da constituição de apoio jurídico no corpo técnico da Proteção Social Especial.	X			
Manutenção e monitoramento do acolhimento em Pousadas;	X	X	X	X
Construção de projeto técnico para abertura de quatro Centros POPs, descentralizados;	X			
Potencialização da Rede de Acolhimento - Operação Inverno	X	X	X	X

Resultados e Impactos Esperados
Ampliação da oferta e acesso aos Serviços da Proteção Social Especial;
Aprimoramento e qualificação dos processos de trabalho e fluxos de Gestão;
Maior inclusão do público prioritário da Assistência Social nos serviços;
Fortalecimento do Trabalho Técnico Metodológico dos Serviços da Proteção Social Especial
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº de novos serviços ampliados
Nº de trabalhadores da PSE capacitados
Nº de vagas de acolhimento em pousadas;
Nº de inserções no acolhimento em Pousadas.

9.7.2 Planejamento CREAS – PAEFI

Ações	Cronograma de Execução/ ANO			
	2022	2023	2024	2025
Elaboração do cronograma dos encontros com as equipes PAEFI com vistas à revisão das estratégias de atendimento e perspectivas teórico-metodológicas do trabalho.	X	X	X	X
Fortalecer e ampliar os fóruns coletivos no âmbito do território, entre os serviços que compõe as proteções Básica e Especial.	X	X	X	X
Atualizar Diagnóstico socioterritorial de demandas e necessidade de reorganização do PAEFI	X	X	X	X

Resultados e Impactos Esperados
Fortalecimento das articulações e ações intersetoriais e socioassistenciais para as proteções sociais
Qualificação dos atendimentos das famílias e indivíduos acompanhados em PAEFI.

Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº de reuniões realizadas anualmente das equipes PAEFI
Nº de fóruns coletivos realizados anualmente nas Proteções Sociais Básica e Especial
Nº de famílias atendidas anualmente pelo PAEFI

9.7.3 Planejamento CREAS – Medidas Socioeducativas

Ações	Cronograma de Execução/ ANO			
	2022	2023	2024	2025
Inclusão, conforme demanda e avaliação técnica, das famílias dos adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas em acompanhamento PAEFI ou PAIF.	X	X	X	X
Fortalecimento e ampliação da articulação intersetorial para atendimento das demandas em saúde, em especial saúde mental e educação de adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas - MSE.	X	X	X	X
Fortalecimento e inserção de adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas - MSE em vagas do Programa Jovem Aprendiz e / ou outras atividades laborativas e de educação profissional pertinentes à particularidade da etapa de desenvolvimento do adolescente.	X	X	X	X
Fomentar grupo / comissão intersecretarias com vistas ao monitoramento do Plano Municipal Decenal Socioeducativo.	X	X	X	X
Fortalecimento das ações técnicas e de fluxos conjuntos elaborados entre TJ, FASE (meio fechado) e FASC / CREAS (meio aberto).	X	X	X	X
Fomentar a discussão no serviço de Medidas socioeducativas - MSE sobre o Ato Infracional de Produção e Tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil preenchendo o campo 10 do CADÚnico	X	X	X	X
Estudo das demandas e necessidades de reorganização do Serviço de Medidas Socioeducativas MSE	X	X	X	X

Resultados e Impactos Esperados
Fortalecimento das articulações e ações intersecretarias e órgãos públicos e do sistema de garantia de direitos.
Identificação do Ato Infracional de Produção e Tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil pelas equipes de Serviço de Medidas Socioeducativas MSE.
Inserção de adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas - MSE em vagas do Programa Jovem Aprendiz e / ou outras atividades laborativas e de educação profissional
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº de famílias de adolescentes inseridas no PAIF
% de redução do número da demanda reprimida (em espera) para atendimento em saúde mental, dos sujeitos vinculados ao serviço de Medidas socioeducativas MSE.
% de formulários inseridos no campo 10 do CADUNICO

9.7.4 Planejamento CREAS – Serviço de Abordagem Social

Ações	Cronograma de Execução/ ANO			
	2022	2023	2024	2025
Acompanhamento das ações do Protocolo de Gestão Intersectorial do PETI.	x	x	x	x
Identificação anual das pessoas em situação de rua com recente histórico de rualização (menos de 01 ano).	x	x	x	x
Inserir pessoas abordadas em algum tipo de encaminhamento continuado nos serviços de assistência (conforme previsto no Prometa 48).	x	x	x	x
Oportunizar alternativa de emancipação da população de rua no município de Porto Alegre (meta de gestão).	x	x	x	
Potencialização das Redes Intersectoriais dos territórios a partir da COMPETI e Fórum Mais Dignidade.	x	x		
Elaborar e acompanhar a execução, de projeto de contratação de técnico social com vistas às ações multiplicadoras do PETI (regionais) e Protocolo de Gestão Intersectorial PETI.	x	x		
Fortalecimento e ampliação da articulação intersectorial para atendimento das demandas em saúde, em especial saúde mental, vinculados a Abordagem Social.	x	x	x	x
Fortalecimento e ampliação da articulação intersectorial, com a rede de garantia de direitos da criança e do adolescente (Delegacias, TJRS, DPE, MP, MPT, CT, etc) no que concerne o acompanhamento das famílias e indivíduos vinculados a Abordagem Social.	x	x	x	x

Resultados e Impactos Esperados
Construção de fluxo de trabalho inter secretarias com equipes multidisciplinares para atendimento em saúde / saúde mental dos sujeitos vinculados ao serviço de abordagem
Aprimoramento do fluxo de trabalho com a rede de garantia de direitos da criança e do adolescente (Delegacias, TJRS, DPE, MP, MPT, CT) no que concerne o acompanhamento das famílias e indivíduos vinculados a Abordagem Social.
Diagnóstico de pessoas com menos de um ano em situação de rua.
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil
Nº de pessoas abordadas com menos de um ano em situação de rua
Nº de pessoas abordadas inseridas nos serviços da assistência social

9.7.5 Planejamento Centro POP

Ações	Cronograma de Execução			
	2022	2023	2024	2025
Alinhamento de fluxos entre as equipes técnicas do Centro Pop e PSE para gerenciamento de casos;	x	x	x	x
Identificação dos casos crônicos de rua;	x			
Qualificação e fortalecimento do atendimento dos casos crônicos situações de rua.	x	x	x	x

Resultados e Impactos Esperados
Construção de protocolos de gerenciamento de casos;
Aprimoramento no atendimento dos casos crônicos de situações de rua.
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº de pessoas atendidas no Centro Pop
Nº de casos crônicos identificados e acompanhados

9.7.6 Planejamento Acolhimento Institucional

Ações	Cronograma de Execução			
	2022	2023	2024	2025
Revisão Projeto Técnico AI	x			
Projeto Político Pedagógico em todos os espaços de Acolhimento	x	x		
Divulgação permanente para captação de famílias para o Programa Família Acolhedora.	x	x	x	x
Monitoramento e qualificação dos ingressos e atendimentos.	x	x	x	x
Constituição de Residência Inclusiva com condições de atendimento de PCDs com grau III de dependência;		x	x	x
Qualificação das equipes de trabalho a Residência Inclusiva.	x	x	x	x
Realização das ações anuais para concretização da Operação Inverno	x	x	x	x

Resultados e Impactos Esperados
Redução do número de crianças e adolescentes atendidos por Abrigo;
Qualificação Equipes de Trabalho.
Implantação de Residência Inclusiva para PCDs com grau III de dependência;
Ampliação do atendimento a PCDs com grau III de dependência;
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº de crianças e adolescentes atendidos nos abrigos
Nº de famílias captadas para o acolhimento no Família Acolhedora.
Nº de trabalhadores qualificados
Nº de residenciais inclusivos implantados
Nº de atendimentos a PCDs com grau III de dependência

9.8 NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE – NUEP

No ano de 2017, foi instituído na FASC o Núcleo de Educação Permanente – NUEP/FASC, por meio da Portaria 322/2017, da Presidência da Fundação. Integravam o núcleo as representações da Direção Administrativa, Assessoria de Planejamento – ASSEPLA; Vigilância Socioassistencial, Direção Técnica e serviços de PSB, PSE, Coordenação de Monitoramento e Avaliação – CMA; Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; Representantes dos usuários dos serviços; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS; e Fórum de Entidades. Esteve ativo até o primeiro semestre do ano de 2018.

Em 2021 retomou suas atividades enquanto Núcleo de Educação Permanente NUEP/SUAS/POA criado por meio do DECRETO Nº 21.086, do Prefeito Municipal de 17 de junho de 2021 e constitui-se **em locus privilegiado** de participação e cooperação institucionalizada, envolvendo gestores, trabalhadores, usuários do SUAS, conselheiros de assistência social, instituições de ensino, pesquisa e extensão, nas atividades e decisões relativas à implementação da política de educação permanente em nosso município. É previsto como parte da configuração organizacional necessária à implementação da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social.

A Educação Permanente no SUAS promove o processo contínuo de atualização e renovação de conceitos, práticas e atitudes profissionais das suas equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do movimento histórico, da afirmação de valores e princípios e do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Busca desenvolver a capacidade crítica, a autonomia e a responsabilização das equipes de trabalho para a construção de soluções compartilhadas, visando às mudanças necessárias no contexto real das práticas profissionais e processos de trabalho, constituindo-se em um processo mediado pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores pré-existentes que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional.

A seguir são apresentadas as ações previstas para o próximo exercício e, ao final, no Anexo I, as deliberações da XIV Conferência Municipal de Assistência Social que abordam ações de Educação Permanente:

9.8.1 Planejamento NUEP

Ações e metas estabelecidas	Cronograma de Execução			
	2022	2023	2024	2025
Planejamento e execução de ações de Educação Permanente, elaboração de diagnósticos de necessidades de qualificação de gestores, trabalhadores, usuários e conselheiros bem como a elaboração de formatação de ações de formação e capacitação articulado com a Área de Vigilância Socioassistencial;	X	X	X	X
Interlocução, diálogo e cooperação entre os diferentes sujeitos envolvidos com a Política de Assistência Social no município, visando a execução pelo órgão gestor da implementação da PNEP/SUAS em Porto Alegre;	X	X	X	X
Acompanhamento e avaliação do processo de implementação da PNEP/SUAS na esfera municipal e elaboração de propostas de aperfeiçoamento	X	X	X	X
Fomento à cultura de Educação Permanente na rede socioassistencial e no controle social	X	X	X	X
Realização de Seminário Anual para toda a rede socioassistencial com temáticas a serem demandadas pelas próprias equipes de trabalho, atingindo em torno de 3000 trabalhadores	X	X	X	X
Capacitar os Conselheiros do CMAS no que tange a temas da política de assistência social (80 conselheiros –titulares e suplentes)	X	X	X	X
Realização de Ações de Capacitação Introdutória/ Nivelamento com temas de gestão da política, de serviços e benefícios socioassistenciais e de controle social ;	X	X	X	X
Realização de Ações de atualização para as equipes de trabalho com temas de gestão da política, de serviços e benefícios socioassistenciais e de controle social;	X	X	X	X

Resultados e Impactos Esperados
Qualificação das equipes de trabalho da rede socioassistencial de POA;
Diálogo e parcerias com os sujeitos envolvidos na execução da política de assistência social no município;
Atendimento dos diversos segmentos que atuam na política de assistência social nos diferentes processos de formação;
Aprimoramento nos processos de gestão, oferta de serviços e benefícios socioassistenciais e controle social;
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº de reuniões realizados do NUEP;
% de presença dos representantes que compõem o Núcleo de Gestão NUEP com mínimo de 70% de participação;
Nº de formações realizadas quanto a gestão, serviços e benefícios socioassistenciais e controle social;
Nº de trabalhadores atingidos nas capacitações;

9.9 COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO – CMA

A Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA) da FASC tinha como atribuição a supervisão, monitoramento e avaliação da gestão e execução dos serviços, projetos, programas e benefícios, tendo como parâmetros as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

Com a gestão atual (2021-2024) iniciam-se novas perspectivas para a Política Pública de Assistência Social, com a indicação de retomada de um projeto de supervisão técnica tendo como base as diretrizes técnico-metodológicas do SUAS. Em virtude disso, o próprio nome da coordenação, CMA, deve ser revisto.

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS publicou a Resolução nº 6 que estabelece parâmetros nacionais para implementação, desenvolvimento e certificação da Supervisão Técnica como ação de capacitação do SUAS, em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS.

A supervisão técnica caracteriza-se pelo acompanhamento técnico-metodológico sistemático com vistas à qualificação das ações e prevalência do interesse público, proposta institucional de fortalecimento e acompanhamento da rede socioassistencial.

A equipe de supervisão atua nas 9 regiões da Política de Assistência Social da cidade atuando nos serviços de Proteção Básica e Especial de Média e Alta Complexidades. Neste contexto é importante salientar a complementaridade de papéis da Supervisão Técnica com as Coordenações das Proteções, Vigilância Socioassistencial e CGCONV em relação aos serviços de execução própria e parcerizada.

Os Supervisores têm sua atuação marcada pela presença e participação junto aos Coordenadores de Serviços e respectivas equipes próprios e/ou parceiros, da PSB e/ou PSE existentes nas regiões, como ferramenta de intervenção nos territórios promovendo e coordenando espaços de reuniões e encontros em diversas instâncias regionais.

A seguir são apresentadas as ações previstas para o próximo exercício.

9.9.1 Planejamento CMA

Ações e metas estabelecidas	Cronograma de Execução			
	2022	2023	2024	2025
Reordenamento da supervisão técnica com infraestrutura e adequações necessárias para sua execução (transporte para locomoção da equipe, recursos humanos, financeiros e materiais)	X	X		

Reuniões sistemáticas da equipe de Supervisão com a PSB, PSE, CGBCAD, COANUT, CGCONV e Vigilância Socioassistencial;	X	X	X	X
Contribuição na revisão e atualização dos projetos técnicos dos serviços das Proteções Básica e Especial;	X	X	X	X
Acompanhar e qualificar a oferta de serviço, projetos e benefícios, contribuindo no processo do alinhamento de fluxos, conceitos e orientações técnicas entre a PSB e PSE e suas respectivas equipes, em articulação com o NUEP em vistas de um trabalho de formação continuada junto as equipes de acordo com as Diretrizes e Princípios do SUAS e da Política de Educação Permanente;	X	X	X	X
Promover maior articulação entre os serviços socioassistenciais das Proteções Básica, Média e Alta, visando o fortalecimento do SUAS e da Rede de Proteção nos territórios, sobretudo na interface entre as redes de proteção e de acolhimento institucional;	X	X	X	X
Proposição de alternativas para o enfrentamento das demandas através de dados e diagnósticos em conjunto com a Vigilância Socioassistencial;	X	X	X	X
Atualização do Diagnóstico Socioterritorial sob a coordenação da Vigilância Socioassistencial, de forma integrada com as proteções, identificando os impactos da pandemia COVID 19 na população atendida na Assistência Social;	X	X	X	X
Sistematização das principais demandas relativas ao acompanhamento familiar apresentadas através dos Processos do Judiciário e MP como base de informação para subsidiar as equipes técnicas, proporcionar espaços de formação com PAIF e SAF e compor posicionamento institucional no GT Processos.	X	X	X	X
Análise e monitoramento do preenchimento dos dados dos Sistemas de Informação dos Serviços: RMA, SISC, CAD SUAS, Prontuário Eletrônico, PROTEGE e CENSO SUAS conforme orientações da Vigilância Socioassistencial, apoio na qualificação das informações preenchidas com interlocução com os territórios para aprimoramento da oferta dos serviços.	X	X	X	X

Resultados e Impactos Esperados
Qualificação da execução do SUAS nos territórios;
Conhecimento atualizado da realidade dos territórios, dos serviços e vulnerabilidades da população.
Qualificação dos sistemas de registro de dados dos Sistemas de Informação: RMA, SISC, CADSUAS, Prontuário Eletrônico, PROTEGE e Censo SUAS.
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº de encontros realizados nos territórios com equipes dos serviços socioassistenciais;
Nº de capacitações realizadas com as equipes dos serviços.

9.10 COORDENAÇÃO DE GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO E BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS – CGBCAD

Esta coordenação tem como atribuição a gestão dos benefícios assistenciais, objetivando a garantia de direitos e a melhoria da qualidade de vida dos usuários. A gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, também está sob responsabilidade desta Coordenação, pois o Cadastro Único é uma relevante ferramenta para Planejamento e diagnóstico dos territórios, visando a equidade no acesso aos benefícios.

Os Benefícios assistenciais no âmbito do SUAS são prestados de forma articulada as demais garantias e, entre eles, os benefícios eventuais que integram organicamente as garantias do sistema e configuram-se como direitos sociais instituídos legalmente. Apresentam caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e as famílias em virtude do nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. São assegurados pelo artigo 22 da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, alterada pela Lei n. 12.435, de 06 de julho de 2011, e integram organicamente as garantias do SUAS.

A seguir são apresentadas as metas da equipe de Gestão da CGBCAD, referente à Área de Benefícios e da Área de Cadastro Único.

9.10.1 Planejamento CGBCAD – Cadastro Único

Ações	Cronograma de execução			
	2022	2023	2024	2025
Realização de visita nos serviços que atendem as ações cadastrais do CadÚnico com comissão composta pela Área Administrativa e Técnica da FASC e representação do CMAS, para constituição de diagnóstico das condições atuais e avaliar a distância entre as normativas estabelecidas.	X	X	X	X
Identificação junto as equipes das necessidades de qualificação, reposição e aquisição de mobiliário e equipamentos de tecnologia e informática com acesso à rede, para a execução das ações cadastrais do CadÚnico, nos locais de atendimento e na CGBCAD.	X	X	X	X
Ampliação dos locais de atendimento das ações do CadÚnico nos territórios delimitados pela Assistência Social, bem como ampliando e qualificando RH	X	X	X	X
Revisão do projeto técnico e de recurso financeiro para Atendimento do Cadastro Único, considerando a vigência do atual até abril/22	X			
Organização de fluxo de trabalho que garanta a sistemática de reuniões da CGBCAD com os Entrevistadores Sociais para prestar apoio, orientação e acompanhamento de execução do sistema de Atendimento do Cadastro Único.	X	X	X	X
Atualização do Diagnóstico Socioterritorial sob a coordenação da Vigilância Socioassistencial, de forma integrada com Área Técnica, identificando os impactos da pandemia COVID 19 na vida da população atendida pela Assistência Social.	X		X	

Realização de encontros sistemáticos para apoio, orientação e acompanhamento da execução técnica das ações do CadÚnico com as coordenações de CRAS e CREAS.	X	X	X	X
Articulação com NUEP para a realização de percursos formativos que colaborem para o alinhamento conceitual e metodológico para a utilização dos sistemas de informações do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.	X	X	X	X
Atualização/revisão cadastral a partir das listas que são enviadas anualmente pelo Ministério da Cidadania.	X	X	X	X
Atualização cadastral de todas as famílias informadas nas listagens da Averiguação/Revisão e dos beneficiários do BPC, a partir anualmente enviadas pelo Ministério da Cidadania;	X	X	X	X
Ampliar o cadastro das pessoas em situação de rua identificadas;	X	X	X	X
Qualificação continuada dos trabalhadores envolvidos diretamente no sistema de atendimento do cadastro único;	X	X	X	X
Planejar aplicação dos recursos do IGD-PBF, de forma intersetorial, visando qualificação da gestão e melhoria das condições de atendimento às famílias beneficiárias na rede de serviços.	X	X	X	X
Ampliar índices de acompanhamento do IGD-PBF nas áreas da saúde e CadÚnico	X	X	X	X
Garantir a permanência e ampliação dos valores repassados ao Município através do IGD-PBF.	X	X	X	X
Monitorar o acompanhamento das famílias realizadas pela saúde e educação, bem como seus impactos no Índice de Gestão Descentralizado-PBF.	X	X	X	X
Realização de ações descentralizadas de atendimento do Cadastro Único em outros espaços socioassistenciais.	X	X	X	X
Implantar agendamento eletrônico para famílias que buscam o acesso ao CadÚnico	X	X	X	X
Elaboração de planejamento integrado com PSB para acompanhamento das famílias cadastradas no CAD Único (de até ½ salário mínimo per capita), beneficiárias do Bolsa Família (BF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).	X	X	X	X
Realização de ações para inserção de famílias das populações tradicionais no cadastro único e manutenção da atualização cadastral.	X	X	X	X

Resultados e Impactos Esperados
Ampliação da cobertura do Cadastro Único, referente às famílias de até meio/salário mínimo;
Base de dados atualizada e consistente;
Acesso da população a rede de serviços e programas socioassistenciais por meio de cadastramento social.
Qualificação dos cadastros inseridos no sistema com redução do número de cadastros inconsistentes.
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Número de famílias cadastradas.
Número de famílias atualizadas.
Número de Cadastros Inconsistentes
% do Índice de Gestão Descentralizada - IGD

9.10.2 Planejamento CGBCAD – Programa Bolsa Família

Ações	Metas			
	2022	2023	2024	2025
Inserção das famílias em descumprimento de condicionalidades no Acompanhamento Familiar da Rede de Serviços das Proteções Sociais, com o devido registro no SICON – Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família – SIGPBF-MDS, conforme listagem anual enviada pelo MDS;	X	X	X	X
Capacitação da rede de serviços da Proteção Básica e Média, para utilização dos Sistemas de Gestão do Programa Bolsa família - SICON.	X	X	X	X
Inserção das famílias em fase de suspensão no SICON;	X	X	X	X
Monitorar o registro no SICON do Acompanhamento Familiar realizado às famílias do PBF, em especial àquelas em descumprimento de condicionalidades	X	X	X	X

Resultados e Impactos Esperados
Ampliação do acompanhamento técnico das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
Aumento do abono no IGD-PBF devido ao acompanhamento de famílias no SICON.
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº de famílias do PBF em descumprimento de condicionalidades em acompanhamento no SICON.
Nº de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em acompanhamento técnico
Valor do abono do IGD-PBF

9.10.3 Planejamento CGBCAD – Benefícios Eventuais

Ações	Metas			
	2022	2023	2024	2025
Realização de encontros para apoio, orientação e acompanhamento da execução técnica dos benefícios eventuais com as coordenações de serviços.	X	X	X	X
Articulação com NUEP para a realização de percursos formativos que colaborem para o alinhamento conceitual e metodológico dos benefícios eventuais no SUAS.	X	X	X	X
Fortalecer os fluxos e procedimentos de gestão dos benefícios assistenciais da FASC.	X	X	X	X
Acompanhar o processo de concessão dos benefícios auxílio Moradia, Auxílio Proteção Especial, Auxílio Alimentação, Auxílio Viagem;	X	X	X	X
Realização do Mapeamento das demandas de benefícios oriundas das coordenações das Proteções Sociais;	X	X	X	X
Manutenção e qualificação do Sistema de Benefícios;	X	X	X	X
Avaliação periódica dos benefícios eventuais, com os usuários e serviços;	X	X	X	X

Estudo de viabilidade de nova forma de aquisição das passagens do auxílio-viagem.	X	X	X	X
Fortalecimento GT - Benefícios	X	X	X	X

Resultados e Impactos Esperados	
Agilidade na prestação de contas de benefício a partir da qualificação do Sistema de Benefícios;	
Prevenção temporária do agravamento das situações de vulnerabilidade e risco social das famílias e indivíduos e possibilitar deslocamentos e acessos a serviços diversos;	
Inclusão do público prioritário da Assistência Social nos benefícios eventuais;	
Indicadores de Monitoramento e Avaliação	
Número de benefícios inseridos no Sistema de Benefícios;	
Número de benefícios concedidos: (Alimentação, Viagem, Transporte, Moradia e Proteção Social);	
Número de encontros de orientações sobre a execução dos benefícios;	
Número de encontros do GT Benefícios.	

9.11 COORDENAÇÃO DE NUTRIÇÃO – COANUT

A Coordenação de Alimentação e Nutrição é responsável pelo acompanhamento dos serviços de Alimentação e Nutrição por meio da supervisão técnica da área, incluindo o planejamento e a elaboração dos cardápios das refeições. Além disso, é responsável pela promoção da alimentação adequada e saudável, através de ações de educação alimentar e nutricional à população atendida. A Área de alimentos está vinculada à COANUT e é responsável pelo recebimento, armazenamento e distribuição de alimentos não perecíveis.

9.11.1 Planejamento COANUT

Ações	CRONOGRAMA			
	2022	2023	2024	2025
Reestruturação da Área de alimentos para garantir maior agilidade, controle e qualidade no fornecimento de alimentos às Unidades;	X			
Visitas da equipe de Nutrição nos Serviços Socioassistenciais, garantindo veículo para deslocamento;	X	X	X	X

Demandar reposição do assistente administrativo para encaminhamento e acompanhamento dos processos de pagamento;	x			
Coordenar, planejar e implementar diretrizes e ações de promoção, recuperação e proteção da saúde, no âmbito da Política de Assistência Social;	x	x	x	x
Promover aperfeiçoamento sobre Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito da Assistência Social para profissionais socioassistenciais;	x	x	x	x
Elaborar capacitações para manipuladores de alimentos (equipamentos da FASC e rede parceira) sobre Boas Práticas de Manipulação de Alimentos e demais temáticas relacionadas à Alimentação e Nutrição;	x	x	x	x
Aplicar projeto de Autossuficiência Alimentar e Educação Nutricional nos grupos CRAS e CREAS;	x	x	x	x
Divulgar informes técnicos da COANUT;		x		x
Supervisão Técnica dos serviços próprios e de co-gestão da FASC, em periodicidade semanal, que garanta atendimento de qualidade;	x	x	x	x
Orientações técnicas quanto à alimentação da rede parceira, conforme demanda;	x	x	x	x
Participação no Conselho Municipal de Segurança Alimentar	x	x	x	x
Articulação com SMS, SMED, SMDS para discussão e planejamento de ações para enfrentamento da insegurança alimentar em Porto Alegre.	x	x	x	x

Resultados e Impactos Esperados
Qualificar os trabalhadores do SUAS sobre Direitos Humanos à Alimentação Adequada no âmbito do SUAS;
Fortalecer autonomia dos indivíduos ou coletividade em relação à Alimentação e Nutrição;
Capacitar e reciclar o conhecimento dos colaboradores de nutrição sobre as Boas Práticas de manipulação de alimentos.
Garantir qualidade do serviço de Alimentação e Nutrição nos equipamentos da FASC e das redes parceiras;
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº profissionais qualificados
Nº usuários atendidos
Nº serviços acompanhados
Nº de capacitações realizadas

9.12 ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO – ASSEPLA

A ASSEPLA tem suas atribuições definidas no regimento Geral da FASC, dentre elas o acompanhamento técnico e administrativo da execução orçamentária e análise das emendas impositiva, monitoramento da execução dos recursos financiados pela União. No âmbito do município faz a gestão orçamentária do PPA, LOA e LDO.

9.12.1 Planejamento ASSEPLA

Ações estabelecidas	CRONOGRAMA			
	2022	2023	2024	2025
Realização de seminários para o planejamento do orçamento	X	X	X	X
Elaboração do PPA, LDO E LOA;	X	X	X	X
Gerenciamento e execução do orçamento da FASC ;	X	X	X	X
Assessoramento às direções e gabinete da FASC na elaboração de programas, projetos, estudos e pesquisas;	X	X	X	X
Definição das atribuições da Assessoria de Planejamento e orçamento;	X			
Organização de fluxo para execução de emendas impositivas;	X	X	X	X
Elaboração de estudo sobre o impacto no orçamento da manutenção e custeio dos serviços.	X	X	X	X

Resultados e Impactos Esperados
Participação e conhecimento por um número maior de pessoas sobre as propostas de orçamento;
Execução orçamentária das ações planejadas no PPA, LDO E LOA
Execução técnica orçamentária das emendas impositivas
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Nº de seminários
% de execução do orçamento X financeiro
% de execução de emendas impositivas

9.13 ASSESSORIA DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL – ASSEVIS

De acordo com os referenciais normativos a Vigilância Socioassistencial deve apoiar atividades de planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas: a) sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos; b) sobre os padrões de oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais, considerando questões afetas ao padrão de financiamento, ao tipo, volume, localização e qualidade das ofertas e das respectivas condições de acesso.

A NOB 2012 assinala a importância da organização da Vigilância Socioassistencial nas estruturas de gestão, contribuindo com as áreas de proteção social básica e especial por meio da elaboração de estudos, planos e diagnósticos capazes de ampliar o conhecimento sobre a realidade dos territórios e a necessidades da população e, auxiliando no planejamento e organização das ações realizadas nos territórios.

Na FASC essas atribuições se desdobram no assessoramento às diferentes áreas da Fundação, atuando na construção de indicadores sociais para o monitoramento e avaliação dos serviços, projetos e programas da proteção básica e especial de média e alta complexidade sob a perspectiva territorializada. Enquanto área de produção da informação tem por atribuição a disponibilização das informações sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados para a gestão, os serviços e o CMAS, contribuindo com a função de fiscalização e controle desta instância de participação.

Como mencionado anteriormente, a Vigilância Socioassistencial não está formalizada na estrutura organizacional da Fundação, contudo, suas atribuições vêm sendo desenvolvidas desde 2013 de acordo com os preceitos da Norma Operacional Básica - NOB 2012 e sua equipe encontra-se lotada ASSEPLA respondendo por parte das atribuições de planejamento.

Na proposta de reordenamento administrativo da FASC da atual gestão existe o indicativo de que esta área seja constituída como Assessoria de Vigilância Socioassistencial – ASSEVIS.

9.13.1 Planejamento ASSEVIS

Ações estabelecidas	Cronograma de Execução			
	2022	2023	2024	2025
Formalização da Vigilância Socioassistencial na estrutura organizacional da FASC	x			
Estruturação da ASSEVIS com quadro de recursos humanos, técnico e administrativo	x			

Elaboração do Diagnóstico Socioterritorial	x	x	x	x
Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social 2026/2029				x
Monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social 2022/2025	x	x	x	x
Monitoramento dos Indicadores Estratégicos da gestão	x	x	x	x
Coordenação, desenvolvimento e implantação do sistema informatizado da rede socioassistencial - PROTEGE	x	x	x	x
Coordenação do Censo SUAS	x	x	x	x

Resultados e Impactos Esperados
Efetivação da ASSEVIS enquanto assessoria na estrutura organizacional com RH e equipamentos adequados;
Execução das ações prevista conforme cronograma temporal.
Planejamento de ações com base nas situações de risco e vulnerabilidades identificadas no diagnóstico dos territórios
Qualificação dos registros e informações dos serviços / atendimentos / população usuária.
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
% de Implantação e utilização do Protege pelos serviços;
Nº de ações previstas x realizadas no plano Municipal.

9.14 ASSESSORIA JURÍDICA – ASSEJUR

A Assessoria Jurídica na estrutura administrativa e organizacional, prevista no Decreto nº 18.198/2013, se constitui como uma assessoria à Presidência, às Direções e Coordenações da FASC nas ações administrativas e de execução da política pública de assistência social, em conformidade com a lei e ordenamento jurídico vigente.

São atribuições da ASSEJUR, entre outras, formular, propor e coordenar a elaboração de normas, métodos e procedimentos para orientar no planejamento, execução e controle das atividades de natureza jurídica. Representar a FASC judicial e extrajudicialmente, a fim de responder às demandas e cumprir a sua função institucional.

A ASSEJUR necessita melhorar procedimentos e fluxos de trabalho, qualificar as defesas judiciais, bem como equipar melhor o seu local de trabalho.

Desta forma, apresentamos a seguir o planejamento das ações da ASSEJUR:

9. 14.1 Planejamento ASSEJUR

Ações estabelecidas	Cronograma			
	2022	2023	2024	2025
Concluir os processos de sindicância mantendo somente 1 Comissão Permanente de Sindicância trabalhando	X	X	X	X
Realização de palestras com fiscais de contratos e serviços, com a finalidade de diminuir o número de demandas cíveis e trabalhistas, bem como uma melhor execução dos serviços.	X	X	X	X
Realização de palestras com os servidores e OSC sobre LGPD (Lei Geral de Proteção de dados) no Município de Porto Alegre	X	X	X	X
Realização de palestras com os servidores sobre Compliance em Porto Alegre	X	X	X	X
Realização de palestras com os servidores da CGCONV e OSCs sobre Marco Regulatório e fiscalização das parcerias, com a finalidade de diminuir o número de demandas cíveis e trabalhistas, bem como uma melhor execução dos serviços.	X	X	X	X
Redução da judicialização de demandas do Ministério Público e Defensoria Pública do estado e da União, reduzindo demandas administrativas requisitadas à FASC.	X	X	X	X
Realização de cálculos pormenorizados nas liquidações de sentença em ações judiciais	X	X	X	X
Elaboração de minutas e acompanhamento dos novos editais de chamamento público para parcerização	X			

Resultados e Impactos Esperados
Conclusão dos processos administrativos disciplinares, permanecendo somente com os processos atuais.
Redução do número de irregularidades nos contratos e parcerias, e por consequência, a diminuição de demandas cíveis, trabalhistas e apontamentos dos órgãos de controle.
Capacitação dos servidores para trabalharem dentro dos limites impostos pela LGPD bem como com foco na prevenção à corrupção e com transparência.
Redução do número de processos judiciais e bloqueios via Bacen Jud.
Diminuição do valor de condenações em demandas judiciais.
Publicação dos editais e conclusão dos processos de chamamento público para parcerização
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
90% dos processos administrativos disciplinares
90% de contratos e parcerias
90% dos servidores e trabalhadores capacitados em LGPD e Compliance
70% de redução dos bloqueios judiciais
70% de redução de condenações em demandas judiciais
100% das minutas de editais dos chamamentos de parcerização elaborados e concluídos

9.15 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – ASSECOM

A Assessoria de Comunicação da FASC é responsável por cuidar da Imagem Institucional, planejar, implementar e executar ações de comunicação com o objetivo de controle no fluxo de informações e campanhas entre a Secretaria e Públicos-Alvo: cidadãos, servidores, trabalhadores da rede, organizações da Sociedade Civil, Gestores Públicos e Jornalistas/Imprensa.

9.15.1 Planejamento ASSECOM

Ações estabelecidas	Cronograma de Execução			
	2022	2023	2024	2025
Construção e alimentação de Novo Site da FASC	X	X	X	X
Contribuição para a realização das Conferências Municipais	X	X	X	X
Produção de Flyer e/ou Campanhas de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI de Cuidado e Proteção aos Idosos	X	X	X	X
Publicação através de Campanha informativa sobre o Projeto Família Acolhedora	X	X	X	X
Publicação da Campanha Operação Inverno	X	X	X	X
Cobertura e divulgação de eventos e ações realizadas pela rede socioassistencial	X	X	X	X
Produção de Campanhas nas mídias sociais sobre as ações da FASC	X	X	X	X

Resultados e Impactos Esperados
Ampliar a percepção do cidadão sobre missão e ações da FASC.
Possibilitar uma visão geral de todos os serviços da rede Socioassistencial.
Aumentar a visibilidade pública e o alcance da FASC nas redes sociais e plataformas digitais.
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
% de acesso e engajamento nas redes sociais da FASC
Nº de campanhas realizadas
% de implantação e alimentação do site da FASC
Nº de eventos e ações realizadas pela rede socioassistencial

PARTE III

10 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é um órgão de controle social da Política de Assistência Social do município, composta por representantes do poder público e da sociedade civil. Tem por objetivo, avaliar e deliberar sobre a política de assistência social, através de debates, estabelecimento de normas e fiscalização da prestação dos serviços sociais no Município, com base nos princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei Federal nº 8742 de dezembro de 1993.

A seguir, apresentamos a relação dos representantes da sociedade civil e do governo no CMAS, para o período de **2021/2022**, com base no estabelecido em Lei, bem como o planejamento das ações do Conselho para o quadriênio 2022/2025.

10.1 Nominata dos Conselheiros 2021/2022

ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇO

- **Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher**
Titular – Iara da Rosa
Suplente – Raquel Vilche
- **Sociedade Educação e Caridade**
Titular – Ir. Angélica de Oliveira
Suplente – Valeria Silveira de Maia
- **Associação Educacional e Beneficente Emanuel**
Titular – Fabiana Dolizira Teodoro Neves
Suplente – Belvano Dutra Karpss

ENTIDADE REPRESENTANTE DE TRABALHADORES DO SETOR

- **Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS**
Titular – Jucemara da Silva Beltrame
Suplente – Rejane Margarete Scherolt Pizzato –
- **União das Associações de Moradores de Porto Alegre - UAMPA**
Titular -
Suplente -

ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO DE USUÁRIOS

- **Fórum dos Usuários do SUAS**

Titular - Luciane Pacheco

Suplente -

COMISSÕES REGIONAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL – CORAS

- **CORAS Centro**

Titular –

Suplente –

Representante: Cristina Jaenisch Rosa –

- **CORAS Extremo Sul**

Titular – Sabrina Dutra dos Santos Medeiros -

Suplente –

- **CORAS Leste**

Titular – Patrícia Nitibailoff da Silva

- **CORAS Lomba do Pinheiro**

Titular – Cintia Pereira da Cunha Rodrigues –

Representante – Walkíria Soares de Lima Bohrer Tesch –

- **CORAS Glória**

Titular –

Representante – Heloisa Helena Leão Viñolo

- **CORAS Partenon**

Titular – Maria Luisa dos Santos –

Suplente -

- **CORAS Nordeste**

Titular –

Representante - Rose Ceroni Canabarro -

- **CORAS Cristal**

Titular - Adriana Corrêa de Farias

Suplente - Adriane Cunha

- **CORAS Cruzeiro**

Titular - Elisabete Borges Bueno

- **CORAS Eixo Baltazar**
Titular -
Representante – Sílvia Garcia
- **CORAS Centro Sul**
Titular –
Representante – Angela Regina Carrião Rodrigues
- **CORAS Noroeste**
Titular – Leopoldino Subeldia Monteiro
- **CORAS Sul**
Titular -
- **CORAS Norte**
Titular - Nahilda Rocha da Silva
- **CORAS Ilhas**
Titular – Laci Hirsch –
- **CORAS Restinga**
Titular – Jurema Louzada Alves
Suplente – Maria Salete da Silveira Pinto -
- **CORAS Humaitá/Navegantes**
Titular –

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

- **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS – DMAE**
Titular – Michele do Nascimento Gonçalves
Suplente – Luziane da Rocha Garcia
- **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – DEMHAB**
Titular – Marisa da Silva Santos
Suplente – Ana Caroline da Rocha Gueux
- **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA – DMLU**
Titular - Dalila Anacy de Aguiar Rolim Morales
Suplente – Cristina Graziadei dos Santos

- **FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA– FASC**
 Titular – Daniela Braga da Silva
 Suplente – Ana Maria de Almeida Rangel
 Titular – Cristiano Atelier Roratto
 Suplente – Paula Sinatora
 Titular – Gelsa Rocha da Silva

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ORÇAMENTO – SMPEO (Atual SMPAE)**
 Titular – Ana Elvira Correa Dutra
 Suplente – Debora Freire Silva -

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL – SMACIS (atual SMDSE)**
 Titular – Silvana Dutra
 Suplente – Luciana Mendina de Souza Martinez –

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SMA**
 Titular – Adriana Furtado Pereira da Silva
 Suplente – Everton Goulart da Rosa

- **SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA – SMC**
 Titular – Davi Aragão
 Suplente – Leonardo Bono

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS – SMDH (Atual DDHOI)**
 Titular – Paulo Cesar Zachia Cerutti
 Suplente – Mário Jaime Fuentes Barba

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER – SME (Atual SMEJ)**
 Titular – Lizete Cristina Cenci
 Suplente -

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SMED**
 Titular – Daniela Souza Pereira
 Suplente – Catharina da Cunha Silveira-
 Titular – Silvia Pauli
 Suplente – Cintia dos Santos Costa

- **SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SMF**
Titular – Otilia Maria Hentz Abreu
Suplente – Eduardo Bernardon

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SMG (Atual SMAP)**
Titular - Elen Ribeiro Santos Fontoura
Suplente - Maria Odete Bento

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SMRI (Atual SMGOV)**
Titular – Gustavo Garcia Brock
Suplente – Douglas Raí Silva Gonçalves
Titular – Luciana Peters dos Anjos
Suplente – Nilo Inácio Peixoto Filho

- **SECRETARIA MUNICIPAL DA PRODUÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – SMIC (Atual - SMDDET).**
Titular – Viviane Nobre Teixeira
Suplente – Rafael Romero Pitta

- **SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE – SMJ (Atual SMELJ)**
Titular – Silvia Regina de Souza
Suplente – Débora Rios Garcia

- **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS**
Titular – Liliane Maria dos Santos
Suplente –

10.2 Planejamento CMAS

AÇÕES E METAS ESTABELECIDAS

AÇÃO	Metas	2022	2023	2024	2025
Realizar o controle social da política de Assistência Social visando à qualificação do atendimento.	Realizar as Assembleias Ordinárias, quinzenalmente.	x	x	x	x
	Fomentar a realização das reuniões mensais das CORAS.	x	x	x	x
	Realizar as reuniões das comissões internas.	x	x	x	x
	Realizar seminários semestrais de Formação.	x	x	x	x

	Realização da eleição	x			
	Estimular a participação dos usuários nos espaços controle social.	x	x	x	x
Conferência Municipal de Assistência	Realização das pré - conferencias		x		x
	Realizar duas Conferências Municipais de Assistência Social		x		x
	Monitoramento das deliberações	x	x	x	x
	Publicação das deliberações de todas as conferências		x		
Formação articulada com instituições governamentais e não governamentais	Formação Continuada das (CORAS)	x	x	x	x
	Formação Continuada dos conselheiros	x	x	x	x
	Qualificação da equipe de trabalho e representação do conselho.	x	x	x	x
Infraestrutura	Manutenção do quadro de funcionários do CMAS.	x	x	x	x
	Ampliação do quadro de funcionários do CMAS.	x	x	x	x
	Liberação de um FG para o assistente administrativo, tendo em vista que o mesmo assume o trabalho da Secretária Executiva na sua ausência.	x	x	x	x
	Atualização e aquisição de novos equipamentos. Ex. Informática, mobiliários	x	x	x	x
	Previsão de recursos para viagens dos conselheiros	x	x	x	x
	Manutenção de recursos para o registro das assembleias – Taquigrafia	x	x	x	x
	Previsão de recursos para os Vale transporte	x	x	x	x
	Garantia de veículo para a realização de visitas.	x	x	x	x
Fortalecer a relação com o gestor da política de assistência social.	Construção de agenda Sistemática com a Presidente da FASC	x	x	x	x
	Articulação de reuniões com setores da FASC.	x	x	x	x
Fortalecer a participação do usuário nos espaços do Conselho Social	Possibilitar a participação dos usuários nas Coras, nos Fóruns Regionais, nas Plenárias do CMAS.	x	x	x	x
	Viabilizar recursos para a participação. Ex: Vale transporte, acesso à internet.	x	x	x	x

Articulação com os outros Conselhos e Fóruns.	Manter o diálogo permanente para a viabilização das políticas públicas buscando uma maior interface.	x	x	x	x
Suporte ao trabalho do CMAS	Garantir a execução e desenvolvimento das atribuições dos conselheiros	x	x	x	x
	Garantir o acolhimento e orientação às entidades e usuários.	x	x	x	x
Qualificação da equipe de trabalho	Garantir a participação em seminários, palestras e reuniões.	x	x	x	x
Arquivo Histórico do Conselho	Organização do arquivo morto e atual do CMAS	x	x	x	x
	Redução de documentos em meio físico (impresso)	x	x	x	x

Ações	Resultados/ impactos esperados	Indicadores	Monitoramento e Avaliação
Realizar o controle social da política de Assistência Social visando à qualificação do atendimento.	Efetivação da política de Assistência social no município de POA	Verificação pelo nº de assembleias, nº de reuniões de coras e nº de reuniões das comissões	Acompanhar e avaliar a efetivação das ações.
Conferência Municipal de Assistência	Realização da conferência com maior participação popular.	Relatório da conferência municipal.	Monitoramento das deliberações realizadas CMAS/CORAS.
Formação articulada com instituições governamentais e não governamentais	Maior qualificação do conjunto de conselheiros	Planejamento e execução de espaços formativos	Verificação da participação dos conselheiros Aproveitamento dos conteúdos apresentados Auto avaliação dos conselheiros.
Infraestrutura	Qualificação da estrutura	Previsão de recursos anuais no orçamento	Garantia de recursos financeiros
Fortalecer a relação com o gestor da política de assistência social	Agilidade na comunicação e nos processos	Verificação nos andamentos dos processos	Acompanhamento dos processos
Fortalecer a participação do usuário nos espaços do Conselho Social	Ampliação e fortalecimento da participação dos usuários	Atas e lista de presença	Verificação do nº de usuários participantes no CMAS/CORAS
Articulação com os outros Conselhos e Fóruns	Discussão e efetivação do controle social	Representações em outros fóruns	Acompanhamento das representações
Suporte ao trabalho do CMAS	Realização do trabalho da secretaria executiva e das assessorias	Assessorias nas diversas reuniões. Assessorias às entidades. Andamento do trabalho administrativo.	Acompanhamento da efetividade dos trabalhos administrativos e das assessorias.

Qualificação da equipe de trabalho	Maior qualificação no processo de trabalho	Nº de seminários, cursos e demais eventos que o quadro de funcionários participou.	Acompanhamento ao processo de trabalho
Arquivo Histórico do Conselho	Organização e conservação dos documentos.	Catálogo dos documentos por ano Aquisição de um sistema informatizado do processo de inscrição	Melhoria do acesso aos documentos.

Categoria Profissional	Quantitativo de RH existente	Total Existente	Total Existente	Total Existente	Total Necessário p/ completar o quadro
	Efetivo	Processo Seletivo	Comissionado	Celetistas	GERAL
Secretária Executiva Assistente Social	1 (Assistente Social)				1
Assessoria Técnica	1 (Psicólogo)				1
Assessoria Jurídica	1 (Advogado)				1
Auxiliar Administrativo	1				2
Estagiário de Nível Médio	1				2
Estagiário de Nível superior					1
Total	05				8

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. . **Pacto de Aprimoramento da Gestão. Resolução** nº 18, de 15 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/Pacto%20Aprimoramento%20SUAS%20G%20Municipios%20-%20cnas-2013-018-15-07-2013.pdf> Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social** que alterou o texto base da Resolução 130, de 15 de julho 2005. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwiXoYq5v6zYAhVBOpAKHdiiBiUQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mds.gov.br%2Fwebarquivos%2Farquivo%2Fassistencia_social%2Fnob_suas.pdf&usg=AOvVaw2v-W5jx7CzrF1pELmL2AIR> Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadunico**. Disponível em < <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/auth/index.php>>. Acesso em: 14 e 28 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Registro Mensal de Atendimento – RMA**. Disponível em < <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php> >. Acesso em: 29 set e 03 out 2021

PORTO ALEGRE, no Estado do Rio Grande do Sul, Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Diagnóstico Organizacional nov. 2019**.

PORTO ALEGRE, no Estado do Rio Grande do Sul. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Decreto 18.198 de 01 de fevereiro de 2013**. Estabelece o Regimento Geral da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e revoga o Decreto nº 15.558, de 7 de maio de 2007. Disponível em: <https://leis_municipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2013/1819/18198/decreto-n-18198-2013-estabelece-o-regimento-geral-da-fundacao-de-assistencia-social-e-cidadania-fasc-e-revoga-o-decreto-n-15558-de-7-de-maio-de-2007> Acesso em: 10 ago. 2021.

PORTO ALEGRE, no Estado do Rio Grande do Sul. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Decreto 18.920 de 19 de janeiro de 2015**. Consolida a Estrutura Geral da Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC, Revoga o Decreto nº 14.585, de 1º de julho de 2004 e dá outras providências. Disponível em < <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/atos/Decreto%2018920>> Acesso em: 08 set. 2021.

PORTO ALEGRE, Fundação de Assistência Social e Cidadania. Texto Base para Conferência Municipal de Assistência Social 2021.

ANEXO A: Competências essenciais dos trabalhadores do SUAS – NUEP

Competências Essenciais dos Trabalhadores do SUAS	Cronograma			
	2022	2023	2024	2025
<p>➤ Competências a serem desenvolvidas junto a todos os trabalhadores da rede socioassistencial:</p> <p>Trata dos fundamentos da assistência social. Envolve todos os trabalhadores, sejam gestores ou operadores de benefícios e serviços socioassistenciais, de nível superior, de nível médio e nível fundamental.</p> <p>A proposta é trabalhar com os conhecimentos que os trabalhadores do SUAS devem adquirir e/ou aprimorar, independente do seu nível de escolaridade e de acordo com os cargos e atribuições que ocupam e desenvolvem.</p> <p>A formação neste eixo deve favorecer o desenvolvimento das seguintes competências:</p> <p>a) Conhecimento da trajetória histórica da assistência social no país e no município de POA.</p> <p>b) Compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa a intervenção do trabalhador do SUAS.</p> <p>c) Distinção das características assistencialistas do modelo socioassistencial, inaugurado pela CF/88.</p> <p>d) Conhecimento sobre o processo de constituição das políticas sociais, particularmente da Seguridade Social e de sua concepção, bem como o papel do Estado e da Sociedade Civil no Brasil.</p> <p>e) Nitidez sobre a centralidade da responsabilidade do Estado no comando das ações da assistência social.</p> <p>f) Conhecimento do conjunto de leis e normativas sobre a política de assistência social.</p> <p>g) Conhecimento dos direitos específicos, expressos nos respectivos aportes legais, relativos a crianças e adolescentes, aos jovens, às mulheres, aos idosos, às pessoas com deficiência, aos direitos humanos, bem como legislações específicas de povos e comunidades tradicionais.</p>	x	x	x	x
<p>➤ Competências a serem desenvolvidas junto aos técnicos de nível superior que operam os benefícios e serviços socioassistenciais:</p> <p>Versa sobre as metodologias de trabalho e contempla os técnicos de nível superior que atuam com os serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais.</p> <p>Ao trabalhar com este eixo é necessário considerar os princípios da matricialidade sociofamiliar e da territorialização como centrais para a atuação dos técnicos de nível superior que operacionalizam as ofertas socioassistenciais. Isto porque há para esse conjunto de profissionais responsabilidades éticas e técnicas que exigem conhecimentos, habilidades e atitudes sobre os fundamentos e as metodologias de trabalho social com as famílias e sobre o dinamismo da organização socioterritorial nas suas diferentes dimensões.</p> <p>A formação neste eixo deve favorecer o aprimoramento das seguintes competências:</p> <p>a) Conhecimento das concepções que fundamentam o trabalho com territórios e com a matricialidade sociofamiliar, bem como das metodologias de trabalho social com famílias.</p> <p>b) Conhecimentos e habilidades que permitam identificar e respeitar as diversidades de raça/etnia, religião, gênero, orientação sexual, ciclos de vida, costumes e tradições, populações de migrantes e refugiados, comunidades tradicionais e indígenas.</p> <p>c) Domínio dos instrumentos necessários ao trabalho social realizado no âmbito dos serviços estabelecidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (MDS, 2009) assim como dos serviços municipais não tipificados, como SAF, Albergue.</p>	x	x	x	x

<p>d) Domínio das técnicas de construção participativa de planos de atendimento ou acompanhamento da família e indivíduos, de ações coletivas/comunitárias, socioeducativas, preventivas, etc.</p> <p>e) Análise crítica do cotidiano de vida do usuário/família e suas representações sobre vulnerabilidades e riscos vivenciados em seu contexto sociocultural e econômico.</p> <p>f) Desenvolvimento de habilidades relacionadas ao planejamento de processos de trabalho social junto a indivíduos e famílias, tais como:</p> <p>i. Elaborar planos de acompanhamento individual e familiar que contribuam para a ressignificação ou elaboração de novos projetos de vida, problematizando com o usuário as situações apresentadas e possibilitando a construção do pensamento crítico;</p> <p>ii. Criar estratégias para possibilitar a superação da cultura da subalternidade, culpabilização e/ou tutela, buscando trabalhar com indivíduos e/ou famílias de modo a contribuir para o desenvolvimento de sua autonomia e para o exercício da cidadania.</p> <p>g) Habilidade de construção de estratégias de participação de indivíduos e famílias nos próprios serviços, tanto no diagnóstico como no planejamento e avaliação, de forma a possibilitar o exercício da autonomia</p> <p>h) Habilidade no domínio de ferramentas municipais e de sistemas de informação da política de assistência social.</p>				
<p>➤ Competências a serem desenvolvidas junto aos trabalhadores, gestores e dirigentes da assistência social que trabalham no âmbito da gestão da política de assistência social:</p> <p>Aborda sobre as metodologias de gestão do SUAS e envolve os técnicos de nível superior e os dirigentes que atuam no âmbito da gestão da política de assistência social.</p> <p>Devem-se desenvolver as seguintes competências:</p> <p>a) Elaboração de amplos e consistentes diagnósticos, no âmbito municipal e de seus microterritórios, o que implica em conhecimentos sobre:</p> <p>i. a dinâmica da formação sóciohistórica brasileira e do município;</p> <p>ii. as principais sequelas das desigualdades sociais que atingem sua população, como a pobreza, a miséria, as múltiplas formas de violência, a fragilidade de vínculos familiares e sociais, entre outras;</p> <p>iii. a compreensão crítica sobre os processos sociais de sua produção e reprodução na sociedade brasileira, produzindo as vulnerabilidades e riscos sociais que se conformam às transformações sociais, políticas e econômicas;</p> <p>iv. a produção e sistematização de informações quantitativas e qualitativas e construção de indicadores e índices territorializados das situações de risco e vulnerabilidade social que incidem sobre famílias e indivíduos nos diferentes ciclos de vida, bem como da localização e padrões de qualidade e cobertura dos serviços socioassistenciais, e a oferta de serviços de outras políticas públicas sociais.</p> <p>b) Habilidades em analisar o contexto, reconhecer as características peculiares do território e das famílias; suas diferentes formas de organização, suas identidades, culturas, interesses, necessidades e potencialidades distintas; bem como as demandas específicas apontadas pelas diferentes composições que apresentam; permitindo leitura consistente e crítica do território, numa perspectiva de totalidade.</p> <p>c) Compreensão da estrutura, funcionamento, dinâmicas e responsabilidades desempenhadas pelas diferentes organizações que compõem a rede socioassistencial e intersetorial, assim como a legislação que rege o Marco Regulatório</p> <p>d) Conhecimento sobre a presença das formas de vulnerabilidades e riscos sociais da população e do território, induzindo o planejamento de ações preventivas e contribuindo para o aprimoramento das ações que visem a restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência.</p>	X	X	X	X

<p>e) Capacidade de identificar territórios vulneráveis no âmbito da cidade, assim como a identificar as famílias em maior vulnerabilidade, a fim de que seja realizado o monitoramento dos riscos e das violações de direitos e se desenvolva ações de prevenção.</p> <p>f) Capacidade de registrar e armazenar de forma adequada dados relativos ao tipo e volume de atendimentos, contribuindo para o mapeamento de situações de risco e vulnerabilidade e de eventos de violações de direitos nos territórios.</p> <p>g) Produção de informações de vigilância socioassistencial com o objetivo de fornecer subsídios para os trabalhadores no sentido de qualificar o trabalho e o processo de trabalho.</p> <p>h) Utilização das informações estruturadas/georreferenciadas pela vigilância socioassistencial de modo que os trabalhadores possam:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. avaliar sua própria atuação; ii. ampliar seu conhecimento sobre as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes; iii. planejar e executar ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada, exclusivamente, pela demanda espontânea. <p>i) Domínio dos conceitos de vulnerabilidade, risco e território.</p> <p>j) Domínio das metodologias de planejamento social e de planejamento de controle orçamentário e financeiro.</p> <p>k) Habilidades de construir estratégias de participação de indivíduos e famílias nos serviços, tanto nos processos de diagnósticos como no planejamento e avaliação, levando em consideração a realidade local, as particularidades políticas, econômicas, sociais e culturais do território ou município.</p> <p>l) Habilidades relacionadas ao planejamento de processos de trabalho social junto a indivíduos e famílias.</p> <p>m) Conhecimentos e habilidades pertinentes ao monitoramento da operacionalização dos benefícios e serviços socioassistenciais e sua avaliação sistemática, como processo instituído, o qual impulsiona qualificação constante dos benefícios e serviços.</p> <p>n) Conhecimentos sobre os principais instrumentos que possibilitam monitoramento e avaliação instituídos pelo MDS, Estado e Município, como: o Censo SUAS, os múltiplos aplicativos da Rede SUAS, a MUNIC, entre outros, o SIGAFWeb; bem como para elaboração de indicadores de monitoramento e resultados dos serviços em âmbito local.</p> <p>o) Conhecimentos e habilidades específicas daqueles que farão o gerenciamento ou operacionalização dos benefícios e serviços socioassistenciais de forma a garantir a complementaridade entre os mesmos, superando a fragmentação e a verticalidade com que sempre foram operados, estabelecendo fluxos de articulação, conforme orienta o próprio Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no Âmbito do Sistema único de Assistência Social – SUAS (2009).</p> <p>p) Conhecimentos e habilidades para atuar com a intersetorialidade, fazendo a articulação com as outras políticas sociais e econômicas, particularmente a saúde, previdência social, educação, habitação, trabalho e renda.</p> <p>q) Capacidade de estabelecer parcerias e articular a rede socioassistencial, redes intersetoriais, comunitárias e de vizinhança, para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social na perspectiva de:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. defesa e garantia de direitos; ii. ampliação da rede de proteção social; iii. construção de contextos inclusivos; iv. construção de processos de negociação e de superação de conflitos. v. Conhecimento sobre as concepções de multi e interdisciplinaridade. vi. Conhecimento sobre as pactuações das comissões bipartite e tripartite de assistência social bem como dos protocolos definidos nestas instâncias. 				
---	--	--	--	--

Resultados e Impactos Esperados
Contribuir para o desenvolvimento contínuo das capacidades técnicas a fim de assegurar a qualificação das ofertas socioassistenciais (serviços, benefícios, programas e projetos) da gestão da política de assistência social, bem como do exercício do controle social.
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Número de trabalhadores capacitados nas temáticas de matricialidade sociofamiliar e território
Número de trabalhadores capacitados nas temáticas diagnóstico socioterritorial, leitura crítica de realidade
Número de trabalhadores capacitados nas temáticas de instrumentos de monitoramento, avaliação federal, estadual e municipal;

Patamares Formativos consistem no modo de organização das ações de formação e capacitação determinadas pelo nível de aprofundamento e complexidade dos conteúdos a serem desenvolvidos. Estão organizados em: Capacitação Introdutória (nivelamento); Atualização e Aperfeiçoamento.	Metas			
	2022	2023	2024	2025
<p>➤ Capacitação introdutória/nivelamento – Com duração entre 20 e 40 horas visa o nivelamento de conteúdos essenciais a todo público-alvo com o objetivo tanto de introduzir a temática aos iniciantes na operacionalização da Política de Assistência Social, quanto aos trabalhadores, conselheiros e operadores da rede socioassistencial, que terão acesso aos conteúdos inerentes a LOAS/Política Nacional de Assistência Social e SUAS, com sua base histórica, política e respectivas normativas.</p> <p><u>Gestão do SUAS</u> Contexto sócio-histórico da Assistência Social no Brasil. Noção de Estado. Estado Democrático de Direito. Participação Social e Movimentos Sociais. Processo de Construção das Políticas Públicas. Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS). Direitos Socioassistenciais dos Usuários. Plano Decenal de Assistência Social. Educação para a Cidadania. Instancias de Pactuação do SUAS. Gestão Participativa. Ética no Trabalho. Plano Municipal de Assistência Social.</p> <p><u>Provimento de benefícios e serviços socioassistenciais</u> Pobreza Multidimensional e sua Complexidade. Provimento de Benefícios e Serviços Socioassistenciais de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Plano Decenal de Assistência Social. Conceitos Teóricos de Família, Matriz Sociofamiliar, Vulnerabilidade Social, Risco Pessoal e Social, Território Socioassistencial. Métodos e Instrumentos da Proteção Social Básica e Especial.</p> <p><u>Controle social do SUAS</u> Contexto sócio-histórico da Assistência Social no Brasil. Noção de Estado. Estado Democrático de Direito. Participação Social e Movimentos Sociais. Processo de Construção das Políticas Públicas. Legislação Social e da Administração Pública. Princípios da Administração Pública. Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS). Direitos Socioassistenciais dos Usuários. Plano Decenal de Assistência Social. Educação para a Cidadania. Instancias de Pactuação do SUAS. Gestão Participativa. Ética no Trabalho. Monitoramento e Avaliação da Rede Socioassistencial.</p> <p>➤ Atualização – Este patamar requer duração entre 40 e 100 horas e visa o aprimoramento ou apresentação de novos saberes técnico-científicos. Consiste em cursos destinados aos trabalhadores de nível médio e superior com conteúdos definidos a partir das demandas e necessidades da gestão, dos serviços e benefícios socioassistenciais e ao controle social.</p>				

<p><u>Gestão do SUAS</u> Planejamento Estratégico e Participativo. Financiamento do SUAS. Gestão Orçamentária e Financeira. Gestão Administrativa. Diagnóstico. Rotinas Administrativas.</p> <p><u>Provimento de benefícios e serviços socioassistenciais</u> Metodologias de Trabalho com a Família. Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) e Plano Individual de Acompanhamento (PIA). Projeto Político Pedagógico no âmbito do SUAS. Laudos e Pareceres Técnicos. O SUAS e a Políticas de Direitos Humanos. SUAS e as Políticas de Direitos Humanos: Criança e Adolescente, Idoso e Pessoa com Deficiência, Diversidade cultural, de gênero, sexual, étnica, raça e religiosa, Pessoa em Situação de Rua, Direito à Segurança Alimentar e Nutricional.</p> <p><u>Controle social do SUAS</u> Relação Estado e Sociedade. Mecanismos e Instâncias de Controle Social. O Processo de Democratização do Estado Brasileiro. Mobilização e Participação Popular. A Sociedade Civil e as Estratégias de Participação e Construção de Legitimidade Democrática. Papel dos Conselheiros de Direitos. Estrutura e Funcionamento dos Conselhos de Direitos. .</p>				
<p>➤ Aperfeiçoamento – Com duração mínima de 180 horas, este patamar visa o aprimoramento e o aprofundamento de conhecimentos e habilidades técnicas e domínios específicos do saber. Com o propósito de assegurar a educação continuada que privilegia a qualificação técnico política e normativa do SUAS, os cursos de aperfeiçoamento devem oportunizar o aprimoramento profissional, aprofundando o debate das diretrizes que circundam a gestão do trabalho, os princípios éticos para os trabalhadores da Assistência Social e os processos de trabalho.</p> <p><u>Gestão do SUAS</u> Monitoramento e Avaliação na Gestão Pública. Monitoramento a Avaliação do SUAS. Construção de Indicadores de Monitoramento e Avaliação. Avaliação de Impacto e de Desempenho. Contabilidade Pública. Contabilidade Pública Aplicada às Entidades de Assistência Social. Diagnóstico Socioterritorial.</p> <p><u>Provimento de benefícios e serviços socioassistenciais</u> Concepções e Abordagens Sociotécnicas sobre as Violências. SUAS e a Política de Saúde: uso e abuso de drogas, saúde mental e doenças infectocontagiosas. SUAS e o Estatuto da Criança e do Adolescente. SUAS e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). SUAS, a Política de Inclusão Brasileira e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. SUAS e o Estatuto do Idoso. Técnicas e Instrumentos Participativos de Intervenção Necessários ao Desenvolvimento do Trabalho Social no SUAS.</p> <p><u>Controle social do SUAS</u> A Política de Assistência Social e sua Interface com o Conselho de Assistência Social. A Política de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Política de Direitos da Pessoa com Deficiência. Política dos Direitos do Idoso. Política de Segurança Alimentar e Nutricional.</p>				

ANEXO B: Deliberações Conferência Municipal de Assistência Social sobre Educação Permanente

Deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social – 2021

Considerando que as Conferências de Assistência Social têm o papel de avaliar a situação da assistência social, definir diretrizes para a política, verificar os avanços ocorridos num espaço de tempo determinado, avaliar a situação da assistência social e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema (artigo 18, inciso VI, da LOAS e artigo 113 e 116 da NOBSUAS). E, conforme a NOBSUAS (2012) em seu Art. 22, “[...] os Planos de Assistência Social, devem observar: I - deliberações das conferências de assistência social para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”, apresenta-se, a seguir, as deliberações da Plenária Final da Conferência Municipal de Assistência Social de Porto Alegre 2021, conforme seus eixos propositivos:

EIXO 2 - MUNICÍPIO

Ampliação de investimentos para Política de Assistência Social

Destinar orçamento para a Política de Educação Permanente do SUAS no município.

EIXO 3 - MUNICÍPIO

Valorização, pelo gestor, das instituições de atendimentos diretos e indiretos, proporcionando às instituições qualificações permanentes, qualificando assim os atendimentos.

ESTADO

Promover a articulação dos conselhos de assistência social com os conselhos de políticas intersetoriais visando a integração de esforços e a qualificação dos conselhos, a partir de capacitações permanentes, a fim de incentivar a participação nos espaços de controle social.

UNIÃO

Capacitações e reuniões específicas para tratar e explicar sobre os espaços de participação.

EIXO 4 MUNICIPIO

Efetivação da Política de Educação Permanente para a qualificação de todos os trabalhadores da rede socioassistencial do SUAS em Porto Alegre.

ESTADO

Desenvolvimento de uma política estadual para a Assistência Social que contemple:

Proporcionar espaços de assessoramento técnico aos municípios para contribuir com a educação permanente no SUAS através de formações, encontros, seminários, contribuindo com a gestão do SUAS, contribuindo assim para aumento da qualificação profissional proporcionando agilidade, acesso e acolhimento aos usuários.

Financiamento Estatal para a abertura de novas vagas e ampliação de serviços continuados em espaços próprios regionalizados como repúblicas e albergues individuais e familiares, ILPIs e vagas de acolhimento e de passagem para situação de rua (pousadas) com respaldo técnico e profissionais habilitados e capacitados nos serviços para acompanhamento socioassistenciais.

UNIÃO

Desenvolvimento de uma política nacional para a Assistência Social que contemple:

Criar um canal online para ser usado pelos trabalhadores dos serviços da rede SUAS que contenha conteúdo formativo a ser utilizado em educação permanente pelas equipes

Inclusão de ações de apoio financeiro e de Educação Permanente para as ações da assistência social nos planos de contingência federal em casos de risco e calamidades.

ANEXO C: Quadros de Recursos Humanos

RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS DO QUADRO PRÓPRIO - FASC			
CATEGORIA PROFISSIONAL	GRUPO	CLASSE	Quantitativo de RH existente
NIVEL FUNDAMENTAL	APOIO OPERACIONAL	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	6
		PEDREIRO	1
		ELETRICISTA	1
NIVEL MEDIO	AUXILIAR TECNICO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	54
		AUXILIAR DE ENFERMAGEM	9
		EDUCADOR SOCIAL	9
		MONITOR	40
	TECNICO PROFISSIONAL	INSTRUTOR	1
		TECNICO EM ENFERMAGEM	12
		TECNICO EM NUTRICAÇÃO E DIETÉTICA	4
NIVEL SUPERIOR	TECNICO ADMINISTRATIVO	ADMINISTRADOR	4
		ARQUITETO	1
		ENGENHEIRO CIVIL	1
	TECNICO EM EDUCACAO	PEDAGOGO	3
		EDUCAÇÃO FÍSICA	3
	TECNICO SOCIAL	ASSISTENTE SOCIAL	100
		PSICOLOGO	35
		ENFERMEIRO	4
		TERAPEUTA OCUPACIONAL	3
		SOCIÓLOGO	1
		NUTRICIONISTA	3
Total Efetivos			295
Total Celetistas (quadro em extinção)			71
Total Comissionados (direção e assessoramento)			41
TOTAL GERAL			407

RECURSOS HUMANOS PARCEIRIZADOS - EXECUÇÃO FASC

SERVIÇO – OSC PARCEIRA	Advogado	Educador Social	Pedagogo	Psicólogo	Assistente Social	Aux. Adm	Serv. Gerais	Educador Físico	Cozinheira	Aux Cozinha	Nutricionista	Contador	Motorista
PAIF - Calábria				34	34	17							
PAEFI - Calábria	11	29		14	11	1							
CDI - Calábria		3		1	1	1		1					
SCFV CRAS Glória - Centro Social Gianelli		2				1	1		1	1	1		
SCFV CRAS Restinga - Monteiro Lobato (Murialdinas de São José)		1				2	1		1				
SCFV CRAS Lomba do Pinheiro - Instituto Cultural São Francisco de Assis CPCA		2							1				
SCFV CRAS Norte e CRAS Noroeste - Instituto Passos		4				1				2	1		
SCFV CRAS Centro Sul - Calábria		2				1	1		1				
Abordagem - ACOMPAN		5	1	1	1	1	1						
Abordagem - Amparo Santa Cruz Orionópolis		4			2	1							
Abordagem - Amurt		5		1	2	4							
Abordagem - AICAS		10			7	2	1						
Abordagem - Fundação Fé e Alegria do Brasil		11		3	4	1	1					1	
Abordagem - Instituto Cultural São Francisco de Assis CPCA		16			13	3	1						
Abordagem - Calábria		8		1	4	1	1						
Abordagem - OSICOM		5			3	1							1
Abordagem - Pequena Casa da Criança		5			3	1							
CPCA - AR 7 e 8	4 técn. Sociais, 42 educadores, 2 coord. Pedag, 5 aux. Limp, 1 aux manut, 5 porteiros, 4 coz e 5 aux coz, 1 técn nutri, 1 ass. Admin.												

RECURSOS HUMANOS PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

COORDENAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Auxiliar Técnico - Assistente Administrativo
1 Coordenadora - Pedagoga
2 Assistentes Sociais
4 Psicólogos
1 Pedagoga
1 Ed Física
1 Dentista
1 Téc Enfermagem

CRAS BÁSICO EIXO BALTAZAR

Coordenador – Terapeuta Ocupacional
Assistente Administrativo
3 Assistentes Sociais
3 Psicólogos
1 Técn Ref SCFV Idoso
4 entrevistadores sociais

CRAS BÁSICO NORDESTE

Coordenador – Assistente Social
Assistente Administrativo
Estagiário
2 Assistentes Sociais
2 Psicólogos
1 Técn Ref SCFV Idoso
2 entrevistadores sociais

CRAS BÁSICO TIMBAÚVA

Coordenador – Assistente Social
Assistente Administrativo
2 Assistentes Sociais
2 Psicólogos
1 Técn Ref SCFV Idoso
2 entrevistadores sociais

CRAS AMPLIADO NOROESTE

Coordenador – Psicólogo
Assistente Administrativo
Monitor
2 Assistentes Sociais
2 Psicólogos
1 Técn Ref SCFV Idoso
2 entrevistadores sociais

CRAS AMPLIADO NORTE

Coordenador – Assistente Social
Auxiliar Técnica Administrativo

CRAS BÁSICO PARTENON

Coordenador – Assistente Social
Assistente Administrativo
4 Assistentes Sociais
2 Psicólogos
4 entrevistadores sociais

CRAS AMPLIADO LOMBA DO PINHEIRO

Coordenador – Psicólogo
Assistente Administrativo
1 Assistente Social
3 Psicólogos
1 Técn Ref SCFV
4 entrevistadores sociais

CRAS AMPLIADO LESTE I

Coordenador - Psicólogo
Assistente Administrativo
1 Assistentes Social
2 Psicólogos
1 Ed Social SCFV Idoso
2 entrevistadores sociais

CRAS BÁSICO LESTE II

Coordenador - Assistente Social
Assistente Administrativo
2 Assistentes Sociais
2 Psicólogos
3 entrevistadores sociais

CRAS AMPLIADO RESTINGA

Coordenador – Assistente Social
Assistente Técnico Administrativo
3 Assistentes Sociais
3 Psicólogos
2 entrevistadores sociais

CRAS BÁSICO 5º UNIDADE

Coordenador – Assistente Social
Assistente Administrativo
2 Assistentes Sociais
2 Psicólogos
3 entrevistadores sociais

CRAS BÁSICO EXTREMO-SUL

Coordenador – Assistente Social
Auxiliar Técnico Administrativo

1 Assistente Social
2 Psicólogos
1 Téc Ref SCFV IDOSO
2 entrevistadores sociais

Auxiliar Técnico - Assistente Administrativo
3 Assistentes Sociais
2 Psicólogos
3 entrevistadores sociais

CRAS BÁSICO SANTA ROSA

Coordenador – Assistente Social
Assistente Administrativo
3 Assistentes Sociais
2 Psicólogos
1 Técn Ref SCFV IDOSO
3 entrevistadores sociais

CRAS AMPLIADO CENTRO-SUL

Coordenador – Psicóloga
Assistente Administrativo
Assistente Técnico Administrativo
3 Assistentes Sociais
3 Psicólogos
2 Ed Sociais SCFV Idoso
3 entrevistadores sociais

CRAS BÁSICO HÍPICA

Coordenador – Assistente Social
Auxiliar Técnico - Assistente Administrativo
2 Assistentes Sociais
1 Psicólogo
1 Ed Social SCFVIdoso
2 entrevistadores sociais

CRAS BÁSICO CENTRO

Coordenador – Assistente Social
Assistente Administrativo
3 Assistentes Sociais
1 Psicólogo
1 Técn Ref SCFVIdoso
3 entrevistadores sociais

CRAS BÁSICO SUL

Coordenador – Assistente Social
Assistente Administrativo
1 Assistente Social
3 Psicólogos
1 Ed Social SCFVIdoso
2 entrevistadores sociais

CRAS AMPLIADO GLÓRIA

Coordenador – Assistente Social
Assistente Administrativo
3 Assistentes Sociais
3 Psicólogos
1 Técn Ref SCFVIdoso
1 Técn Ref SCFV
3 entrevistadores sociais

CRAS BÁSICO ILHAS

Coordenador - Assistente Social
Auxiliar Técnico Administrativo
2 Assistentes Sociais
1 Psicólogo
1 entrevistador social

CRAS BÁSICO CRUZEIRO

Coordenador – Assistente Social
Assistente Administrativo
3 Assistentes Sociais
2 Psicólogos
1 Técn Ref SCFVIdoso
4 entrevistadores sociais

CRAS BÁSICO FARRAPOS

Coordenador – Assistente Social
Assistente Administrativo
2 Assistentes Sociais
3 Psicólogos
2 entrevistadores sociais

CRAS BÁSICO CRISTAL

Coordenador – Assistente Social
Assistente Administrativo
3 Assistentes Sociais
1 Psicólogo
1 Técn Ref SCFVIdoso
3 entrevistadores sociais

RECURSOS HUMANOS PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

COORDENAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

1 Coordenador Psicóloga
10 Técnicos Sociais
1 Advogado
1 Profissional de nível médio

RECURSOS HUMANOS POR CREAS

1 Coordenador - Técnico Social
4 Técnicos Sociais
1 Advogado
4 Educadores Sociais
Assistente Administrativo
CREAS Centro + 2 Técnicos Sociais

RECURSOS HUMANOS ABRIGO MARLENE

1 Coordenador - Assistente Social
1 Assistente Social
1 Psicóloga
2 Enfermeiros
5 Técnicos de Enfermagem
6 Auxiliares de Enfermagem
20 Monitores
4 Educadores Sociais
1 Técnico Nível 6

CDI

1 Coordenador
1 Assistente Coordenação
1 Assistente Social
1 Psicólogo
1 Auxiliar Administrativo
1 Educador Físico
3 Educadores Sociais

AR 07 e 08

1 Coordenador
1 Assistente Coordenação
3 Técnicos de Enfermagem
1 Enfermeira
Equipe parceirizada CPCA (4 técnicos sociais), 42 educadores sociais, 2 coord. Pedagógicos., 5 aux. Limpeza, 1 aux. Manut., 5 porteiros, 4 cozinheiras e 5 aux. Cozinha, 1 técn. Nutrição, assist. adm)

ANEXO D: Diagnóstico Socioassistencial de Porto Alegre – sistematização dos Diagnósticos socioterritoriais das 17 Regiões do Orçamento Participativo

Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA
Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC
Assessoria de Planejamento/Vigilância Socioassistencial

Diagnóstico Socioterritorial de Porto Alegre: análise dos territórios vulneráveis das 17 Regiões do Orçamento Participativo

Porto Alegre, Setembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA
Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC
Assessoria de Planejamento/Vigilância Socioassistencial

Equipe Técnica Responsável:

Simone Ritta dos Santos (Dra. Serviço Social - Responsável Técnica)

Angela Voges Pinheiro Araújo - (Assistente Social)

Míriam Schiller Thomaz –(Socióloga)

Sabrine Dias Stawinski Marques Fernandes – (Assistente Administrativo)

Roberta Piedras – (Estagiária de Políticas Públicas/UFRGS)

Pedro Henrique Silva de Oliveira (Assistente Administrativo – 2017/2020)

Porto Alegre, setembro de 2020.

SUMÁRIO – Paginação Documento Original

LISTA DE SIGLAS	05
LISTA DE GRÁFICOS	07
LISTA DE QUADROS	08
LISTA DE TABELAS	09
1 APRESENTAÇÃO	11
2 CAPÍTULO I – METODOLOGIA	14
2.1 O Diagnóstico Socioterritorial em Porto Alegre	14
2.2 Descrição do processo nos territórios	15
3 CAPÍTULO II – OS TERRITÓRIOS	18
3.1 Referencial Normativo e Organização Político-Administrativa	18
3.2 Cobertura da Rede Socioassistencial Municipal	21
3.3 Riscos Ambientais	23
3.4 Assentamentos Regulares e Precários	24
3.5 Infraestrutura, Mobilidade Urbana e Acessibilidade	28
3.6 As Potencialidades dos Territórios	30
4 CAPÍTULO III – DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E DAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO DAS POPULAÇÕES NOS TERRITÓRIOS	41
4.1 Condições Socioeconômicas das famílias e indivíduos	41
4.2 Gênero e Família	52
4.3 População Idosa	58
4.4 Pessoas com Deficiência – PCDs	63
4.5 Povos Tradicionais e Grupos Sociais Específicos	65
4.6 População Negra	68
4.7 Povos Indígenas	72
4.8 Comunidades de Quilombos	76
4.9 Migrantes e Refugiados	79
4.10 Violências e Violações de Direitos	82
4.10.1 Abandono e Violências contra Crianças e Adolescentes em Acompanhamento nos CREAS/PAEFI	82

4.10.2	Acolhimento de Crianças e Adolescentes	83
4.10.3	Juventude	89
4.10.4	Trabalho Infantil	93
4.10.5	População em Situação de Rua	97
5	CAPÍTULO IV – CAPACIDADE DE COBERTURA DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E DOS BENEFÍCIOS	103
5.1	Capacidade de cobertura quanto à área de abrangência da rede socioassistencial municipal	104
5.2	Cobertura da Rede de Proteção Social e capacidade de atendimento	106
5.3	Rede de Proteção Social Básica	106
5.3.1	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	106
5.3.2	Serviço de Atendimento a Família – SAF	106
5.3.3	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV	108
5.3.3.1	Faixa Etária – 6 a 14 anos e 11 meses	108
5.3.3.2	Faixa Etária – 15 a 17 anos e 11 meses	109
5.3.3.3	Faixa Etária – Pessoas de 18 a 59 anos e 11 meses e Pessoas acima de 60 anos	111
5.4	Rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade	112
5.5	Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	112
5.5.1	Acolhimento de Crianças e Adolescentes	113
5.5.2	Acolhimento de Pessoas com Deficiência	115
5.5.3	Acolhimento Adulto	115
5.5.4	Acolhimento Idoso	116
5.6	Evolução das Metas da Rede Socioassistencial de Porto Alegre 2016/2019	116
5.7	Os Trabalhadores Sociais da Rede Socioassistencial Municipal	117
5.7.1	Trabalhadores Sociais dos CRAS	118
5.7.2	Trabalhadores Sociais dos CREAS	122
5.8	Gestão dos Benefícios assistenciais	127
5.9	Estrutura Física e Acessibilidade	127
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

LISTA DE SIGLAS

- ACNUR** – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
- ASCAR** – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
- BPC** – Benefício de Prestação Continuada
- CCJ** – Comissão de Constituição e Justiça
- CDI** – Centro Dia do Idoso
- CECAD** – Consulta, seleção e Extração de Informações do CadÚnico
- CGBCAD** – Coordenação de Gestão de Benefícios e do Cadastro Único
- CORAS** – Comissões Regionais de Assistência Social
- CPCA** – Centro Promoção da Criança e Adolescente
- CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CRIPS** – Centro de Relações Institucionais e Participativas
- ECA** – Estatuto da Criança e Adolescente
- EMATER** – Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FOFA** – Força, Oportunidade, Fraquezas e Ameaças
- FROP** – Fórum Regional do Orçamento Participativo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ILPIs** – Instituições de Longa Permanência
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LGBTI+** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
- MC** – Ministério da Cidadania
- MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social
- MSE** – Medida Socioeducativa
- NOB** – Norma Operacional Básica
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- OP** – Orçamento Participativo
- PAEFI** – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
- PAIF** – Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais

PSB – Proteção Social Básica

PSEAC – Proteção Social Especial de Alta Complexidade

PSEMC – Proteção Social Especial de Média Complexidade

RMA – Registro Mensal de Atendimentos

RMV – Renda Mensal Vitalícia

SAF – Serviço de Atendimento à Família

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SIM – Sistema de Informações do Município de Porto Alegre

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UF – Unidade Federativa

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Da Faixa Etária dos Acolhidos (2020)	85
Gráfico II – Dos motivos de ingresso na rede de acolhimento de criança e adolescentes (2020)	86
Gráfico III – Motivos de Ingresso no acolhimento – Faixa Etária 13 aos 18 anos (2019)	88
Gráfico IV – Situação escolar dos adolescentes acolhidos (2019)	89
Gráfico V – Distribuição dos Trabalhadores por CRAS - 2016/2019	119
Gráfico VI –Tipos de Vínculos Empregatícios por CRAS (2019)	120
Gráfico VII – Comparativo Nível de Escolaridade dos Trabalhadores (2019)	122
Gráfico VIII – Comparativo Total de Trabalhadores por CREAS por Região (2019)	123
Gráfico IX – Tipos de Vínculos Empregatícios por CREAS (2019)	124

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Regiões do Orçamento Participativo e Bairros de Porto Alegre	19
Quadro II – Territórios sem cobertura de serviços (2019)	21
Quadro III – Mapeamento das Regiões e os Riscos Ambientais (2019)	23
Quadro IV – Áreas de Assentamento e Ocupações por ROP (2019)	26
Quadro V – Obras em andamento/suspensas (2019)	29
Quadro VI – Potencialidades relacionadas às formas de resistência, solidariedade, trabalho, lazer e convivência nos territórios (2019)	30
Quadro VII – Potencialidades relacionadas às formas de organização política dos territórios (2019)	34
Quadro VIII – Potencialidades relacionadas à disponibilidade de serviços públicos e comunitários (2019)	35
Quadro IX – Das Potencialidades destacadas pelos Trabalhadores nos territórios (2019)	37
Quadro X – Assentamentos por Etnia, Região do OP e Situação Fundiária (2019)	73
Quadro XI – Quilombos e localização na cidade, inscritos no CECAD e Situação Fundiária (2019)	77
Quadro XII – Rede Pública de Serviços de Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade: área de abrangência (2019)	105

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Famílias e Indivíduos cadastrados no Cadastro Único e Beneficiários do PBF por ROP (2019)	43
Tabela II – Faixa de Renda dos inscritos no CECAD de 18 a 59 anos por Região do Orçamento Participativo (2019)	44
Tabela III – Perfil das Famílias Atendidas nos 22 CRAS (2019)	46
Tabela IV – Famílias acompanhadas no PAIF, atendimentos individualizados e coletivos realizados nos 22 CRAS (2019)	48
Tabela V – Mulheres Adultas acompanhadas no PAEFI vítimas de violência intrafamiliar (2019) e Mulheres Vítimas de Homicídio em Porto Alegre (2012)	55
Tabela VI – População Idosa do Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre (1991, 2000, 2010, 2020)	59
Tabela VII – Pessoas Idosas que moram sozinhas por Região do Orçamento Participativo (2020)	60
Tabela VIII – Pessoas Idosas inscritas no CECAD, Beneficiárias do PBF, distribuídas por faixa de renda e situação de rua e beneficiárias do BPC (2019)	61
Tabela IX – Pessoas inscritas no CECAD com alguma deficiência e Beneficiárias do BPC conforme Região do Orçamento Participativo (2019)	64
Tabela X – Povos Tradicionais e Grupos Sociais Específicos vinculados ao CRAS no CECAD (2019)	66
Tabela XI – Percentual da População Negra em relação ao Total da População Residente (2010) e Raça de acordo com autodeclarados no CECAD (2019) por Região do Orçamento Participativo	69
Tabela XII – Indivíduos inscritos no CECAD – Migrantes (2019) e Registros nos Diagnósticos por Região do Orçamento Participativo (2019)	80
Tabela XIII – Violências e Violações identificadas dentre as crianças e adolescentes em acompanhamento nos 9 CREAS no PAEFI (2019)	82
Tabela XIV – Das regiões de Origem das Famílias das Crianças e Adolescentes Acolhidas (2016/2020)	84
Tabela XV – Do Gênero dos Acolhidos na rede (2020)	85

Tabela XVI – Da Raça dos Acolhidos na Rede (2020)	86
Tabela XVII – Motivos de Ingresso dos Adolescentes de 13 a 18 anos na rede de acolhimento (2019)	87
Tabela XVIII – Dos Tipos dos Motivos de Ingresso dos Adolescentes na rede de acolhimento (2019)	88
Tabela XIX – Jovens cumprindo medidas socioeducativas por ROP e área de abrangência dos 9 CREAS, Jovens Vítimas de Homicídio Masculino e Jovens Negros Vítimas de Homicídio Masculino (2019)	90
Tabela XX – População de até 15 anos em situação de trabalho infantil por CREAS, CECAD, PSEMC e RMA (2019, 2020, 2020, 2019)	95
Tabela XXI – Locais utilizados com mais frequência como dormitório (2016)	98
Tabela XXII – População adulta em situação de rua por CREAS, UFRGS e CECAD (2019, 2016, 2020)	100
Tabela XXIII – Capacidade de Atendimento do Serviço de Atendimento à Família – SAF por Região do Orçamento Participativo (2016/2020)	107
Tabela XXIV – Capacidade de Atendimento do SCFV – 6 a 14 anos e 11 meses – Evolução da Cobertura de Atendimento 2016/2020	108
Tabela XXV – SCFV – 15 a 17 anos – Trabalho Educativo e Projovem – Evolução da Cobertura de Atendimento 2016/2020 por ROP	110
Tabela XXVI – Capacidade de Atendimento do SCFV – 18 a 59 anos e 11 meses e SCFV - acima de 60 anos por Região do Orçamento Participativo (2016/2019)	111
Tabela XXVII - Rede de Crianças e Adolescentes – Evolução das Metas (2016/2019)	113
Tabela XXVIII - Rede de Serviços e Metas – Acolhimento Adulto (2016/2019)	115
Tabela XXIX – Evolução das Metas no Período 2016/2020 por Nível de Proteção Social	116

1 APRESENTAÇÃO

A realização do presente diagnóstico socioterritorial representou um desafio importante na consolidação da política de Assistência Social em Porto Alegre. O estudo teve por objetivos responder ao preconizado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004; NOBSUAS 2012), que busca garantir a proteção social à população, por meio do conhecimento das vulnerabilidades e riscos presentes nos territórios.

O Diagnóstico Socioterritorial, enquanto ação prevista na política visa conter informações territorializadas e especializadas dos riscos e vulnerabilidades e da consequente demanda de serviços de proteção social básica e de proteção social especial, bem como informações igualmente especializadas referentes ao tipo e volume de serviços efetivamente disponíveis e ofertados à população.

A NOBSUAS (2012) prevê uma regularidade na realização dos estudos diagnósticos, atrelando-os aos Planos de Assistência Social, cuja periodicidade é de quatro em quatro anos. Constituem-se em instrumentos da gestão pública para planejamento e financiamento da política.

O Diagnóstico Socioterritorial tem importância estratégica como ferramenta para conhecimento e proposição de ações por parte do Estado no desenvolvimento da política de assistência social. Porém tem limites metodológicos. Ele pode contribuir para mapear, identificar, mas ainda, assim, revelar partes de uma dada realidade, na medida em que dificilmente seja possível mapear “todas” as vulnerabilidades do território. Por outro lado, o território enquanto espaço social onde se desenrolam as relações sociais também se constitui de modo dinâmico, portanto, sempre teremos dados parciais, “fotografias” que retratam um determinado período, um determinado ponto de vista, um determinado entendimento sobre o fenômeno que busca retratar.

Nessa perspectiva a proposta de realização de um diagnóstico socioterritorial da cidade deve dar visibilidade às condições sociais da população usuária dos serviços socioassistenciais (adultos, crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, comunidades de quilombos, povos indígenas, migrantes) com suas demandas e necessidades, assim como, à capacidade da rede de serviços públicos de garantir a cobertura de proteção social.

A política de assistência social atribuiu à Vigilância Social a função de coordenar os processos de estudos diagnósticos na gestão municipal. Em 2015 foi realizado o primeiro diagnóstico da cidade e, em 2019, foi realizado novo estudo. O documento a seguir apresentado é resultado dos diagnósticos produzidos pelas Comissões e/ou Grupos de Trabalho com representação dos serviços públicos, parceirizados e usuários, organizados a partir das 17 regiões administrativas e de planejamento da cidade.

Outro pressuposto presente na realização dos Diagnósticos Socioterritoriais é a relevância da participação dos moradores dos territórios nas decisões e debates em torno da política, quanto às ofertas e qualidades dos serviços e benefícios, buscando compreender não apenas suas dificuldades, mas também suas potencialidades.

O documento a seguir apresentado “Diagnóstico Socioterritorial de Porto Alegre: análise dos territórios vulneráveis das 17 Regiões do Orçamento Participativo” é a primeira sistematização de um vasto conjunto de informações produzidas pelas regiões da cidade. A construção do documento buscou garantir as especificidades dos territórios e que fossem produzidos pelos trabalhadores e população. Essa construção conjunta permite dar visibilidade às demandas e percepções dos sujeitos na sua relação com os serviços da política de Assistência Social, assim como aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas dos territórios.

Pretende-se descrever as principais temáticas abordadas pelo conjunto de regiões, a partir dos apontamentos dos estudos e de dados quantitativos. Algumas temáticas serão problematizadas, a partir de estudos e pesquisas municipais, estaduais e federais. Nesse sentido, tendo em vista a magnitude dos dados e a complexidade dos fenômenos sociais, não se tem a pretensão de esgotar as discussões e sim dar visibilidade e sistematizar os pontos chaves salientados pela população e trabalhadores.

O processo de elaboração dos diagnósticos nas regiões pelas Comissões/Grupos de Trabalho utilizou diferentes metodologias e fontes de dados para produção dos estudos. Nesse sentido, não será possível estabelecer comparações entre as regiões, mas descrever os fenômenos observados a partir dos relatos dos indivíduos que participaram das discussões e sistematizados nos relatórios regionais. Reitera-se, portanto, que o estudo buscou conhecer, mas também problematizar, como as populações têm vivenciado suas experiências de vida em contextos sociais vulneráveis e quais as potencialidades que veem nos territórios.

Foram utilizados dados quantitativos sobre a população, dos serviços e da capacidade de cobertura da rede socioassistencial. O estudo teve como principais fontes de dados quantitativos o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o Registro Mensal de Atendimentos do Ministério da Cidadania e dados de atendimento e cobertura monitorados e sistematizados pela equipe da Vigilância Socioassistencial da FASC. O Censo Demográfico do IBGE produz o recenseamento da população e tem por objetivo recolher, agrupar e publicar dados demográficos, econômicos e sociais. Utilizamos a sistematização produzida pelo Observapoa que distribuiu os dados do Censo de acordo com as 17 Regiões do Orçamento Participativo. No Cadastro Único são inseridas as famílias com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo e as que possuam renda familiar mensal de até três salários mínimos. As famílias com renda superior a três salários mínimos podem ser incluídas no Cadastro Único, desde que sua inclusão se vincule a serviços socioassistenciais ou programas sociais em qualquer esfera. Os dados foram extraídos, através da ferramenta operacional CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico) em Setembro de 2019, através do sítio <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/index.php> e sistematizados de acordo com as regiões do OP. O Registro Mensal de Atendimento contempla os dados de atendimento e acompanhamento dos serviços de CRAS, CREAS e Centro Pop e utilizou-se as informações produzidas em 2019. Os dados de acolhimento de criança e adolescentes foram utilizados com base nas informações do Cadastro de Crianças e Adolescentes - CADOL referente ao mês de outubro de 2019 e abril/2020.

Antes de prosseguir queremos destacar nossos agradecimentos às equipes de trabalhadores dos territórios que produziram os relatórios. Reconhecemos o esforço e dedicação que

possibilitaram a concretização deste Diagnóstico Socioterritorial. O compromisso com a população e o respeito aos diálogos que foram abertos, intensificados, não apenas entre os moradores dos territórios, mas também pelos trabalhadores da rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas setoriais que compuseram as Comissões Locais foram fundamentais para concretização dos estudos. Queremos destacar também a qualidade dos textos produzidos e o compromisso dos trabalhadores com a população dos territórios.

Os múltiplos espaços de escuta e participação da população produziram uma riqueza de informações que poderão ser aprofundadas nos Relatórios Regionais, uma vez que o diagnóstico da cidade não pretende esgotar a multiplicidade de questões que foram abordadas nos documentos.

Espera-se que o trabalho realizado possa contribuir com a gestão municipal, a população, os trabalhadores e os diferentes atores do campo da política de assistência social da cidade.

A finalização dessa etapa ocorre num cenário preocupante, onde a pandemia que assola a cidade, o país e o mundo, desde março em Porto Alegre, tem apontado cenários sombrios. A perda de renda pelas famílias e o aumento do número de trabalhadores desempregados trará novas demandas à rede socioassistencial. Os efeitos econômicos da pandemia tendem a ampliar as necessidades da população por renda, benefícios e serviços socioassistenciais.

A atualização dos diagnósticos socioterritoriais é uma das diretrizes da política de assistência social, nesse momento em especial, para compreender o impacto da pandemia nos territórios e na rede socioassistencial se apresenta como o próximo desafio.

A seguir apresentamos o documento final, o qual está organizado em quatro capítulos: Capítulo I – apresenta o processo metodológico de realização dos diagnósticos nas regiões e o de Porto Alegre; no Capítulo II são apresentados os territórios onde se desenvolveram os diagnósticos socioterritoriais; o Capítulo III descreve as condições socioeconômicas e as situações de vulnerabilidade e risco da população que vive nos territórios; o Capítulo IV apresenta a cobertura da rede socioassistencial. E, por fim, as Considerações Finais referentes ao estudo.

2 CAPÍTULO I - METODOLOGIA

As noções de vulnerabilidade, risco e território são problematizadas no presente estudo tendo como referência as definições previstas na política. Entende-se que tais noções expressam desigualdades sociais, de gênero, raça, etnia etc. e devem ser contextualizadas na perspectiva dos territórios tendo como referência questões estruturais presentes em nossa sociedade. Nesse sentido, as representações diversas sobre as formas pelas quais as desigualdades se expressam em uma dada cultura, somente assumem sentido, quando relacionadas ao contexto mais amplo no qual se inserem. As representações sociais compõem a visão de mundo de grupos sociais específicos assumindo coerência e logicidade. Assim, pensar desigualdades significa estabelecer as relações entre “os indivíduos, com a sociedade, com a natureza e com o mundo sobrenatural”. (CERES, 2000, p.13), pois a realidade social se caracteriza pela multiplicidade de processos sociais. Estes atuam de forma simultânea, a partir de temporalidades distintas, tecendo desse modo, uma totalidade.

Entende-se que o estudo diagnóstico dos microprocessos sociais que constituem a própria realidade social exige metodologias qualitativas que nos permitam investigá-los. Assim, propôs-se o uso de metodologia quantiquantitativa de pesquisa. Uma abordagem qualitativa do tipo descritivo capaz de identificar quais os entendimentos presentes entre os trabalhadores e a população sobre as noções de vulnerabilidade, risco, potencialidades e da capacidade dos serviços socioassistenciais em atender suas necessidades e demandas.

O estudo utilizou-se também de dados quantitativos para contextualização demográfica e das condições socioeconômicas da população e sobre a rede socioassistencial. Foram utilizadas fontes de dados municipais e federais para análise e comparação das informações problematizadas ao longo do texto. Os dados quantitativos foram utilizados como subsídio à compreensão da realidade social nos territórios da cidade.

A equipe responsável pela elaboração do estudo diagnóstico propôs a adoção de metodologias com enfoque qualitativo no estudo dos discursos dos sujeitos sobre os territórios aliado ao uso de dados quantitativos.

2.1 O Diagnóstico Socioterritorial em Porto Alegre

O primeiro diagnóstico dos territórios da cidade foi elaborado em 2015. O documento abrangeu toda a cidade e foi realizado pelos trabalhadores dos serviços sob a coordenação da Vigilância Socioassistencial e Coordenação de Monitoramento e Avaliação. O documento, conforme orientação da NOBSUAS (2012) constou do Plano Municipal de Assistência Social de 2018/2021.

A atualização do diagnóstico dos territórios iniciou em junho de 2018 com a apresentação de uma proposta de trabalho à Direção Executiva da FASC. A proposta constou da apresentação do documento base intitulado “Proposta de atualização de Diagnóstico Socioterritorial das regiões da

Assistência Social de Porto Alegre, RS”. O documento continha as bases legais e conceituais, os indicadores sociais de vulnerabilidade e risco e de cobertura da rede socioassistencial que deveriam orientar os trabalhadores na análise do território. Continha, ainda, um roteiro de questões para as regiões com as informações a serem levantadas e uma proposta de apresentação do Relatório Final. Diferente do estudo anterior, este previa a participação da população dos territórios.

Simultâneo à elaboração do documento orientador, a área de VS organizou os indicadores de vulnerabilidade e cobertura das 17 regiões do Orçamento Participativo e disponibilizou aos territórios para subsídio ao processo. Os dados quantitativos foram organizados de acordo com as 17 Regiões do Orçamento Participativo. Essa organização espacial é uma das formas pelas quais a cidade organiza informações e se utiliza para processos político-administrativos na gestão da cidade. Foi definido que seriam elaborados 17 relatórios regionais. Foram organizados e disponibilizados dados sobre a população, ofertas de serviços e dados de atendimento.

A equipe propôs que o levantamento das situações de vulnerabilidade, risco e potencialidades fossem discutidos com a população dos territórios. Sugeriu-se a adoção de metodologia de caráter qualitativo para contemplar todos os grupos participantes dos serviços, moradores, trabalhadores. Não foi especificada uma única metodologia, sugeriu-se o grupo focal e o mapa falado.

Também foi orientado que cada região organizasse uma Comissão ou Grupo de Trabalho para levantamento dos dados e redação do documento. Esta deveria ter composição dos trabalhadores dos serviços próprios e parceirizados, trabalhadores de outras políticas setoriais e demais moradores da região. A comissão e/ou GT foi coordenada pelo coordenador do CRAS da região ou pelo supervisor. O Comitê Gestor ficou responsável pela coordenação do processo no território.

2.2 Descrição do processo nos territórios

A apresentação da proposta aos serviços, a organização das comissões nas regiões, o levantamento dos dados e a escrita dos relatórios ocorreu no período de janeiro a novembro de 2019. De janeiro a fevereiro iniciou-se a apresentação da proposta junto à rede socioassistencial. Foram realizadas reuniões com os representantes das equipes da Coordenação de PSB, PSE, CRAS, CREAS, trabalhadores de serviços parceirizados sob coordenação da VS. Durante estes encontros foi apresentado o objetivo do diagnóstico e as formas para sua realização. A inclusão da população suscitou a discussão sobre a necessidade de adoção de atividades que permitissem a participação dos sujeitos no diagnóstico.

No período de março a agosto de 2019, a etapa de levantamento dos dados foi realizada pelas Comissões/Grupos de Trabalho. Ao Comitê Gestor Regional formado por coordenadores de serviços próprios de proteção social básica e especial dos territórios, do supervisor da Coordenação do Monitoramento e Avaliação e representação das equipes de gestão das proteções sociais da básica, média e alta complexidade, coube a responsabilidade de monitorar o processo no território. As comissões/grupos de trabalho ficaram com a responsabilidade de planejar, organizar as atividades e redigir o documento final. De janeiro a março as equipes dos territórios formaram as

comissões/grupos de trabalho com representação dos trabalhadores dos serviços socioassistenciais (CRAS, CREAS, SAF, Ação Rua, SCFV, CDI, etc.), de serviços de saúde, educação, conselho tutelar, Centro de Relações Institucionais e Participativas - CRIPs e representantes das Comissões Regionais de Assistência Social - CORAS. Os grupos foram coordenados pelo CRAS e a supervisão.

A descrição do uso das metodologias participativas mostra que os instrumentos foram utilizados em diferentes momentos, durante as atividades dos usuários nos serviços, fóruns sistemáticos de reunião dos trabalhadores e organizações sociais, atividades especialmente organizadas para a coleta de dados. As comissões/grupos elaboraram ainda, vários instrumentos de registro e organização das atividades.

Os diagnósticos das regiões Lomba do Pinheiro, Restinga, Extremo Sul além das atividades com a população, realizaram uma pesquisa com os trabalhadores com a aplicação de questionário. Os levantamentos coletaram dados sobre a atuação dos trabalhadores na proteção social em que atua, o tipo de vínculo, o tempo de trabalho. As regiões Extremo Sul e Restinga levantaram dados sobre o perfil (idade, sexo, raça, etnia, nível de escolaridade, área de formação) e tempo de atuação na política. Foram pesquisadas questões relacionadas à participação dos trabalhadores em espaços temáticos, a identificação de grupos vulneráveis, as situações de risco e a rede de serviços.

Os participantes das atividades propostas nas regiões foram os próprios trabalhadores da rede socioassistencial, mas também dos serviços de saúde, educação, CRIP, Conselho Tutelar. Dentre os representantes da população foi registrada a participação de lideranças de associações comunitárias, igrejas, CORAS, conselheiros e delegados do Fórum Regional do Orçamento Participativo – FROP e usuários dos serviços formados por crianças, jovens, adultos, idosos, mulheres, população em situação de rua, estudantes de diferentes instituições/serviços. Foi registrado a participação do CRAS, CREAS, Serviço de Acolhimento Adulto, Criança e Adolescente, Idoso, Centro Dia do Idoso, Albergue, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, Cadastro Único, Escola Porto Alegre, Serviços de Saúde e Escolas Municipais e Estaduais. O total aproximado de participantes no processo foi de 3.378 pessoas entre usuários e trabalhadores. Três regiões não informaram o número de participantes.

Dentre as 17 regiões, 14 apresentaram as questões norteadoras que orientaram as discussões com os participantes do estudo. As questões levantaram informações sobre o número de serviços parcerizados e não parcerizados, as dificuldades quanto à capacidade de atendimento nos serviços, as condições de acessibilidade, mobilidade, dos espaços físicos e de recursos humanos dos serviços socioassistenciais e demais políticas, as demandas, necessidades e potencialidades do território em termos de dificuldades, expressões de violência, existência de riscos ambientais, presença de associações, grupos, times de futebol, formas de encontros, redes de apoio, diversão.

As fontes utilizadas pelas regiões para o desenvolvimento das análises foram os dados sistematizados pela Vigilância Socioassistencial, do OBSERVAPOA, do IBGE, do Censo SUAS, do Censo da Educação, documentos e normativas técnicas, legais e administrativas, registros históricos dos bairros/regiões. Outras fontes utilizadas variaram de região para região, como as

referências bibliográficas utilizadas como apoio às discussões e informações produzidas no processo.

Os relatórios regionais inseriram em seus anexos o resultado do processo na região com fotografias de mapas, reuniões de grupo, documentos organizados para roteiro das atividades e registros destas.

Em junho/2019 retornamos às 17 regiões para discutir com os trabalhadores os dados levantados, o processo de discussão com a população e orientações sobre a organização das informações e elaboração do documento final. Foi orientado que as Comissões identificassem o número de participantes, se eram trabalhadores ou usuários, para posterior registro no diagnóstico final da região.

De julho a setembro recebemos os diagnósticos socioterritoriais das regiões. A produção textual foi responsabilidade dos trabalhadores que utilizaram diferentes fontes produzidas no processo, tais como os registros das atas, sistematizações dos questionários, dados quantitativos, orientações técnicas, legais, fotos, dentre outros. A equipe da Vigilância fez a leitura e devolveu os documentos às equipes com seus apontamentos conceituais e metodológicos. Esse processo iniciado em setembro/2019 foi concluído em agosto de 2020 com a apresentação dos relatórios finais das 17 Regiões da cidade. E, de uma síntese com tópicos centrais sobre cada um deles. Os relatórios e as sínteses foram encaminhados à Direção Técnica da FASC. E, por fim, finalizamos o processo com o presente documento.

3 CAPÍTULO II - OS TERRITÓRIOS

3.1 Referencial Normativo e Organização Político Administrativa

Neste capítulo serão apresentadas as questões abordadas pelos estudos diagnósticos em relação ao espaço geográfico e social que os indivíduos habitam.

O conceito de território é um dos princípios estruturantes para a organização da Política de Assistência Social e pressupõe o conhecimento dos processos que levam os grupos sociais as situações de vulnerabilidade e risco social. A PNAS (2004) parte de uma visão que leva em consideração as heterogeneidades e as desigualdades socioterritoriais presentes no Brasil. Estas devem orientar as leituras sobre os territórios a partir da identificação dos “problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais” (BRASIL, 2004, p.37).

Desse modo, o território é visto como conceito de análise e como instrumento para a intervenção no campo da política pública. O CRAS e os serviços socioassistenciais nele ofertados atuam de forma estratégica no âmbito da política. A lógica da proximidade e localização dos serviços implícita na territorialização visa desenvolver ações de proteção social às necessidades da população, permitindo ainda, uma maior proximidade entre o poder estatal e a população potencialmente demandatária da política. O CRAS é uma unidade de acesso aos direitos, de provisões, de acolhimento, de segurança e, principalmente, de referência à população do território. Ao CRAS cabe materializar a presença do Estado no território como explicitado por Nascimento e Mellazzo (2008):

“O CRAS, a partir desses condicionantes, deve materializar a presença do Estado em uma determinada área, possibilitando a democratização do acesso aos direitos e contribuindo para o fortalecimento da cidadania. Além disso, o CRAS deve ser espaço de participação e envolvimento da população, o que possibilita que se transforme em ambiente potencial para a interlocução entre Estado e Sociedade Civil” (p.75).

A dimensão do território como espaço vivido é problematizado por Raichellis (2012), ao afirmar que *se trata do lugar onde pulsa a vida da cidade, com potencial de alterar as condições de vida da população*. De acordo com a autora, a perspectiva da territorialização da política contribui para a organização *“das provisões aonde a população se encontra, garantindo o acesso e buscando superar a fragmentação dos serviços e das intervenções (p.457)”*. Adverte, porém, para uma vigilância sobre tais abordagens, pois pode ser apreendida apenas como *“definição geográfica e, se agregada a conceitos como vulnerabilidade e risco social, pode estigmatizar a população e transformar os territórios de moradia em guetos que afastem a população do usufruto dos bens culturais, dos serviços e espaços públicos, em síntese, do patrimônio coletivo das cidades. Importante ressaltar que o equacionamento de grande parte das “vulnerabilidades sociais” não tem origem na dinâmica local depende de políticas macroestruturais que extrapolem os limites da intervenção no território” (p.457).*

A preocupação de Raichellis (2012) é relevante, pois o território pode ser utilizado como elemento de estigmatização dos grupos sociais, ao mesmo tempo, em que pode desencadear processos de focalização da política naqueles territórios classificados como “vulneráveis”. Os riscos em constituir leituras de território que enfatizem a falta, a carência, podem obscurecer as múltiplas dinâmicas e potencialidades dos espaços sociais.

O território compreendido como o espaço social onde se desenrolam as interações sociais entre os sujeitos, a partir das suas múltiplas características e dimensões, assim como das suas particularidades remete pensar nos sujeitos que nele vivem, trabalham, estabelecem suas relações. A rede de serviços socioassistenciais ofertados pela política de Assistência Social estabelece suas interações entre trabalhadores, usuários dos serviços e todos os demais atores presentes nos territórios. É um espaço de conflitos de interesses dos diferentes atores que nele atuam, assim como um espaço de resistência.

As dimensões normativas do território presentes na PNAS, do espaço vivido da população e dos trabalhadores apontam para a complexidade da noção.

O diagnóstico socioterritorial de Porto Alegre utilizou como referência metodológica de organização dos dados a divisão político administrativa da cidade. A cidade está organizada em 17 Regiões do Orçamento Participativo. Essa divisão visa orientar a gestão pública no planejamento e financiamento das políticas municipais. Os dados do Cadastro Único, do RMA, do BPC foram desagregados, tomando como referência tais regiões. Os dados demográficos utilizados também utilizam a desagregação organizada pelo Observatório de Porto Alegre – ObservaPoa com base nesta organização.

A Lei nº 12.112, de 22 de agosto de 2016 ou “Lei dos Bairros” definiu a nova organização espacial do município por meio da atualização das mudanças urbanas ocorridas por uma multiplicidade de variantes. A legislação incorpora novos bairros e altera limites entre os mesmos. Essas alterações têm impacto importante para a vida da população, pois o acesso aos serviços, o pagamento dos impostos, por exemplo, é afetado diretamente pela nova organização política, administrativa e espacial dos cidadãos que residem nesses lugares. Os bairros aprovados na legislação estão organizados em regiões que utilizam como referência ruas, vilas e bairros. Abaixo a distribuição das 17 regiões e os bairros que as compõem:

Quadro I – Regiões do Orçamento Participativo e Bairros de Porto Alegre:

Região	Bairros
Humaitá Navegantes	Anchieta, Farrapos, Humaitá, Navegantes, São Geraldo.
Noroeste	Boa Vista, Cristo Redentor, Higienópolis, Jardim Europa, Jardim Floresta, Jardim Lindóia, Jardim São Pedro, Passo D´Areia, Santa Maria Goretti, São João, São Sebastião e Vila Ipiranga.

Leste	Bom Jesus, Chácara das Pedras, Jardim Carvalho, Jardim do Salso, Jardim Sabará, Morro Santana, Três Figueiras e Vila Jardim
Lomba do Pinheiro	Agronomia e Lomba do Pinheiro
Norte	Bairros Santa Rosa de Lima e Sarandi
Nordeste	Bairro Mário Quintana
Partenon	Coronel Aparício Borges, Partenon, Santo Antônio, São José e Vila João Pessoa.
Restinga	Pitinga e Restinga.
Glória	Belém Velho, Cascata e Glória.
Cruzeiro	Medianeira e Santa Tereza
Cristal	Cristal
Centro Sul	Camaquã, Campo Novo, Cavalhada, Nonoai, Teresópolis e Vila Nova
Extremo Sul	Belém Novo, Boa Vista do Sul, Chapéu do Sol, Extrema, Lageado, Lami, Ponta Grossa e São Caetano
Eixo Baltazar	Costa e Silva, Jardim Itu, Jardim Leopoldina, Parque Santa Fé, Passo das Pedras e Rubem Berta.
Sul	Aberta dos Morros, Espírito Santo, Guarujá, Hípica, Ipanema, Jardim Isabel, Pedra Redonda, Serraria, Sétimo Céu, Tristeza, Vila Assunção e Vila Conceição.
Centro	Auxiliadora, Azenha, Bela Vista, Bom Fim, Centro Histórico, Cidade Baixa, Farroupilha, Floresta, Independência, Jardim Botânico, Menino Deus, Moinhos de Vento, Montserrat, Petrópolis, Praia de Belas, Rio Branco, Santa Cecília e Santana.
Ilhas	Bairro Arquipélago

Os serviços socioassistenciais estão organizados de acordo com as regiões político-administrativas da cidade. Nem sempre essa divisão contempla a questão do acesso à população ao serviço e a definição das áreas de abrangência dos CRAS tem sido pauta na instituição, no sentido de construir alternativas que partam do “vivido” nos territórios.

A definição da área de abrangência dos CRAS e a capacidade de atendimento às famílias referenciadas nos territórios é uma discussão estratégica para organizar e planejar a cobertura da rede socioassistencial.

A seguir apresentaremos as questões problematizadas nos diagnósticos das regiões. Elas foram assim sistematizadas: Cobertura da Rede Socioassistencial, Riscos Ambientais, Reassentamentos Regulares e Irregulares, Infraestrutura, Mobilidade Urbana e Acessibilidade e Potencialidades dos Territórios.

3.2 Cobertura da Rede Socioassistencial Municipal

De acordo com a PNAS (2004) o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias atendidas/ano. Além de ser referência no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF – com referência territorializada, a *“equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios”* (2004, p.35).

A atuação na perspectiva territorial dos 22 CRAS do município abrange 17 regiões da cidade, cujos bairros e vilas apresentam características distintas. Tais características interferem na forma de execução da rede socioassistencial, pois questões como transporte público, acessibilidade dos equipamentos, condições socioeconômicas da população, topografia do espaço geográfico podem dificultar o acesso ao serviço e o acompanhamento às famílias e indivíduos.

Os CRAS se constituem como referência da rede socioassistencial do território. Nas regiões com a presença de SAFs as famílias dos territórios são atendidas pela proximidade, definindo-se assim, as áreas de abrangência dos serviços.

A seguir o quadro com os territórios apontados nos estudos diagnósticos como demandantes de serviços socioassistenciais:

QUADRO II – Territórios sem cobertura de serviços (2019)

Região	Territórios sem cobertura de serviços
Leste	Vila Estrutural
Sul	Morro Alto, Beco do Guara, Vila dos Sargentos, Jardim das Oliveiras, Vila Conceiçãozinha, Vila Santa Barbara, Vila Pellin, Terra Nostra, Ocupação Travessa Álvaro Guterres, Beco do Adelar, Buraco Quente, Arroio Capivari, Vila São Tome, Becom Dom Pedro, Juca Batista, 6005, AV. Costa Gama, 4963, Beco do Schneider, Dorival Castilhos Machado, Bola 10, Parque Lavoura Jardim das Estrelas, Biazetto Rossatto.

Centro Sul	Bairro Campo Novo e partes dos Bairros Vila Nova, Teresópolis e Nonoai.
Extremo Sul	Lami, Lajeado, Extrema, Boa Vista do Sul, São Caetano. No Bairro Lageado não há serviço de saúde, vinculados a US Paulo Viaro muito distante do bairro, exigindo longos percursos em estradas de chão batido pelas famílias. Ocupação da FEBEM ou Saibreira tem dificuldade de acesso por falta de transporte público
Restinga	Restinga Velha e Pitinga
Humaitá Navegantes	Anchieta, Farrapos, Humaitá, Navegantes, São Geraldo. Todos centralizados no bairro Farrapos.
Ilhas	Ilha do Pavão, Ilha das Flores, Ilha Grande dos Marinheiros.
Lomba do Pinheiro	Recreio da Divisa – Estrada das Quirinas. Quinta do Portal e Esmeralda.
Partenon	Micro Agronomia se configura como vazio de atendimento.
Norte	Território do SAF Sempre Mulher e do Trenzinho da Alegria: vazio de outras ofertas socioassistenciais;
Noroeste	Vila Keddy próxima ao Country Club tem difícil acesso ao CRAS, população pouco acessa o serviço, embora vivam condição de extrema pobreza e vulnerabilidade.
Eixo Baltazar	Vila Amazônia (Rubem Berta) e Jardim dos Coqueiros (Passo das Pedras), Vila Coqueiros e Passos das Pedras II, região do SAF Rubem Berta, na AMORB, onde há lista de espera. Jardim Leopoldina e Martins Felix Berta. Demanda reprimida: Rubem Berta, próximo à divisa com o Sarandi, onde ficam as Vilas Amazônia, Santa Maria, Loteamento Dom Pedro, Laranjeiras Zona Norte, e outras ocupações, que correspondem a uma faixa territorial distante das áreas onde se concentram os serviços. Na mesma faixa geográfica, porém, na direção da região nordeste, localizada entre a Av. Manoel Elias e a COHAB Rubem Berta, existem diversas vilas e ocupações bastante vulneráveis, mas que pouco acessam os serviços.
Nordeste	Vilas Jardim Protásio Alves I, Jardim Protásio Alves II e Ocupação do Hospital / Loteamento Montepio, comunidade da Batista Flores.

Fonte: Diagnósticos Socioterritoriais 2019.

O diagnóstico da Região Partenon (2019) aborda a necessidade de atendimento em determinadas vilas da região. “Percebemos vazios de atendimento na Agr, onomia, São José e no local conhecido como Pitoresca, próximo ao terminal Antônio de Carvalho, pois enfrentamos uma grande dificuldade em conseguir espaços para realização do serviço nestes locais”.

Na Região Lomba (2019) é dado destaque a Estrada das Quirinas, a Quinta do Portal e a Vila Esmeralda como “os principais territórios de vazio de atendimento, ou seja, existe procura e não existe a oferta de serviço”.

Observou-se em todas as regiões demandas por ampliação de serviços socioassistenciais e a presença de territórios onde o acesso da população aos serviços é dificultado pela distância ou pelas condições de mobilidade e acessibilidade do lugar. A identificação de tais territórios pautou-se nas condições socioeconômicas das famílias nos territórios e as demandas de atendimento para a rede socioassistencial.

3.3 Riscos Ambientais

A área de risco está associada a três fatores: uma topografia acidentada com declividades acentuadas, o que implica a movimentação do terreno por ações gravitacionais. A existência de um regime anual de chuvas em que, em um dado período do ano, elas se concentrem e ocorram mais intensamente. E a última, a ocupação de áreas ambientalmente inadequadas para fins de habitação e moradia que interrompem o equilíbrio dinâmico natural². A presença de assentamentos humanos nestas áreas as torna espaços de risco para as pessoas que habitam em tais lugares.

Os relatos dos diagnósticos apresentam áreas de risco com impacto na vida das populações. Nas regiões onde a presença de áreas nativas com vertentes de água, riachos e o rio como a Região Lomba, Restinga, Extremo Sul, Glória, Ilhas registra-se a presença de assentamentos irregulares em tais áreas.

A topografia da região Glória caracterizada pela presença de morros e encostas registrou os riscos de desmoronamentos. A seguir foram sistematizadas as regiões e os riscos identificados:

Quadro III – Mapeamento das Regiões e os Riscos Ambientais (2019)

Região	Risco Ambiental
Sul	Desmoronamento, inundações
Centro Sul	Alagamentos
Extremo Sul	Aterro sanitário desativado, alagamentos.
Leste	Torres de alta tensão
Humaitá Navegantes	Alagamentos

² www.mpggo.mp/portal/news/assentamentos-urbanos-informais

Ilhas	Enchentes, alagamentos, barragem com risco de rompimento, solo poluído despejo de lixo e resíduos tóxicos. Reciclagem de lixo no ambiente doméstico.
Lomba do Pinheiro	Alagamentos, inundações
Cruzeiro	Alagamentos e desabamentos
Glória	Desmoronamentos
Norte	Alagamentos no valão do arroio Feijó, reciclagem de lixo no ambiente doméstico.
Eixo Baltazar	Alagamentos e falta de canalização do Arroio Passo das Pedras.

Fonte: Diagnósticos Socioterritoriais, 2019. FASC/PMPA.

Das 17 regiões da cidade 9 destacaram os riscos relacionados aos alagamentos, inundações presentes no cotidiano dos territórios onde foram destacados. Tais fenômenos ambientais refletem uma infraestrutura precária nos locais de moradia dos indivíduos. Elas incidem, ainda, sobre os parques recursos dos indivíduos, pois muitas vezes perdem objetos domésticos com prejuízos financeiros e pessoais, como a perda de documentos etc.

A ocupação desordenada dos espaços particulares e públicos da cidade reflete o processo de urbanização do solo, do mercado imobiliário que empurra a população para espaços disponíveis, porém não equipados com infraestrutura urbana.

3.4 Assentamentos Regulares e Precários

Os estudos diagnósticos deram visibilidade às precárias condições de moradia da população pobre que vive nos territórios de abrangência dos CRAS na cidade. Como problematiza Cardoso (2008):

“Os mecanismos formais de acesso à terra e à moradia, seja pela via do mercado, seja pela via das políticas públicas as, sempre foram insuficientes, atendendo, quando muito, apenas parte das necessidades reais da população e usualmente por meio de soluções habitacionais de baixa qualidade e com um escasso grau de acesso e de integração à infraestrutura e aos equipamentos urbanos. Nesse contexto, o acesso à habitação só se viabilizou através de processos de ocupação de terras ociosas e da autoconstrução da moradia, gerando assentamentos insalubres, frequentemente ocupando áreas de risco e com a sua segurança física comprometida pela ausência de técnicas e de materiais adequados para a construção” (p.30). O autor destaca a existência de poucos dados disponíveis a respeito das favelas ou aos assemelhados, que são objeto de levantamento por meio do censo demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cada dez anos. Entretanto, segundo ele, os dados existentes mostram o tamanho e o crescimento das favelas revelando a grave situação urbana do país.

Chama a atenção ainda, para a existência de outras formas de moradia popular tão ou mais precárias que as favelas e que até agora só foram quantificadas por meio de estudos localizados, não

havendo estimativas nacionais, como os loteamentos irregulares, os conjuntos habitacionais degradados ou mesmo os cortiços. Por fim, salienta-se que além da terra e do financiamento, os preços imobiliários também são influenciados pelos custos da construção – incluindo materiais e mão de obra. Nesse sentido os assentamentos precários apresentam várias configurações, podendo se apresentar como:

“favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais degradados etc., correspondendo cada denominação a uma forma específica de processo de produção destes assentamentos. De forma geral, cortiços caracterizam-se como moradias de aluguel, geralmente contando com apenas um cômodo, sendo o sanitário e outras instalações coletivas. Historicamente os cortiços se formaram a partir da subdivisão de edificações antigas em áreas centrais que passaram por processos de esvaziamento econômico e/ou transformação de uso. Existiram, no entanto, desde o início, sendo majoritários hoje, os casos de edificações produzidas especificamente para esse fim, com conjuntos de cômodos servidos por banheiros e eventualmente outras instalações coletivas. Já os loteamentos correspondem a processos de parcelamento do solo em que existe um agente econômico responsável pela subdivisão e pela venda. A irregularidade dos loteamentos pode dizer respeito ao não cumprimento integral da normativa urbanística, embora em muitos casos tenha sido dado início aos procedimentos de licenciamento; já a clandestinidade diz respeito a parcelamentos efetuados sem qualquer iniciativa de licenciamento, ou seja, trata-se de empreendimentos sobre os quais não há registro oficial pelo poder, o que pode significar não conformidade aos parâmetros de uso e ocupação do solo, às exigências relativas à infraestrutura, ao não cumprimento de procedimentos administrativos para aprovação do projeto ou para o habite-se, irregularidades de documentação, não existência de profissional responsável pela execução do projeto ou da obra, etc. Quanto às favelas ou similares, são denominações que correspondem a assentamentos caracterizados pela ocupação irregular do solo, público ou privado, frequentemente com tipologia desordenada e com padrões urbanísticos inferiores aos mínimos exigidos pela legislação. Já os Conjuntos habitacionais degradados são empreendimentos públicos destinados à habitação de interesse social que, em muitos casos, não chegaram a concluir seus procedimentos de titulação – caracterizando uma situação de informalidade dos moradores – e, seja por patologias construtivas originárias, seja por falta de manutenção, apresentam sinais evidentes de precariedade construtiva” (Cardoso, p.11-12, 2008).

Em Porto Alegre a ocorrência de assentamentos precários foi destacada nos estudos diagnósticos como um fenômeno que tem se ampliado nas regiões. Das 17 regiões, 14 delas destacaram a presença de ocupações irregulares e assentamentos. A seguir, o quadro com os territórios identificados.

Quadro IV - Áreas de Assentamento e Ocupações por ROP (2019)

Região	Áreas de Assentamento e Ocupações
Leste	Situadas nas antenas de alta tensão da CEEE, envolve cerca de 200 famílias. Altos da Colina – Vila Boa Vista (Antenas CEEE)
Centro Sul	Ocupação da Estrada Jorge Pereira Nunes. (Vila Nova). Ocupação Vila Maria (Bairro Cavalhada) – 70 famílias;
Extremo Sul	Condômino minha casa minha vida e 10 ocupações com aproximadamente 2565 famílias. Loteamento Cooperativa Clara Nunes (Bairro Lajeado), Ocupação Central das Bikes (Lami), Loteamento Jardim Floresta (Lami), Loteamento Sapolândia Bairro Lami/Canto Galo, Ocupação Invasão da Febem (Chapéu do Sol), Ocupação Beco do Buda (Chapéu do Sol). Povo indígena Guarani ocupou área Pontal do Arado e aguarda determinação judicial quanto à desocupação da área.
Restinga	7 empreendimentos Minha Casa Minha Vida – 3020 residências e 12080 pessoas. Ocupações novas: 12 ocupações e 14828 pessoas.
Humaitá Navegantes	05 novas ocupações no território, sendo 3 no Bairro Farrapos e 3 Navegantes. Deslocamento das famílias do Pavão. Zumbi dos Palmes e Recanto da Alegria na Frederico Mentz.
Ilhas	1089 famílias foram cadastradas pelo DNIT para o reassentamento. Entretanto até o momento não houve reassentamento, apenas indenização para compra assistida.
Lomba do Pinheiro	Bonsucesso – a região tem atraído moradores, provocando um crescimento desordenado. Parque Saint Hilaire no final da Rua Tanau da Silva Boeira. Recreio da Divisa - Ocupação na Rua da Comunidade com 1000 famílias cadastradas, em torno de 2000 pessoas. Parada 15 – área de ocupação/área verde.
Partenon	Ampliação das ocupações irregulares, como ampliação da São Guilherme.
Cruzeiro	Reassentamento das 1500 famílias da Vila Tronco.
Glória	No território do Rincão e Belém Velho existem muitas ocupações/invasões. Ocupações da Bica e Limite que foram construídas de forma improvisada, com dificuldade de acesso à energia elétrica, água canalizada e saneamento básico. O dado que se tem sobre as invasões é através da comunidade e do trabalho do SAF AMNSA. Existe uma grande invasão com três entradas: uma pela Lomba do Pinheiro, outra pela Rua México e a terceira é pela Estrada do Rincão. Nesta invasão residem mais de 100 famílias.
Norte	Região das Vilas Ipê, São Borja, N.S. Aparecida, Senhor do Bom Fim, Recanto do Chimarrão, Santo Agostinho e Vila da Páscoa: território periférico com várias ocupações antigas que permanecem sem regularização fundiária, e para onde são transferidas diversas outras comunidades; Conjuntos habitacionais do Porto Seco e Senhor do Bom Fim construído para realocação de famílias e pessoas removidas de outras regiões; Número oficial de 5 ocupações irregulares com 492 famílias, mas há atendimento de outras áreas não informadas; Reassentamento da Vila Dique no Porto Seco; Remoção da Vila Nazaré para a Vila São Borja
Noroeste	Reassentamento dos moradores da Vila Nazareth da área do aeroporto (+/-) 1300 famílias e +/- 300 famílias remanescentes do processo de remoção da Vila Dique.
Eixo Baltazar	Mapeadas em torno de 40 ocupações irregulares na região nos últimos 10 anos. As duas estão nas proximidades da Av. Baltazar de Oliveira Garcia.
Nordeste	Recebeu moradores de remoções da Vila Borges (Praia de Belas), Vila Ipiranga e Harmonia; Ocupação do Parque Chico Mendes, Hospital/Montepio, João Goulart, Vila Athenis, Recanto do Sabia, Marcos Klassmann, Ventos do Norte, Jardim Protásio Alves II, Jardim do Verde, Mimo de Vênus, Terreno das “irmãs”, Recanto do Sabiá, nova área denominada Campo Bom configura a “ocupação da ocupação”; Previsão de reassentamento de uma estimativa de 1298 famílias oriundas em grande parte da Vila Nazaré; Loteamento Timbaúva – 420 famílias reassentadas na 1ª fase. Existem outras ocupações não mensuradas na região, bem como a informação de agentes comunitárias de saúde, de que em cada endereço existem em torno de 3 casas, ou seja, no mínimo em torno de 3 famílias em cada terreno;

Fonte: Diagnósticos Socioterritoriais, 2019.

Os assentamentos regulares são aqueles promovidos pela ação estatal. A política habitacional em curso no período de realização dos estudos era denominada Programa Minha Casa Minha Vida, destinada ao financiamento habitacional para famílias de baixa renda. Os Diagnósticos das Regiões Restinga e Extremo Sul apontam que as famílias foram reassentadas para os condomínios, porém a etapa de ampliação dos serviços para a população, que se instalava na região, não teve continuidade.

A descrição dos diagnósticos socioterritoriais sobre as diferentes formas de ocupação do espaço público da cidade pela população em busca de moradia revelou que, parte dela, pode ocorrer pela ocupação de prédios, terrenos públicos e privados, ruas, becos, estradas, áreas de mata nativa. As diferentes formas de ocupação do solo se relacionam às características geográficas, no caso das áreas com mata nativa, terrenos ou áreas desocupadas, públicas ou privadas, ou ainda, pelos assentamentos promovidos pelo governo federal por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.

Na Região Centro também foi descrita a presença de assentamentos irregulares nos prédios públicos e privados desocupados da região (Lanceiros Negros e Mulheres de Mirabal).

As áreas ocupadas também se diferenciam no tempo da ocupação pelos seus moradores. Parte deles aguarda a regularização fundiária, outras se localizam em áreas de risco e áreas de preservação ambiental. As condições de moradia variam, assim como, o acesso dos moradores à energia elétrica, abastecimento de água, serviços como tratamento sanitário e rede de esgoto, calçamento, iluminação pública, coleta de lixo, dentre outros.

Os estudos mostraram que tanto as áreas de assentamentos irregulares quanto os regulares tem buscado a rede de serviços socioassistenciais existente nas regiões. A ampliação da demanda, além das condições de moradia é vista com preocupação pelos estudos (Restinga, Extremo Sul, Humaitá, Navegantes e Nordeste) frente à capacidade de atendimento da rede de serviços públicos.

3.5 Infraestrutura, Mobilidade Urbana e Acessibilidade

A legislação federal que regula a titulação e regularização fundiária - Lei Federal nº 11.977/09, em seu art. 46, dispõem que a “regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam a regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

A infraestrutura urbana, a mobilidade e a acessibilidade em parte das regiões da cidade, especialmente naquelas com a presença de assentamentos irregulares, onde não há regularização do solo, tais condições são extremamente precárias.

Uma das formas de garantir a mobilidade urbana é a existência de transporte público. De acordo com os diagnósticos (Extremo Sul, Glória, Humaitá Navegantes, Restinga) parte das vilas e bairros tem dificuldade de acesso, devido às condições dos ônibus e das linhas e horários disponíveis. Os relatos destacam que as linhas de ônibus são distantes dos locais de moradia, os

serviços prestados são de má qualidade: sofrem com atrasos, lotação extrema, poucos horários, sujeitos. Outras linhas foram suspensas e os moradores precisam se deslocar por longas distâncias para acessar as linhas disponíveis.

A acessibilidade em áreas com vielas, becos, subidas de morro é especialmente difícil para idosos e pessoas com dificuldade de mobilidade. As linhas de ônibus com acessibilidade são reduzidas e com poucos horários. A rede de serviços socioassistenciais públicos e parceirizados contam em parte, ou não contam, com adaptações necessárias à acessibilidade da população idosa e pcd. A avaliação realizada nos 22 CRAS em 2019 apontou a acessibilidade como uma das principais dificuldades encontradas pela população, especialmente idosos e pcds, para acesso aos serviços. Como destacado no Diagnóstico da Região Eixo Baltazar (2019):

“Também as condições de moradia contribuem aqui. As condições geográficas de um território acidentadas, já citadas anteriormente, as irregularidades dos acessos por becos e vielas principalmente no Passo das Pedras, Vila Amazônia, Vila Laranjeiras ZN e Costa e Silva dificultam a mobilidade dos idosos. Na COHAB Rubem Berta o isolamento de idosos se dá pela impossibilidade na locomoção em edifícios sem elevador. Isso se reflete nas condições de saúde, aquisição de alimentação, e seguidamente resulta em agravamento de doenças e processos depressivos. Resta a opção pelo acolhimento institucional”.

Como pode ser observada no relato a precariedade da infraestrutura urbana e de serviços se constitui em fator de vulnerabilidade e risco para as famílias e indivíduos. Destaca-se a precariedade em termos de estrutura urbana, como saneamento básico, iluminação pública, calçamento das vias e calçadas.

A realização de obras de infraestrutura destacadas nos estudos não incidiu necessariamente em melhorias urbanas para as populações que moravam em áreas de assentamentos irregulares. As obras de infraestrutura previstas na cidade tiveram ou ainda tem efeito na vida de determinados grupos sociais.

A seguir apresentamos a sistematização das obras nas regiões.

Quadro V – Obras em andamento/suspensas

Região	Obras
Extremo Sul	Belém Novo - Programa Guaíba Vive projeto urbanístico e paisagístico, que prevê ajardinamento de praças, colocação de parque infantil, vestiários, cicloviás, passarela de 700 m extensão, rampa para saída/chegada de embarcações e calçadão para feiras e eventos. Em 2016 foi suspensa a obra de macrodrenagem por questões jurídicas.
Humaitá Navegantes	Construção da ponte que liga POA ao sul do estado.

Ilhas	Em 2014 marca o início da construção da ponte sobre o rio Guaíba que liga POA/ a região sul do Estado. A ponte passará por cima da Ilha Grande dos Marinheiros.
Lomba do Pinheiro	Paralisação da construção de 80% da Praça CEU cuja previsão de término era junho/2016. Desde então o espaço vem sendo depredado e se encontra abandonado.
Cruzeiro	Obra da Av. Tronco - reassentamento de famílias.
Noroeste	Ampliação da área de aeroporto com desocupação da área das Vilas Dique e Nazareth.

Fonte: Diagnósticos Socioterritoriais, 2019

Parte das famílias da Vila Tronco na Região Cruzeiro foi reassentada, devido às obras de ampliação das vias. As Vilas Nazareth e Dique na Região Noroeste foram reassentadas devido à ampliação do Aeroporto.

Na Ilha Grande dos Marinheiros, na Região das Ilhas, houve necessidade de reassentamento das famílias para construção da ponte que liga a cidade à região sul do estado do RS. A construção da ponte impactou vários aspectos da vida da população, pois na região eles contavam com os serviços socioassistenciais e trabalhavam nos galpões de reciclagem e, com a saída do território, parte das famílias ocupou áreas na Região Humaitá Navegantes. No Diagnóstico desta região, foi problematizada a ampliação do número de ocupações por famílias oriundas das Ilhas e a busca de atendimento pela população no CRAS.

Na região do Extremo Sul, que sofre com alagamentos, foi abordada a suspensão das obras do Programa Guaíba Vive. O fato gera preocupação entre os moradores, pois sua conclusão trará como benefício o término dos alagamentos no território.

A leitura das condições sociais dos territórios descritos nos diagnósticos socioterritoriais mostra a necessidade de uma política habitacional e urbanística que garanta o acesso à moradia digna e ao uso coletivo da cidade.

3.6 As Potencialidades dos territórios

Outro aspecto do território, para além das condições difíceis descritas ao longo deste documento, é sua dimensão simbólica. Compreender como os sujeitos resistem às adversidades e são capazes de viver suas relações familiares, de amizade, de lazer e de organização política através da participação nos espaços públicos e comunitários do território é estratégico do ponto de vista da política de assistência social.

Nos processos de discussão foram levantadas as vulnerabilidades, riscos e potencialidades dos territórios. A sistematização das informações sobre as potencialidades foi organizada tomando como referência os apontamentos dos trabalhadores e da população. E foram assim organizados:

potencialidades relacionadas às formas de resistência, solidariedade, lazer e convivência nos territórios; relacionadas às formas de organização política; a disponibilidade de serviços públicos e comunitários e as potencialidades destacadas pelos Trabalhadores.

Quadro VI - Potencialidades relacionadas às formas de resistência, solidariedade, trabalho, lazer e convivência nos territórios (2019)

Região	Resistência, Solidariedade, Trabalho	Lazer e Convivência
Eixo Baltazar	Lideranças comunitárias.	-----
Ilhas	Solidariedade e união existente entre os moradores.	Contato com a natureza e o rio nos dias de calor.
Cristal	Lideranças comunitárias são atuantes e participativas nos fóruns do território (CORAS, FROP, OP). As mulheres relatam a boa relação de convívio que possuem entre todas as comunidades do território, mas alertam que para os jovens não é a mesma situação, dependendo da comunidade são proibidos sim de transitar. Mas que apesar do aumento da violência, por muitas vezes se sentem mais seguras dentro da sua comunidade, e se sentem pertencentes ao território do bairro Cristal.	-----
Glória	Presença de lideranças comunitárias	Chegada de novos condomínios a possibilidade de abertura de comércios alimentícios. Natureza (exploração do turismo rural)
Leste	Vínculo comunitário e rede de apoio existente. Reconhecem a solidariedade entre vizinhos, as amizades construídas, considerando os vínculos comunitários como algo presente e preservado. A comunidade é unida, uns auxiliam os outros e todos se conhecem. Nas discussões realizadas nos grupos com a população adulta observa-se a população que reside na Região como sua principal potência. A reciclagem como uma forma positiva para o sustento e possibilidade de gerar renda.	Os idosos destacam também a diversidade das igrejas e a tolerância religiosa, bem como aparece no grupo dos adolescentes. Os jovens destacam os momentos de lazer e bailes que ocorrem no território, demonstrando um momento prazeroso vivenciado. Identificado que embora descuidadas, as praças são locais de encontro, amizade e lazer. Verbalizam que em alguns bairros existem muitas praças. Observam ainda, que a comunidade é unidade, uns auxiliam os outros e todos se conhecem.

Lomba do Pinheiro	Sobre os aspectos positivos chama atenção que 14% dos participantes responderam que não existe nada de positivo na Lomba do Pinheiro. A leitura desse dado descreve um sentimento de desesperança, de indiferença, de falta de motivação circunstanciado pelo dado concreto de abandono da esfera pública na promoção de bem estar social.	A comunidade toda, a escola de samba, a Locadora. As pessoas, a praça e quadra de futebol, que proporcionam momentos de lazer e convivência; e “os guri”, o pessoal do tráfico do território que se mostra presente no auxílio às famílias quando necessário, promove momentos de lazer e faz a manutenção básica da estrutura da comunidade.
Norte	Com o processo de mobilização para o diagnóstico na região, foi possível observar que existe uma rede forte de solidariedade organizada, inclusive com um grupo de WhatsApp, em que diversas demandas das pessoas são atendidas. Este grupo tem contribuído com a população na obtenção de cestas básicas, cadeiras de roda, muletas, camas hospitalares, além de fraldas e medicamentos atendendo a inúmeras solicitações que recebem de pessoas que os necessitam e estão sem condições de adquirir. Buscam em suas redes localizando os equipamentos que podem ser repassados e os levam a quem solicitou. Estão articulados com movimentos de solidariedade de outras cidades como é o caso de uma farmácia comunitária de Cachoeirinha.	<p>Quanto às demais opções de lazer, os adolescentes da Santa Rosa citam a prática de esportes, caminhadas, a convivência, o uso dos celulares, andar de bicicletas, as igrejas, festas comunitárias em que citam três possibilidades, tais como festas beneficentes no dia das crianças, Natal e Páscoa, organizadas por pessoas que moram próximo à vila ou as organizações comunitárias e o “Bororó” como é chamada uma festa promovida pela organização do tráfico, aos finais de semana, em que fecham a rua para o evento.</p> <p>Os idosos citaram como espaços de participação e, ou lazer as atividades físicas como ginástica, grupo de idosos, missa, serviço de convivência no CRAS, na Vila União, hidroginástica, atividades na Associação de Moradores da Vila Elizabeth e Parque AMVEP. Esta associação também é lembrada pelas Crianças por oferecer escolinha de futebol aos sábados pela manhã. Os adultos e idosos da Santa Rosa já referem a falta de praças, bem como a necessidade de limpeza e manutenção dos brinquedos nas praças existentes. Foi referida a falta de espaços, inclusive para as atividades do SCFV, além da ausência de outras opções de lazer e espaços de participação. Em expressão representativa desta situação a usuária afirmou “Não tenho onde me divertir, vou à igreja e cuido dos meus filhos”(sic)</p>

<p>Restinga</p>	<p>identificam o auxílio mútuo no território, se ajudam conversando. As pessoas se comunicam quando vai ter toque de recolher, as pessoas se ajudam na violência, algumas pessoas fazem mutirão para ajudar o próximo.</p> <p>“As pessoas cuidam de algumas praças, plantando por conta própria, fazem mutirão quando dá temporal”.</p> <p>Mas na percepção do grupo as pessoas são individualistas, o apoio vem somente da família, amigos e nos espaços ofertados pela assistência e grupos da saúde. Existe o apoio em grupos de convivência e pessoas mais próximas. Os entrevistados dizem se sentir muito felizes e que amam a Restinga, porém se sentem chateados quando a mídia denigre o bairro, pois percebem que há um tom discriminatório. “Gostamos de morar na Restinga, mas sofremos preconceitos na cidade, em todos os aspectos por morar na Restinga”; No entanto, moradores antigos apontam que a Restinga foi criada como deslocamento de outras comunidades, e não houve um trabalho social adequado que trouxesse dignidade à população, ainda em parte faltante, principalmente para a população negra: “Meu pai foi deslocado de lá e disse: aqui é um bairro que não é bairro. Aqui é um banhado que é uma senzala criada...”.</p> <p>“A Restinga tem uma característica muito peculiar, a comunidade se protege, ela é um sistema de proteção (...) “Esta comunidade já sofreu tanto, que tem essa coisa de se proteger, de não se abrir tanto... mas é positivo, as pessoas se apoiam... As pessoas da Restinga vibram! (SIU)”.</p> <p>Os grupos do Ação Rua identificaram que o que teria de bom no território é o senso de comunidade e cooperação, e que as pessoas se apoiam por meio da caridade, ajuda mútua, e doações. No entanto, ser População de Rua é perigoso e incerto, devido à violência no território.</p>	<p>Eles disseram que na comunidade os moradores costumam se ajudar, doando roupas ou alimentos, e que na Restinga as pessoas se divertem andando de bicicleta, nos ensaios da escola de samba Estado Maior da Restinga, no campo de futebol Pampa, onde podem correr e caminhar. E que ser jovem nessa comunidade tem o lado bom e o ruim. O bom, é que eles conseguem fazer muitos amigos, e o ruim, é que muitas vezes são julgados por residir perto de bocas de tráfico, e precisam ficar dentro de suas residências, pois os familiares se preocupam e ficam com medo de que os filhos sejam confundidos pela polícia e por traficantes.</p> <p>Os jovens trouxeram que a comunidade se apoia, às vezes não muito, mas que se unem para fazer festa com brincadeira para as crianças, ajudam dando alimentos para as famílias que não tem, que fazem reunião com moradores para conversar sobre problemas, que doam roupas, emprestam o telefone para uma família que não tem quando precisam receber ligação de trabalho ou do posto de saúde, numa situação de emergência médica quem tem carro ajudam a levar até o hospital.</p>
-----------------	--	---

Os relatos dos diagnósticos das regiões mostram que uma das formas de organização da população ocorre pela participação nas organizações comunitárias, clubes de mães, das redes de apoio por meio de grupos religiosos, de voluntários, de moradores que organizam ações de apoio social, lazer, recreação. As lideranças têm dentre suas responsabilidades a participação nos fóruns políticos do território buscando melhorias para os moradores. As relações de vizinhança, de amizade também são valorizadas. O sentimento de pertencimento está presente pela afirmação de que gostam de morar nos territórios, apesar do preconceito e estigma de viver em determinados Bairros e Vilas da cidade. A presença de praças, ginásios de esporte e espaços de atividades físicas, culturais foram destacadas como extremamente importantes na convivência comunitária.

Os projetos voltados à formação profissional para jovens e adultos são mencionados como potencialidades, assim como alternativas de geração de renda e trabalho.

As festas e atividades de lazer e recreação são organizados por diferentes atores dos territórios (organizações comunitárias, religiosas, escolas de samba etc.).

Quadro VII - Potencialidades relacionadas às formas de organização política dos territórios (2019)

Região	Formas de organização política e comunitária:
Norte	<p>Como historicamente essa região é composta por diversas ocupações há a presença de algumas associações como: Grande Santa Rosa; Satélite Prontidão; do Parque dos Maias; da Nova Gleba; Capadócia; Chapecoense; Loteamento do Bosque; e dos Haitianos.</p> <p>Outros espaços organizados na região como o Galpão de Reciclagem Emancipa Santa Rosa de Lima, onde era o Tele Centro.</p> <p>A presença do Banco Social de Alimentos que contribui com organizações da região através do repasse de alimentos que são recolhidos das redes de supermercados quando estão próximos da data de validade, entre outros, além da oferta de cursos profissionalizantes.</p> <p>O projeto Emancipa Santa Rosa de Lima possui oferta de Biblioteca Comunitária, Cursinho Pré Vestibular gratuito, com professores voluntários e moradores do território, realiza Rodas de Conversa com temas atuais em preparação para a redação no ENEM e vestibular. Oferece ainda espaço de estudo e apoio de professores para alunos que estão inscritos no ENCEJA.</p> <p>Há outro coletivo de moradores da Vila Elizabeth que esteve organizado por anos e em parceria com a então SME possibilitava o uso do ginásio da Vila Elizabeth à noite para diversos grupos de futebol das proximidades. Realizavam assembleias mensais e organizavam a agenda de acordo com as representações dos grupos que participavam da mesma. Esta atividade foi interrompida em 2019 por não ter sido mais autorizada pela</p>

	secretaria, dificultando a prática esportiva dos moradores do bairro. Outra organização forte na região é a Associação de Moradores da Vila Elizabeth e Parque AMVEP que foi referida por usuários em diversos momentos, nos encontros realizados, pois realizam diversas atividades comunitárias e ofertam atividades para as crianças, dentre elas o futebol aos sábados pela manhã.
Eixo Baltazar	Rádio Comunitária no Bairro Rubem Berta. Associações comunitárias.
Noroeste	Foram citadas a Igreja Adventista, Vicentinos da Igreja Católica, Igreja da Vila Kedy Grupos que fornecem alimentos para população em situação de rua (sopa no viaduto Obirici e lanches para familiares de pacientes hospitalizados)
Ilhas	Serviços, entidades, espaços culturais e de lazer.
Cristal	Clube de mães, associações comunitárias, grupos culturais. A biblioteca Comunitária, Brechós.
Glória	Associações comunitárias, clube de mães. Dentre elas, a Associação dos Moradores do Quilombo dos Alpes.
Leste	Brechós na comunidade (em destaque o que ocorre no Francisco de Assis), a presença do comércio alimentício na região, favorecendo a população idosa principalmente na diversidade de ofertas.
Restinga	Foi-lhes perguntado como as pessoas se ajudam disseram que fazendo reuniões na comunidade, conversando, através dos projetos sociais, doações de sacolas básicas. Outros entrevistados afirmaram que as pessoas não se ajudam, somente nos grupos de mães, grupos de idosos, grupos de “Facebook” que pessoas pedem, ou é “cada um por si”.

A presença de iniciativas comunitárias, a existência de serviços públicos e as organizações comunitárias que ofertam uma ampla variedade de serviços e atividades nas regiões são destacadas como possibilidade de acesso aos serviços.

Quadro VIII - Potencialidades relacionadas à disponibilidade de serviços públicos e comunitários (2019)

Região	Serviços Disponíveis
Ilhas	Serviços de educação, saúde, assistência social.
Cristal	Projovem. CRAS.
Glória	Equipes dos Serviços Socioassistenciais, especialmente CRAS e SAF.
Leste	Presença da equipe do Serviço de Abordagem Social (Ação Rua), do SCFV para

	<p>crianças, adolescentes. Especialmente no território do Bairro Bom Jesus. Rede de serviços de saúde, educação, assistência social. Presença do Abrigo Bom Jesus. Disponibilidade dos trabalhadores em acolher e dar informações de forma qualificada.</p> <p>Outra conquista importante destacada são as casas da Nova Chocolateira.</p> <p>Qualidade dos professores das escolas públicas da região. Algumas escolas são mais acolhedoras e se tornam um espaço de referência para os jovens, mesmo para aqueles que por alguma razão não estão frequentes. Além das escolas, citam que um ponto positivo ter muitos Postos de Saúde na Região.</p> <p>Centro Esportivo da Vila Bom Jesus que promove lazer, festas comunitárias, campeonatos de futebol, acesso a internet para a população.</p> <p>Nos grupos realizados com os adolescentes destaque-se a facilidade do transporte público, tendo uma linha específica que circula no bairro Bom Jesus (470), mesmo que essa questão apareça como dificuldade muitas vezes no território. Presença de transporte público com linhas de ônibus disponíveis no interior dos bairros e vilas.</p>
Lomba do Pinheiro	<p>Dentro dos aspectos positivos do território 14% dos usuários relatam que os cursos disponíveis pelas instituições parceirizadas e o SCFV são ferramentas importantes no cotidiano de suas vidas. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é percebido pelas famílias como local de proteção, possibilidades e desenvolvimento onde as crianças e adolescentes podem estar no turno inverso a escola principalmente quando os responsáveis estão trabalhando e não há rede familiar protetiva para realizar os cuidados. Em relação aos aspectos positivos da região, sobre “O que bom! os usuários identificaram a pracinha nova, localizada em frente ao CRAS, como um local de lazer, favorável para as famílias brincarem com seus filhos, importante para o desenvolvimento das crianças. Os usuários também reconheceram o espaço do grupo da horta como algo positivo para o território.</p> <p>As Escolas apareceram com 9,34% como aspecto positivo no território. Isso reforça que os usuários que participaram da pesquisa não veem a educação na Lomba do Pinheiro como uma potencialidade no território.</p> <p>Os Postos de saúde, a limpeza do bairro, a escola Villa Lobos, o coral da escola V. Lobos e suas oficinas, a escola Eva Carminati, o CPCA, o SUS e os Posto de Saúde. Os CRAS.</p> <p>As escolas, as creches, o SCFV, a Pracinha, o Mercado, os ônibus. Com relação ao que tem de positivo no território, os usuários referiram a existência do SCFV, do Centro da Juventude, da sensação de segurança por não serem assaltados dentro da Vila Herdeiros, do atendimento da UPA ser bom e da proximidade entre os serviços.</p>
Noroeste	<p>Várias modalidades de acolhimento institucional presentes na região, a Unidade de Saúde do Itu com a presença de profissionais de Serviço Social e Psicologia, a disponibilidade de espaço físico para a abertura de educação infantil e EJA.</p>

Norte	Foram citados ainda os estabelecimentos comerciais como supermercados, farmácias, bancos, pizzaria, sorveteria, cabeleireiro, sapateiro, pet shops, Shopping Center lar madeireira, dentista, fábrica de pães e a presença de familiares nas proximidades.
Restinga	<p>Na Associação Beneficente Amurt Amurtel os adolescentes atendidos identificam como potencialidades no território o PROJOVEM Adolescente, convívio com os amigos, participar dos cultos nas igrejas e centros espíritas, cancha de futebol (paga) e futebol com os amigos, lancherias, visitar os familiares, espaços de dança. Apesar de ser perigoso em alguns momentos, os jovens relataram que o território tem muitas coisas boas, como os projetos sociais, CECORES, biblioteca pública do CAR, Casa da Sopa e as escolas. Quase todos os jovens responderam que se não estivessem no PROJOVEM Adolescente estariam em casa ou na rua. Relataram que estar nesses espaços tem grande importância na vida deles, pois conhecem pessoas novas, fazem amizades e se preparam para o mercado de trabalho.</p> <p>Ressaltamos o compromisso e atuação dedicada e qualificada dos trabalhadores da política da assistência social, que apesar das adversidades têm buscado, cotidianamente, desempenhar suas funções, enfrentando os desafios do cotidiano de trabalho, com postura ética, crítica e técnica, compreendendo os limites dessa atuação profissional e se reinventando nas possibilidades.</p> <p>Coisas boas do território o Hospital mesmo o atendimento sendo demorado; o IFRS mesmo sendo difícil conseguir vaga; o CECORES apesar de ficar na Restinga Nova; o tio que organiza futebol com a gurizada, os amigos, o PROJOVEM Adolescente. A importância deste serviço, o PROJOVEM Adolescente, “é socializar, aprender, estar em um lugar seguro (SIU)”.</p>

Em relação aos serviços foi valorizada a presença de postos de saúde, serviços socioassistenciais, escolas, praças, transporte coletivo. Destacam a falta de manutenção e cuidado dos espaços públicos, mas utilizam os serviços e os veem como aspectos positivos do local onde moram.

Quadro IX – Das Potencialidades destacadas pelos Trabalhadores nos territórios (2019)

Região	Potencialidades destacadas pelos Trabalhadores
Eixo Baltazar	<p>Espaços de controle social e fóruns de participação política da região</p> <p>As parcerias construídas com algumas instituições do Jovem Aprendiz, como o Pão dos Pobres e o Mesquita possibilita a oferta de oportunidades para esses jovens já tão excluídos, que são atendidos no CREAS pelo PAEFI e nas medidas socioeducativas e no CRAS pelo PAIF/SAFs.</p> <p>Da mesma forma, a aproximação com a ACELB se destaca como um espaço</p>

	<p>diferenciado para o cumprimento de medidas, ofertando atividades direcionadas para reparação e devolução a sua comunidade, de uma forma digna e não vexatória.</p> <p>O Centro da Juventude que atende o público de adolescentes e jovens adultos oferece atividades esportivas e culturais, capacita para o mundo do trabalho, reforça a comunicação com aulas de português, inglês e francês, a responsabilidade e a formação profissional, e tem atraído essa faixa etária potencializando espaços de convivência, prevenindo esse público do agravamento dos riscos.</p> <p>Assim, a Rede intersetorial de serviços se torna fundamental no território, à medida que se propõe a romper com ações fragmentadas, potencializando atendimento integral aos sujeitos por meio de políticas sociais. Destaca-se o espaço de Redinha (para discussão de casos e construção de planos de intervenção conjuntos), e o Fórum de fortalecimento de famílias (para discussão de casos e construção de plano de intervenção às famílias em descumprimento de condicionalidades).</p>
Leste	<p>Espaço da CORAS como espaço potente de discussão.</p> <p>Articulação dos serviços.</p> <p>A rede intersetorial é vista ora como potente, ora frágil.</p>
Cristal	<p>Parcerias com a sociedade civil.</p> <p>Construção da rede socioassistencial coesa, através das redinhas (Rede da Criança e do Adolescente do Cristal), com aproximação aos outros serviços da região como CRIP, CORAS, redes de serviços.</p> <p>Clube de Mães como ponto de apoio com a cedência de espaços para atividades comunitárias</p> <p>Parceria com COMUI para oferta de oficinas de canto e dança para terceira idade.</p>
Nordeste	<p>Ao longo do tempo, com a implantação do SUAS alguns processos de trabalho têm sido aperfeiçoados e mesmo os equipamentos próprios estão ainda em processo de construção deste sistema, o que possibilita um ambiente de troca recíproca com a rede socioassistencial local.</p> <p>Em vista disso, são realizados alinhamentos visando trabalhar as diretrizes da política, de acordo com a realidade do território, que se manifestam de diversas formas no cotidiano do trabalho, através das reuniões entre as equipes técnicas, dos fóruns sistemáticos que envolvem trabalhadores e instituições, como a regionalização, reunião dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, dos alinhamentos conceituais da Proteção Social Básica no território, das visitas nas instituições pelo gestor do território e várias outras ações.</p> <p>Os espaços de articulação intersetoriais também são potenciais para o enfrentamento das desproteções e desigualdades apontadas no diagnóstico. Esses espaços já existem consolidados, mas a participação e o comprometimento dos profissionais representantes dos serviços ainda se dão na esfera pessoal, de determinadas posturas profissionais, não havendo uma formalização e legitimidade institucional quanto a</p>

	<p>esse imperativo de atuação intersetorial, e em verdade, em rede.</p> <p>Entendemos também que precisamos mobilizar e fortalecer os espaços e instâncias de participação e controle social já existentes como a CORAS e outros fóruns ativos (Conselho Local de Saúde, Educação e outros). São espaços potentes e legítimos de deliberação da política, participação e protagonismo dos trabalhadores e usuários.</p> <p>A participação dos usuários nos conselhos locais e fóruns ativos apesar de potência ainda é um desafio e existem poucas lideranças comunitárias atuantes nas demandas e dificuldades da região. Precisamos investir no protagonismo dos usuários e no fomento de novas lideranças com uma atuação mais coletiva e concatenada com as suas comunidades</p>
Norte	A existência dos fóruns da assistência social como regionalização, referência e contrarreferência, comitê gestor foi valorizada e destacada como uma forma de articulação e qualificação dos serviços socioassistenciais.
Restinga	<p>Apontados como Potencialidades, outros lugares conhecidos e frequentados pelos usuários, principalmente jovens, são os SCFV do Centro Infância e Juventude Monteiro Lobato.</p> <p>A Roda de Conversa – Observatório da Restinga – IFRS, em que participaram Estudantes, professores, representantes do Fórum de Segurança, Emancipa, Conselheiro Distrital de Saúde, Cooperativa Imobiliária do Chapéu do Sol (Tim) Coordenadoras do CRAS Restinga e 5ª Unidade referem que as ações culturais se sobrepõe às situações de violência. Existe um grande movimento de resistência e cobrança por parte dos moradores.</p>
Partenon	A principal potencialidade do serviço é sua localização, estando em frente à esplanada da cruz, local de difícil acesso para transporte, mas fácil acesso para a população, localizado em uma das áreas da região de maior vulnerabilidade, inclusive pela incidência do tráfico de drogas nos arredores. Com o trabalho social com famílias realizado pela entidade desde 1998, já é uma referência no entorno e para os serviços do território.
Glória	Equipes multiprofissionais qualificadas, atendendo nos equipamentos. Serviços de Saúde, Equipe Técnica completa no ESF Alto Embratel. Escola Estadual Professor Oscar Pereira com atendimento à comunidade nos três turnos: manhã, tarde e noite.

Os trabalhadores valorizaram os espaços de discussão entre os serviços socioassistenciais e intersetoriais, os fóruns temáticos, os processos de qualificação dos trabalhadores A articulação dos serviços socioassistenciais e intersetoriais foi bastante valorizada pelas equipes, estas entendem que o diálogo e a discussão dos casos permitem uma maior aproximação entre os serviços, na qualificação do processo de acompanhamento das famílias e indivíduos, na inserção na rede de serviços disponíveis. Os processos de formação profissional foram destacados como fundamentais

na qualificação dos processos de trabalho e o compromisso dos profissionais no desenvolvimento do trabalho foram elementos mencionados na totalidade das regiões. A presença de uma rede de serviços capazes de atender a população e suas demandas. Com relação a população foi valorizada a organização comunitária e a atuação das lideranças.

As potencialidades apresentadas mostram diferentes formas de organização política e comunitária entre as regiões revelando a heterogeneidade e resistência dos grupos sociais que vivem nos territórios da cidade. Destaca-se também o sentimento de pertencimento aos territórios por meio da valorização dada as relações de amizade e vizinhança. É por meio delas que se organizam redes de apoio e solidariedade. A presença de serviços públicos, do comércio, do transporte coletivo, praças e oportunidades de trabalho e renda são percebidas como aspectos positivos dos territórios.

4 CAPÍTULO III - DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E DAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO DAS POPULAÇÕES NOS TERRITÓRIOS

Será apresentada a sistematização das principais temáticas relacionadas a situações de risco e vulnerabilidade descritas nos Diagnósticos Socioterritoriais das 17 Regiões da cidade. Os diagnósticos apontaram territórios e grupos sociais em situação de risco, devido à classe social, pertencimento etário, étnico, racial e de gênero.

Para fins comparativos são utilizados dados territoriais dos inscritos no CECAD e dados de atendimentos dos Serviços de modo a articular as informações trazidos pelos diagnósticos e os dados de monitoramento e vulnerabilidade e risco dos territórios.

4.1 Condições Socioeconômicas das Famílias e Indivíduos:

Neste tópico serão apresentadas informações sobre as condições sociais e econômicas das famílias e indivíduos que acessam a rede de CRAS, a partir dos relatos dos diagnósticos.

O Brasil apresenta um dos maiores índices de desigualdade do mundo, quaisquer que sejam as medidas utilizadas. Segundo o IPEA, em 2002, os 50% mais pobres detinham 14,4% do rendimento e o 1% mais rico, 13,5% do rendimento. A questão a ser considerada é que esse modelo de desigualdade do País ganha expressão concreta no cotidiano das cidades, cujos territórios internos (bairros, distritos, áreas censitárias ou de planejamento) tendem a apresentar condições de vida também desiguais. Porém, ainda considerando as médias de pobreza (renda per capita inferior a ½ salário mínimo) e indigência (renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo) pelo conjunto dos municípios brasileiros, já é possível observar às diferenças de concentração de renda a outra relativa às condições de vida de cada localidade (PNAS, 2004, p.18).

A desigualdade social no país se distribui de forma desigual entre os municípios brasileiros. Do mesmo modo, a cidade de Porto Alegre concentra regiões cujos bairros apresentam indicadores sociais positivos, contrastando com outras regiões cujos indicadores de saúde, homicídios, renda, infraestrutura urbana são ruins. Essa desigualdade pode ser vista na apresentação dos diagnósticos socioterritoriais, conforme os relatos a seguir:

De acordo com o Diagnóstico da Região Leste (2019):

“As famílias e indivíduos estão expostos no seu cotidiano a um território violento com disputa pelo controle do tráfico ou por novas áreas de atuação, com tiroteios, balas perdidas, homicídios, assaltos, medo das ameaças, conflitos, intolerâncias e agressividade entre as pessoas envolvidas com o tráfico. Frases como: “justiça pelas próprias mãos” (sic), “era bom morar na Vila Jardim e hoje é inseguro” (sic), “preso dentro da própria casa” (sic), são presentes nos relatos”.

O Diagnóstico da Região Humaitá Navegantes (2019) destaca a existência de:

“Muitas situações de desemprego, insegurança alimentar, miserabilidade. Problemas de saúde decorrentes da pobreza como sífilis, tuberculose têm preocupado equipes de saúde”.

O Diagnóstico da Lomba (2019) salienta a presença de:

“Famílias em extrema pobreza das Vilas Mangue Seco, Recreio da Divisa, Vila Monte Carlo, Beco Rubi, Beco do Mário e Vila Viçosa”.

O Diagnóstico do Partenon (2019) chama a atenção para o “o elevado número de usuários de SPA, o tráfico, o desemprego, a renda precária, a insegurança alimentar, o analfabetismo entre as famílias”.

Os diagnósticos explicitam as condições socioeconômicas das famílias e indivíduos que acessam os serviços ou estão a ele referenciados. São descritas a pobreza, a doença, o uso de SPA, a violência, o desemprego e a ausência de renda para garantia de necessidades básicas como alimentação.

Frente a tais dificuldades, a inclusão em programas de transferência de renda e acesso aos serviços públicos é um recurso importante na renda familiar. A PNAS, por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, oferta serviços socioassistenciais e benefícios de caráter continuado e eventual. O cadastramento da população em situação de pobreza é feito pela inscrição dos indivíduos com renda de até três salários mínimos no Programa Cadastro Único de Programas Sociais³ do Ministério da Cultura. O acesso ao Programa Bolsa Família (PBF)⁴ ocorre por meio da inscrição no cadastro e do preenchimento dos critérios de renda definidos pelo programa.

O cadastro único busca coletar informações territorializadas das famílias e em Porto Alegre a sistematização dos dados é organizada de acordo com as 17 regiões administrativas e de planejamento da cidade. As informações declaradas pela família são coletadas por meio de formulário padronizado, contendo dados relativos à família e ao domicílio (composição familiar, endereço e características de seu domicílio, acesso a serviços públicos de água, saneamento e energia elétrica, despesas mensais e grupos populacionais tradicionais e específicos) e a cada membro da família (documentação civil, escolaridade, deficiência, participação no mercado de trabalho e renda). A seguir a tabela com os inscritos e beneficiários do PBF (2019):

³ O Cadastro Único, regulamentado pelo Decreto n°. 6.135/2007, tem por objetivo ser o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. O público é constituído por unidades nucleares compostas por um ou mais indivíduos, residentes no mesmo domicílio e que compartilham rendas e despesas, priorizadas aquelas com renda mensal igual ou inferior a ½ salário mínimo por pessoa ou de renda familiar mensal de até três salários mínimos. O MC utiliza como referência que indivíduo com renda inferior a ¼ do salário mínimo estão em situação de extrema pobreza e acima disso em situação de pobreza (Ministério da Cidadania, 2020).

⁴ Ele prevê a transferência condicionada de renda as famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 208,07. A transferência de renda às famílias deve ser acompanhada na rede de serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica da política de assistência social, das condicionalidades da saúde e da educação. A população busca nos CRAS o acesso a serviços e benefícios.

Tabela I – Famílias e Indivíduos cadastrados no Cadastro Único e Beneficiários do PBF por ROP (2019)

Região	Famílias Beneficiárias do PBF	Famílias cadastradas no CadÚnico que não recebem BF	Total	Indiv. Benef. PBF	Indiv. inscritos	Total
Sem registro	12	17	29	1.751	1.324	3.075
Centro	2.268	3.826	6.094	4.349	6.223	10.572
Centro Sul	3.568	4.706	8.274	8.657	8.798	17.455
Cristal	1.186	1.022	2.208	3.057	1942	4.999
Eixo Baltazar	3.745	4.747	8.492	11.814	11.612	23.426
Extremo Sul	2.468	2.427	4.895	6.567	4.712	11.279
Glória	1.953	1.799	3.752	5.359	4.060	9.419
Cruzeiro	4.004	2.924	6.928	10.136	5.686	15.822
Ilhas	782	562	1.344	2.266	1.282	3.548
Leste	3.639	4.781	8.420	13.565	14.714	28.279
Lomba do Pinheiro	3.732	3.727	7.459	10.928	8.965	19.893
Nordeste	1.612	1.705	3.317	3.487	2.789	6.276
Norte	3.511	4.621	8.132	5.562	6.647	12.209
Partenon	3.138	4.547	7.685	9.366	10.404	19.770
Restinga	5.858	4.938	10.796	15.301	9.600	24.901
Sul	2.468	3.136	5.604	7.758	8.127	15.885
Noroeste	511	1.597	2.108	1.560	3.617	5.177
Humaitá Navegantes	1.791	2.264	4.055	4.451	4.541	8.992
Total	53.346	46.246	99.592	125.934	115.043	240.977

Fonte: CECAD (Setembro/2019).

Em setembro de 2019 (CECAD) a cidade contava com 240.977 indivíduos inscritos no Cadastro Único, desse total 125.934 eram beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF. O número de inscritos no Cadastro Único representa 18,15% da população total da cidade de Porto Alegre, enquanto o número de beneficiários do PBF representa 9,57% da população total da cidade. As regiões com o maior número de beneficiários do PBF são Restinga (5.858), Cruzeiro (4.004), Eixo Baltazar (3.745), Lomba do Pinheiro (3.732), Centro Sul (3.568).

A inscrição no cadastro é um indicativo de maior cobertura de proteção social, na medida em que identifica territorialmente a população em situação de risco e vulnerabilidade. Do total de inscritos 52,25% é beneficiária do Programa Bolsa Família- PBF. A gestão do PBF é feita pelo governo federal, mas sua importância se atrela à capacidade de garantia de renda de caráter continuado. Os recursos do PBF contribuem também nas economias locais com a circulação de recursos financeiros nos bairros e na cidade.

A seguir apresentamos os dados dos inscritos com idade de 18 a 59 anos no CECAD em setembro de 2019, conforme a faixa de renda e a região.

Tabela II – Faixa de Renda dos inscritos no CECAD de 18 a 59 anos por Região do Orçamento Participativo (2019):

Região	Até R\$ 89,00	Entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00	Entre R\$ 178,01 e ½ SM	Acima de ½ SM	Total	%
Sem registro	889	110	243	151	1393	
Centro	3215	284	1035	1349	5883	54,64
Centro Sul	4464	745	1663	1296	8168	54,65
Cristal	1685	106	335	284	2410	69,91
Cruzeiro	5828	342	784	649	7603	76,65
Eixo Baltazar	6224	901	2249	1498	10872	57,24
Extremo Sul	3442	361	924	613	5340	64,45
Glória	2953	269	729	356	4307	68,56
Humaitá Navegantes	2243	469	827	659	4198	53,43
Ilhas	1110	181	253	148	1692	65,60

Leste	6496	1466	3036	2222	13220	49,13
Lomba do Pinheiro	5745	646	1686	974	9051	63,47
Nordeste	1788	233	639	267	2927	61,08
Noroeste	806	244	606	760	2416	33,36
Norte	2826	587	1332	1201	5946	47,52
Partenon	4844	879	2108	1345	9176	52,78
Restinga	8173	613	1538	1125	11449	71,38
Sul	4018	715	1530	1349	7612	52,78
Total	66.749	9.151	21.517	16.246	113.663	58,72

Fonte: CECAD (Setembro/2019)

A análise indica que do total de 113.663 inscritos que declararam renda, 58,72% se enquadra na faixa de até R\$ 89,00 percapita. A análise comparativa entre os inscritos que declararam renda e o número de indivíduos em extrema pobreza mostra que a Regiões Cruzeiro tem 76,65%, a Restinga 71,38%, Cristal 69,91% e Glória 68,56% possuem os maiores contingentes de indivíduos em situação de extrema pobreza na cidade.

A distribuição territorial da população cadastrada de acordo com as faixas de renda do CECAD deve ser articulada aos outros indicadores oficiais que mensuram as condições socioeconômicas da população. O CECAD, porém, é uma ferramenta importante para identificação de grupos sociais vulneráveis, devido à renda. Cabe referir que nem todos os indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza estão cadastrados no CadÚnico. Assim como, nem todos os cadastrados são beneficiários do PBF.

O significativo número de famílias e indivíduos com renda precária pode ser identificado no RMA (2019) dos 22 CRAS. A tabela a seguir apresenta o perfil das famílias:

Tabela III – Perfil das Famílias Atendidas nos 22 CRAS (2019):

CRAS	Famílias em situação de extrema pobreza	Famílias benef. do PBF	Famílias benef. PBF em descumprimento de condicionalidades	Famílias com membros benef. do BPC	Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento	Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC
CRAS CENTRO SUL	6	6	0	3	0	1	1684	1871	214
CRAS GLÓRIA	10	13	3	3	0	0	839	2004	72
CRAS LOMBA DO PINHEIRO	6	19	1	5	1	1	1632	1505	87
CRAS NOROESTE	8	6	0	2	1	1	1201	1156	38
CRAS NORTE	3	19	3	16	0	2	659	707	41
CRAS RESTINGA	0	6	0	1	0	1	1584	2078	204
CRAS CENTRO	15	17	3	2	2	0	1917	1157	830
CRAS CRISTAL	7	18	4	6	0	0	832	973	66
CRAS CRUZEIRO	15	28	8	2	0	13	1236	1881	69
CRAS EIXO BALTAZAR	11	28	13	6	1	0	1442	2104	38
CRAS EXTREMO SUL	24	26	8	8	0	3	1018	1451	141

CRAS FARRAPOS	4	14	7	3	0	3	738	1288	55
CRAS HIPICA	6	13	8	3	0	4	646	760	69
CRAS ILHAS	5	6	1	1	0	1	70	86	28
CRAS LESTE I	4	5	1	2	0	1	1183	1292	2
CRAS LESTE II	13	15	3	2	1	1	633	711	49
CRAS NORDESTE	5	4	1	2	1	0	742	1090	38
CRAS PARTENON	15	17	4	3	1	1	2328	2462	40
CRAS QUINTA UNIDADE	9	8	1	7	1	2	722	1330	49
CRAS SANTA ROSA	35	7	0	1	0	1	867	1919	239
CRAS SUL	12	12	6	3	0	2	599	742	71
CRAS TIMBAUVA	9	32	25	5	1	2	539	900	225
Total	222	319	100	86	10	40	23111	29467	2665

Fonte: RMA/MC (2019)

O perfil de atendimento do CRAS (2019) indica que 23.111 famílias foram encaminhadas para inclusão no Cadastro Único. Enquanto as demais situações se relacionam a busca do serviço devido à extrema pobreza, demanda por benefícios e, em menor medida, por situações de risco identificadas como o trabalho infantil e acolhimento de criança e adolescente.

Tabela IV – Famílias acompanhadas no PAIF, atendimentos Individualizados e Coletivos realizados nos 22 CRAS (2019):

CRAS REFERÊNCIA	Famílias em acompanhamento pelo PAIF (MÉDIA)	Atendimentos particularizados (MÉDIA)	Participações em palestras, oficinas e outras atividades coletivas (TOTAL)
CRAS AMPLIADO CENTRO SUL	32,8	590,3	3426
CRAS AMPLIADO GLORIA	51,5	361,1	1907
CRAS AMPLIADO LOMBA DO PINHEIRO	44	609	3074
CRAS AMPLIADO NOROESTE	17	367,5	1521
CRAS AMPLIADO NORTE	22,4	310,1	1581
CRAS AMPLIADO RESTINGA	28,1	1095,6	651
CRAS CENTRO	82,9	696,9	510
CRAS CRISTAL	52	636,3	1737
CRAS CRUZEIRO	61,3	684,2	1966
CRAS EIXO BALTAZAR BARBARA MAIX	49,3	469,2	3608
CRAS EXTREMO SUL	42,5	434,6	1427
CRAS FARRAPOS	38,6	302,3	838
CRAS HIPICA	18,1	377,9	1452
CRAS ILHAS	20,1	243,0	262
CRAS LESTE	35,3	221	1211
CRAS LESTE II	24,5	192,9	553
CRAS NORDESTE	19,4	255,9	2999

CRAS PARTENON	48,6	572,6	563
CRAS QUINTA UNIDADE	15,9	257,1	1028
CRAS SANTA ROSA	42,8	818,3	2299
CRAS SUL	19,8	272,1	1859
CRAS TIMBAUVA	20,5	275,9	1807
	35,8	456,5	36.279

Fonte: MDS -RMA CRAS 2019

A tabela mostra que o CRAS Centro (82,9), Cruzeiro (61,3), Cristal (52), Glória (51,5), Eixo Baltazar (49,3) apresentam o maior número de famílias em acompanhamento no PAIF. A última coluna mostra a soma do número de indivíduos que participaram de atividades coletivas ao longo do período. Os CRAS Eixo Baltazar (3.608), Centro Sul (3.426), Lomba do Pinheiro (3.074), Nordeste (2.999) e Santa Rosa (2.299) apresentaram os maiores contingentes em termos de indivíduos atendidos de forma coletiva na rede.

O número de indivíduos que participaram das atividades coletivas (36.279) é significativo em termos de volume de pessoas atendidas. Desse total, uma parte não está inscrita no CECAD ou é beneficiária do PBF, portanto, representa uma demanda potencial para acesso à rede socioassistencial.

As condições socioeconômicas da população se constituem em um dos fatores que podem levar a situações de vulnerabilidade ou risco. Na PNAS a vulnerabilidade é definida como:

“A vulnerabilidade se constitui em situações ou ainda em identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos. Estas situações se originam no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, nos processos discriminatórios, segregacionais engendrados nas construções sócio históricas que privilegiam alguns pertencimentos em relação a outros. Ou ainda, a Assistência Social deve compreender o aspecto multidimensional presente no conceito de vulnerabilidade social, não restringindo está à percepção de pobreza, tida como posse de recursos financeiros, embora a insuficiência de renda seja obviamente um importante fator de vulnerabilidade” (BRASIL, 2004).

A vulnerabilidade é representada por situações de pobreza, ausência de renda, ausência ou baixa oferta de serviços públicos, moradias precárias, fragilização dos vínculos afetivos e discriminações por etnia, gênero, orientação sexual etc. A condição econômica não é por si só fator de vulnerabilidade, mas pode contribuir para que determinados eventos de risco ocorram devido à precariedade econômica dos indivíduos.

Adorno (2001) estabelece a relação entre vulnerabilidade e exclusão econômica e social. Como afirma:

“Um indivíduo ou um grupo torna-se vulnerável “quando ocorre uma situação que o leva a quebrar seus vínculos sociais com o trabalho, a família ou seu círculo de relações”. Ao mesmo tempo sublinha a transformação existente na passagem do termo “carência” para o de “vulnerabilidade”. De uma visão que enfatiza o paternalismo (carência) nas relações sociais passa-se a olhar o sujeito como portador de direitos. O direcionamento do olhar para os “direitos” em detrimento das “carências” apresenta a possibilidade de analisar as potencialidades dos sujeitos, grupos e comunidades e não somente de analisar a vulnerabilidade a partir de indicadores que apresentam a “falta de”. No entanto, “precisa-se avaliar o acesso da população à rede de serviços disponíveis, bem como a organização da própria rede: escolas e unidades de saúde, os programas de cultura, lazer e de formação profissional”. Trata-se de considerar as ações do Estado e se estas promovem justiça e cidadania” (Adorno in Torossian e Rivero, 2013, p.58-59).

A relação entre vulnerabilidade e a exclusão econômica e social problematizada pelo autor reafirma a importância de compreensão dos fatores que levam a sua produção. A vulnerabilidade se distingue da carência pelo seu caráter contextualizado nas condições sociais históricas, enquanto a carência culpabiliza o indivíduo pela sua condição.

A dimensão simbólica da vulnerabilidade é outra dimensão destacada na PNAS. Autores como Torossian e Rivero (2013): apontam a “necessidade de contextualizá-la em termos materiais ou simbólicos e o “acesso dos atores às oportunidades sociais econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade” (p. 58)”.

O caráter relacional da vulnerabilidade no âmbito da política de assistência social pressupõe compreender como ela se manifesta nos territórios, de modo a identificar os fatores de risco e de proteção à população, assim como, a capacidade dos indivíduos em lidar com eles. A identificação do risco visa prevenir sua ocorrência, uma vez que está relacionado a eventos negativos. Ele atua também sobre a estruturação dos serviços socioassistenciais a partir dos níveis de complexidade que a política atua. A PNAS parte do entendimento de que risco se relaciona à probabilidade ou a iminência de um evento, pré-definição dos eventos – pode ser antecipado ou prevenido. Eventos futuros que podem causar perdas sejam materiais ou humanas.

Sposati (2001, p.69) argumenta que a introdução da noção de risco na política de assistência social não se vincula exclusivamente a situações que provocam perigo, corroborando como possibilidades de perda de qualidade de vida pela ausência de uma ação preventiva. Os indivíduos, as famílias, as coletividades estão expostas a riscos e se encontram fora da rede de proteção social pública. O risco identifica e antecede o perigo, tendo a função de prevenir e planejar a política. Para a autora, o risco enquanto mecanismo para identificação das situações que geram prejuízos aos indivíduos cumpre uma função preventiva e protetiva.

Os indivíduos, famílias, coletividades e classes sociais estão expostos a riscos e se encontram fora do alcance da rede de segurança propiciada pela proteção social pública e que, por isso, vivem em situação de pobreza e risco social gerado por uma cadeia complexa de fatores (Nascimento, P.F; Mellazzo, E.S; p.71, 2013).

As noções de vulnerabilidade e risco são complexas e multifacetadas, são interpretadas contextualmente, mas também se leva em conta as especificidades. Elas cumprem uma dupla

função na política: identifica os grupos vulneráveis e planeja as ações de proteção social. Desse modo, os critérios que orientam a execução da política de Assistência Social pautam-se na identificação de situações de vulnerabilidade e risco.

Dentre elas, a condição socioeconômica é um fator fundamental para o acesso. As análises indicam que o público que está referenciado nas áreas de abrangência dos serviços (CRAS), se encontra em situação de extrema pobreza e pobreza, pertence a comunidades tradicionais ribeirinhas, catadores de materiais recicláveis, pescadores, migrantes, trabalhadores que exercem atividades precárias sem cobertura de proteção social. O acesso à rede socioassistencial de proteção social básica ocorre por meio dos CRAS e SAFS. A população demanda serviços socioassistenciais e benefícios.

O cenário de agravamento das situações de pobreza de parte da população do município é parte de um contexto amplo de transformações, ocorridas nas sociedades capitalistas. Dentre as várias transformações em curso, as mudanças no mundo do trabalho têm impactado especialmente os territórios populares que vivem nas periferias das grandes cidades. Feltran e Cunha (2016) destacam que:

“A reestruturação produtiva da década 1990 transformou radicalmente o emprego fabril, inscrevendo-o em formas flexíveis de produção. Esse deslocamento alterou todo o mercado de trabalho historicamente vinculado às chamadas “classes populares” e, daí, os pilares da reprodução social que lhes eram característicos. Se em 1970 era fácil conseguir um emprego na indústria, mesmo sem escolaridade, para dele extrair a proteção social que permitiria aos filhos que estudassem, hoje se exige do trabalhador alta especialização, dinamismo e disposição para postos terceirizados e poucos estáveis, cada vez mais disponíveis” (p.9, 2016).

A ampliação das exigências de especialização do mundo do trabalho tem deixado uma parte importante da população sem acesso aos direitos de proteção social garantidos pela contribuição à Previdência Social como auxílio desemprego, auxílio doença e aposentadoria. O deslocamento dos trabalhadores do mercado formal para o informal resulta no exercício de atividades com baixa remuneração, com vínculos precários, muitas vezes, degradantes e insalubres.

Para finalizar as reflexões do presente tópico cabe destacar que as transformações da sociedade nas últimas décadas na dimensão da família, do gênero, dos pertencimentos etários, étnicos e raciais, além das mudanças no mundo do trabalho, na relação Estado e sociedade etc., impactam as relações entre homens e mulheres de forma diferenciada considerando os pertencimentos de classe social, grupo etário, de gênero, orientação sexual, raça/etnia.

4.2 Gênero e Família

As famílias atendidas e referenciadas na rede de proteção social básica do município vivenciam situações sociais como desemprego e moradia precária. A rede de serviços públicos disponíveis como creches, serviços de saúde, esporte, cultura, lazer, assistência social são insuficientes as suas necessidades. Os adultos responsáveis pelas famílias demandam serviços para as crianças, os jovens, as pessoas com deficiência, os idosos.

A presença das mulheres nos serviços foi problematizada nos diagnósticos de algumas regiões. O estudo da Região Lomba do Pinheiro realizou uma pesquisa com os usuários adultos dos SAFs. Dos 98 usuários entrevistados, 81,63% era do sexo feminino com idade predominantemente entre 21 e 40 anos e 18,36% do sexo masculino com idades entre 41 e 60 anos. O estudo problematiza (2019):

“De acordo com esta pesquisa destaca-se a presença feminina no acesso aos serviços da Política de Assistência Social. Esta informação reforça o papel das mulheres no gerenciamento da família. Esse gerenciamento aparece especialmente em relação às questões externas, no sentido de buscar “ajuda”, “auxílio” e “orientação”. Dito isso, podemos refletir que o acesso à Política de Assistência Social pode ainda carregar resquícios da lógica de bem-estar e caridade, onde cabe à mulher conseguir ajuda e ao homem ser o que provê, mesmo que isso não ocorra. A problematização sobre esse dado é necessária, especialmente sob dois pontos de vista: o primeiro, que nos faz pensar sobre como executamos a política, ou seja, que lugar que ofertamos aos homens, que ações desenvolvemos para mobilizar a participação deles na política e nos serviços? Em segundo, que ações afirmativas desenvolvemos para valorizar o lugar da mulher e superar os resquícios da antiga ordem assistencialista? São questões que podemos nos debruçar para além desse diagnóstico e como parte integrante do processo de trabalho”.

A reflexão suscita questões importantes com relação à temática do gênero, da família e da política de Assistência Social. O papel da mulher como responsável pelo grupo familiar é buscar recursos junto aos serviços, sejam públicos ou privados. O lugar do homem é descrito como aquele que não consegue prover a família. Propõem alternativas nos serviços para mobilizar a participação dos homens e o desenvolvimento de ações afirmativas para valorização da mulher, superando o caráter assistencialista.

O Diagnóstico da Região Eixo Baltazar (2019) reflete sobre as condições sociais das famílias:

“As mudanças relacionadas à ordem econômica, ao desemprego, e outros processos sociais pelos quais passam as famílias, têm fortalecido uma lógica individualista, que repercute na sua organização em grupos menores, variedade de arranjos familiares e um processo de empobrecimento acelerado, além da territorialização das famílias geradas pelos movimentos migratórios, que causam também fragilidades nos vínculos comunitários e são fatores que aumentam o risco social”.

“Destacam-se as famílias monoparentais, tendo a mulher como responsável familiar. Algumas continuam nessa condição por muito tempo, e outras estão em constantes modificações, inclusive como formas de proteção. Elas vão se constituindo em novas famílias, ocasionando formações e vínculos complexos, e que ao invés de proteção, se caracteriza por exposição ao risco, como no caso do abuso sexual, exposição ao tráfico, violência doméstica, dentre outros. O número de mulheres avós, responsáveis pelos netos e pela renda familiar também é recorrente, principalmente nos casos de pais usuários de substâncias psicoativas ou com fragilidades relacionadas à saúde mental”.

O estudo problematiza as condições sociais das famílias e o papel da mulher como elemento agregador do núcleo familiar. Ao mesmo tempo, as mulheres se expõem a riscos nestes novos arranjos conjugais. Os múltiplos arranjos familiares e a presença da mulher como responsável pela família problematizados nos diagnósticos reafirma um “fenômeno presente em todos os estratos sociais e, conseqüentemente, no crescimento de sua visibilidade social” (Macedo, 2008, p.393). A autora refere que as discussões em torno do gênero têm ampliado a visibilidade de um conjunto de assimetrias e relações de poder no âmbito da família e das relações entre homens e mulheres. A autora aponta fatores sociodemográficos como fecundidade, nupcialidade, envelhecimento populacional, processos de individualização dos sujeitos sociais enquanto algumas das mudanças em curso. O entendimento de tais mudanças pode, segundo ela, contribuir para a compreensão de “novas formas de convivência entre as pessoas, o que envolve o crescimento das uniões consensuais e dos domicílios unipessoais, as novas famílias reconstituídas, ou com prole reduzida, ou mesmo as uniões entre pessoas do mesmo sexo” (p.391).

É relevante problematizar os entendimentos sobre o papel das mulheres e dos homens e suas responsabilidades na dinâmica das famílias trabalhadoras. Que valores estão orientando suas relações, quais as tensões e conflitos presentes nas relações familiares e de gênero, como violência intrafamiliar, trabalho doméstico, responsabilidade pelo cuidado dos mais vulneráveis.

As transformações no mundo do trabalho podem ser visualizadas nos dados das mulheres inscritas no Cadastro Único (2019). Dentre as 9.318 mulheres de 18 a 59 anos, que informaram sua situação profissional, 8.551 se descrevem como trabalhador por conta própria (bico, autônomo) o que representa 91,76% do total. A informação mostra que a quase totalidade das mulheres inscritas no Cadastro Único estavam a descoberta do sistema de proteção ao trabalho.

A Matricialidade sociofamiliar na PNAS se constitui em diretriz que organiza o SUAS. Frente aos relatos das condições socioeconômicas das famílias, cujas mulheres assumem um papel importante no cuidado e provimento dos seus membros, indaga-se como garantir que os adultos destas famílias cumpram o papel de proteção às crianças, aos jovens, doentes, idosos, num contexto de redução de direitos sociais e precarização do trabalho.

Raichellis (2012) destaca que embora pareça uma abordagem inovadora, a centralidade na família é prática presente nas políticas sociais brasileiras. Políticas sociais de caráter conservador adotam uma abordagem que responsabiliza a família pelo cuidado dos seus membros e a “desproteção social é considerada uma falha de um “grupo familiar desagregado”. Afirma que “romper com esse paradigma exige enfrentar o debate sobre as novas formas de organização e

relação de grupos familiares, uma tentativa de superar os padrões burgueses que têm organizado as metodologias de atenção a essas famílias e recolocar o debate da compreensão das singularidades desses grupos na perspectiva de seu pertencimento a uma classe social, o que apontaria para uma atuação junto a essas famílias numa perspectiva emancipatória”. Na sua análise o princípio da Matricialidade Sociofamiliar pode levar ao “deslocamento dos conflitos e contradições de classe da sociedade capitalista, de natureza macrosocietária, para a esfera íntima do indivíduo, da comunidade e das relações intrafamiliares.” (p.457)

A violência contra a mulher se constitui numa situação de conflito e risco presente no cotidiano das mulheres, não apenas no âmbito das relações familiares, pois as desigualdades de gênero estão presentes nas relações sociais.

A temática foi problematizada nos diagnósticos das regiões Leste, Sul, Centro Sul, Humaitá Navegantes, Centro, Norte, Eixo Baltazar, Nordeste, Ilhas. Abaixo alguns dos relatos apresentados:

“Quanto às mulheres, os relatos nos grupos com usuários e no grupo de trabalhadores registram de forma expressiva a ausência de órgãos específicos para o atendimento das mulheres que vem composto com a omissão das autoridades no que diz respeito às mulheres vítimas de violência. Os relatos são frequentes e impactam na questão da violência doméstica vivenciada por elas. Quando nos acompanhamentos e atendimentos existe essa demanda, há diversas dificuldades dos serviços em contribuir para a superação dessa violação de direito” (Diagnóstico Região Leste, 2019).

“29% dos atendimentos do CREAS se referem a situações de violência doméstica (Diagnóstico Sul, 2019)”.

“Identificam ampliação da demanda referente à violência doméstica, 50% dos casos envolvem essa situação” (Diagnóstico Humaitá, Navegantes, 2019).

Como destacado pelo diagnóstico da região Leste a presença de serviços e redes de apoio é fundamental no suporte às mulheres. Avaliam que um dos motivos para as mulheres se submeterem a situações de violência, se deve ao fato das mesmas não disporem de redes de serviços ou condições para se manter economicamente. Os relatos destacam uma “percepção” nos serviços sobre a ampliação desta demanda.

Na tabela abaixo é possível acompanhar a distribuição das situações de violência contra a mulher nos 9 CREAS identificadas nos atendimentos do RMA (2019), o total de mortes por homicídio do sexo feminino, e o percentual sobre o total de mortes desse sexo (2012).

Tabela V – Mulheres Adultas acompanhadas no PAEFI vítimas de violência intrafamiliar (2019) e Mulheres Vítimas de Homicídio em Porto Alegre (2012):

Região	CREAS	Mulheres adultas vítimas de violência intrafamiliar (RMA)	Total de mortes por homicídio do sexo feminino	% de homicídios femininos sobre o total de mortes do sexo feminino
POA		122	48	0,87%
Sul	SCS	12	5	1,62
Centro Sul			2	0,44
Leste	Leste	3	4	0,97
Partenon	Partenon	13	5	1,04
Centro	CHNI	34	2	0,15
Humaitá			0	0
Ilhas			0	0
Norte	NN	2	9	3,05
Noroeste			0	0
Lomba do Pinheiro	LP	12	0	0
Restinga	RES	7	5	2,94
Extremo Sul			1	0,69
Eixo Baltazar	EBN	6	1	0,29
Nordeste			7	7,69
Glória	GCC	33	3	1,68
Cruzeiro			0	0
Cristal			2	1,68

Fonte: MC/RMA (2019). ObservaPOA (2012)

Os dados de acompanhamento das mulheres no PAEFI mostram que os serviços de média complexidade com o maior número de situações em acompanhamento são o CREAS Centro/Ilhas/Humaitá, Glória/Cruzeiro/Cristal, Partenon e Sul/Centro Sul. É importante aprofundar os motivos pelos quais tais regiões apresentam o maior volume de casos. Uma hipótese é que a rede de serviços esteja atenta ao fenômeno, conseguindo identificar e acompanhar as situações. A identificação, proteção e apoio às mulheres vítimas de violência pode contribuir para a redução do número de mulheres assassinadas.

Em Porto Alegre, no ano de 2012, o indicador mostrava que 0,87% das mortes de mulheres ocorreram por homicídio. Entre as regiões, a proporção entre o melhor e o pior valor, em 2012, foi de 51,27 vezes. Ou seja, uma mulher na Região Nordeste tem 51,27 vezes de risco de morte do que naquelas regiões onde não houve registro de morte. O dado dos homicídios não está associado exclusivamente às condições socioeconômicas, sendo possível ocorrer em todas as classes sociais, fatores combinados como exposição a situações de risco podem resultar em mortes violentas.

O Atlas da Violência (2019) indica que houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007. Os dados mostram uma evolução dos homicídios contra as mulheres nas Unidades da Federação, com o crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década em análise (2007-2017), assim como no último ano da série, que registrou aumento de 6,3% em relação ao anterior.

A magnitude do fenômeno e de suas variações pode ser mais bem aferida em termos da taxa de homicídio por grupo de 100 mil mulheres, que permite maior comparabilidade temporal e entre as diferentes unidades federativas. Entre 2007 e 2017 houve aumento de 20,7% na taxa nacional de homicídios de mulheres, quando ela passou de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres. Nesse período, houve crescimento da taxa em 17 Unidades da Federação.

Outro aspecto abordado pelo Atlas da Violência no Brasil se refere à percepção de ter havido crescimento nos casos de Femicídio no país. Um dos aspectos problematizados se refere ao aumento dos registros de Femicídio pelas polícias, se reflete efetivamente aumento no número de casos, ou diminuição da subnotificação, uma vez que a Lei do Femicídio (Lei no 13.104, de 09/03/2015) é relativamente nova, de modo que pode haver processo de aprendizado em curso pelas autoridades judiciárias.

Se os registros de Femicídio das Polícias podem embutir alguma subnotificação, em função da não imputação do agravante de Femicídio ao crime de homicídio, por outro lado, a análise dos dados agregados da saúde não permite uma elucidação da questão, uma vez que a classificação internacional de doenças (CID), utilizada pelo Ministério da Saúde, não lida com questões de tipificação legal e muito menos com a motivação que gerou a agressão.

Referem o “reconhecimento na literatura internacional de que a significativa maioria das mortes violentas intencionais que ocorrem dentro das residências são perpetradas por conhecidos ou íntimos das vítimas” (Atlas da Violência, 2019), ou seja, se relacionam a violência doméstica ou intrafamiliar.

De acordo com a análise do Atlas da Violência 2019 a Lei Maria da Penha tem contribuído para uma maior visibilidade às situações de violência contra as mulheres⁵, e contra as mulheres trans (transfobia). A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, em maio de 2019, um projeto que inclui mulheres transgêneros e travestis na Lei de proteção à mulher. A proposta altera

⁵ A Lei nº 11.340/06 entrou em vigor em 2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Tem como proposta criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar, e prevê campanhas e programas que promovam o enfrentamento da violência.

um artigo da lei que diz “toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião” não pode sofrer violência, incluindo o termo “identidade de gênero”. A proposta está parada na Câmara e especialistas preveem que o caráter mais conservador dos Deputados será um obstáculo. Entretanto, há casos de transfobia julgados como violência doméstica. Em maio de 2018, uma decisão inédita da Justiça do Distrito Federal indicou que os casos de violência contra mulheres trans podem ser julgados na Vara de Violência Doméstica e Familiar e elas devem ser abarcadas em medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. Na população LGBT+ a identificação das formas de violência é dificultada pelas formas de registro do IBGE e policiais em geral, pois não perguntam com relação a orientação sexual. Essa invisibilidade na produção de dados oficiais inviabiliza o cálculo de prevalência relativa contra esse grupo social.

Nos estudos diagnósticos a situação das mulheres trans foi identificada nas regiões Centro e Norte articulado à violência sexual e situação de rua.

A violência contra as mulheres e trans está presente na cidade nas relações familiares, de trabalho, na escola, nos serviços, independente, inclusive, de classe social. Sua forma mais violenta, a física e psicológica, são situações extremas que colocam em risco os indivíduos.

Nesse contexto, o desenvolvimento de processos interventivos junto às mulheres vítimas de violência, corre o risco de práticas voltadas ao “empoderamento” das mulheres ou da sua “vitimização”. Como destacado por Gregory e Debert (2008):

“As mulheres não podem ser compreendidas como vítimas passivas da dominação, a pressupor que as mulheres são capazes de desenvolver atitudes adequadas que “podem facilmente se livrar das práticas discriminatórias, encontrando caminhos capazes de restaurar direitos e práticas libertárias”. Desta perspectiva, não podemos cair na armadilha de transformar a violência, o poder e o conflito em problemas de falta de confiança e autoestima dos oprimidos ou, então, de dificuldade de comunicação” (p.168).

Essa distinção entre os modos de percepção sobre como as mulheres respondem ou vivenciam situações relacionadas à violência de gênero pode contribuir para o desenvolvimento de formas de diálogo que proponham alternativas viáveis ao rompimento da violência. Construindo formas de entendimento, que partam da diversidade de arranjos familiares, das relações de gênero, raça e classe social.

4.3 População Idosa

Os diagnósticos socioterritoriais chamaram a atenção para o processo de envelhecimento das populações que vivem nas áreas de abrangência dos serviços, especialmente na rede de proteção social básica.

Os estudos descreveram as condições de vida de parte dos idosos em situação de risco dos territórios. Foram identificadas situações de abandono, negligência, exploração financeira e

isolamento social. Muitos destes indivíduos moram sozinhos e dependem do apoio de redes solidárias como amigos e vizinhança. As demandas para acolhimento de parte da população idosa vivendo nestas condições é insuficiente e muitos dos idosos acabam indo a óbito, antes do acesso ao serviço.

Os dados do Relatório de Avaliação do projeto piloto do Serviço de PSB de Visita em Domicílio mostraram que a quase totalidade dos idosos acompanhados no período de julho de 2019 a fevereiro de 2020 vivem com suas famílias, que respondem pelos seus cuidados. Parte destes vive sozinha e conta com redes de amigos e vizinhos. Deduz-se que a falta de condições de cuidados especializados e apoio à população de idosos é feita pelas famílias e redes de apoio solidárias. A rede de serviços socioassistenciais como SCFV, Centro Dia do Idosos e ILPS Grau II e III são insuficientes para o atendimento das demandas da população idosa nos territórios de abrangência dos serviços.

A temática do idoso assim como todas que têm sido problematizadas até o momento é bastante complexa. Os aspectos demográficos, a rede de serviços públicos e do mercado disponíveis a tais grupos, os aspectos físicos, biológicos, psicológicos, jurídicos e culturais envolvem múltiplas dimensões para compreensão do fenômeno do envelhecimento nas sociedades contemporâneas atuais.

Maffioletti (2005) chama a atenção para a “periodização da existência, as idades da vida, segundo Ariès (1973), têm sido expressas de diferentes maneiras desde a Grécia antiga até os dias atuais. A utilização da idade cronológica é uma construção relativamente recente, e começou a esboçar-se, com o vislumbrar da infância, como um período singular da vida que, por sua imaturidade biológica e psicológica, demandava cuidados e orientação também singulares. Desde então, a idade tornou-se institucionalizada, determinando a inclusão ou exclusão do indivíduo de determinados papéis sociais” (p. 340).

No Brasil a descrição jurídica de um indivíduo idoso consta na Lei nº 10.741, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso em seu Art. 1º, definindo idoso, a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.

As noções “idoso”, “velho”, “velhice”, “terceira idade”, “melhor idade” utilizadas para classificar essa fase do desenvolvimento humano resultam de “uma elaboração simbólica de um processo biológico, tecida pelos elementos culturais e históricos de um povo ou comunidade” (Maffioletti, 2005, p.340). Como segue, pode-se ver o idoso como um indivíduo independente, autônomo, também pode ser relacionado ao sofrimento, à doença, a antecâmara da morte. Esta heterogeneidade de compreensões sobre a noção de “idosos” remete-nos a pensar sobre o trabalho social com tais grupos na política de assistência social e a diversidade de usos de tais categorias pelos sujeitos.

O processo de envelhecimento da população tem sido observado como um fenômeno das sociedades industrializadas com o desenvolvimento das condições de vida e tecnológicos. No Brasil o fenômeno de envelhecimento também vem sendo observado. Como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela VI - População Idosa do Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre - 1991, 2000, 2010 e 2020

População Idosa	1991		2000		2010		2020*	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Porto Alegre	128.379	10,2	160.541	11,8	211.896	15,0	344.274	23,2
RGS	815.302	8,9	1.063.869	10,4	1.460.626	13,7	2.382.426	20,9
Brasil	10.722.705	7,3	14.513.201	8,5	20.566.215	10,8	34.642.748	16,5

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1991, 2000, 2010: Censo Demográfico/IBGE. 2020: Pnad-Contínua/IBGE (1º tri). Elaboração: ObservaPOA – Observatório da Cidade de Porto Alegre

**Nota: Pesquisa Nacional desenvolvida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) que visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País, foi planejada para produzir indicadores investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais. Tem como unidade de investigação o domicílio.*

Os dados mostram que a população do País, do Estado e município apresentou um crescimento deste segmento etário no período de 1991 a 2020.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, o último realizado no Brasil, o número de pessoas idosas em Porto Alegre naquele ano era de 211.896. De acordo com as estimativas da PNAD-C (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio) * o número de idosos passou para 344.274 em 2020, o que representa 23,2% da população da cidade. Conforme o IBGE, a expectativa de vida ao nascer em Porto Alegre cresceu 2,8 anos na última década, passando de 73,7 anos, em 2000, para 76,4 anos, em 2010. Em 1991, era de 69,9 anos. Em estudo recente realizado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, entre 2016 e 2018, a expectativa de vida ao nascer no estado alcançou 76,89 anos. O estudo calculou também a expectativa de vida ao nascer por Corede: no Corede Metropolitano Delta do Jacuí, onde se localiza Porto Alegre, a expectativa de vida ao nascer nesse período foi de 76,41 anos.

Outra dimensão central nesse debate se refere à velhice, à família e aos processos de institucionalização. Dados da PNAD (2020) mostram que a maior parte dos indivíduos com mais de 60 anos residem com suas famílias. “A institucionalização é adotada como último recurso pelas famílias, e não se dá sem culpas, a não ser para aqueles cuja ausência de uma rede social, incluindo a família, os coloca em condição de risco social. A institucionalização, por sua vez, não implica, necessariamente, a diminuição do risco social, podendo ser um agravante deste” (p. 345, Maffioletti (2005) in Camarano, 2000).

Tabela VII - Pessoas idosas que moram sozinhas por Região do Orçamento Participativo (2020):

60 a 69		70 a 79		80 ou mais	
Cônjuge	Outro Parente	Cônjuge	Outro Parente	Cônjuge	Outro Parente
41.239	22.791	12.781	12.964	11.831	12.649
23,94%	13,23%	12,20%	12,37%	17,59%	18,81%

Fonte: Pnad-Contínua/IBGE (1º tri/2020). Elaboração: ObservaPOA – Observatório da Cidade de Porto Alegre

A família é objeto de críticas em parte dos estudos, devido ao uso dos recursos dos idosos e pela falta de cuidado que muitas têm com eles. Uma reflexão fundamental no debate em torno da família e do idoso é se as intervenções que assumem a característica de promover o aumento da rede social, através da mobilização comunitária, ou da educação da família para mudança de atitude em relação à problemática da velhice são extremamente relevantes e, no contexto de falta de recursos públicos, a única alternativa. Contudo, evidenciar tais questões, pode fortalecer visões estereotipadas da velhice, embora se reconheça que “o envelhecimento social e o envelhecimento biológico são constituintes do ser humano, todavia, não impede que sejam vividos de maneiras muito diferentes de um indivíduo para outro” (Maffioletti, 2005 in Manoni, p.349, 1995).

A dimensão da condição social de acordo com a renda é um indicativo importante para identificar a população idosa nos territórios que demandam ações de proteção social. A situação de rua e o acesso ao PBF também são indicadores relevantes no processo de intensificação das situações de risco, que parte da população idosa da cidade se encontra.

Tabela VIII – Pessoas Idosas inscritas no CECAD, Beneficiárias do PBF, distribuídas por faixa de renda e situação de rua e beneficiárias do BPC (2019)

Regiões	Sem BF	Com PBF	Total	Até R\$ 89,00	Entre R\$ 85,00 – R\$ 178,00	Entre 178,00 -1/2 SM	Acima 1/2 SM	Situação Rua CECAD (2019)	Beneficiários BPC
Sem registro	55	5	60	10	1	9	40	--	4.424
Centro	1489	338	1827	543	8	202	1074	108	657
Centro Sul	2101	381	2482	524	49	490	1419	7	665
Cristal	354	115	469	153	4	66	246	1	121
Cruzeiro	985	345	1330	431	11	138	750	7	279
Eixo Baltazar	2071	404	2475	528	33	449	1465	3	579
Extremo Sul	913	272	1185	388	17	160	620	4	329
Glória	741	196	937	267	11	170	489	2	239
Humaitá Navegantes	819	142	961	196	31	214	520	34	226
Ilhas	198	64	262	71	7	39	145	0	60
Leste	2219	377	2596	483	82	577	1454	9	615
Lomba do Pinheiro	1404	320	1724	462	31	374	857	2	408
Nordeste	624	143	767	181	17	172	397	1	150
Noroeste	1066	94	1160	133	27	179	821	4	308
Norte	2097	377	2474	477	60	527	1410	5	576
Partenon	1939	321	2260	453	64	450	1293	6	589
Restinga	1691	474	2165	644	20	300	1201	3	425
Sul	1430	261	1691	339	37	311	1004	1	423
TOTAL	22.196	4.629	26.825	6.283	510	4.827	15.205	197	11073

Fonte: CECAD (Setembro/2019), BPC (Nov/2019).

Utilizando os dados do número de idosos inscritos no CECAD em setembro/ 2019 tem-se um total de 26.825 indivíduos. Esse total representa 11,13% do total de indivíduos cadastrados no CECAD. Do total de 125.934 beneficiários do PBF, 21,3% é formado por indivíduos com mais de 60 anos.

Dentre as 17 ROPs identifica-se que as regiões Leste (2219), Centro Sul (2104), Norte (2097), Eixo Baltazar (2071) e Norte (2097) apresentam o maior número de indivíduos inscritos no CECAD. Quanto aos indivíduos beneficiários do PBF as regiões Restinga (375), Eixo Baltazar (321), Norte (309) e Leste (300) ocupam as quatro primeiras posições.

A renda da população idosa cadastrada com renda até R\$ 89,00 representa 23,42% dos idosos inscritos, 1,9% entre R\$ 85,00 e R\$ 178,00, 18% entre R\$ 178,00 e ½ salário mínimo e 56,68% acima de 1/2 salário mínimo. A região que concentra o maior número de pessoas com renda inferior a R\$ 89,00 é a Restinga (644), Centro (543), Eixo Baltazar (528) e Centro Sul (524). Embora todas as regiões tenham pessoas nessa faixa de renda.

O total de idosos em situação de rua no CECAD é de 197 indivíduos inscritos, sendo que as regiões Centro (108) e Humaitá Navegantes (34) seguem a tendência de indivíduos em situação de rua. Os dados de atendimento de 2019 dos três Centros Pop (220 vagas/dia), localizados na região Centro e Humaitá Navegantes mostraram que em 2019 foram atendidos 740 idosos na rede. Esse total de idosos atendidos é superior à população cadastrada em situação de rua. Porém o número de inscritos está distribuído entre 16 regiões da cidade e apenas duas contam (Centro, Humaitá-Navegantes) com essa retaguarda de atendimento.

Os idosos beneficiários do BPC se localizam em maior número nas Regiões Centro Sul (665), Centro (657), Leste (615) e Partenon (576) e estão presentes na totalidade das 17 regiões.

Os apontamentos dos diagnósticos com relação à temática do idoso chamaram a atenção para o crescimento das demandas deste grupo etário na rede de serviços. Parte dos estudos diagnósticos atribuem ao crescimento da população de idosos no território (Leste, Sul), as condições de isolamento, pobreza e abandono que muitos se encontram (Centro Sul, Humaitá Navegantes, Centro, Partenon). Referem as dificuldades para inclusão desse grupo etário em espaços de convivência e serviços especializados como CDI e instituições de acolhimento (Cruzeiro, Gloria, Eixo Baltazar, Nordeste). A região Norte chama a atenção ainda, para a população idosa em situação de rua presente no território.

Os dados indicam a necessidade de proposição de políticas de proteção social no campo da política de assistência social, como o SCFV, Centro Dia, ILPIS, Grau III, Casas Lares e outras modalidades de atendimento a serem avaliadas, segundo as necessidades sociais de uma parte da população em situação de pobreza e extrema pobreza que está envelhecendo.

Com relação aos benefícios continuados à população idosa em Novembro/2019, o município contava com 11.073 indivíduos com mais de 65 anos beneficiários do BPC⁶. As regiões Centro Sul (665), Centro (657), Leste (615), Partenon (576) ocupam as quatro primeiras posições em relação ao número de beneficiários, sendo que todas as regiões têm beneficiárias.

⁶O BPC consiste na concessão de benefício em dinheiro por meio do pagamento de 1 salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou a pessoa com deficiência de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, cujas famílias possuam renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida, por sua família e que não recebam nenhum tipo de benefício previdenciário.

A maior cobertura do BPC em determinadas regiões representa a ampliação da proteção social estatal ao idoso. Essa população, contudo, dada as suas especificidades físicas e mentais necessita de política de proteção social básica e especializada de caráter continuado.

Um último aspecto a ser destacado em relação as pessoas idosas diz respeito à acessibilidade dos espaços públicos, como ruas e serviços públicos. A dificuldade de locomoção está presente no cotidiano destes indivíduos e se constitui em fator importante na ampliação da capacidade de acesso, de tais grupos, à rede de serviços.

4.4 Pessoas com Deficiência – PCDs

As pessoas podem ter deficiências⁷, de acordo com definições legais e médicas, que podem ser auditivas, visuais, físicas e mentais. Elas não se definem, contudo, apenas por essa dimensão da sua constituição física e mental, mas também dos significados particulares que essa deficiência assume em contextos sócio-históricos e culturais distintos. Nessa perspectiva, a legislação e os entendimentos sobre a deficiência e suas múltiplas expressões vêm se modificando para acompanhar as mudanças científicas e sociais sobre o tema.

O estado brasileiro a partir da Constituição de 1988 reconheceu os direitos da proteção social às pessoas com deficiência. A partir da década de 1990, foram aprovadas legislações de proteção às pessoas com deficiência, ao mesmo tempo, que o Estado passou a estabelecer formas de atendimento para esses grupos, agora sob a égide das novas legislações sociais. As políticas de saúde, educação, assistência social, dentre outras, foram instadas a propor e desenvolver serviços, projetos que criassem mecanismos de cuidado e proteção aos sujeitos.

Como parte desse reconhecimento, o Benefício de Prestação Continuada é garantido na Constituição Federal às pessoas com deficiência.

A cidade conta com 13.903 indivíduos beneficiários do BPC e as regiões que concentram os maiores números de inscritos são Partenon (1032), Leste (962), Restinga (793), Norte (756) e Lomba do Pinheiro (724). Todas as demais regiões possuem beneficiários.

Assim como os Idosos beneficiários do BPC, a cobertura de um salário mínimo mensal é fundamental na função de cuidado aos indivíduos, devido as suas especificidades físicas e mentais. É um apoio importante aos familiares responsáveis pelo cuidado e contribuem para ingresso em muitas instituições de acolhimento.

Assim como os idosos, cabe destacar a questão do acesso aos espaços públicos pela população com deficiências físicas. O transporte coletivo, as ruas e calçadas, a sinalização é

⁷ Dessa forma, a abordagem da deficiência evoluiu do modelo médico – que considerava somente a patologia física e o sintoma associado que dava origem a uma incapacidade – para um sistema como a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF, divulgada pela Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO) em 2001, que entende a incapacidade como um resultado tanto da limitação das funções e estruturas do corpo quanto da influência de fatores sociais e ambientais sobre essa limitação. – Fonte IBGE.

precária ou inexistente. A rede de serviços socioassistenciais não está equipada em termos de estrutura física às necessidades de mobilidade e acessibilidade destes grupos.

A Região Nordeste (2019) chama a atenção para a dificuldade de inserção das pessoas com deficiência no SCFV, devido à indisponibilidade de espaços acessíveis e pessoal especializado.

A questão da cobertura de benefícios sociais à população com deficiência e à população inscrita no CECAD (2019) dá um indicativo da cobertura de benefícios a tais grupos. Cabe destacar que nem todos os inscritos no CECAD cumprem os critérios para recebimento do BPC.

Tabela IX – Pessoas inscritas no CECAD com alguma deficiência e Beneficiárias do BPC conforme Região do Orçamento Participativo (2019):

Região OP	Possui alguma deficiência (CECAD, Set/2019)	Beneficiários do BPC (2019)
Sem registro	345	4826
Centro	2.043	470
Centro Sul	2.009	728
Cristal	466	216
Cruzeiro	1.228	444
Eixo Baltazar	2.328	743
Extremo Sul	971	452
Glória	631	326
Humaitá Navegantes	1.131	348
Ilhas	228	86
Leste	2.794	962
Lomba do Pinheiro	1.418	724
Nordeste	930	351
Noroeste	670	208
Norte	2.457	756
Partenon	2.409	1032
Restinga	2.740	793
Sul	1.287	438
Total	25.840	13.903

Fonte: CECAD (Setembro/2019)

Os dados mostram que o maior número de beneficiários do BPC não teve a região identificada por problemas no cadastro. Dentre os pcds identificados de acordo com as regiões de moradia é possível identificar que as regiões Partenon (1032), Leste (962), Restinga (793), Norte (756), Eixo Baltazar (743), Centro Sul (728) e Lomba do Pinheiro (724) concentram os maiores números de beneficiários. São indicadores importantes para pensar a capacidade da rede socioassistencial em acompanhar tais indivíduos. E da capacidade de busca ativa instalada para identificação de outros possíveis beneficiários invisibilizados pela condição de isolamento social e acesso precário aos serviços.

4.5 Povos tradicionais e Grupos Sociais Específicos:

O Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Essa normativa definiu o que são povos e comunidades tradicionais no âmbito da PNPCT:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto nº 6.040, 07/02/2007).

Na cidade de Porto Alegre há uma diversidade étnica e racial. A população da cidade é formada por brancos, negros, indígenas, pardos, amarelos. Os dados sobre tais grupos sociais foram sistematizados do CECAD. É possível identificar, dentre os grupos, a presença de ciganos, indígenas, migrantes de diferentes países, ribeirinhos e pescadores.

A seguir apresentamos a tabela dos Povos Tradicionais e Grupos Sociais Específicos inscritos no CECAD referenciados ao CRAS.

Tabela X - Povos Tradicionais e Grupos Sociais Específicos vinculados ao CRAS no CECAD (2019):

CRAS	Migrantes	Catadores de Material Reciclado	Quilombolas	Indígenas	Pescadores Artesanais	Ribeirinhos	Ciganos	Pertencentes à Comunidade de Terreiro	Agricultores	Assentados da Reforma Agrária	Acampados	Atingidos por Empreendimentos de Infraestrutura
Sem registro	68	14				2						
CRAS AMPLIADO CENTRO SUL	82	106	2	17					7		3	2
CRAS AMPLIADO GLORIA	79	57	141	2								
CRAS AMPLIADO LOMBA DO PINHEIRO	98	59	7	231		1			5		7	
CRAS AMPLIADO NOROESTE	73	109	4	2		8			2			
CRAS AMPLIADO NORTE	111	28			4				3			
CRAS AMPLIADO RESTINGA	64	60									3	
CRAS CENTRO	169	217	185	3	4		1		1	1	1	
CRAS CRISTAL	87	31	11	1							5	
CRAS CRUZEIRO	89	147		7					2			

CRAS EIXO BALTAZAR BARBARA MAIX	214	28	1	6							1	
CRAS EXTREMO SUL	58	35	2	108	12	8			8			
CRAS FARRAPOS	87	493	2			9						20
CRAS HIPICA	39	8										
CRAS ILHAS	6	240		1	103	356		1				6
CRAS LESTE	46	71	38	1		2						
CRAS LESTE II	29	35		1								
CRAS NORDESTE	34	17		29		4			2		2	
CRAS PARTENON	130	114	2	3	4	3		1				3
CRAS QUINTA UNIDADE	37	11		4	2	3						
CRAS SANTA ROSA	366	97	3				3		3			
CRAS SUL	56	72		109		2						
CRAS TIMBAUVA	27	19										
TOTAL	2049	2068	398	525	129	398	4	2	33	1	22	31

Fonte: CECAD Setembro 2019

A análise do perfil de famílias e indivíduos inscritos no CECAD e referenciados aos CRAS também traz elementos importantes para identificar as características da população que reside nos territórios de abrangência dos serviços. O maior número de inscritos no CECAD são os migrantes (2049) e os catadores de materiais recicláveis (2068), indicando grupos sociais em situação de vulnerabilidade, devido pertencimento étnico e renda.

Os catadores de material reciclável estão referenciados na totalidade dos serviços, contudo, as regiões Humaitá Navegantes (493), Ilhas (240) e Centro (217) apresentam o maior número de catadores presentes nestes territórios. Na região Ilhas se encontram ainda, os pescadores artesanais (103), Ribeirinhos (356) e atingidos por empreendimentos de infraestrutura (6). De acordo com o diagnóstico da região Humaitá Navegantes, parte das famílias atingidas pelas obras de infraestrutura se deslocou das Ilhas para a Região.

Os pescadores em 7 dos 22 serviços, sendo os maiores grupos na região Ilhas (101) e Extremo Sul (15). A população Ribeirinha foi identificada em 9 CRAS, sendo 296 na Região Ilhas. Os povos de Terreiros foram identificados em 7 regiões com maior número de inscritos na Região Restinga (97) e Partenon (35). Os atingidos por empreendimentos de infraestrutura estão referenciados em 6 CRAS, sendo 20 no CRAS Farrapos, provavelmente deslocados da Região Ilhas em função da construção da ponte sobre o Rio Guaíba e 65 provenientes das Vilas Nazareth e Dique, em virtude das obras de ampliação do Aeroporto.

O monitoramento do atendimento aos povos indígenas e comunidades de quilombos é realizado pela Coordenação de Proteção Social Básica – PSB da FASC. Os encontros são realizados com os CRAS que atendem tais grupos sociais (CRAS Nordeste, CRAS Sul, CRAS Lomba do Pinheiro, CRAS Extremo Sul). O Grupo tem representação dos CRAS, da Coordenação da Proteção Social Especial - PSE e Coordenação de Gestão de Benefícios e Cadastro Único – CGBCAD. Possui também representação da Coordenadoria dos Povos Indígenas e Direitos Específicos – CPIDE, da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR e da Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

Dentre os povos e grupos sociais específicos foram trazidas nos estudos diagnósticos, temáticas relacionadas à população negra, indígenas, quilombolas e migrantes, que serão a seguir apresentados.

4.6 População negra

De acordo com o Censo IBGE (2010) 79,23% da população do município de Porto Alegre se declararam branca e 20,24% negra. A comparação com os dados do número de inscritos no CECAD (2019) mostra que 19,96% dos inscritos no Cadastro Único se autodeclararam negros.

Cabe retomar que em 2008, a UFRGS foi contratada pela FASC para realização de um estudo quantiquantitativo da população afro-brasileira cadastrada no banco de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO). A definição de raça no Cadastro Único parte da auto identificação do indivíduo, no momento do cadastro.

Dentre as informações e análises apontadas na pesquisa a relação entre territórios com população negra e situação de renda apontava que em 2008, as regiões com os maiores números de indivíduos nessa situação eram a Leste, Lomba do Pinheiro, Partenon, Restinga, Cruzeiro e Eixo

Baltazar. Nessas regiões, focaram-se bairros com expressivo percentual populacional afro brasileiro em situação de baixa renda: Bom Jesus, Lomba do Pinheiro, Partenon, Restinga, Santa Tereza e Rubem Berta⁸. A partir desse recorte buscaram, ainda, as vilas representativas, tanto em termo de população reconhecidamente afro brasileiro-negra, como também considerada pontos críticos de pobreza no município de Porto Alegre: Vila Mato Sampaio (Bom Jesus), Vila MAPA (Lomba do Pinheiro), Vila Maria da Conceição (Partenon), Restinga Nova (Restinga), Vila Cruzeiro (Santa Tereza), Vila Santa Rosa (Rubem Berta), entre outros locais bastante importantes para a realização do estudo.

Tabela XI - Percentual da População Negra em relação ao Total da população residente (2010) e Raça de acordo com autodeclarados no CECAD (2019) por Região do Orçamento Participativo

Região OP	Indicador (2010)	Valor Absoluto	Indivíduos autodeclarados NEGROS (CECAD 2019)	Indivíduos autodeclarados BRANCOS (CECAD 2019)	Indivíduos autodeclarados AMARELOS (CECAD 2019)	Indivíduos autodeclarados PARDOS (CECAD 2019)	Indivíduos autodeclarados INDÍGENAS (CECAD 2019)
Porto Alegre	20,24	295060	48513	144835	839	45106	1560
Região não definida	-	-	64	227	1	54	2
Centro	7,23	20011	1878	6632	42	1870	89
Centro Sul	20,73	22985	3614	12572	66	3627	83
Cristal	18,68	5168	1003	3115	17	929	22
Cruzeiro	31,59	30661	3823	8502	96	3266	136
Eixo Baltazar	23,86	23964	4840	12130	85	3236	67
Extremo Sul	15,77	5499	904	8830	22	1479	151
Glória	27,19	11497	1911	6770	82	1762	35
Humaitá Navegantes	20,82	9095	1616	5610	38	2594	60
Ilhas	20,91	1742	208	2812	11	500	16
Leste	26,6	30403	5327	12170	52	4738	117

⁸ O estudo realizou entrevistas qualitativas com 500 pessoas em 6 bairros do município, e uma segunda parte, voltou-se ao caráter quantitativo acerca da caracterização e identificação socioeconômica, sócio racial e de acesso aos equipamentos sociais por parte da população afro brasileira de Porto Alegre.

Lomba do Pinheiro	32,05	19969	3802	10684	35	3822	286
Nordeste	38,62	14381	2130	5019	35	1763	76
Noroeste	7,35	9620	567	3200	10	498	11
Norte	22,81	20840	3841	12884	52	3384	82
Partenon	28,49	33879	4951	10338	61	4382	62
Restinga	38,5	23382	6311	13677	100	5248	79
Sul	14,36	11964	1723	9663	34	1954	186

Fonte: CECAD Setembro 2019

Os dados do Cadastro único a partir do recorte de raça e renda, em 2008, ao ser comparado com o número de negros inscritos em Setembro de 2019, mostra que as regiões anteriormente identificadas permanecem entre os territórios com presença negra. São elas: regiões Restinga (6.311), Leste (5.237), Partenon (4.951), Cruzeiro (3.823), Eixo Baltazar (4.840).

Os dados indicam que do total de 240.853 indivíduos que declararam a raça no CECAD, 20,14% se autodeclara negra. Se somarmos os pardos esse percentual passa para 38,86% dos inscritos. O dado é significativo, pois parte importante dessa população negra tem perfil para atendimento na rede socioassistencial do município. Considerando que o dado foi coletado dentre indivíduos cujo limite de renda é de 3 salários mínimos, temos dentro dessa faixa de renda, dentre os inscritos, quase 40% de população negra ou parda. Identifica-se nos dados uma relação entre classe social e raça, que deve ser aprofundada quanto às dinâmicas raciais presentes na cidade de Porto Alegre.

O impacto das relações raciais pode ser visto nas questões trazidas pelos estudos diagnósticos em relação à violência contra jovens negros por meio das abordagens policiais e pelo tráfico de drogas. Como pode ser identificada no diagnóstico da região Leste (2019):

“(…) Registra-se a violência policial perpetrada contra as minorias (jovens negros da comunidade). Os jovens que participaram da construção deste diagnóstico relatam que não é somente nas escolas que percebem o preconceito; nas abordagens policiais relatam muita agressividade e falta de respeito. Relatam que por viverem em uma comunidade que sofre com a violência, acabam sendo expostos demasiadamente a situações de risco, diante das invasões em suas casas e abordagens nas ruas, com atitudes desnecessárias”.

Dentre as questões destacadas pelos jovens participantes do Projovem foi relatado que as “pessoas negras sofrem com racismo e preconceitos, nos ataques da polícia”. Na visão dos jovens, “os jovens e homens negros sofrem mais devido aos estereótipos que a sociedade faz e mulheres sofrem assédio nas ruas, principalmente a noite devido à má iluminação e pouco movimento em determinados lugares” (Diagnóstico 2019).

A região Restinga destaca que a população negra representa 38,5% da população da região, enquanto no município esse percentual é de 20,24%. O Atlas Nacional da Violência (2019) explicita

o risco de morte entre jovens negros, devido à desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil. Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram de indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%. Analisando apenas a variação no último ano (2017), enquanto a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2%. Em resumo, constatamos em mais uma edição do Atlas da Violência a continuidade do processo de profunda desigualdade racial no país, ainda que reconheçamos que esse processo se manifesta de formas distintas, caracterizando cenários estaduais e regionais muito diversos sobre o mesmo fenômeno. Portanto, pelo que descrevemos aqui, fica evidente a necessidade de que políticas públicas de segurança e garantia de direitos devam, necessariamente, levar em conta tais diversidades, para que possam melhor focalizar seu público-alvo, de forma a promover mais segurança aos grupos sociais mais vulneráveis.

Outro dado preocupante se refere à escolaridade entre jovens negros. Com base nos dados do Censo 2010, verifica-se que o município possui 24.354 jovens de 15 a 17 anos fora do ensino médio. Entre esses jovens, 38,2% são negros.

Os dados de violência contra a mulher também ilustram a desigualdade racial entre mulheres negras e não negras vítimas de homicídio. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda maior, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo. A desigualdade racial é identificada também quando se verifica a proporção de mulheres negras entre as vítimas da violência letal: 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017. O crescimento muito superior da violência letal entre mulheres negras em comparação com as não negras evidencia a enorme dificuldade que o Estado brasileiro tem de garantir a universalidade de suas políticas públicas (Atlas da Violência, 2019).

As Regiões Centro Sul e Eixo Baltazar chamaram a atenção para o número de jovens negras grávidas e o abandono escolar. Há nessa temática uma questão relacional entre raça, classe social e gênero. E, por fim, a identificação dentre os diagnósticos das regiões Partenon e Norte quanto a maior presença de homens negros dentre a população em situação de rua.

O acesso precário aos serviços pelas condições sociais e de renda da população negra articulado ao preconceito e discriminação contribuem para uma intensificação das situações de risco aos quais está exposta seja pela violência, pela discriminação, pela pobreza.

Embora o racismo seja tipificado como crime na Constituição Federal de 1988,⁹ não foi a alteração do seu estatuto jurídico, que extinguiu séculos de preconceito e dominação, expressos nos indicadores de desigualdade social e racial do país. O preconceito social perpassa as relações sociais brasileiras em suas várias dimensões com reflexos nas relações econômicas, políticas e sociais como mostram estudos, pesquisas e indicadores sociais de órgãos oficiais. Não se pretende afirmar que o racismo e o preconceito racial ocorram de forma homogênea, mas compreendê-los como parte das dinâmicas sociais em suas especificidades no contexto nacional ao local pode contribuir para a construção de políticas de proteção social a um segmento historicamente discriminado.

Por fim, a região Nordeste (2019) destaca uma questão extremamente relevante: o racismo institucional, na medida em que ele pode contribuir para o acirramento das desigualdades entre negros e não negros nos serviços públicos.

A temática exige um olhar aprofundado sobre a questão racial na política de assistência social e as dinâmicas discriminatórias que perpetuam situações de desigualdade e não reconhecimento da sua condição identitária. Um indicativo importante no trabalho social é o reconhecimento e valorização das expressões da cultura negra nos territórios. A temática, assim como as demais, traz à tona a reflexão sobre o trabalho social e as políticas públicas, especialmente a política de assistência social, no sentido de construir diálogos que permitam problematizar a questão racial no cotidiano dos serviços.

4.7 Povos Indígenas

Os povos indígenas dispõem de estatuto legal nos marcos normativos brasileiro. A lei Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 dispõe sobre o Estatuto do Índio.

I - Índio ou silvícola - É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional;

O Capítulo VII da Constituição art. 231 e 232 dispõe sobre o reconhecimento das terras indígenas e o Decreto Nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996 dispõe sobre o procedimento para demarcação das terras indígenas. A Constituição Federal de 1988 reconhece os indígenas como cidadãos diferenciados e o dever do Estado brasileiro de “respeitar a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários das terras que originalmente ocupam” (art. 231).

De acordo com o Caderno Trabalho Social com Famílias Indígenas na Proteção Social Básica (2017) “a expressão “povos indígenas” é utilizada para se referir a uma grande diversidade de grupos sociais do território brasileiro. A palavra “índio” resulta do equívoco dos primeiros colonizadores, que acreditavam ter desembarcado na Índia em virtude das semelhanças físicas (cabelo, cor de pele) entre nossos nativos e os habitantes daquele país asiático” (p.12).

⁹ A lei nº 7.716/89 é a Lei do Crime de Racismo. Aprovada em 1989, definiu o que caracteriza o racismo: atos que resultem de preconceitos de raça, cor ou etnia. Também é chamada de Lei Caó, em homenagem a Carlos Alberto Caó de Oliveira, o autor do projeto de lei e ativista pelos direitos do movimento negro no país

Destaca-se o critério da auto identificação pelo reconhecimento aos grupos originários, que constituem coletividades específicas e se distinguem da sociedade nacional dentro da qual estão inseridos. Nessa perspectiva, o modo mais adequado para se definir uma pessoa como indígena, parte dela reconhecer-se como “índio” ou pertencente a determinado Povo ou Etnia.

De acordo com o Censo realizado pela UFRGS em 2008, a cidade contava naquele período com a presença de Coletivos Indígenas das etnias Kaingang, Guarani e Charrua totalizando 609 indivíduos nos seguintes assentamentos indígenas.

O CECAD (setembro/2019) mostra 525 indivíduos cadastrados como pertencentes a etnia Kaingang, Guarani e Charrua. Eles estão presentes em 14 das 17 regiões da cidade. Contudo, estão em maior número nas regiões Lomba do Pinheiro (231 pessoas), Extremo Sul (108 pessoas), Sul (109) e Nordeste (29).

Quadro X – Assentamentos por Etnia, Região OP e Situação Fundiária

Assentamentos	Etnia	Região/ Localização	Região	Situação
Reserva Indígena	Kaingang		Lomba do Pinheiro	Reserva Indígena (Lei 6001, de 1973). Espaço adquirido pela PMPA em fevereiro 2003. 7 hectares.
Acampamento Kaingang da Agronomia	Kaingang	Agronomia.	Lomba do Pinheiro	Terra Indígena do tipo Área Dominial Indígena (Lei 6.001, de 1973).
Aldeia Kaingang	Kaingang	Morro do Osso	Sul	Presente desde abril 2004 no Parque Municipal de Porto Alegre.
Acampamento	Kaingang	Safira próximo ao Morro Santana.	Eixo Baltazar	Área de Invasão
Acampamento Kaingang	Kaingang	Protásio Alves ao pé do Morro Santana	Leste	Área de Invasão. Aguardam regularização do governo federal.
Aldeia Polidoro	Charrua	Localizada na Parada 38, na Estrada São Caetano, 2002.	Lomba do Pinheiro	8 hectares. Estão desde 2008 no local. Área regularizada.
Aldeia Verdadeira	Guarani	Parada 23.	Lomba do Pinheiro	Regularizada.
Acampamento do Lami	Guarani	Margens da Estrada do Varejão, entre Belém Novo e Lami.	Extremo Sul	Ocupação

Terra Indígena do Cantagalo – Aldeia Butiazal	Guarani	Localizada na divisa de Porto Alegre com o município de Viamão.	Extremo Sul	Reconhecida como Terra Indígena ratificada pela FUNAI em 1998. Em 2005 foi ampliada legalmente para 246 hectares.
Aldeia de Itapuã	Guarani	Cercanias do Parque Estadual de Itapuã	Extremo Sul	24 hectares cedidos pelo governo do RS.

Fonte: Pesquisa UFRGS (2008). Diagnósticos Socioterritoriais (2019)

Frente ao número expressivo de assentamentos indígenas nos territórios de abrangência dos CRAS Lomba do Pinheiro, Sul, Nordeste, Extremo Sul têm acompanhado os indivíduos por meio das lideranças e visitas aos territórios. São ofertados serviços e benefícios, como cesta básica, inscrição no CadÚnico e demais ofertas da política.

O Diagnóstico da Região Extremo Sul identificou em 2018 uma nova ocupação pela etnia Guarani na Região Extremo Sul em local denominado Ponta do Arado Velho, que se encontra em disputa judicial. Outra área em disputa pelos Kaingangs se refere à ocupação do Morro do Osso em 2004. Desde então, o assentamento vem sendo acompanhado pelo CRAS Sul.

O diagnóstico da Região Nordeste destaca a relevância do acompanhamento dos dois núcleos de famílias indígenas da etnia Kaingang, pelos quais o CRAS é a referência. Referindo a possibilidade da existência de “indígenas que não estejam inseridos nestes coletivos e que sejam antigos moradores da região cujo acesso aos atendimentos sociais tenham se dado na rede socioassistencial do território em instituições parceirizadas da Prefeitura Municipal” (Relatório Nordeste, 2019). Refere o caráter sazonal que orienta os deslocamentos dos indígenas a diferentes regiões do estado. Como explicitado no relato:

Além do acesso à transferência de renda e colheita sazonal produzida no estado (por exemplo, a colheita da uva) trabalham com a confecção de artesanato e coleta de chás e ervas, o que possibilita aos mesmos a comercialização em feiras e nos espaços disponibilizados pela Prefeitura Municipal a este fim (Relatório Nordeste, 2019).

O diagnóstico da região também apresenta as ações da assistência social com a população, como a inscrição no Cadastro Único, a concessão de cestas básicas. Parte são beneficiários do PBF. Destacam que as cestas básicas do município, não tem regularidade e são insuficientes. E ressaltam a articulação com ações afirmativas entre a EMATER – ASCAR /RS – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e as lideranças dos coletivos, avaliado de forma positiva, pois tem contribuído para o acesso a alimentação e demais projetos específicos orientados e executados pela empresa.

A Região Lomba do Pinheiro é a região da cidade que concentra o maior número de assentamentos indígenas, com a presença das três etnias: Kaingang, Guarani e Charruas. Essa diversidade é destacada no estudo da região. Como descrito a seguir:

“O trabalho social com famílias indígenas possui muitas particularidades. Enquanto técnicos sociais faz-se imprescindível considerar as diferenças culturais existentes para poder desenvolver

vínculo. Cada uma das etnias - Mbya Guarani, Kaingang e Charrua - possui uma cultura própria. A língua, os hábitos alimentares, as crenças, o modo de organização da vida na aldeia, a relação com a terra e os plantios é diferente em cada uma das etnias. Conhecer as cosmovisões Guarani, Kaingang e Charrua, as três etnias encontradas na Lomba do Pinheiro, é um processo que vai se fazendo no caminhar da construção do trabalho e, provavelmente, não existe um ponto em que se entenda completamente, pois há elementos que nos foge a compreensão não indígena. Manter o olhar sensível para a diferença e para a escuta de uma ferida histórica do nosso país é necessário para que esse encontro produza potência (Relatório Diagnóstico, 2019).

No território de abrangência do CRAS situam-se quatro comunidades indígenas de três etnias diferentes, ocupando cinco territórios distintos. Assim como na região Nordeste o número preciso de famílias é aproximado, devido aos fluxos migratórios.

Os Mbya Guaranis consideram-se como uma única família em todo o território nacional, além da Argentina e Uruguai. Constantemente tem famílias saindo e famílias chegando na aldeia, muitas vezes de um mês para o outro altera-se muito o número de famílias. Os Kaingang também mantêm fluxo migratório, porém menos intenso do que o dos Guaranis. Entre os Kaingang há um fluxo principalmente entre Porto Alegre/ Nonoai (RS). (Relatório Diagnóstico, 2019).

O trabalho social é desenvolvido no próprio território, nas aldeias com disponibilização de veículo pelo serviço, através de um técnico social e um entrevistador social para que eventuais situações de Cadastro Único possam ser resolvidas. O atendimento nos assentamentos se justifica segundo as equipes pela dificuldade de acesso ao CRAS, seja pelo transporte público, seja pela dificuldade com o idioma português.

Além das ações de cadastramento e atualização no Cadastro Único, as equipes do CRAS buscam estabelecer parcerias com outras instituições dentro e fora do território, como por exemplo, EMATER, Horta comunitária da Lomba do Pinheiro, Movimento Construindo Consciente, Unidade de povos indígenas e Direitos Específicos, Biblioteca Comunitária do Arvoredo, CPCA, Departamento Municipal de Água e Esgoto, Departamento Municipal de Limpeza Urbana.

Dentre as reflexões das equipes que participaram do estudo foi salientado que:

“A complexidade do trabalho com a população indígena faz com que pensar ações somente no que concerne unicamente a assistência social seja insuficiente para que se possa estabelecer um trabalho sensível e de qualidade e que, principalmente, faça sentido para os indígenas. Partimos de um conceito ampliado de proteção social básica, em que o CRAS se coloca como ponto de ancoragem para mobilização de outros atores implicados com a questão indígena, proporcionando o diálogo e a ação potencializadora entre sociedade civil e governamental” (Relatório Diagnóstico, 2019).

Acredita-se que tais reflexões são compartilhadas pelos trabalhadores sociais que atuam junto aos povos indígenas. O trabalho social em Porto Alegre tem buscando uma intervenção de respeito e reconhecimento aos povos indígenas, apesar das dificuldades estruturais com relação aos benefícios e serviços, há por parte dos trabalhadores um esforço para que tais grupos acessem os direitos sociais da política nos territórios.

4.8. Comunidades de Quilombos

Os direitos das comunidades quilombolas, como o título de propriedade e o acesso à terra foram garantidos pela Constituição Federal de 1988, por meio do Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias, que define:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988, p.189). A Constituição reconheceu juridicamente os quilombos como sujeitos coletivos de direitos.

A titulação dos territórios de comunidades de quilombos é normatizada pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A emissão da Certidão de Reconhecimento é emitida pela Fundação Cultural Palmares com a inclusão no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos. Após essa etapa, o Instituto Nacional da Reforma Agrária – INCRA realizará o procedimento administrativo de demarcação e titulação da área territorial.

Dados do governo brasileiro indicam que, hoje, existem 3.386 comunidades quilombolas distribuídos por todas as regiões do país¹⁰. O Rio Grande do Sul conta com 104 comunidades e, em Porto Alegre, com sete quilombos urbanos. São eles: Quilombo dos Alpes, Família Fidelix, Areal Luís Guaranha Quilombo Machado, Família Silva, Família Flores, Família Lemos. As comunidades se encontram em disputa pelos seus territórios, pois apenas o Quilombo da Família Silva está titulado. Abaixo a situação de cada quilombo da cidade:

Quadro XI – Quilombos e localização na cidade, inscritos no CECAD e Situação Fundiária

Região	Quilombo	Localização do território	Situação fundiária	Inscritos CECAD
Norte. Bairro Sarandi.	Machado	Localizado dentro da comunidade 7 de setembro, ao lado do supermercado Big da Av. Sertório, Zona Norte de Porto Alegre.	Tem certificado pela FCP. Em análise no INCRA, aguardando titulação.	05
Glória	Flores	Localizado na Rua Manduca Rodrigues, 283.	Tem certificado. Aguardando titulação.	141
	Alpes	Localizado no Morro dos Alpes ou Morro da Glória.	Tem certificado. Aguardando titulação.	

¹⁰ Comissão Pró Índio de São Paulo (2020).

Centro	Fidelix.	Localizado próximo ao Hospital Porto Alegre, na Rua Otto Ernest Maier.	Tem certificado. Aguardando titulação.	185
	Família Lemos	Localizado nos fundos do Asilo Padre Cacique.	Tem certidão de reconhecimento emitida pela FCP	
	Areal Luiz Guaranha	Localizado na Av. Baronesa do Gravataí é uma pequena comunidade de pequenas casas de alvenaria.	Foi certificado pelo PMPA. Não titulada pelo INCRA ¹¹ .	
Leste. Bairro Três Figueiras.	Família Silva	Localizado no Bairro Três Figueiras num dos bairros mais caros da cidade. A comunidade é familiar e vive em pequenas casas de madeira ou alvenaria.	Titulado.	38
Todas as demais 13 regiões da cidade.	----	Pessoas de diferentes bairros se auto identificam como quilombolas.	---	31
Total				398

Fonte: Diagnósticos Socioterritoriais (2019). Pesquisa UFRGS (2008). CECAD (Set/2019).

Desde a última pesquisa realizada pela UFRGS (2008) não houve estudos etnográficos ou censitários para identificação da população de quilombolas na cidade. O número de inscritos no CECAD é uma referência para atualização dos dados. Em 2019 havia 398 indivíduos inscritos no CECAD que se autointitulavam quilombolas. O maior número de cadastros está localizado nas regiões Centro (185), Glória (141) e Leste (38). Os demais inscritos estão distribuídos entre as regiões Centro Sul (2), Lomba do Pinheiro (7), Noroeste (4), Cristal (11), Eixo Baltazar (1), Extremo Sul (2), Humaitá Navegantes (2) e Partenon (2).

Em 2008, a cidade contava com 4 comunidades em processo de reconhecimento e titulação dos territórios de quilombos, conforme identificado na pesquisa realizada pela UFRGS no período. Foram identificadas as comunidades Silva, Alpes, Areal e Fidelix com um total de 172 famílias e 633 pessoas. Em 2020 o número de comunidades se ampliou.

Das sete comunidades mapeadas na cidade de Porto Alegre, foi identificada nos estudos a presença das comunidades Alpes, Fidelix, Areal Luiz Guaranha e Silva. A comunidade Lemos foi identificada pelo CRAS em 2018/2019. As demais Famílias Machado (Norte) e Flores (Glória) não foram referidas nos estudos das regiões, contudo, constam indivíduos autoidentificados dentre os inscritos no CECAD (2020) nas regiões Norte e Glória, embora esta já acompanhe uma comunidade

¹¹ Fonte Jornal do Comércio. Igor Natusch, 21/11/2018.

anteriormente mapeada pela gestão da política de assistência. A questão deve ser retomada pois pode indicar invisibilidade dessa população na rede socioassistencial.

Outro aspecto a ser destacado revela que das sete comunidades apenas a Família Silva tem o título de propriedade da terra, as demais foram certificadas pela Fundação Palmares, mas aguardam a titulação pelo INCRA.

Com relação às ofertas da política de assistência social, de acordo com os relatos dos estudos, as comunidades são visitadas pelas equipes técnicas. Dentre as ações são realizadas inscrições no Cadastro Único, orientação sobre documentos, concessão de benefícios como cesta básica, passes assistenciais etc.

4.9. Migrantes e Refugiados

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)¹² estima que, pelo mundo, aproximadamente 60 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar. A instituição faz uma distinção entre o significado dos termos “refugiado” e “migrante”.

A agência da ONU tem verificado a presença de ambos os tipos de populações deslocadas. A maioria vem de nações afetadas pela guerra ou que são consideradas como de origem de “refugiados”. Entretanto, uma parte menor vem de outros lugares e, para muitas destas pessoas, a definição “migrante” seria mais apropriada. Diferenciam refugiados como aquelas pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições. De acordo com a agência, as situações de perigo e risco a vida do indivíduo exigem o estabelecimento de condições de apoio internacional imediato, passando a ser considerado um “refugiado”, reconhecido internacionalmente, com acesso à assistência dos Estados, do ACNUR e de outras organizações. O retorno ao país de origem os coloca em risco, a negação de asilo pode ter consequências fatais.

A ACNUR prevê a proteção dos refugiados o que significa “a garantia contra a devolução às ameaças das quais eles já fugiram e o acesso a procedimentos justos de asilo, além de medidas que garantam que seus direitos humanos básicos sejam respeitados a fim de permitir-lhes viver com segurança e dignidade e encontrar uma solução em longo prazo. São os Estados que possuem a responsabilidade primordial desta proteção”.

Os migrantes diferenciam-se dos refugiados, pois o deslocamento não se relaciona ao risco ou ameaça de morte ou perseguição, mas a busca de oportunidades de trabalho e educação ou procurando viver com parentes que moram fora do país de origem. Diferentemente dos refugiados, que não podem voltar ao seu país, os migrantes continuam recebendo a proteção do seu governo.

Para os governos, estas distinções são importantes. As nações tratam os migrantes de acordo com sua própria legislação e procedimentos em matéria de imigração, enquanto lidam com os refugiados segundo normas definidas a nível nacional e internacional.

¹² (<https://nacoesunidas.org/acnur-explica-significado-de-status-de-refugiado-e-migrante/>)

O Brasil é vinculado à Declaração de Cartagena, que ampliou o conceito de refugiado e passou a incluir pessoas que deixaram seus países porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas em decorrência de violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação massiva dos direitos humanos ou outras circunstâncias que perturbaram gravemente a ordem pública. “Com essa definição ampliada de refugiado, a América Latina assumiu posição de destaque em relação à proteção de direitos dos refugiados (Moreira, 2007),”

A seguir apresenta-se o número de migrantes inscritos no CECAD por Região do Orçamento Participativo.

Tabela XII – Indivíduos inscritos no CECAD – Migrantes e Registros nos Diagnósticos por Região do Orçamento Participativo (2019)

CRAS	Número de imigrantes cadastrados	Registros dos diagnósticos
Centro Sul	126	
Glória	52	
Lomba do Pinheiro	103	
Noroeste	58	
Norte	481	Haitianos e Venezuelanos. Países da África.
Restinga	94	---
Centro	164	Haitianos, Senegaleses e Venezuelanos. Bairro Floresta.
Cristal	69	
Cruzeiro	84	
Eixo Baltazar	285	Haitianos e Senegaleses. Passo das Pedras, COHAB e Rubem Berta.
Extremo Sul	63	
Humaitá Navegantes	106	
Ilhas	6	
Leste	90	
Nordeste	32	
Partenon	142	
Sul	94	
Total	2.049	

Fonte: CECAD (Setembro/2019).

O município contava com 2.049 indivíduos inscritos no CECAD (Setembro/2019) que declararam ter nascido em outro país inscritas no CECAD (Setembro/2019) em todas as regiões da cidade. As regiões com o maior número de inscritos Norte (481), Eixo Baltazar (285), Centro (164), Partenon (142) e Centro Sul.

De acordo com os dados do Cadastro Único (2020) os imigrantes de Porto Alegre são oriundos de vários países da Europa, América do Norte e Ásia. A maioria, porém, são oriundos da América Latina (Venezuela, Argentina e Uruguai) e Central (Haiti).

Segundo observado pelos trabalhadores das regiões Eixo Baltazar, Norte e Centro, parte dos atendimentos realizados nos serviços são voltadas aos haitianos e venezuelanos. Eles buscam informações sobre benefícios, inscrição no Cadastro Único e Renda no PBF.

A população de haitianos representa o maior número de migrantes da cidade. Eles estão presentes em maior número na região Norte, na Vila Santa Rosa e demais bairros da região e na Região Eixo Baltazar, nos Bairros Passo das Pedras e COHAB/Rubem Berta. Segundo observado pelo Diagnóstico da Região Eixo Baltazar quando foram alocados no Centro Vita, muitos se instalaram nos arredores e demais bairros e vilas da parte norte da cidade.

O diagnóstico da região Centro aponta a presença de haitianos no Bairro Floresta por meio do acesso aos serviços de CRAS e SAF da rede de proteção social básica. Eles também são identificados como usuários no Centro Pops e rede de Acolhimento na modalidade de Albergue. Parte dos migrantes haitianos se encontra em situação de rua.

De acordo com os diagnósticos muitos dos migrantes que buscam os serviços, especialmente os haitianos, moram em pensões e apartamentos, algumas vezes divididos com outros migrantes. Trabalham em atividades informais como venda de produtos, com vínculos e renda precária. Parte deles envia recursos para seus familiares nos países de origem.

A vinda dos migrantes venezuelanos para o Brasil de acordo com dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) tem se ampliado. O número de solicitações de refúgio era de 209 em 2014, 829 em 2015 e 3.375 em 2016. Segundo o ACNUR, entre 2014 e 2017 se somaram mais de 22 mil solicitações de refúgio de venezuelanos no Brasil.

Pesquisa realizada pelo Observatório das Migrações Internacionais – OBMIGRA em Boa Vista – Roraima (2017) mostrou que um percentual de 48,4% dos venezuelanos em Boa Vista, até outubro de 2017, não tinha utilizado qualquer serviço público. Outro dado relevante apresentado pela pesquisa é que parcela significativa da população venezuelana não indígena que atravessa a fronteira apresenta, majoritariamente, bom nível de escolaridade (78% possuem nível médio completo e 32% têm superior completo ou pós-graduação) e 60% desses indivíduos estavam, em 2017, empregados em alguma atividade remunerada e enviaram remessas para cônjuges e filhos na Venezuela.

A presença dos migrantes venezuelanos foi identificada nos diagnósticos das regiões Centro e Norte. Há uma percepção entre os serviços quanto ao aumento dessa população na rede de serviços socioassistenciais.

A temática da migração e refugiados é relativamente recente na cidade de Porto Alegre no âmbito da política de assistência social. Desde o último diagnóstico, realizado em 2015, ela não se apresentava como uma demanda em termos de benefícios e metodologias de atendimento, devido a questões específicas como a legislação, idioma, recursos disponíveis para o atendimento, dentre outros.

É um tema permanente de acompanhamento do GT dos Povos Tradicionais e Grupos Sociais Específicos da PSB, na medida em que envolve questões étnico-raciais. A população haitiana é negra e jovem. Trabalham no mercado informal e remetem parte de seus recursos para suas famílias no Haiti. No caso de outro grupo menor, os senegaleses, há a questão religiosa, parte deles é muçulmana.

Enfim, são questões que a serem pautadas em processos de reflexão do trabalho social no cotidiano dos serviços e formação dos profissionais.

4.10. Violências e Violações de Direitos

Além das condições sociais difíceis outros fatores intensificam as situações sociais de risco como violências e violações que atingirão os indivíduos de forma diversa, podendo em última instância, colocá-los em risco de morte.

O monitoramento das situações de risco e violações de direitos realizados mensalmente na rede de serviços socioassistenciais dos CRAS, CREAS e Centro Pop pelo Ministério da Cidadania busca estabelecer parâmetros de identificação para as equipes responsáveis pelo preenchimento do Registro Mensal de Atendimentos – RMA. Noções como família, infância, juventude, idoso, pcd, violências, dentre outras tem sido normatizada pelo conjunto de documentos do MC, buscando efetivar a implantação do SUAS pelos estados e municípios.

4.10.1. Abandono e Violências contra crianças e adolescentes e os dados de acompanhamento nos CREAS/ PAEFI

Na cidade de Porto Alegre no ano de 2019 foram inseridas no PAEFI um total de 810 famílias nos 9 CREAS. Destas, 326 eram beneficiárias do PBF, 262 tinham situação de violência/violação associada ao uso abusivo de SPA, 132 tinham crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, 98 tinham crianças acolhidas, 59 tinham membros familiares beneficiários do BPC e 19 tinham filhos adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. A tabela a seguir mostra a distribuição das crianças e adolescentes cujas situações de risco foram identificadas e se encontram em acompanhamento no PAEFI:

Tabela XIII – Violências e Violações identificadas dentre as crianças e adolescentes em acompanhamento nos 9 CREAS no PAEFI (2019)

CREAS	Violência intrafamiliar	Abuso Sexual	Negligência ou abandono	Total
Sul Centro Sul	21	11	32	64
Leste	4	11	11	26
Partenon	31	18	20	69
Centro Humaitá Navegantes	21	4	32	57
Norte Noroeste	18	7	52	77
Lomba do Pinheiro	28	17	22	67
Restinga Extremo Sul	22	20	43	85
Eixo Baltazar Nordeste	23	13	14	50
Gloria Cruzeiro Cristal	36	11	51	98
Total	204	112	277	593

fonte: RMA/MC (2019).

Do total de 593 crianças que ingressaram no PAEFI em 2019 foram identificadas 277 situações negligência e abandono (46,7%), 204 situações de violência intrafamiliar (física ou psicológica) (34,4%). Os dados mostram que as situações de negligência e abandono¹³ ocupam a primeira posição dentre as violações. De acordo com o Manual de Orientações do RMA ela se refere ao afastamento do grupo familiar ou exposição a vários tipos de perigos.

Os dados de atendimento explicitam as percepções das equipes dos serviços, que trouxeram as temáticas em muitas das regiões. A Região Eixo Baltazar destaca que as situações relacionadas à violência e negligência se constituem como os maiores motivos de ingresso no serviço. Na Região Humaitá Navegantes também é destacada o número elevado de famílias com tais situações.

As regiões Sul e Centro Sul salientam a ampliação das demandas de ingresso, devido a situações de abuso sexual e exploração sexual no período de 2016/2019.

¹³ O abandono se configura como uma das formas mais graves de negligência, sendo caracterizado pelo completo afastamento do grupo familiar, ficando a criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência, desamparada e exposta a várias formas de perigo, enquanto a violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. Não se restringe ao espaço físico onde a violência ocorre. (Manual de Orientações, MDS, 2018).

A percepção da ampliação de tais ocorrências nos territórios, conforme descritos nos estudos diagnósticos, sinaliza a necessidade de compreender como a violência incide nas dinâmicas comunitárias e familiares.

4.10.2 Acolhimento de Crianças e Adolescentes

A seguir apresentaremos os dados de perfil das crianças e adolescentes acolhidos no mês de abril de 2020 na rede socioassistencial parceirizada com a FASC e seus dois serviços públicos. A base de dados utilizada é o Cadastro de Crianças e Adolescentes – CADOL preenchido mensalmente pela rede de acolhimento de criança e adolescente e sistematizada pela Equipe da Vigilância Socioassistencial. Também apresentaremos os dados dos adolescentes acolhidos em outubro de 2019. A forma de organização dos dados não obedece a regionalização do Orçamento Participativo, pois o acolhimento não utiliza a lógica territorializada para acesso do usuário. Para fins de identificação entre os territórios e as regiões de origem das crianças e adolescentes acolhidos em abril (2020), apresentamos a tabela a seguir:

Tabela XIV – Das Regiões de Origem das Famílias das crianças e adolescentes acolhidos (2020)

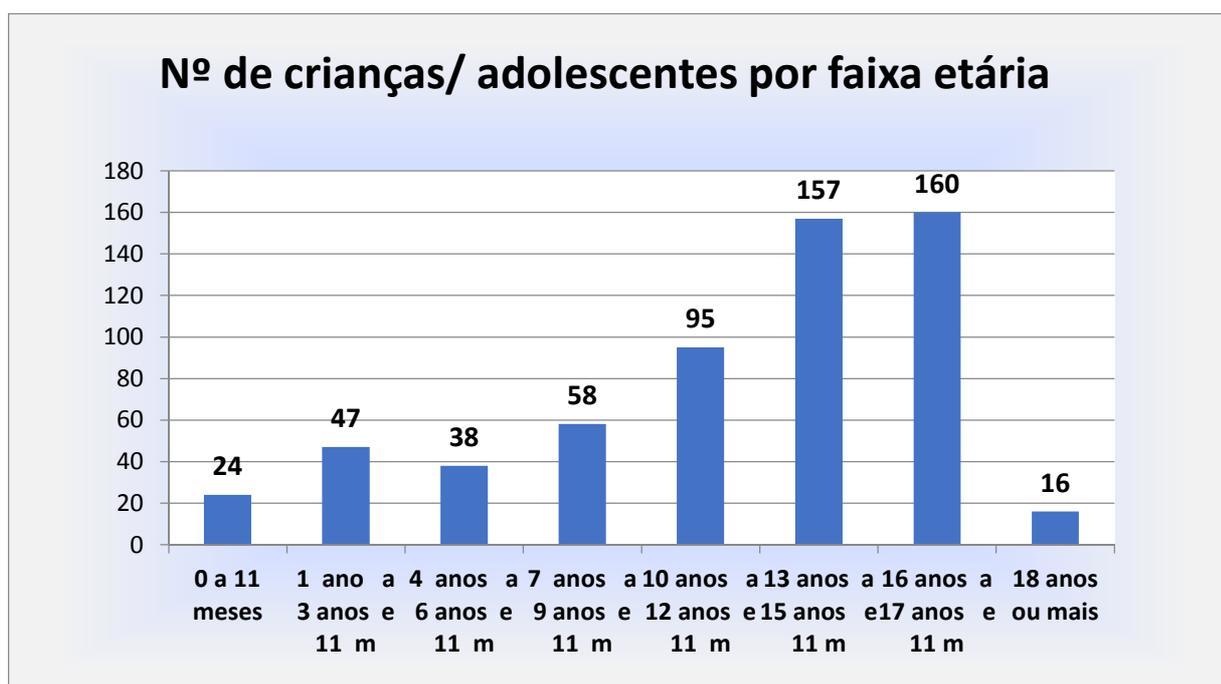
ROP DE ORIGEM DA FAMÍLIA	Nº de crianças/adolescentes
CENTRO	20
ILHAS	9
HUMAITA/NAVEGANTES	28
SUL	7
CENTRO SUL	38
GLÓRIA	26
CRUZEIRO	21
CRISTAL	14
EIXO BALTAZAR	33
NORDESTE	15
RESTINGA	95
EXTREMO SUL	13
NORTE	37
NOROESTE	5
PARTENON	54
LESTE	61
LOMBA DO PINHEIRO	49
NÃO INFORM/NÃO LOCAL.	46
OUTRA CIDADE	24
TOTAL	595

Fonte: CADOL (Abril/2020)

As Regiões Restinga (95), Leste (61), Partenon (54) e Lomba do Pinheiro (49) ocupam as quatro primeiras posições dentre as regiões de moradia das famílias. Os dados das regiões de origem das famílias das crianças e adolescentes acolhidos e aqueles identificados no processo de acompanhamento não remetem ao acolhimento de todos os indivíduos. Muitas das situações são identificadas e acompanhadas e não remetem ao acolhimento. A identificação dos territórios de origem busca problematizar a capacidade de cobertura da rede socioassistencial as suas situações de risco e que remetem ao acolhimento institucional das crianças e jovens.

Dentre os acolhidos na rede, o CADOL (2020) possui o total de 595 cadastros de crianças e adolescentes.

Gráfico I – Da faixa Etária dos Acolhidos (2020)



Fonte: CADOL (Abril/2020).

Do total de acolhidos as faixas etárias com maior representatividade se distribuem entre 16 aos 17 anos (160), 13 aos 15 anos (157), 10 aos 12 anos (95). Os adolescentes de 12 a 18 anos representam o maior universo etário dentre os acolhidos nos serviços.

Tabela XV – Do Gênero dos Acolhidos na rede (2020)

Gênero	Nº de crianças/ adolescentes
Feminino	271
Masculino	324
TOTAL	595

Fonte: CADOL (Abril/2020)

Dos indivíduos que declararam o pertencimento de gênero 324 são do sexo masculino e 271 do sexo feminino.

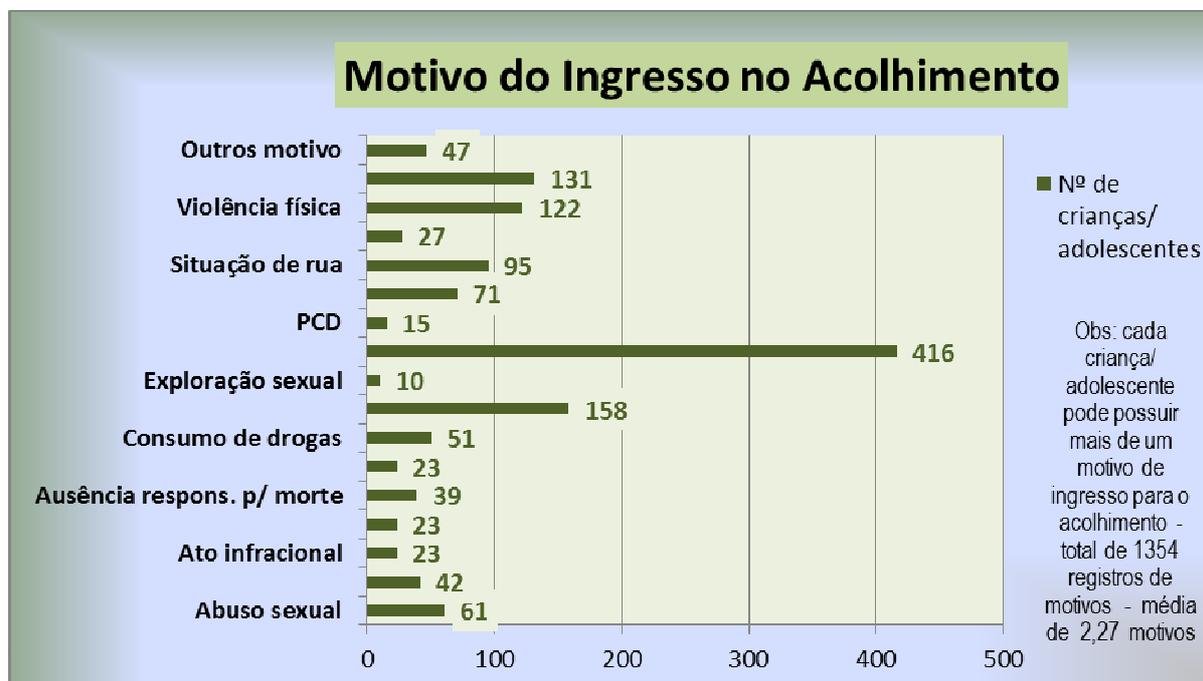
Tabela XVI – Da Raça dos Acolhidos na rede (2020):

Raça/Etnia	Nº de crianças/adolescentes
Negra	253
Branca	294
Indígena	5
Amarela	1
Não Informado	42
TOTAL	595

Fonte: CADOL (Abril/2020)

Dos acolhidos que declararam pertencimento de raça/etnia 294 se autodeclarou branco, 253 negros, 05 indígenas, 1 amarelo e 42 não informaram.

Gráfico II – Dos Motivos de Ingresso na Rede de Acolhimento (2020)



Fonte: CADOL (Abril/2020)

Dentre os motivos sistematizados no ingresso foram assinaladas 416 situações de negligência e abandono, 158 situações de consumo de drogas pelos responsáveis, 131 situações de violência psicológica e 122 situações envolvendo violência física. O abandono e a negligência e as

situações de violência física e psicológica residem dentre os principais motivos de ingresso da população acolhida na rede. Eles se assemelham aos dados identificados no acompanhamento das famílias no PAEFI.

As situações de abandono e negligência identificadas pelos serviços de CREAS e Acolhimento de criança e adolescente devem ser problematizadas como categorias centrais, pois são elas que têm motivado os acompanhamentos das famílias e dos acolhimentos. Embora um indivíduo possa ter mais de um motivo de ingresso assinalado, o abandono se configura como o motivo mais utilizado. Ela se destaca como um critério importante na priorização dos atendimentos.

O cruzamento dos motivos identificados como situação de rua (95) e trabalho infantil (27) totalizam 122 casos. As situações que envolvem a exploração sexual (10) e o abuso podem ou não estar relacionados, assim como podem ocorrer no âmbito familiar ou no território.

A análise da faixa etária dos ingressos e os motivos foram sistematizados tomando como referência o mês de outubro de 2019 na rede socioassistencial (CADOL, 2019).

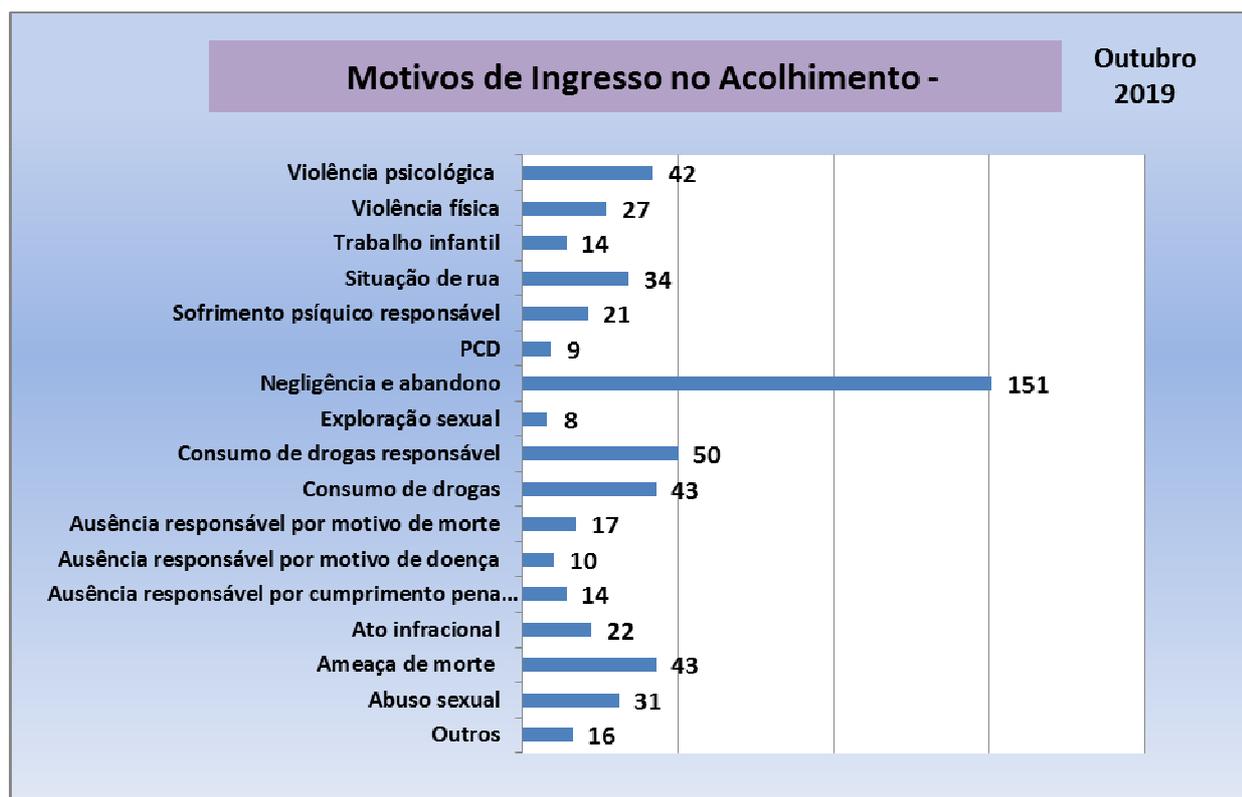
Tabela XVII - Motivos de Ingresso dos Adolescentes – 13 a 18 anos na rede de acolhimento (2019)

Motivos de ingresso	Nº
Total de crianças e adolescente em situação de acolhimento no mês de referência	590
Adolescentes de 13 a 18 anos em situação de acolhimento no mês de referência	329
Total de acolhidos que ingressaram já sendo adolescentes - 13 a 18 anos	222

Fonte: CADOL (Outubro, 2019)

Os dados mostram que do total de 590 acolhidos, em outubro de 2019, na rede de serviços, 329 tinham de 13 a 18 anos e 222 ingressaram na rede com essa mesma faixa etária. O número de jovens de 13 a 18 anos representa 55,76% da faixa etária dos acolhidos.

Gráfico III - Motivos de Ingresso no Acolhimento – Faixa Etária 13 a 18 anos (2019)



Se agruparmos os demais motivos de acolhimento por aproximações, conforme abaixo, chega-se a algumas questões importantes:

Tabela XVIII – Dos Tipos dos Motivos de Ingresso dos Adolescentes na Rede de Acolhimento (2019)

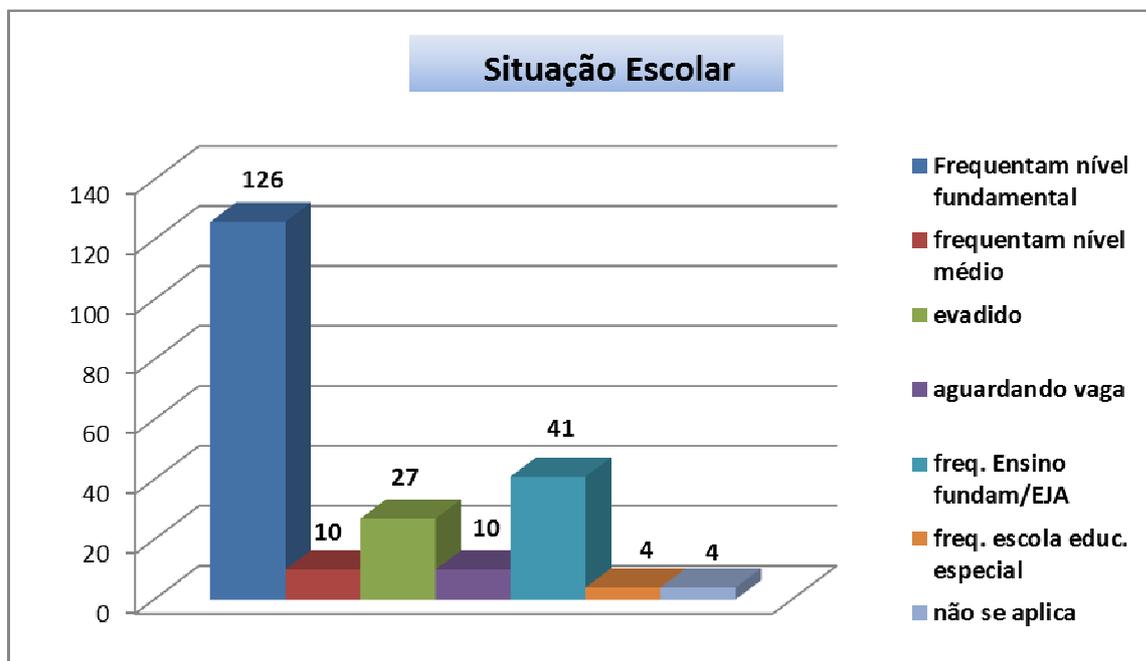
Motivo de Ingresso	Quantidade
Negligência e abandono	151
Consumo de drogas e Consumo de drogas do responsável	93
Violência física e psicológica	69
Ato infracional e Ameaça de Morte	65
Trabalho Infantil e Situação de Rua	48
Abuso Sexual e Exploração Sexual	39

Fonte: CADOL (Outubro, 2019)

A aproximação dos motivos de acolhimento dos adolescentes dá a dimensão das condições sociais dos jovens acolhidos. Os motivos devem ser compreendidos nos contextos dos territórios de

moradia dos jovens e problematiza a capacidade dos serviços em garantir a proteção social desse grupo social vulnerável pelo pertencimento etário. Os dados mostram que eles estão expostos às múltiplas expressões de violência nos territórios o que os leva ao acolhimento institucional.

Gráfico IV – Situação escolar dos Adolescentes Acolhidos (2019)



Do total de 222 jovens, que informaram os dados de escolaridade, 126 frequentam o nível fundamental, 41 frequentam o Ensino fundamental/EJA, 27 se encontram evadidos da escola, 10 aguardando vaga e 10 frequentando o ensino médio. Se somarmos os dados dos que frequentam o ensino fundamental regular e o EJA chegamos a um total de 167 jovens. O que representa 75,22% dos jovens de 13 a 18 anos acolhidos na rede. Os evadidos e aqueles que aguardam vagas na rede totaliza 37 ou 16,66% dos jovens.

4.10.3 Juventude:

A temática da juventude foi abordada a partir de relatos de violência (policial, urbana, tráfico de drogas), do uso de substâncias psicoativas, preconceito racial, baixa escolaridade e gravidez precoce.

Foi descrito também o perfil dos jovens que cumprem as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e seu envolvimento com o crime organizado (tráfico, roubo, receptação).

Dentre as regiões que problematizaram a questão da juventude e violência, a Eixo Baltazar destaca a disputa do tráfico pelos jovens com os serviços públicos. Também salientado pela Região Leste quanto ao “assédio pelo tráfico” junto aos adolescentes. A violência policial também foi trazida por determinadas regiões a partir do relato dos próprios jovens, que percebem “a violência e

a falta de respeito nas abordagens policiais” como situações de risco, na medida em que há o risco real de morte, mas também o preconceito implícito nas abordagens do aparato policial.

A tabela a seguir mostra os dados de acompanhamento dos 9 CREAS no ano de 2019 e os homicídios de jovens do sexo masculino e sexo masculino negros.

Tabela XIX – Jovens cumprindo Medidas Socioeducativas por ROP e Área de Abrangência dos 9 CREAS, Jovens Vítimas de Homicídio Masculino e Jovens Negros do Sexo Masculino (2019)

ROP/Cidade	CREAS	Jovens Cumprindo MSE (RMA 2019)	Homicídios Jovens Sexo Masculino (2012)		Homicídios Jovens Sexo Masculino Negros (2012)	
			Indicador %	Valor Absoluto	Indicador %	Valor Absoluto
Porto Alegre		6859	62,67	272	70,52	122
Sul	SCS	805	38,46	5	50	1
Centro Sul			80	24	75	9
Leste	Leste	938	63,83	30	64	16
Glória	GCC	871	78,26	18	69,23	9
Cruzeiro			68,57	24	81,25	13
Cristal			81,82	9	50	1
Partenon	Partenon	987	55,26	21	64,71	11
Centro	CHNI	1032	37,93	11	75	6
Humaitá Navegantes			31,25	5	40	2
Ilhas			66,67	2	0	0
Norte	NN	393	73,17	30	70	7
Noroeste			31,25	5	0	0
Lomba do Pinheiro	LP	385	70,37	19	81,82	9
Restinga	RES	836	78,57	22	84,62	11
Extremo Sul			42,86	3	66,67	2
Eixo Baltazar	EBN	612	63,33	19	80	12
Nordeste			54,55	6	66,67	4

Fonte: MC/RMA (2019). ObservaPOA (2012)

A coluna três mostra um total de 6859 adolescentes de 12 a 17 anos e 11 meses cumprindo medidas socioeducativas (RMA, 2019). Desse total as regiões Glória Cruzeiro Cristal (1037), Centro Humaitá Navegantes (1032), Partenon (987), Leste (938) ocupam as quatro primeiras posições em número de jovens acompanhados, embora estejam presentes em todos os serviços.

A comparação do número de jovens cumprindo medidas socioeducativas com o número de jovens vítimas de homicídio mostra as regiões Cristal, Centro Sul, Restinga, Glória e Norte como as regiões com as maiores taxas de homicídio. Se comparado ao dado do número de jovens mortos da raça negra as Regiões Restinga, Cruzeiro, Lomba e Centro Sul apresentam os piores indicadores.

A articulação entre dados de jovens cumprindo medidas socioeducativas e jovens vítimas de violência é um indicador importante para mensurar os riscos associados ao “mundo do crime”. No relato do estudo diagnóstico da Região Cristal foi descrito que a circulação dos jovens no território é impedida, devido aos riscos de conflitos entre facções diferentes nos bairros e vilas que compõem a região.

Dados da pesquisa realizada pelo MC (2018) revelam que no RS o tráfico (24908), o roubo (19089), o furto (13197) e o porte/uso de drogas (7391) ocupavam os primeiros quatro motivos, dentre os atos infracionais, cometidos pelos adolescentes cumprindo medida socioeducativa. Tais dados coadunam com os apontados pelos estudos diagnósticos dos territórios.

Dados do ObservaPoa (2012) do Município de Porto Alegre revelavam que 62,67% das mortes de jovens do sexo masculino, de 15 a 29 anos, ocorreram por homicídio. Apesar da defasagem do dado, naquele período já chamava a atenção os dados de homicídios de jovens negros do sexo masculino da Região Restinga em relação às demais regiões da cidade. Indicando que naquele ano o território já ostentava indicadores de violência juvenil preocupantes.

Os relatos de violência policial, outra forma de violência, também se relacionam à temática. Dados do Atlas da Violência (2019) sobre morte prematura de jovens (15 a 29 anos) por homicídio é um fenômeno que tem crescido no Brasil desde a década de 1980. Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos. Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos; tal quadro faz dos homicídios a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros em 2017.

As taxas por 100 mil habitantes jovens permitem a comparação da magnitude desse fenômeno nos diferentes estados do país. Em 2017, 15 UFs apresentaram taxas de homicídios de jovens acima da taxa nacional de 69,9 por 100 mil. A comparação entre os estados também evidencia a heterogeneidade do fenômeno entre as unidades federativas, com taxas variando de 18,5 até 152,3 para cada 100 mil habitantes jovens. Em 2017, os estados com as menores taxas de homicídios entre jovens foram São Paulo (18,5), Santa Catarina (30,2) e Piauí (38,9). Já as três taxas mais elevadas foram as dos estados de Rio Grande do Norte (152,3), Ceará (140,2) e Pernambuco (133,0).

A criminalidade violenta vem sendo fortemente relacionada ao sexo masculino e ao grupo etário dos jovens de 15 a 29 anos. Observando especificamente o grupo dos homens jovens, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes chega a 130,4 em 2017. Dos 35.783 jovens assassinados em

2017, 94,4% (33.772) eram do sexo masculino. Para todos os estados, quando é feito o recorte de homens jovens, a taxa de homicídios apresenta considerável elevação em relação à taxa geral de homicídios de jovens. Também neste caso verifica-se grande variação das taxas entre as diferentes UFs. Considerando-se apenas os jovens do sexo masculino, os três estados com maiores taxas foram Rio Grande do Norte (281,9), Ceará (262,6) e Pernambuco (255,4). Já as menores taxas são observadas em São Paulo (33,3), Santa Catarina (53,6) e Mato Grosso do Sul (72,3). No que se refere à evolução das taxas de homicídios de homens jovens no país, observou-se um aumento de 38,3% entre 2007 e 2017. No período mais recente, de 2016 a 2017, essa mesma taxa cresceu 6,4%.

Os dados aqui apresentados explicitam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios entre jovens, principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais. Observou-se aumento expressivo dos homicídios de jovens em diversas unidades da federação, as mesmas onde se verificou o crescimento da taxa geral de homicídios em 2017. Ao mesmo tempo, o grupo etário de 15 a 29 anos representou 54,5% do total de vítimas de homicídio naquele ano, embora represente apenas 24,6% da população total do país. A redução da violência letal entre jovens, dessa forma, é um importante quesito para a redução dos homicídios no Brasil.

Nesse ponto, é fundamental que se façam investimentos na juventude, por meio de políticas focalizadas nos territórios mais vulneráveis socioeconomicamente, de modo a garantir condições de desenvolvimento infanto-juvenil, acesso à educação, cultura e esportes, além de mecanismos para facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho.

A baixa escolaridade dos jovens, que evadem das escolas, assim como a baixa qualificação, torna difícil o acesso ao mercado formal de trabalho. Os dados mostram que parte dos jovens tem envolvimento com o crime organizado (tráfico de drogas) resultando no cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto ou fechado. Outra implicação desse envolvimento é a exposição a situações de violência extrema, resultando em morte. Os jovens negros se encontram em situação de maior risco, devido ao preconceito que perpassa as relações raciais da sociedade brasileira. O risco de criminalização de jovens, negros do sexo masculino expresso nas diferentes formas de discriminação e preconceito intensifica a desigualdade social, bem como, reduz suas expectativas de mobilidade social.

As disputas pelos jovens por parte do crime organizado (tráfico de drogas), da comunidade e dos serviços é uma preocupação permanente entre os atores dos territórios. Essa preocupação com o “futuro” dos jovens e da sua inclusão em políticas sociais é um debate presente desde a década de 1990 e 2000 nas favelas do Rio de Janeiro (Rocha, 2014). Para autora, “a imagem corrente das favelas como locus de pobreza e violência transfere para seus moradores o estigma de carentes e/ou perigosos. Entre os moradores de favelas, é possível que sejam os jovens aqueles que mais sentem o peso do estigma, por serem considerados a faixa etária mais inclinada a aderir a uma carreira criminosa” (p.320). Segundo ela, esse estigma impacta na garantia de seus direitos, a manutenção de suas rotinas e sua organização coletiva (Rocha, 2005 in Zaluar, 1985; Valladares, 2005; Silva e Leite, 2008; Birman

4.10.4 Trabalho Infantil

A política de enfrentamento ao trabalho infantil se orienta pelo Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2011). De acordo com o Plano é considerado trabalho infantil as diversas atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças e adolescentes em idade inferior a 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT o “trabalho infantil é ilegal e priva crianças e adolescentes de uma infância normal, impedindo-os não só de frequentar a escola e estudar normalmente, mas também de desenvolver de maneira saudável todas as suas capacidades e habilidades. Antes de tudo, o trabalho infantil é uma grave violação dos direitos humanos e dos direitos e princípios fundamentais no trabalho, representando uma das principais antíteses do trabalho decente.” Para a organização, o trabalho infantil é causa e efeito da pobreza e da ausência de oportunidades para desenvolver capacidades. Ele impacta o nível de desenvolvimento das nações e, muitas vezes, leva ao trabalho forçado na vida adulta.

A aproximação das categorias crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil são bastante fluídas na medida em que parte das crianças e jovens exercem atividades com suas famílias na rua, mas possuem moradia. Enquanto outras podem desenvolver atividades relacionadas ao trabalho e se encontrarem em situação de rua.

As duas pesquisas contratadas pela FASC para identificação da população de crianças e adolescentes em situação de rua em 2004 e 2016 realizada pela UFRGS. A categoria “crianças e adolescentes em situação de rua” foi tomada na pesquisa realizada a partir de seu caráter histórico, político com caráter diverso das experiências que recortam os usos e os sentidos do espaço da rua. Como destacado:

“Esse termo está, atualmente, legitimado como uma classificação instituída acerca de uma população plural que pode estar ocupando a rua de uma variedade de jeitos e formas, permanente, transitória ou intermitentemente. Além disso, o termo expressa uma consideração de que as crianças e adolescentes em situação de rua não apenas moram ou sobrevivem na rua, mas constituem formas de organização social e significados particulares para seus atos, criativamente adquirindo conhecimentos, novas formas de relacionamentos sociais e geração de renda. A potencial situacionalidade dessa experiência abre brechas para se pensar outras formas de vinculação social como família e comunidade, deslocando a centralidade do espaço social e simbólico da “rua” para outras possibilidades de pertencimento, como por exemplo, familiares e comunitárias. Essas formas de pertencimento podem estar circunstancialmente enfraquecidas, dando uma complexidade especial para a experiência de crianças e adolescentes em situação de rua. (Relatório de Pesquisa UFRGS, 2016, p. 9).

A definição do entendimento sobre “crianças e adolescentes em situação de rua” nos estudos diagnósticos pautou-se na identificação de situações onde os indivíduos de forma permanente, transitória ou intermitente usam a rua não apenas como moradia ou sobrevivência, mas sobretudo como espaço de organização social. Foram identificados indivíduos em situações de rua diversas, como em trabalho infantil, exercendo atividades como reciclagem, comércio, mendicância e, aquelas consideradas como as piores formas deste fenômeno. A Convenção 182 da OIT, define “na

utilização de crianças para fins de prostituição, produção de pornografia ou atuações pornográficas” e a “utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes” respectivamente de acordo com a referida convenção (alíneas b e c art. 3º).

Os dados do CREAS (2019) mostram que foram acompanhados 252 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e exploração sexual (15). Do total de crianças e adolescentes não se tem a informação se estão relacionadas às piores formas de trabalho infantil, enquanto a exploração sexual é identificada.

A tabela a seguir apresenta a população de até 15 anos e as diferentes formas de registro das situações de trabalho infantil e exploração sexual na gestão municipal da política. O CECAD identifica a situação de trabalho no momento do cadastro da família, a pesquisa realizada pela UFRGS em 2016 fez um censo da população de crianças e adolescentes, a planilha de monitoramento da Coordenação de Proteção Social Especial de Média Complexidade é preenchida com base nos dados dos serviços a partir da identificação dos indivíduos e o Registro Mensal de Atendimento – RMA de 2019 se refere às situações de trabalho infantil e exploração sexual identificadas pelo Serviço de Abordagem Social.

Tabela XX - População até 15 anos em situação de trabalho Infantil por CREAS, CECAD, PSEMC e RMA:

Região	CREAS	Trabalho Infantil – CECAD (2019)	Monitoramento da PSEMC (2020)	Identificação Serviço abordagem social – RMA 2019	Identificação serviço de abordagem social / exploração sexual (2019)
Centro	CHNI	9	125	837	2
Humaitá Navegantes		45			
Ilhas		7			
Centro Sul	SCS	20	65	40	2
Sul		21			
Cristal	GCC	7	125	121	3
Cruzeiro		14			
Glória		33			
Nordeste	EBN	27	46	50	falta
Eixo Baltazar		32			
Extremo Sul	RES	33	74	52	falta
Restinga		12			
Leste	Leste	58	134	101	falta
Lomba do Pinheiro	Lomba do Pinheiro	28	17	89	5
Norte	NN	7	20	83	falta
Noroeste		2			falta
Partenon	Partenon	15	78	118	1
Total		370	684	1491	13

Fonte: Cecad, Setembro/2019. UFRGS (2016), Monitoramento PSE, Agosto (2020). RMA (2019).

Os dados do CECAD apontam a inscrição de 370 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Os inscritos estão distribuídos na totalidade das regiões da cidade. As regiões Nordeste (Bairro Mário Quintana) e Leste (Bairro Morro Santana) possuem os maiores números de indivíduos até 15 anos nessa situação em comparação às demais regiões. Questões como a subnotificação das situações de trabalho infantil no Cadastro Único podem justificar as diferenças entre os dados de atendimento e busca ativa e o número de inscritos no CECAD.

Os dados preenchidos pelas equipes do Serviço de Abordagem Social (2020) e monitoradas pela PSEMC mostram 684 indivíduos até 15 anos. A informação da PSEMC mostra em períodos de tempo diferentes um crescimento para 314 indivíduos nessa situação. Tal informação é construída a partir dos dados de acompanhamento do Serviço de Abordagem Social. A coleta de dados do CECAD e da PSEMC se utiliza de metodologias distintas, porém representam formas importantes para mensurar o número de indivíduos nessa situação na cidade.

A identificação do trabalho infantil dentre as famílias em acompanhamento no CREAS/PAEFI é subnotificada, pois as situações são identificadas muitas vezes durante o acompanhamento, impedindo a atualização do dado no RMA, que solicita informações referentes ao momento do ingresso no acompanhamento.

O trabalho infantil na cidade é desenvolvido por meio de atividades relacionadas à reciclagem de materiais, vendas de frutas, salgados, panos de prato e mendicância e tráfico de drogas.

A reciclagem está presente nos estudos da totalidade das regiões como a principal atividade realizada pelas crianças, adolescentes e suas famílias. Consiste numa das atividades desenvolvidas pelas famílias para obtenção de renda. A reciclagem de materiais ocorre por meio da coleta, separação dos resíduos e venda para os galpões.

Os estudos das regiões Leste, Sul, Centro Sul, Centro, Glória, Humaitá Navegantes, Lomba do Pinheiro, Cruzeiro, Norte, Eixo Baltazar destacaram que as principais atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes em situação de trabalho são aquelas relacionadas a mendicância, venda de pequenos objetos como pano de prato, frutas e reciclagem. Ocorrem em áreas de comércio, clubes de futebol, feiras, ruas e avenidas de grande movimentação. As atividades, mendicância e venda, ocorrem na região ou áreas de maior circulação de pedestres e veículos. No estudo da Região Lomba foi identificada a presença de crianças na Unidade de Triagem e Coleta e Ferros Velhos.

O trabalho doméstico (Norte, Leste) foi destacado como outra forma de trabalho realizado por crianças e jovens, em geral do sexo feminino. Pode se desenvolver de diferentes modos, mas se vincula a realização de atividades domésticas no grupo familiar ou de estranhos.

A exploração sexual enquanto expressão das piores formas de trabalho foi identificada em algumas regiões da cidade. Os estudos das regiões Sul apontaram a Orla do Guaíba como um local de exploração sexual¹⁴ de crianças e adolescentes, na Região Humaitá Navegantes o entorno do Estádio da Arena do Grêmio, na Região Norte as imediações do Sambódromo, na Região Partenon nas imediações do Bairro Intercap. Foi apontada ainda, a questão da subnotificação das situações de violência e violações no território (Nordeste, 2019).

Embora os diagnósticos apontassem locais de exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade, as equipes do Serviço de Abordagem Social têm dificuldade em se aproximar destas crianças e jovens, devido ao risco de ameaças ou violência em relação aos trabalhadores.

¹⁴ A exploração sexual se refere a todo e qualquer uso de uma criança/adolescente para propósitos sexuais em troca de dinheiro ou favores em espécie entre a criança, o intermediário ou agenciador que se beneficiam do comércio de crianças para este propósito podendo se manifestar por meio da prostituição de crianças e adolescentes, pornografia, turismo sexual, tráfico de criança e adolescentes para fins comerciais e sexuais (CMESC, 1996).

4.10.5 População em situação de rua

A definição que tem orientado a política de Assistência Social na rede socioassistencial é a que consta na Política Nacional para a População em Situação de Rua:

“Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.” (Decreto nº 7.053 de 23/12/2009).

Com vistas a conhecer algumas das características da população em situação de rua da cidade é importante retomar alguns dados apresentados pela pesquisa UFRGS (2017). Foram identificadas 2115 pessoas em situação de rua, no período de setembro a outubro de 2017 nas 17 Regiões do OP, dos quais 1758 aceitaram participar da pesquisa e tiveram seus dados cadastrados¹⁵.

A região com maior concentração de pessoas pesquisadas foi o Centro (39,7%), Floresta (12%), Menino Deus (7%), o que totaliza o percentual de 58,7% dentre todos os identificados na cidade. Da população cadastrada, 85,7% são do sexo masculino e 13,8% do sexo feminino. Na pesquisa de 2007-8 havia a expectativa de que a representatividade da população feminina, que na época representava 18,2%, viesse a crescer. Isto não só não se verificou como, também, evidenciou-se uma redução de quase um terço da mesma junto à população em situação de rua. Verifica-se uma relativa concentração etária acima da faixa dos 35 anos. No estudo de 2007-8 entre 18 e 24 anos encontrou-se 19,7% da população e no intervalo dos 25 aos 34 foram 30%, totalizando quase 50% da população. Já os dados coletados em 2016 revelaram uma menor participação destes jovens na composição etária da população. A população entre 18 e 24 anos reduziu sua participação percentual em praticamente 50%. Em realidade, a população inserida nos intervalos entre 35 e 44 anos, 45 e 59 anos e de 60 anos ou mais tiveram um aumento percentual de participação alcançando, respectivamente, 29,1%, 25,3% e 7,0%. Em resultado, mais de 60% da população tem 35 anos ou mais (61,4%). Assim, os dados revelam que, em paralelo ao aumento demográfico da população, há um processo de envelhecimento dela.

Com relação ao tempo na rua, os dados das entrevistas por amostragem apontam que um quarto (25,3%) dessa população está há pelo menos um ano vivendo nessa situação. Em paralelo, a permanência na rua por mais de 5 anos para 47,8% dos entrevistados indica a demanda por políticas públicas que este grupo social. É importante ter em mente, entretanto, que as formas de registro e marcação do tempo, para a população em situação de rua, não necessariamente são as mesmas das pessoas que não estão na rua. A vivência do cotidiano e a memória dos eventos são condicionadas por rotinas diferentes, afetadas por outros fatores que não os de calendários formais, podendo consistir em simplificações e aproximações. Comparando aos dados de 2016 com as pesquisas

¹⁵ O universo de pesquisa conjugou uma diversidade de fatores, entre os quais se destacam: os modos de utilização (casas abandonadas, viadutos, parques) – em habitação, perambulação, permanência ou outra forma de existência social, mesmo que situacional; o uso dos serviços destinados ao acolhimento de pessoas que necessitem de abrigo temporário, intermitente ou definitivamente. A aparência e a cultura material dos pesquisados. A pesquisa utilizou, para efeito de comparação, resultados das pesquisas de 2007-8 (UFRGS, 2008), de 2011 (FASC, 2012) com vistas a estabelecer semelhanças e diferenças no comportamento e nas características da população, as frequências e os graus de invariância e de mudança, os traços da evolução e tendências, mais ou menos estáticas, da população estudada.

anteriores, vê-se uma tendência de cronicidade da situação de rua, com crescimento dos percentuais de tempo em faixas temporais de mais de 10 anos de rua. Na pesquisa de 2007-8, o percentual de pessoas com mais de 10 anos de rua era de 19,1%; este percentual representa, hoje, 29,2% da população investigada agregando os dados daqueles que estão há mais de 5 anos na rua, temos quase a metade da população (47,8%); Com relação à raça/cor dos cadastrados, no que se refere à raça/cor autoatribuída, temos o primeiro lugar para a categoria branca, que contou com 34,3% dos casos, seguida da categoria negra, que contou com 24,6% dos casos. Os autodeclarados “pardos” ficaram com 12,3%, e a categoria “moreno/a”, com 10,0% dos casos.

Considerando os locais em que geralmente dormem, a pesquisa de 2007-8 assinalou uma dispersão territorial significativa e o uso diversificado dos recursos oferecidos pela cidade. Também revelou uma relativa individualização na busca de soluções de necessidade cotidianas. Esta realidade, passados quase uma década, sofreu poucas alterações. Digno de nota é o fato de uma maior participação dos ambientes institucionalizados, com destaque para os albergues, como preferência de dormitório, ainda que mais da metade da população tenha a ‘rua’ como principal local para dormir. Isto fica mais evidente na comparação dos dados das duas tabelas a seguir.

Tabela XXI - Locais utilizados com mais frequência como dormitório

Local	2008				2017			
	1º lugar		2º lugar		1º lugar		2º lugar	
	freq	%	Freq	%	freq	%	freq	%
Calçadas/Calçadão/ Avenida/Rua	247	20,5	94	7,8	374	23,3	174	16,2
Praças/Parques	227	18,9	109	9,1	239	14,9	112	10,4
Albergue	227	18,9	81	6,7	381	23,7	110	10,3
Pontes /Viadutos	128	10,6	63	5,2	194	12,1	94	8,8
Abrigos	73	6,1	53	4,4	65	4,0	41	3,8
Na própria casa	54	4,5	18	1,5	66	4,1	13	1,2
Hotéis e pensões	39	3,2	22	1,8	66	4,1	38	3,5
Na casa de amigos e parentes	37	3,1	33	2,7	31	1,9	42	3,9
Casas e prédios abandonados/mocós	32	2,7	19	1,6	30	1,8	18	1,7
Terminal de ônibus/ponto de ônibus	16	1,3	4	0,3	---	---	---	---

Vários locais	9	0,7	2	0,2	---	---	---	---
Outros locais	40	3,3	35	3,0	100	6,2	71	6,6
Dorme sempre no 1º lugar	---	---	587	48,8	---	---	---	--
NR	74	6,2	83	6,9	64	3,9	361	33,6
Inválidos	---	---	---	---	148	---	---	---
Total	1203	100	1203	100	1758	100	1074	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre – UFRGS (2008).

A opção por dormir em lugares institucionalizados variou pouco entre uma pesquisa e outra. Em 2007-8, os percentuais foram de 35,8% em primeiro lugar e 16,9% em segundo lugar. Naquela oportunidade a paragem era preferencialmente em albergues (18,9% e 6,7%), abrigos, hotéis ou pensões – em geral pagos pela prefeitura – (9,3% e 5,9%), casa própria ou de parentes e amigos (7,6% e 4,3%). O uso dos espaços institucionalizados para pernoitar foi a primeira opção para 38,8% dos entrevistados e segunda para 22,7%. Neste âmbito, os albergues foram objeto de maior procura pela população, tanto na primeira quanto na segunda opção (23,7% e 10,3%).

Já a procura por abrigos, hotéis ou pensões, ou mesmo a própria casa ou de amigos, apresentou pouca oscilação no período. Neste conjunto, é provável que o pequeno incremento da participação dos albergues como dormitório da população possa ter relação com a também pequena diminuição do uso de abrigos, entre uma pesquisa e outra (6,1% em primeira opção e 4,4% como segunda opção, nos dados de 2007-8 e 4% em primeira opção e 3,8% como segunda opção, em 2016). O uso de albergues, frente ao uso de abrigos também aponta para o uso de serviços mais transitórios e pontuais, onde os sujeitos não necessariamente estão vinculados à rede mais ampla de assistência social.

Não obstante, mais da metade dessa população (52,1%) ainda dorme cotidianamente e prioritariamente em lugares de risco e improvisados e com forte exposição ao ambiente natural. Apesar de uma redução de cerca de 10% como primeira opção de local para dormir, é relevante o fato de que esses espaços aparecerem com maior frequência como segunda opção, cerca de 28,1%. Deste modo, conclui-se que, à semelhança com os resultados de 2007-8, 70% da população estudada pode ser caracterizada como “moradora de rua”. Os principais locais para dormir continuam sendo as ruas, marquises ou calçadas (23,3% e 16,2%), praças e parques (14,9% e 10,4%) embaixo de pontes e viadutos (12,1% e 8,8%). Os outros locais apontados são muito diversificados, como prédios abandonados (mocós), rodoviária, garagens, locais diversos ou sem lugar fixo etc.

As características da população mapeada em 2016 mostram um perfil de população em situação de rua na fase adulta do sexo masculino em processo de envelhecimento. Dentre as regiões da cidade estava localizada prioritariamente nas regiões Centro e Humaitá Navegantes.

Decorridos quatro anos desde o último Censo (2004, 2008, 2011, 2016) realizados pela FASC, tem se utilizado dados do Cadastro Único, do Registro Mensal de Atendimentos e do

monitoramento da Proteção Social Especial de Média Complexidade como referência para quantificação, identificação e mapeamento dessa população na cidade. A tabela a seguir mostra a distribuição entre as 17 regiões da cidade do Censo realizado em 2016 e do CECAD em setembro/2019.

Tabela XXII - População Adulta em Situação de Rua por CREAS, UFRGS e CECAD (2019, 2016 E 2020)

Região	CREAS (2019)	Pesquisa UFRGS (2016)	CECAD – (2019)
Sem registro		---	3
Centro	CHNI	1430	743
Humaitá Navegantes		113	210
Ilhas		0	7
Sul	SCS	12	37
Centro Sul		20	21
Leste	Leste	31	41
Restinga	RES	22	28
Extremo Sul		1	12
Glória	GCC	13	7
Cruzeiro		4	65
Cristal		6	6
Eixo Baltazar	EBN	20	29
Nordeste		0	4
Lomba do Pinheiro	Lomba do Pinheiro	3	18
Partenon	Partenon	18	40
Norte	NN	5	28
Noroeste		54	29
Total		1758	1328

Fonte: UFRGS (2016), CECAD (Setembro/2019).

Os mapeamentos contribuem para identificar os territórios de população em situação de rua, contudo, é de conhecimento a dinamicidade de ocupação de novos espaços pela população, em busca de territórios com mais recursos. A saída da população de um território pode ocorrer pela identificação de áreas mais vantajosas ou por conflitos instaurados com moradores ou comércio,

que os obrigue a buscar novos espaços. O relatório da Região Eixo Baltazar (2019) destaca a tensão entre os indivíduos que ocupam a Praça México e os moradores do entorno.

A análise comparativa entre os dados da Pesquisa (2016) e o CECAD mostra que a Região Centro e Humaitá Navegantes permanecem com o maior número de indivíduos em situação de rua. As demais regiões contam com tais grupos sociais.

Dados do monitoramento da PSE de janeiro a junho de 2020 mostram um total de 1551 indivíduos diferentes cadastrados na planilha de gerenciamento de casos do Serviço de Abordagem Social. O dado é maior que o número de inscritos no Cadastro Único, sendo que o primeiro registro se relaciona à população adulta e idosa que se encontra em situação de rua, de acordo com os registros do Serviço de Abordagem Social dos CREAS.

Os dados apresentados nos diagnósticos trouxeram as várias formas pelas quais a população de rua ocupa os espaços públicos na cidade. Na região Partenon (2019) a presença do Instituto Psiquiátrico Forense, do Hospital Psiquiátrico Forense e da Cadeia Pública traz a forte presença de homens e mulheres adultos, em sua maioria negra, muitos com sofrimento psíquico, usuários de SPA, que vivem nas grandes avenidas da Região como Bento Gonçalves e Ipiranga.

O Relatório Diagnóstico da Região Extremo Sul (2019) chamou a atenção para a presença de jovens em situação de rua no território, devido as disputas no tráfico, assim como egressos do sistema prisional. A região Norte (2019) também destaca a questão da dependência química e de saúde mental, bem como, das disputas entre facções e da saída dos jovens das vilas e bairros para a situação de rua. Na Restinga (2019) identificaram o crescimento dessa população no território, esta desenvolve atividades relacionadas a reciclagem, mendicância e venda de objetos nas sinaleiras. As regiões Sul (2019) e Lomba do Pinheiro (2019) destacam a situação de isolamento de muitos indivíduos em situação de rua, especialmente os idosos.

A presença de lugares protegidos das intempéries do clima e da violência também são fatores observados pelos indivíduos em situação de rua na escolha dos territórios de moradia provisória. Territórios com locais que ofereçam abrigo como casas abandonadas, praças, pontes e viadutos, marquises de prédios ou serviços de acolhimento para população adulta como albergues e abrigos são recursos importantes para se proteger da fome e do frio.

O Centro Pop é utilizado pela população em situação de rua da região Centro e adjacências como espaço de higiene e apoio para documentos. Os Restaurantes Populares também se constituem como recurso para a alimentação da população. Porém, em maio de 2019, o Restaurante Popular do município localizado na região Centro com capacidade de 500,00 refeições/dia foi fechado. Eles foram reabertos em julho/2020 em 04 regiões da cidade: Centro, Lomba do Pinheiro, Cruzeiro e Restinga com 300 refeições/média.

No CRAS Centro uma das maiores demandas da população em situação de rua é a inscrição no Cadastro Único, pois se constitui na primeira etapa para possível inclusão no PBF. Embora algumas regiões não apresentem número significativo de indivíduos em situação de rua em comparação com as regiões Centro e Humaitá Navegantes, estas concentram uma rede de serviços socioassistenciais como Centro Pop, Albergues, assim como serviços prestados por entidades ou grupos de caráter filantrópico ou religioso que distribuem alimentos, roupas e serviços de higiene.

Regiões mais afastadas que não contam com tais redes de serviços destacam a precariedade das condições de vida dessa população. No estudo da Região Lomba do Pinheiro (2019) foram apontadas as precárias condições em que vive a população em situação de rua no território. Foi relatado que muitos dormem ao relento devido a topografia do território. A ausência de serviços, para cuidados de higiene e alimentação, dificulta a vida das pessoas em situação de rua nas áreas periféricas da cidade.

5 **CAPÍTULO IV- CAPACIDADE DE COBERTURA DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E DOS BENEFÍCIOS**

Neste capítulo será apresentada a rede socioassistencial do município de Porto Alegre, sua organização e capacidade de oferta de serviços, benefícios, projetos e programas à população que demanda ações de proteção social.

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS tem dentre seus objetivos: a proteção social, que busca à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; e a defesa de direitos, que visa garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

A oferta de serviços socioassistenciais é o meio pelo qual a ação estatal materializa a proteção social. A função de proteção social no âmbito da política de Assistência Social divide-se em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade e Alta Complexidade. Há uma hierarquização por níveis de complexidade: básica e especial, que estabelece as seguranças ou proteções que deverão ser afiançadas. Tem por princípios: Matricialidade Sociofamiliar; a territorialização; a proteção pró-ativa; a integração à seguridade social; e a integração às políticas econômicas e sociais (BRASIL, 2004, p.17).

Com a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que visa definir e organizar os elementos essenciais à execução da política, passa-se a implementar uma rede socioassistencial da qual o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS representam a materialização da política. A rede é formada ainda por serviços de proteção social especial de alta complexidade que engloba unidades de acolhimento para crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com deficiência.

Na Proteção Social Básica (PSB) destaca-se o caráter preventivo, visando a evitar que um direito humano seja violado ou uma das seguranças (renda, acolhida e convivência) seja destituída. A proteção social básica reforça ainda o convívio, o protagonismo e a autonomia, e promove o desenvolvimento de aquisições e potencialidades individuais, familiares, relacionais e comunitárias. A proteção especial, dedicada a ofertar atenções em situações de direitos violados e desproteções agravadas, atende indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social. Ambas atuam integradas e garantem suas ofertas protetivas de benefícios ou serviços, programas ou projetos, em parceria com a rede assistencial privada e articulada, em ação intersetorial, com as demais políticas sociais e o sistema de garantia de direitos (Curso de atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS, p.8, 2016).

Uma das funções do diagnóstico socioterritorial é identificar a adequação entre as necessidades da população e as ofertas dos serviços e benefícios socioassistenciais. A adequação das ofertas deve se relacionar ao grau de adequação territorial dos serviços estatais e não estatais e o grau de regulação institucional por meio de convênios e parcerias.

5.1 Capacidade de Cobertura quanto à área de abrangência da rede socioassistencial municipal

A gestão municipal da política de Assistência Social do município de Porto Alegre se enquadra como gestão plena no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Sua rede é formada por serviços de Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade e é ofertada nas 17 Regiões do Orçamento Participativo da cidade.

A rede socioassistencial é formada por 22 CRAS presentes nas 17 regiões. A região Restinga possui 02 CRAS (CRAS Restinga e CRAS Quinta Unidade, a Região Leste 02 (CRAS Leste I e CRAS Leste II), a Região Nordeste 02 (CRAS Nordeste e CRAS Timbaúva), a Região Sul 2 (CRAS Sul e CRAS Hípica), a Região Norte 2 (CRAS Norte e CRAS Santa Rosa). As demais regiões da cidade contam com 01 CRAS de referência.

Os serviços de média complexidade obedecem a outra organização político-administrativa na definição da sua área de abrangência. Os 9 CREAS estão localizados em 9 Regiões do Orçamento Participativo (Centro Sul, Cruzeiro, Eixo Baltazar, Partenon, Lomba do Pinheiro, Norte, Restinga, Centro, Leste) e abrangem as áreas correlatadas respectivas regiões, assim organizadas: Sul/Centro Sul, Glória/ Cruzeiro/Cristal, Eixo Baltazar/Nordeste, Norte/Noroeste, Restinga/Extremo Sul, Centro/Ilhas/Humaitá Navegantes). Um Centro Dia do Idoso Nascer do Sol se localiza na região Noroeste e o CDI Portal da Felicidade na região Centro Sul. O Centro Pop I e II se localizam na Região Centro e o III na Região Humaitá-Navegantes. As clínicas de Habilitação e Reabilitação se encontram localizadas nas regiões Norte, Noroeste, Sul, Glória, Centro, Leste e Partenon. A seguir o quadro dos serviços de proteção social básica e especial de média complexidade com as respectivas áreas de abrangência.

Quadro XII - Rede Pública de Serviços de Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade: áreas de abrangência

Região	CRAS	CREAS/CDI/CENTROPOP
Norte	CRAS Norte e CRAS Santa Rosa	CREAS Norte e Noroeste Centro Dia do Idoso 01 Clínica habilitação/reabilitação (Norte) 03 Clínicas habilitação/reabilitação (Noroeste)
Noroeste	CRAS Noroeste	
Sul	CRAS Hípica e CRAS Sul	CREAS Sul Centro Sul Centro Dia do Idoso 01 Clínica habilitação/reabilitação (Sul) 02 Clínicas habilitação/reabilitação (Centro Sul)
Centro Sul	CRAS Centro Sul	
Cruzeiro	CRAS Cruzeiro	CREAS Glória Cruzeiro Cristal 01 Clínica de Habilitação e Reabilitação (Glória)
Glória	CRAS Glória	
Cristal	CRAS Cristal	
Restinga	CRAS Restinga e Quinta Unidade	CREAS Restinga Extremo Sul
Extremo Sul	CRAS Extremo Sul	
Eixo Baltazar	CRAS Eixo Baltazar	CREAS Eixo Baltazar Nordeste
Nordeste	CRAS Nordeste e CRAS Timbaúva	
Centro	CRAS Centro	CREAS Centro Ilhas Humaitá Navegantes Centro Pop I Centro Pop II Centro Pop III 07 Clínicas de Habilitação e Reabilitação (Centro)
Ilhas	CRAS Ilhas	
Humaitá Navegantes	CRAS Farrapos	
Leste	CRAS Leste 1 e CRAS Leste 2	CREAS Leste 01 Clínica de Habilitação e Reabilitação
Partenon	CRAS Partenon	CREAS Partenon 03 Clínicas de Habilitação e Reabilitação
Lomba do Pinheiro	CRAS Lomba do Pinheiro	CREAS Lomba do Pinheiro
17 Regiões	22 CRAS	9 CREAS 03 Centro Pop 02 CDI 19 Clínicas de Habilitação e Reabilitação

Fonte: Vigilância Socioassistencial/2020.

A forma de organização da rede de acolhimento institucional não leva em consideração o local de moradia dos indivíduos. Os serviços estão distribuídos no conjunto de regiões da cidade.

5.2 Cobertura da Rede de Proteção Social: capacidade de atendimento

A rede de serviços de proteção social básica, especial de média e alta complexidade é ofertada de acordo com as modalidades previstas na Tipificação de Serviços Socioassistenciais e por ofertas financiadas pelo município, como albergues e o Serviço de Atendimento a Família – SAF.

A execução dos serviços socioassistenciais é realizada em unidades estatais e não estatais. As entidades socioassistenciais não estatais no âmbito da política de Assistência Social são denominadas Organizações da Sociedade Civil. A regulação entre a gestão pública e as organizações sociais está prevista no Marco Regulatório.

5.3 Rede de Proteção Social Básica

A rede de proteção social básica é formada por 22 CRAS, 32 SAF e SCFV distribuídos entre 6 a 15 anos, 15 a 17 anos, 18 a 59 anos, acima de 60 anos. Nos 22 CRAS são ofertados o PAIF, SCFV e o Cadastro Único do governo federal.

A capacidade de cobertura da rede socioassistencial de proteção social básica no período de 2016 a 2019 pode ser abaixo visualizada. Os dados foram sistematizados a partir das ofertas do SAF e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, de acordo com as faixas etárias de 6 a 15 anos, 15 a 17 anos, 18 a 59 anos e acima de 60 anos.

5.3.1 Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

De acordo com o Plano de Ação do Ministério da Cidadania os 22 CRAS de Porto Alegre tem 110.000 famílias referenciadas em suas áreas de atendimento. No período de 2016 a 2019 os CRAS mantiveram a capacidade de atendimento prevista no Plano de Ação do MC.

5.3.2 Serviço de Atendimento a Família – SAF

Na cidade, o atendimento às famílias e indivíduos é realizado pelo PAIF e pelo SAF. Estes últimos dividem a área de abrangência dos territórios de CRAS e referenciam seus acompanhamentos na rede de PSB. É financiado com recursos municipais, pois o FNAS não cofinancia ações não previstas no SUAS.

O SAF tem uma atuação referenciada nos CRAS e acompanha famílias e indivíduos em áreas de abrangência delimitadas, a partir dos territórios de CRAS. Os dados a seguir se referem a capacidade de cobertura as famílias e indivíduos ofertada no Serviço de Atendimento a Família – SAF no período de 2016 a 2019.

**Tabela XXIII – Capacidade de atendimento do Serviço de Atendimento à Família –
SAF por Região do Orçamento Participativo – ROP (2016/2019)**

Serviços	SAF		
	Ano	2016	2019
Região	Parceria	Parceria	redução
Centro	1000	1000	---
Ilhas	0	---	----
Humaitá Navegantes	0	----	-----
Glória	1500	1500	----
Cruzeiro	1500	1500	----
Cristal	500	0	500
Eixo Baltazar	1000	1000	----
Nordeste	1500	1500	----
Norte	1000	1000	----
Noroeste	500	500	----
Partenon	1000	1000	----
Lomba do Pinheiro	2000	2000	----
Restinga	1500	1000	500
Extremo Sul	1000	500	500
Sul	500	500	---
Centro Sul	0	---	---
Leste	3000	3000	----
Total	17500	16000	1.500

Fonte: Base de Dados/Serviços Públicos e Parceirizados (Vigilância Socioassistencial/2020)

Os dados mostram que as Regiões Cristal, Restinga e Extremo Sul tiveram redução na capacidade de atendimento às famílias dos territórios com o encerramento do serviço. O encerramento das atividades ocorreu em 2018 nas três regiões. O total de metas reduzidas foi de 1.500 famílias.

5.3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

Na cidade de Porto Alegre é ofertado na faixa etária dos 6 aos 14 anos e 11 meses, na modalidade de Trabalho Educativo e Projovem na faixa etária dos 15 aos 17 anos, na faixa de 18 a 59 para a população adulta em situação de rua e para pessoas com mais de 60 anos – idosos.

5.3.3.1 Faixa etária 6 a 14 anos e 11 meses

A tabela a seguir apresenta a distribuição das vagas do SCFV – 6 a 15 anos de acordo com as 17 Regiões do Orçamento Participativo.

Tabela XXIV – Capacidade de Atendimento do SCFV – 6 a 14 anos e 11 meses – por Região do Orçamento Participativo – ROP (2016/2019)

Serviços	SCFV - 6 a 14 anos e 11 meses					
	2016		2019		2016/2019	
	Próprio	Parceria	Co-gestão	Parceria	Redução	Ampliação
Centro	0	640	0	640	---	----
Ilhas	0	300	0	300	----	----
Humaitá Navegantes	0	520	0	400	120	----
Glória	80	700	60	760	----	40
Cruzeiro	0	1060	0	820	240	----
Cristal	0	380	0	300	80	----
Eixo Baltazar	0	660	0	660	---	----
Nordeste	0	620	0	640	---	20
Norte	80	360	40	400	---	----
Noroeste	80	136	40	176	----	----
Partenon	0	640	0	760	----	120

Lomba do Pinheiro	80	400	60	420	----	----
Restinga	80	880	60	940	----	40
Extremo Sul	0	460	0	400	60	----
Sul	0	240	0	240	----	----
Centro Sul	80	340	40	380	----	----
Leste	0	1320	0	1220	100	---
Total	480	9656	300	9.456	600	220
Total Próprio + Parceria	10.136		9.756		380	

Fonte: Base de Dados/Serviços Públicos e Parceirizados (Vigilância Socioassistencial/2020)

A análise da evolução da cobertura do SCFV no período de 2016/2019 mostra que houve redução de 380 metas na faixa etária de 6 a 14 anos e 11 meses. As regiões que tiveram o maior número de metas reduzidas foram Humaitá, Navegantes, Cruzeiro, Cristal, Extremo Sul e Leste. As Regiões Glória, Nordeste, Partenon e Restinga tiveram ampliação das metas de atendimento.

O SCFV 6 a 14 anos executado nos CRAS Ampliados teve suspenso o atendimento de 480 crianças e adolescentes em abril de 2017 (Relatório de Atividade, 2017). Em junho de 2017 (Resolução CMAS 113/17) foi aprovado pelo CMAS o recurso de reprogramação de saldos para execução compartilhada nos espaços próprios por um período de 6 meses. O SCFV – 6 a 14 anos e 11 meses ofertado nos CRAS Ampliados passou a ser executado com OSC parceirizada. Esta tem por responsabilidade a contratação de recursos humanos, equipamentos, materiais. Nesse ano também houve redução de 180 metas na capacidade de atendimento do SCFV 6 a 14 anos e 11 meses ofertados nos CRAS Ampliados (Norte, Lomba do Pinheiro, Glória, Noroeste, Restinga, Sul Centro Sul) que ofertam esse serviço.

5.3.3.2 Faixa etária – 15 a 17 anos e 11 meses

A seguir são apresentadas as metas previstas para a faixa etária de 15 a 17 anos. No município de Porto Alegre é ofertada a modalidade de Trabalho Educativo no SCFV para jovens de 15 a 17 anos e o Projovem na mesma faixa etária.

**Tabela XXV – Capacidade de Atendimento do SCFV 15 a 17 anos e 11 meses –
Trabalho Educativo e Projovem por ROP (2016/2019)**

Serviços	SCFV - Trabalho Educativo - 15 a 17 anos e 11 meses				SCFV - Projovem 15 a 17 anos e 11 meses			
	Ano	2016	2019	2016/2019	2016	2019	2016/2019	
Região	Parceria	Parceria	redução	ampliação	Co-gestão	Co-gestão	redução	ampliação
Centro	48	48	---	---	100	30	70	---
Ilhas	0	0	----	---	50	30	20	---
Humaitá Navegantes	96	96	----	---	25	30	---	5
Glória	188	188	---	---	100	30	70	---
Cruzeiro	360	324	36	---	75	30	45	---
Cristal	154	130	24	---	50	30	20	---
Eixo Baltazar	96	96	---	----	200	30	170	----
Nordeste	168	168	----	----	75	60	15	---
Norte	72	72	---	---	200	105	95	---
Noroeste	64	64	---	----	75	30	45	---
Partenon	82	82	-	---	100	60	40	---
Lomba do Pinheiro	24	24	--	---	175	90	85	
Restinga	324	324	---	---	200	90	110	
Extremo Sul	24	24	---	---	75	60	15	
Sul	12	12	---	---	75	105	---	30
Centro Sul	130	130	---	---	200	45	155	---
Leste	168	168	---	---	275	120	155	---
Total	2010	1950	60		2050	975	1075	35

Fonte: Base de Dados/Serviços Públicos e Parceirizados (Vigilância Socioassistencial/2020)

No período de 2016/2019 houve redução de 60 metas na modalidade de Trabalho Educativo nas Regiões Cruzeiro e Cristal. O Projovem passou de 2050 metas, em 2016, para 975 metas em 2019, representando uma redução de 1.075 metas. Houve redução em 15 regiões, sendo que as Regiões Eixo Baltazar (170), Centro Sul (155), Leste (155) e Restinga (110) tiveram as reduções mais significativas. As regiões Sul (30) e Humaitá-Navegantes (05) tiveram pequena ampliação na capacidade de atendimento.

5.3.3.3 Faixa etária – 18 a 59 anos e 11 meses e Pessoas acima de 60 anos

São ofertadas 90 vagas para o atendimento do SCFV para a população adulta em situação de rua. No período de 2016/2019 não houve alteração da capacidade de atendimento.

O SCFV + 60 anos é ofertado na rede de serviços próprios (CRAS) e OSC parceirizadas. A seguir a capacidade de cobertura do serviço no período de 2016 a 2019:

Tabela XXVI – Capacidade de Atendimento do SCFV - 18 a 59 anos e 11 meses e SCFV - acima de 60 anos por ROP (2016/2019):

Serviços	SCFV - 18 a 59 anos		SCFV - Acima de 60 anos					
	Ano	2016	2019	2016		2019		2016/2019
Região	Parceria	Parceria	Próprio	Parceria	Próprio	Parceria	redução	ampliação
Centro	90	90	25	0	25	---	---	---
Ilhas	0	0	50	0	0	0	50	---
Humaitá Navegantes	0	0	25	0	25	0	---	---
Glória	0	0	25	50	50	50	---	25
Cruzeiro	0	0	25	50	25	25	25	----
Cristal	0	0	25	25	25	0	25	----
Eixo Baltazar	0	0	25	75	25	75	---	----
Nordeste	0	0	50	50	50	50	---	----
Norte	0	0	75	125	75	125	---	----
Noroeste	0	0	50	75	50	75	---	----
Partenon	0	0	50	100	50	100	---	----

Lomba do Pinheiro	0	0	25	0	25	0	---	----
Restinga	0	0	75	0	75	---	---	----
Extremo Sul	0	0	25	0	25	---	---	----
Sul	0	0	75	0	75	---	---	---
Centro Sul	0	0	125	75	125	75	---	---
Leste	0	0	100	25	100	0	25	---
Total	90	90	850	650	825	575	125	25

Fonte: Base de Dados/Serviços Públicos e Parceirizados (Vigilância Socioassistencial/2020)

Em 2016 eram ofertadas 1500 metas de SCFV para os idosos, em 2019 a oferta passou para 1400 com redução de 100 metas. As regiões Ilhas, Cruzeiro, Cristal e Leste tiveram redução na capacidade de cobertura do serviço. A região Glória teve ampliação de 25 metas de atendimento.

5.4 Rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Na rede de proteção social especial de média complexidade são ofertados serviços nos 9 CREAS, nos 2 Centros Dia do Idoso, nos 3 Centros Pop e 2146 vagas de clínicas de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência. No período de 2016/2019 não houve alteração na capacidade de cobertura.

Houve mudança na forma de gestão do Centro Pop, que passou a ser administrado, por meio de contratação parceirizada, por OSC e a gestão municipal. Em 2019 foi aberto o terceiro Centro Pop, mas sem ampliação do total de vagas na cidade. Houve readequação dos espaços físicos e localização na cidade. Passou-se de 02 serviços localizados na região Centro, para 03, ampliando a região Humaitá Navegantes na área de abrangência do atendimento.

5.5 Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

A rede de alta complexidade do município é ofertada por meio de serviços de acolhimento para crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiência.

5.5.1 Acolhimento Crianças e Adolescentes

O acolhimento de criança e adolescente é oferecido na modalidade abrigo residencial, casa lar e família acolhedora. A rede é formada por unidades públicas (02) e parceirizadas (48). A seguir a evolução das metas no período 2016 a 2019.

Tabela XXVII – Rede de Crianças e Adolescentes – Evolução das Metas (2016/2019):

Serviços	2016	2019	2016/2019
Modalidade Abrigo	Metas	Metas	Metas
Lar Esperança de Porto Alegre	20	20	manutenção
S.O.S Casa de Acolhida	25	25	manutenção
Lar São José	28	20	8 - redução
Fundação Pão dos Pobres de Santo Antônio	100	80	20 - redução
Instituto Recriar	10	0	10 - redução
Abrigo Residencial 1	20	20	manutenção
Abrigo Residencial 2	20	20	manutenção
Abrigo Residencial 3	20	20	manutenção
Abrigo Residencial 4	20	20	manutenção
Abrigo Residencial 5	20	20	manutenção
Abrigo Residencial 6	20	20	manutenção
Abrigo Residencial 7	20	30	10 - ampliação
Abrigo Residencial 8	20	20	manutenção
Abrigo Residencial 9	20	20	manutenção
Abrigo Residencial 10	20	20	manutenção
Abrigo Residencial 11	15	20	5 - ampliação
Abrigo Residencial 12	15	20	5 - ampliação
Clínica Esperança de Amparo a Criança	25	25	manutenção
Subtotal	438	420	18 - redução

Modalidade Casa Lar	Metas 2016	Metas 2019	Metas 2016/2019
Clínica Esperança de Amparo a Criança	41	16	25
Aldeias Infantis SOS do Brasil	48	40	8 - redução
Ação Social de Fé	32	24	8 - redução
Aliança - ASA	76	72	4 - redução
Sempre Mulher	16	0	16 - redução
Joao Paulo II - IPSDP	130	126	4 - redução
Mitra Arquidiocese de Porto Alegre	24	23	1 - redução
Centro de Educação Profissional São João Calábria - IPSDP	52	52	manutenção
Subtotal	394	353	41
Modalidade Família Acolhedora	Metas 2016	Metas 2019	Metas 2016/2019
Subtotal	00	10	10 - ampliação
Total Geral	832	783	49

Fonte: Anuário Estatístico. PMPA/SMPG. 2019.

No período de 2016/2019 houve mudança na forma de gestão da rede de acolhimento de criança e adolescente. Em 2018, do total de 12 serviços de acolhimento próprio, 10 foram parcerizados com a OSICOM (AR 1, 4 5, 6, 9, 10, 11, 12) e a Fundação Pão dos Pobres (AR 2 e 3). Os Abrigos residenciais 7 e 8 permaneceram sob gestão pública. No período de 2016 a 2019 houve ampliação de 7 metas na modalidade abrigo residencial e redução de 66 metas da modalidade Casa Lar. A rede socioassistencial de acolhimento de criança e adolescente teve redução de 49 metas.

Em outubro de 2019 foi firmado termo de colaboração com o Instituto Pobres Servos da Divina Providência - Abrigo João Paulo II para gestão do Programa Família Acolhedora. O objetivo do programa é abrigar em ambiente familiar crianças e adolescentes afastados do convívio do lar por determinação judicial, em razão de negligência, abandono e violência. As famílias inscritas no programa poderão receber crianças e adolescentes retirados de suas casas até que eles possam retornar aos seus lares ou serem adotados.

5.5.2 Acolhimento de Pessoas com Deficiência

A capacidade de atendimento do município a população com deficiência com necessidade de acolhimento institucional é de 126 metas em serviços parcerizados. É ofertado também 10 vagas no Residencial Inclusivo PCD. O serviço foi implantado em 2018 e fica localizado na Região Restinga com execução de OSC parcerizada.

5.5.3 Acolhimento Adulto

A rede de acolhimento adulto é formada por serviços na modalidade de albergue e abrigos. A modalidade albergue não está prevista na Tipificação da Rede Socioassistencial. A seguir a rede de albergues e abrigos e a evolução das metas no período de 2016 a 2019.

Tabela XXVIII – Rede de Serviços e Metas - Acolhimento Adulto 2016/2019:

Serviço/OSC/Vagas	2016	2019
Instituto Espírita Dias da Cruz	90	90
Irmandade de Nossa Senhora dos Navegantes - Albergue Felipe Diehl	145	145
Albergue Municipal	120	---
Associação Beneficente Projeto Restaurar – Albergue Acolher 1	---	75
Associação Beneficente Projeto Restaurar -Albergue Acolher 2	---	75
Total	355	385
Serviço/OSC/Vagas	2016	2019
Associação Educacional e Beneficente Emanuel	40	40
Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher- Casa Lilás	30	40
CUFA	24	24
Abrigo Municipal Bom Jesus	50	50
Abrigo Municipal Marlene	50	50
Abrigo Residencial para Famílias	20	---
Total	214	204
Total Geral	569	589

Fonte: Base de Dados/Serviços Públicos e Parcerizados (Vigilância Socioassistencial/2020)

A rede de acolhimento para a população adulta na modalidade albergue ampliou de 355 metas para 385 representando uma ampliação de 30 metas na rede de atendimento. Na modalidade de abrigo houve redução de 10 metas no período.

Em julho de 2019 o abrigo de famílias foi fechado e reaberto em abril de 2020. O abrigo de família, anteriormente estatal, foi parceirizado com a OSC Aldeias SOS. O Albergue Municipal teve suas atividades encerradas em julho de 2019. Em agosto/2019 o serviço foi parceirizado com a OSC Sociedade Beneficente Restaurar.

5.5.4 Acolhimento Idoso

O acolhimento para a população idosa é oferecido na modalidade de Instituição Longa Permanência – Grau II com 260 metas e 24 metas na modalidade Casa-Lar. Houve manutenção das metas no período 2016/2019.

5.6 Evolução das Metas da Rede Socioassistencial de Porto Alegre – 2016/2019

A evolução das metas por nível de proteção social pode ser visualizada na tabela abaixo onde são apresentadas as totalizações dentre as metas mantidas, ampliadas e reduzidas por nível de complexidade.

Tabela XXIX – Evolução das Metas no Período 2016/2019 por Nível de Proteção Social:

Rede de Proteção Social	Nº de metas /serviços	Cobertura
PSB CRAS	22 CRAS	Manutenção
PSB SAF	1500 metas	Redução
PSB SCFV	1675 metas	Redução
PSB Total	3.175 metas	Redução
PSEMC CREAS	9 CREAS	Manutenção
PSEMC	2421 metas	Manutenção
PSEAC Criança e Adolescente	49 metas	Redução
PSEAC Adulto	20 metas	Ampliação
PSEAC Idoso	284 metas	Manutenção
PSEAC PCD	10 metas	Ampliação

Fonte: Base de Dados/Serviços Públicos e Parceirizados (Vigilância Socioassistencial/2020)

Na rede de proteção social básica houve uma redução total de 3.175 metas, sendo 1675 no SCFV e 1500 no SAF. Na rede de proteção social especial de média complexidade as metas foram mantidas. Na rede de proteção social especial de alta complexidade houve redução de 49 metas na rede de acolhimento de criança e adolescente, ampliação de 20 metas na rede de acolhimento adulto e 10 metas no Acolhimento PCD e manutenção das metas do Idoso.

5.7 Os Trabalhadores Sociais da Rede Socioassistencial municipal

A regulação profissional no âmbito da Assistência Social é um desafio, considerando o histórico da caridade e a ideia de ajuda que durante muito tempo marcou a atuação desse campo no Brasil. *“A desprofissionalização foi padrão histórico da área e, tanto a PNAS como o SUAS, bem como a NOB/RH apontam para o enfrentamento dessas condições, identificando que a formação continuada e as condições de trabalho são fundamentais para o salto qualitativo da política pública”* (p. 457, Raichellis et al, 2012).

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS é o instrumento que regula e define os princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS. Nela estão contidos os princípios éticos para os Trabalhadores da política, as Equipes de Referência, as diretrizes nacionais para a Política Nacional de Capacitação, para os Planos de Carreira, Cargos e Salários, para as Entidades e Organizações de Assistência Social, para o Cofinanciamento da Gestão do Trabalho, das Responsabilidades e Atribuições do Gestor Federal, dos Gestores Estaduais, do Gestor do Distrito Federal e dos Gestores Municipais para a Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS. Trata dos incentivos para a Gestão do Trabalho no âmbito das gestões federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. Define a organização do Cadastro Nacional de Trabalhadores do SUAS, o controle Social da Gestão do Trabalho e as Regras de Transição. Define por fim os conceitos Básicos da gestão do trabalho na política de Assistência Social.

De acordo com a NOBSUAS/RH, a gestão do trabalho deve também garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização; a educação permanente; o planejamento estratégico; a gestão participativa com controle social e a integração e alimentação do sistema de informação.

A PNAS (2004) busca profissionalizar os trabalhadores por meio da gestão do trabalho, estabelecendo parâmetros para suas condições de trabalho, formação profissional e os tipos de atividades a serem desenvolvidas no campo da política.

Os trabalhadores sociais da rede socioassistencial da cidade desenvolvem suas atividades na FASC na rede de serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade e na gestão. Os trabalhadores da FASC são contratados por diferentes tipos de vínculos (servidores estatutários, celetistas, parceirizados, terceirizados, estagiários).

Os trabalhadores sociais que atuam na política de Assistência Social junto às organizações da sociedade civil exercem suas funções na ampla rede de serviços de proteção social e especial de média e alta complexidade parceirizados na cidade. A seguir apresentamos a sistematização da quantidade de trabalhadores que atuam no CRAS, CREAS e Acolhimento Institucional de crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiência identificados no Censo SUAS no período de 2016 e 2019:

Tabela XXX – Número de Trabalhadores Sociais dos CRAS, CREAS e Acolhimento Institucional (2016/2019)

Rede de Proteção Social	2016	2019	Comparação 2016/2019	%
CRAS	437	405	32	3,8
CREAS	299	241	58	10,74
Acolhimento Institucional	1568	1.318	250	8,66
Total	2.304	1.964	340	7,96

Fonte: Censo SUAS (MC, 2016, 2019)

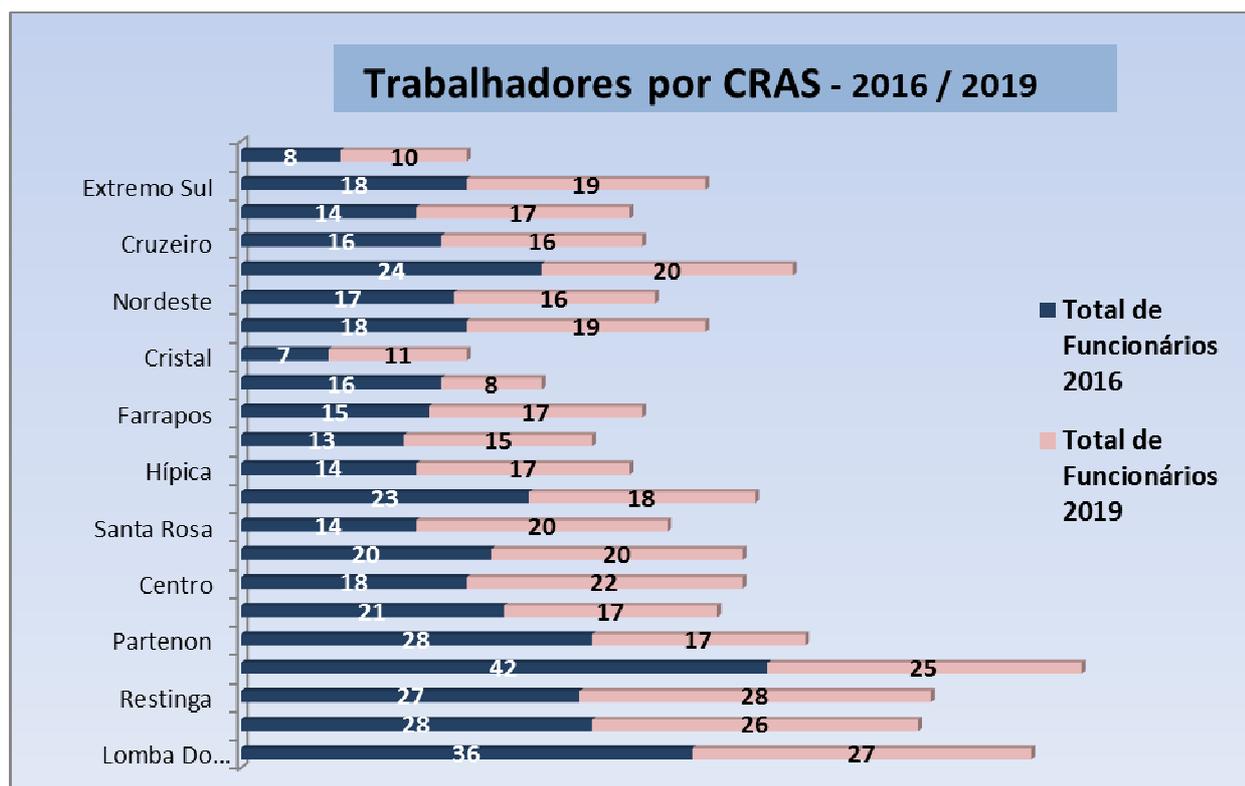
Os dados mostram que houve redução de trabalhadores identificados no Censo SUAS no período em todos os níveis de complexidade. A rede de proteção social básica teve uma redução de 3,8%, a proteção social especial de média complexidade de 10,74% e de 8,66% na rede de acolhimento institucional. A redução no período foi de 7,96% na rede socioassistencial. A seguir apresentamos a sistematização de dados dos trabalhadores sociais do Censo SUAS (2016/2019) dos CRAS e CREAS, bem como, as informações dos diagnósticos socioterritoriais.

5.7.1 Trabalhadores Sociais dos CRAS

A NOBSUAS/RH (2005) define a composição da equipe de referência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica nos municípios de médio, grande e metrópole para até 5.000 famílias referenciadas. As equipes devem ser formadas por 4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais de Serviço Social, um psicólogo e mais um outro técnico de nível superior e 4 profissionais de nível médio. As equipes de referência para os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS devem contar sempre com um coordenador, devendo o mesmo, independentemente do porte do município, ter o seguinte perfil profissional: ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais.

A seguir a distribuição dos trabalhadores nos 22 CRAS da cidade.

Gráfico V - Distribuição dos trabalhadores por CRAS – 2016/2019:



Fonte: CENSO SUAS 2019/2016. MDS.

Os dados do Censo mostram que em 2016 os 22 CRAS contavam com 437 trabalhadores e 405 em 2019.

As regiões Centro Sul, Lomba do Pinheiro, Eixo Baltazar e Ilhas tiveram a maior redução no número de trabalhadores. A falta de recursos humanos foi problematizada nos diagnósticos socioterritoriais. Como descrito abaixo:

“De 2016 a 2017, a equipe PAIF era formada por técnicos sociais, sendo que duas duplas eram equipes PAIF volante. Com o término da equipe volante implantou-se atendimentos descentralizados. Entre 2017 a 2019 a equipe passou por substituições, redução da equipe e coordenação, o que se reflete em obstáculos para o adequado atendimento as famílias”. (Diagnóstico da Região Centro Sul, 2019).

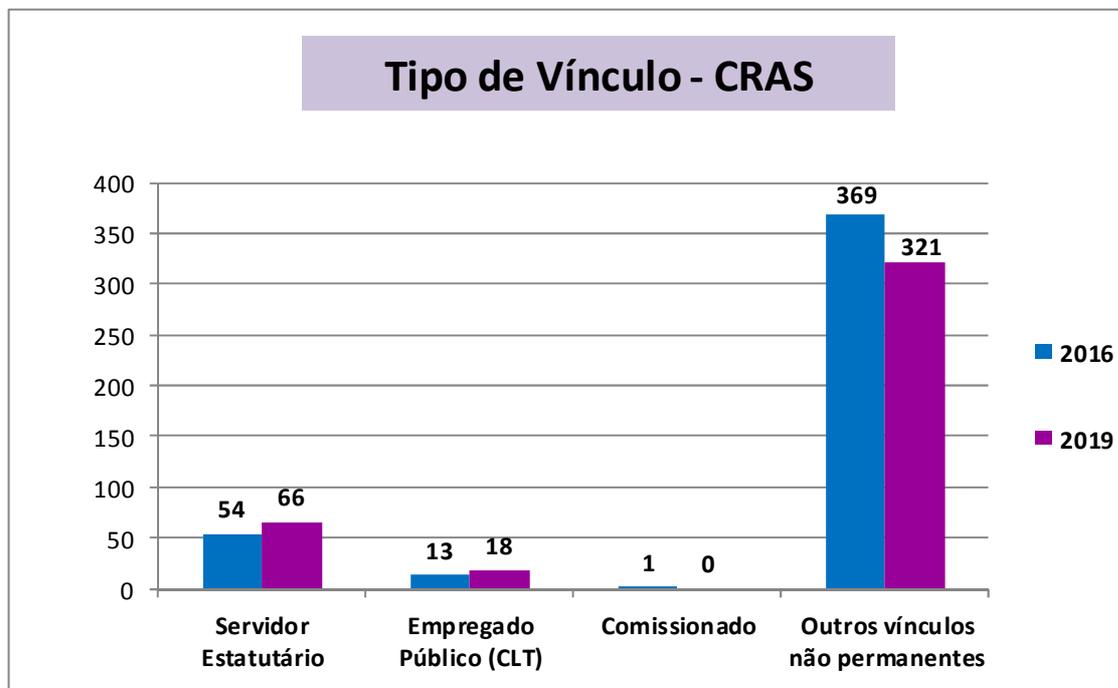
“Transferência para a região de diversas outras comunidades da cidade”. (Diagnóstico Região Norte, 2019)

“A equipe é mínima e insuficiente para a demanda de atendimento do CRAS, uma vez que a região não conta com SAF” (Diagnóstico Região Humaitá, Navegantes, 2019).

Os diagnósticos socioterritoriais deram destaque à relação entre o número de trabalhadores e a capacidade de cobertura dos serviços frente ao volume e demandas de atendimento. Os estudos apontam para a necessidade de avaliação da composição das equipes frente às demandas da população da área de abrangência dos territórios.

O quadro de recursos humanos do CRAS é distribuído entre servidores estatutários, celetistas, parceirizados e terceirizados. Como pode ser identificado no Gráfico a seguir.

Gráfico VI – Tipos de Vínculos Empregatícios por CRAS (2019)



Os dados mostram que em 2016, 84% dos trabalhadores dos serviços tinham vínculos não permanentes. Em 2019, houve uma redução para 79% desse total.

O diagnóstico da Região Lomba do Pinheiro (2019) problematizou o impacto da existência de diferentes vínculos no serviço.

“Prepondera no CRAS, assim como na FASC, a diversidade de vínculos empregatícios, reflexo da terceirização das relações de trabalho. Diferença de salário entre trabalhadores concursados e os terceirizados. Carga horária da psicóloga ser insuficiente para demanda.”

A formação profissional dos Trabalhadores Sociais do CRAS a seguir apresentada mostra alterações importantes no período de 2016 a 2019.

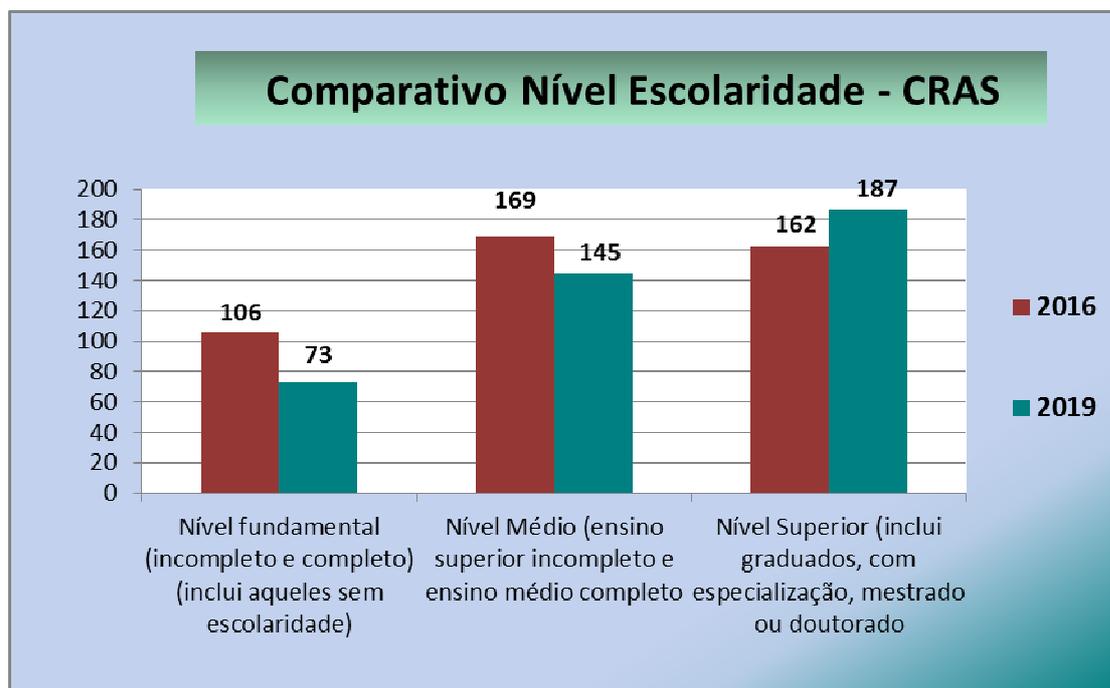
Tabela XXXI - Formação Profissional dos Trabalhadores Sociais dos CRAS (2019)

CRAS 2019				
Profissão				
Descrição	2016	Percentual (%)	2019	Percentual (%)
Sem formação profissional	222	51	73	18
Assistente Social	67	15	75	19
Psicólogo	43	10	45	11
Profissional de nível médio	39	9	145	36
Pedagogo	9	2	8	2
Outro profissional de nível superior	40	9	59	15
Administrador	1	0	0	0
Em branco	16	4	0	0
Total	437	100	405	100

Os profissionais de nível médio tiveram um crescimento de 9% para 36% e os profissionais de nível superior passaram de 36% para 47%. Em 2016, 51% dos trabalhadores dos 22 CRAS não tinham formação profissional. Em 2019 houve uma redução para 18%.

A seguir é possível comparar os níveis de escolaridade dos trabalhadores dos CRAS no período de 2016/2019.

Gráfico VII – Comparativo Nível de Escolaridade dos Trabalhadores (2016 x 2019)



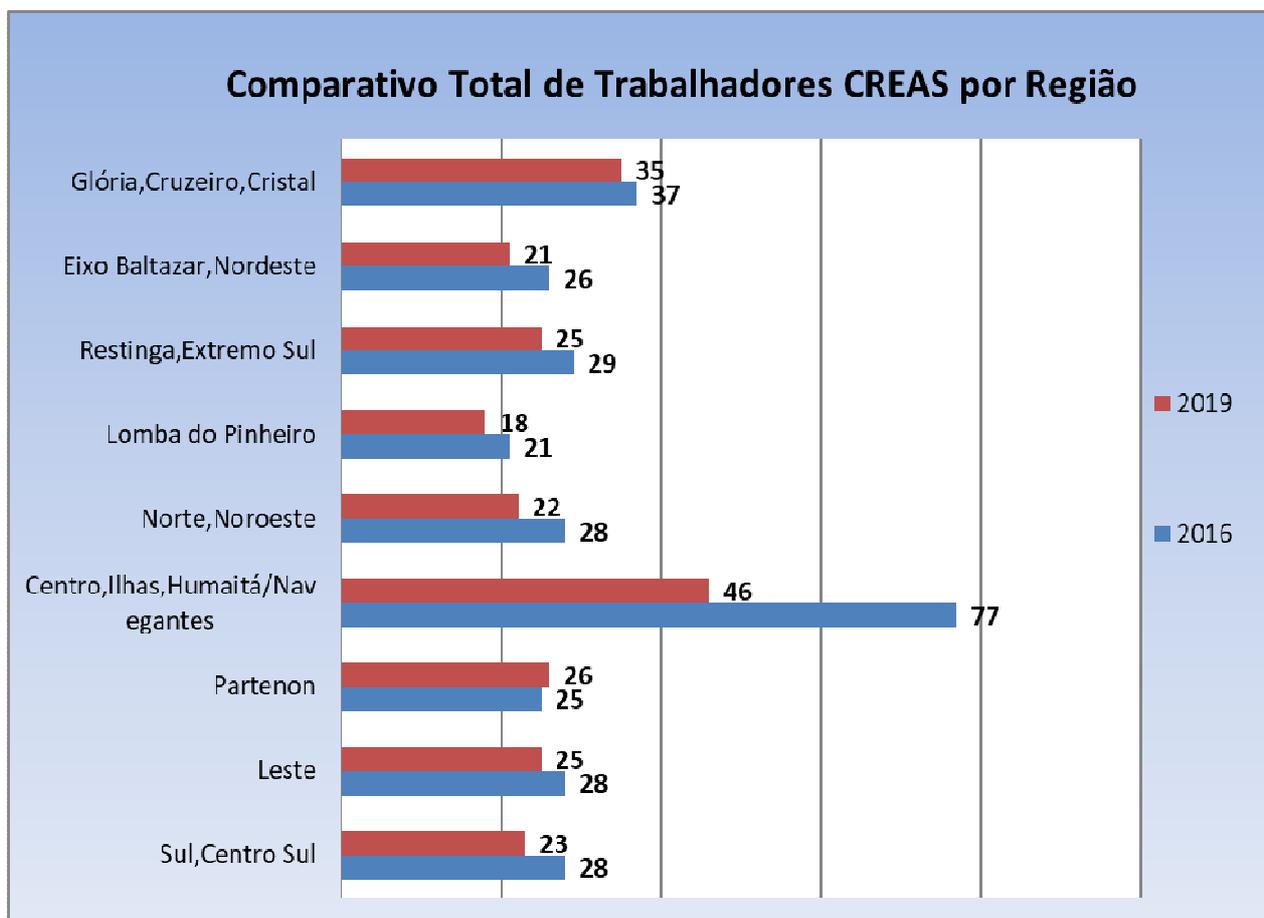
Os dados mostram que 46% dos trabalhadores dos CRAS é formado por profissionais de nível superior (incluindo graduados, com especialização, mestrado ou doutorado), 36% de profissionais de nível médio e 18% de nível fundamental.

5.7.2 Trabalhadores Sociais dos CREAS

De acordo com a NOBSUAS/RH (2005) a equipe de referência para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Especial de Média do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS deve ser composta por 01 Coordenador, 2 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 advogado, 4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários), 2 auxiliares administrativos.

A seguir o gráfico comparativo do total de trabalhadores dos CREAS por Região em 2016 e 2019:

Gráfico VIII – Comparativo Total de Trabalhadores CREAS por Região (2016x 2019)



Em 2016 as equipes dos 9 CREAS da cidade contavam com 299 trabalhadores identificados no Censo SUAS. Em 2019 o número de trabalhadores passou para 241 representando uma redução de 58 trabalhadores. O comparativo entre o total de trabalhadores nos CREAS mostra que houve redução em oito serviços, com exceção da Região Partenon que teve ampliação de mais um trabalhador.

A gestão dos recursos humanos foi problematizada nos diagnósticos. Como pode ser lido nas descrições a seguir:

“Em 2017 o CREAS não tinha portaria e houve falta de educadores e advogado, devido ao encerramento do contrato com a SOME” (Diagnóstico Partenon, 2019).

“A equipe PAEFI de servidores sinaliza que a redução da equipe mínima (conforme o SUAS) no serviço é outro fator que preocupa, pois há a necessidade de pelo menos mais um técnico para atender a região do bairro Bom Jesus e suas vilas” (Diagnóstico Região Leste, 2019).

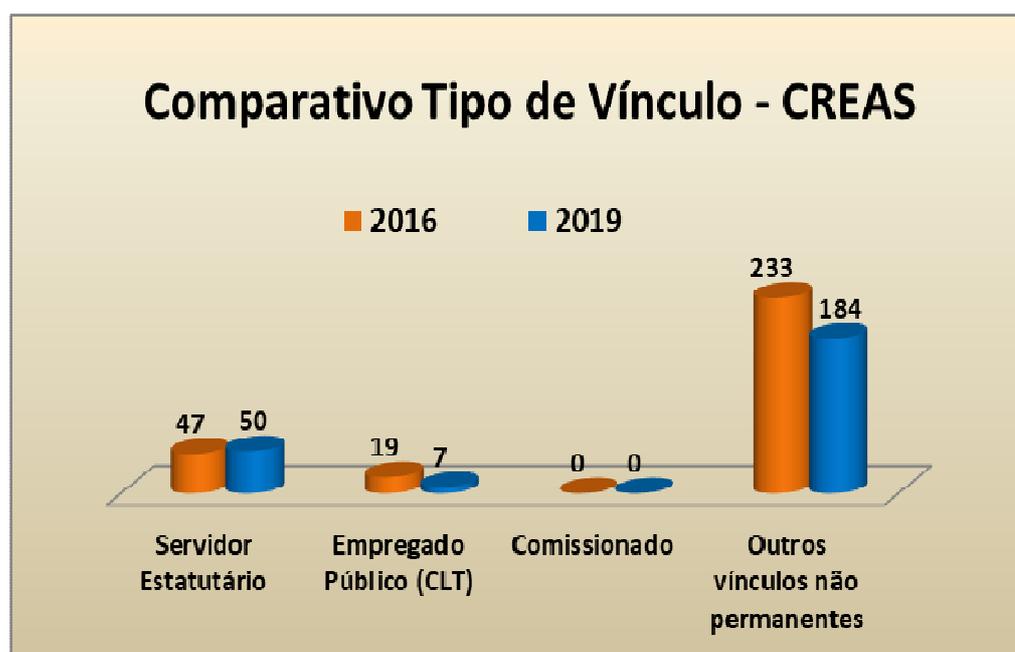
“Uma necessidade urgente de ampliação de RH do CREAS, que possui para atendimento PAEFI, 2 técnicos 40 e uma de 20 h para os três CRAS da região. Tem hoje uma demanda

reprimida de 15 famílias com situações graves que incluem situações de saúde mental e acolhimento resultantes dos riscos vivenciados pelas famílias” (Diagnóstico Eixo Baltazar, 2019).

“Ampliação da equipe de abordagem em 2016, reduzida novamente em 2019”. (Diagnóstico Região Norte, 2019).

Os relatos apontam a necessidade de recursos humanos para atendimento no PAEFI, nas equipes de Abordagem Social, devido a demanda de famílias e indivíduos das áreas de abrangência dos CREAS. Os diagnósticos da regiões Leste, Humaitá, Navegantes, Lomba do Pinheiro, Partenon e Norte destacaram a redução do número de trabalhadores das equipes do serviço de abordagem social ocorrida em 2018. A finalização do convênio com a SOME¹⁶ em 2017 foi destacada pelas equipes dos serviços. A lacuna entre a contratação de novos trabalhadores para os CREAS (advogados e educadores) trouxe prejuízos ao acompanhamento das famílias e indivíduos do serviço no período. O CREAS conta com trabalhadores com diferentes tipos de vínculos como pode ser visualizado no gráfico a seguir:

Gráfico IX – Tipos de Vínculos Empregatícios por CREAS (2016 x 2019)



O gráfico mostra que os trabalhadores sem vínculos permanentes em 2016 representavam 78% do total do CREAS. Em 2019, esse percentual sofreu pequena redução, passando para 76% dos trabalhadores do serviço. Os servidores estatutários passaram de 16% para 21% representando um

¹⁶ A OSC Sociedade Marista de Educação – SOME foi responsável pela contratação de assistentes sociais e psicólogos para os 22 CRAS, os advogados e educadores dos CREAS. Após o término do convênio (em maio/2017) e a contratação de outra OSC em setembro/2017, os serviços tiveram redução temporária no número de trabalhadores. A OSC que venceu a nova modalidade de contratação foi o Instituto Pobre Servos da Divina Providência – São João Calábria. A parceria prevê a contratação de recursos humanos (assistentes sociais, psicólogos, assistentes administrativos) para os CRAS e CREAS (advogados, educadores). A coordenação do CRAS e CREAS é feita por profissional de nível superior do quadro de servidores municipais.

crescimento de 5% e os celetistas que tiveram redução de 6% para 3%. A seguir a formação profissional dos trabalhadores dos CREAS.

Tabela XXXII– Formação Profissional dos Trabalhadores Sociais dos CREAS (2016/ 2019)

CREAS 2016/2019				
Profissão				
Descrição	2016	Percentual (%)	2019	Percentual (%)
Sem formação profissional	93	31	0	0
Assistente Social	60	20	50	21
Psicólogo	39	13	31	13
Profissional de nível médio	56	19	45	19
Pedagogo	17	6	10	4
Outro profissional de nível superior	27	9	97	40
Advogado	7	2	8	3
Sociólogo	0	0	0	0
Total	299	100	241	100

Os dados mostram que os trabalhadores sem formação profissional dos 9 CREAS passaram de 31% em 2016 para nenhum em 2019. Chama a atenção o crescimento de outros profissionais de nível superior que passaram de 9% em 2016 para 40% dos trabalhadores dos serviços. Houve redução de 10 Assistentes Sociais, 8 psicólogos, 11 profissionais de nível médio e 02 pedagogas. E ampliação de 1 advogado e 70 profissionais de nível superior.

O nível de escolaridade dos trabalhadores nos CREAS pode ser visualizado a seguir:

Tabela XXXIII – Níveis de Escolaridade dos Trabalhadores dos CREAS (2019)

CREAS 2016/2019				
Níveis de escolaridade				
Descrição	2016	Percentual (%)	2019	Percentual (%)
Nível fundamental (incompleto e completo) (inclui aqueles sem escolaridade)	29	10	21	9
Nível Médio (ensino superior incompleto e ensino médio completo)	121	40	90	37
Nível Superior (inclui graduados, com especialização, mestrado ou doutorado)	149	50	130	54
Total	299	100	241	100

O nível de escolaridade dos trabalhadores dos CREAS em 2016 era formado por 50% de profissionais de nível superior, ampliando para 54% em 2019. No período de 2016/2019 houve redução de 31 trabalhadores de nível médio na rede, passando de 40% para 37% dos trabalhadores dos serviços.

Os dados do Censo SUAS (2016/2019) e os Diagnósticos Socioterritoriais assinalam a necessidade de análise da capacidade de atendimento dos serviços levando em consideração o número de profissionais, as demandas e a população do território de abrangência dos serviços.

A precarização das condições de trabalho não impacta apenas as famílias e indivíduos que acessam a política de Assistência Social. Os dados dos CRAS e CREAS mostram que trabalhadores sem vínculos permanentes compõem a maior parte do quadro de profissionais que atuam nos dois serviços. O impacto das baixas remunerações, dos vínculos contratuais precários é a rotatividade e a descontinuidade nos processos de trabalho.

Os estudos salientaram a importância dos processos de formação continuada como espaços de reflexão e formação profissional (Restinga, Extremo Sul, Lomba do Pinheiro, Nordeste, Centro Sul, Sul, Leste, Eixo Baltazar). Muitos diagnósticos apresentaram suas experiências de formação nos espaços existentes nos territórios (CORAS, Regionalização, Fóruns etc.), mas destacam a importância da formação permanente se constituir como política de formação aos trabalhadores do SUAS. Assim como espaços de apoio a saúde mental dos trabalhadores. Nesse sentido, também foram descritas as condições de trabalho precário e seus efeitos nos trabalhadores da política. O excesso de demandas e o sofrimento no trabalho perpassaram os relatos dos estudos na totalidade das regiões.

5.8 Gestão dos Benefícios assistenciais

Quanto aos benefícios eventuais e continuados a instituição conta com o Benefício Eventual para famílias e indivíduos em situação de risco social, com a concessão de cestas básicas, passagens intermunicipais e interestaduais, auxílio funeral (sepultamento gratuito – Lei Municipal de Porto Alegre N.º 8413, de 20 de dezembro de 1999, regulamentada pelo Decreto N.º 12.657, de 24 de janeiro de 2000) e vales assistenciais. Além do acompanhamento às famílias do Programa Bolsa Família pela rede socioassistencial, uma vez que a concessão do benefício é feita diretamente pelo MDS. O auxílio natalidade, benefício eventual que consiste no repasse de 1 salário mínimo por nascituro em parcela única para famílias ainda não foi implementado.

Em 2016 foram disponibilizados 4.320 benefícios eventuais, dos quais 3.918 foram efetivamente pagos. A diferença deve-se aos benefícios disponibilizados e não utilizados pelas equipes/regiões, aos beneficiários que ficaram fora das efetividades e a não entrega de aditamentos. O total repassado em 2016 foi de R\$1.567.200,00. A média de utilização do benefício é de 12 meses. Em 2016, foram concedidas 11 passagens intermunicipais e interestaduais. Em 2019 foram disponibilizados os seguintes benefícios socioassistenciais de caráter eventual: 92.175 cartões de 02 unidades relativos ao auxílio transporte, 30 passagens sendo 19 interestaduais e 11 intermunicipais, 908 cestas básicas, 55 auxílios moradia.

A gestão dos benefícios nos CRAS ocorre por meio do Cadastro Único, dos encaminhamentos ao BPC e da concessão de benefícios eventuais. A população busca na rede de CRAS benefícios eventuais, quais sejam: cestas básicas, passagens para deslocamento na cidade, apoio para documentação civil e auxílio moradia.

As demandas por alimentação e passes assistenciais foram trazidas pela totalidade dos CRAS. Há uma percepção de aumento destas demandas. A população utiliza o recurso para tratamentos médicos, busca de trabalho etc.

5.9 Estrutura Física e Acessibilidade

A estrutura física dos espaços de acordo com os diagnósticos descreveu espaços físicos que precisam de adequações e manutenção permanente. Os equipamentos foram descritos como obsoletos, antigos. Dentre os CRAS os estudos das regiões Leste, Restinga, Humaitá Navegantes, Cristal, Santa Rosa, Nordeste apontaram a inadequação do espaço físico frente a demanda de atendimento à população. As regiões Humaitá Navegantes e Leste assinalaram a necessidade de implantação ou descentralização dos atendimentos (Partenon). Tais apontamentos merecem análise pois indicam inadequação dos serviços frente à capacidade de atendimento a demanda existente no território.

Outro aspecto salientado com relação aos CRAS foi a facilidade de acesso da população. As Regiões Centro Sul, Ilhas, Eixo Baltazar, Noroeste destacaram essa dificuldade nos seus relatos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalização do diagnóstico na cidade e o processo de leitura, sistematização e análise revelou que os territórios onde se localizam os serviços socioassistenciais da FASC são diversos quanto a sua geografia, população, oferta de serviços públicos, infraestrutura urbana, organização comunitária, dentre tantos fatores que poderiam ser enumerados.

A seguir tecemos algumas considerações sobre as temáticas e o cumprimento dos objetivos do diagnóstico socioterritorial.

Os relatos descritos nos diagnósticos socioterritoriais mostram que a cidade possui territórios com déficits de infraestrutura urbana, habitacionais e de serviços públicos. Mas também possui uma diversidade étnica e racial.

Os apontamentos em torno dos territórios deram visibilidade às condições de infraestrutura, dos riscos ambientais, dos assentamentos precários e dos projetos de reassentamento de famílias e indivíduos. Os estudos relataram o impacto dos projetos de infraestrutura na vida das famílias. Na região Noroeste da cidade, as obras do Aeroporto exigiram o reassentamento das famílias das Vilas Dique e Nazareth. A construção da obra da Ponte do Guaíba na Ilha dos Marinheiros e as obras de infraestrutura da Vila Tronco também impactaram na população dessas regiões. As formas de ocupação desordenada do solo afetam as condições sociais das famílias, na rede de serviços e no meio ambiente. Os assentamentos precários, muitos localizados em áreas de risco ambiental ou sem estrutura urbana básica sofrem prejuízos com as enchentes e os alagamentos. Na rede de serviços públicos a capacidade de atendimento não está adequada aos novos grupos populacionais do território, uma vez que não houve ampliação dos recursos existentes.

Nesses territórios com condições sociais difíceis, a presença de lideranças comunitárias foi valorizada pelos moradores. Dentre as potencialidades destacadas nos territórios chamou à atenção a extrema importância quanto à presença e renovação das lideranças comunitárias. Elas são entendidas como os sujeitos que mediam as necessidades dos moradores junto aos serviços públicos, participam dos espaços públicos nos territórios e na cidade e dão visibilidade às demandas dos moradores. As lideranças comunitárias são indivíduos que moram nos territórios e atuam em grupos da terceira idade, grupos culturais, esportivos, de artesanato, geração de renda, clube de mães, associações comunitárias etc.

Os territórios contam com diferentes redes de organizações, redes de apoio e lideranças. Elas atuam em diversos campos nos territórios. Desde as atividades recreativas, esportivas, culturais e de apoio social. Alguns diagnósticos revelaram que as atividades recreativas como bailes, festas, shows são promovidas pelas organizações comunitárias, igrejas e mesmo pelo tráfico de drogas. São espaços de lazer para os adultos, as crianças e os jovens. As atividades voltadas aos jovens buscam afastá-los do “mundo do crime”. Como referido em um dos diagnósticos, há uma disputa permanente pelos jovens dos territórios, também entre os serviços públicos, as organizações sociais diversas e o crime organizado.

A rede de organizações públicas e privadas de assistência social se distribui de forma diferenciada na cidade. É composta por serviços públicos, organizações parceirizadas e não parceirizadas com a FASC. Além das organizações sociais constituídas, há redes de ajuda entre

moradores, empresas, voluntários que atuam por meio da distribuição de recursos materiais e oferta de serviços à população moradora dos territórios, da população em situação de rua ou da rede de acolhidos nos serviços (crianças, jovens, idosos, pcds). Tais iniciativas se caracterizam pela coleta e distribuição de recursos como cestas básicas, roupas, brinquedos e oferta de serviços. Foi identificada a presença de igrejas católicas, evangélicas, espíritas, terreiros, clubes de mães, associações de moradores, grupos de terceira idade, artesanato, grupos culturais, como alguns dos atores que vêm atuando na oferta de recursos e atividades nos territórios.

A população que acessa a rede socioassistencial é formada por famílias, crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência. A descrição dos estudos diagnósticos mostrou que uma parcela significativa desta população vive em condição de pobreza. Os adultos, homens e mulheres, tem trabalho precário e um número significativo de famílias dos CRAS está vinculado à atividade da reciclagem. Muitas são beneficiárias do PBF ou BPC, outras não têm qualquer fonte de renda. Essa irregularidade na renda das famílias e a precariedade das suas condições de vida tornam o acesso a benefícios como transferência de renda (PBF, BPC) e alimentos, recursos importantes para a sua própria reprodução como grupo ou indivíduo. As demandas da população na rede de proteção social por alimentação, passagem, vagas em serviços para crianças, jovens, idosos revelam as necessidades por renda e serviços públicos.

As desigualdades de gênero entre as mulheres e homens se expressam na responsabilidade pelo trabalho doméstico, no cuidado das crianças, dos jovens, dos idosos, dos doentes. A inserção das mulheres no mercado de trabalho é feita pelo vínculo precário, deixando-as sem cobertura do sistema de proteção ao trabalho.

A violência de gênero e intrafamiliar das vítimas acompanhadas no PAEFI (mulheres, crianças, jovens) também teve destaque nos estudos diagnósticos. Há uma percepção do crescimento das situações de violência contra as mulheres. Os dados do Atlas da Violência (2019) apontam para o crescimento dos casos de violência contra as mulheres, entretanto, a temática tem tido visibilidade nos espaços públicos e na mídia, o que pode encorajar as mulheres a buscarem serviços de apoio. Por outro lado, as equipes destacam a fragilidade de redes de apoio para situações em que é necessário o afastamento do agressor do convívio familiar. A violência contra indivíduos trans foi abordada em duas regiões, a partir da vivência de rua desses indivíduos, tendo sido citadas a violência sexual e exploração sexual. A situação de risco se intensifica devido à orientação sexual e situação de rua.

A temática do idoso destacou-se pela ampliação das demandas da população com mais de 60 anos para serviços de convivência, centro dia e acolhimento institucional. Os diagnósticos chamaram a atenção para o envelhecimento da população nos territórios e a necessidade de serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade. Muitas destas demandas chegam também por meio do Poder Judiciário, Ministério Público ou denúncias.

A problematização das pessoas com deficiência se deu pelo viés do isolamento social e da acessibilidade, da necessidade de profissionais especializados, espaços e equipamentos adaptados a tais grupos. A dificuldade de mobilidade torna o acesso aos serviços pela população idosa e pcds difícil, deixando-a em condição de isolamento social e alguns se encontram em situação de abandono ou negligência, necessitando de cuidados especializados. A rede de serviços

socioassistenciais destacou a necessidade de adequações dos espaços de modo a garantir e ampliar as condições de acessibilidade da população.

A questão racial perpassou as temáticas problematizadas por alguns territórios da cidade ganhando visibilidade nos relatos dos grupos sociais, que chamaram a atenção para a questão da violência e desigualdade dos grupos sociais negros em nossa cidade. Tais questões apontam a relevância para a compreensão dos processos de preconceito e discriminação racial e dos modos pelos quais a população tem problematizado tais questões nas suas relações familiares e de vizinhança.

Os diagnósticos mapearam novos assentamentos indígenas, não identificados em 2008 na pesquisa UFRGS, assim como a presença de uma nova comunidade de quilombo (Lemos) na Região Cristal. Foi identificada a presença de outras duas comunidades, os Machado na Região Norte e Flores na Região Glória. Embora as regiões Norte e Glória não tenham apontado a presença das Comunidades dos Machado e Flores, o acompanhamento nesta última região tem sido feito junto à Comunidade dos Alpes. Cabe retomar a questão com as regiões e os CRAS de abrangência. O acompanhamento dos CRAS aos povos indígenas e comunidades de quilombos mostrou-se como uma ação consolidada nos serviços.

A temática do migrante teve visibilidade nos diagnósticos dos territórios em 2019. A presença de tais grupos sociais (haitianos, venezuelanos) e suas demandas tem sido identificada na rede socioassistencial.

Dentre as violações de direitos foram problematizadas as questões relacionadas ao trabalho infantil, à situação de rua, às violências físicas e psicológicas contra crianças, adolescentes, adultos, idosos, mulheres; o abandono e negligência.

Dentre os motivo de ingresso e acompanhamento das crianças e adolescentes na rede de acolhimento e PAEFI em Porto Alegre a negligência e abandono aparecem como o critério mais utilizado. Tal questão nos leva a perguntar sobre os entendimentos presentes no campo da política de Assistência Social e do sistema de garantia de direitos (Ministério Público, Poder Judiciário e Conselhos Tutelares) sobre a conceituação de abandono e negligência. De acordo com o previsto na PNAS, estes conceitos tratam de rompimento com os vínculos familiares ou situações que coloquem em risco a vida de crianças e adolescentes. Cabe refletir, se todos os motivos de ingresso na rede estão relacionados a tais situações, ou quais outros entendimentos estão sendo utilizados para definir as situações que colocam determinados indivíduos em risco e qual o momento do acolhimento. Os adultos, em especial as mulheres, responsáveis pelas crianças, jovens e idosos são vistos como as referências ou responsáveis no diálogo entre o grupo familiar e os serviços. A família ao mesmo tempo em que é vista como espaço de cuidado, também é vista com desconfiança, pois muitas das violações ocorrem nesse espaço. A responsabilidade pelo cuidado e proteção dos vulneráveis, crianças, jovens, idosos e doentes está sob a responsabilidade dos adultos, porém, os arranjos familiares e as condições sociais dos sujeitos tornam essa responsabilidade difícil de ser cumprida. Diante dessas condições, a negligência e abandono parecem muito mais uma responsabilidade do Estado do que necessariamente das famílias. Contudo, nem todas as famílias com crianças e adolescentes, as tem sob situações de risco. Muitas, apesar de todas as dificuldades, cumprem com sua função de cuidado e proteção (CARDARELLO, A; FONSECA, C., 1999).

Os dados de atendimento da rede de acolhimento de crianças e adolescentes mostraram que os jovens de 13 a 18 anos representam 55,76% da faixa etária dos acolhidos nos serviços. Essa informação é extremamente relevante para pensar ações nos serviços de acolhimento que venham ao encontro das demandas e necessidades desse grupo etário. Indica ainda, que muitas das situações de violência dos jovens nos territórios redundam em processos de acolhimento.

Os apontamentos em torno do trabalho infantil nos forneceram alguns indicativos sobre suas formas de expressão na cidade. Uma das principais atividades desenvolvidas pelas crianças e jovens é o trabalho na reciclagem. Essa é também a principal atividade declarada pelos adultos no Cadastro Único (2019). Os dados indicam que os adultos levam seus filhos para o exercício das suas atividades de geração e renda. O grupo familiar desenvolve suas ações na reciclagem. Um trabalho penoso, precário e sem proteção social ao trabalho. O trabalho precário do grupo familiar e a reduzida oferta de serviços como escolas de educação infantil, SCFV, escolas de turno integral, tornam as crianças e jovens expostos às condições de trabalho dos adultos. A outra atividade desenvolvida é o comércio e a mendicância, que pode ser realizada pelas crianças e jovens ou também com a presença dos adultos. Ocorre pela venda de materiais como pano de prato, frutas etc. ou por meio da mendicância, em locais de grande circulação como comércio, feiras, grandes avenidas, estádios de futebol (Arena do Grêmio). Elas podem desenvolver suas atividades nos próprios territórios ou se deslocarem para regiões com maior rede de comércio e circulação. A questão do trabalho infantil das crianças e jovens das famílias passa pela melhoria das condições de trabalho e renda dos adultos e pela ampliação de serviços públicos.

A temática da juventude foi problematizada a partir dos riscos aos quais os jovens estão expostos nos territórios e do vazio de serviços públicos para esse segmento da população. Os jovens em acompanhamento no Serviço de Medidas Socioeducativas têm, dentre o principal ato infracional cometido, o envolvimento com o tráfico de drogas. O dado em Porto Alegre reflete os dados estaduais e nacionais, que mostram uma parcela da juventude pobre envolvida em atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas. A proximidade dos jovens com situações de violência expressa na violência policial chama a atenção para o risco que jovens pobres sofrem por parte do Estado e da sociedade. A violência policial foi citada em mais de uma região, assim como a questão racial envolvendo os jovens. Essa relação da juventude com o crime e situações violentas tem dentre seus aspectos negativos, a criminalização dos jovens, tema este importante de ser aprofundado na rede de serviços da política de assistência social, especialmente nos espaços com a presença desses jovens, como nos espaços de convivência, cumprimento de medidas socioeducativas e de acolhimento. Esse cenário de riscos contrasta com jovens participativos durante os diagnósticos, que problematizaram questões relacionadas as suas demandas e necessidades e riscos a que estão expostos. Mostraram potência em relação as suas demandas por políticas de acesso à informação e mobilidade, esporte, lazer, cultura e formação profissional e renda. A valorização de serviços como Projovem foi enfatizada, pois em boa parte das regiões é a única oferta pública em termos de lazer e cultura disponíveis a essa população, fora o espaço escolar. O reconhecimento de suas expressões culturais, a valorização do bairro, dos amigos, da exigência de respeito foi parte importante das falas dos jovens que estiveram presentes nos encontros.

A análise das questões problematizadas em torno da situação de rua aponta para distinções dessa vivência entre as crianças, jovens, adultos e idosos. Parte das crianças está em situação de rua com a presença de adultos, familiares ou não. Muitos desenvolvendo a atividade da reciclagem.

Dentre os jovens, as disputas entre as facções do tráfico de drogas têm expulsado muitos deles para essa situação. A população adulta está em sua maioria, desempregada, desenvolvendo várias atividades como reciclagem, vendas, mendicância, dentre outras. Muitos vivem em grupos ou sozinhos. Há presença de crianças, jovens, homens adultos e mulheres, assim como idosos. Os espaços de repouso ocorrem em ruas, praças, terrenos ou na rede de serviços socioassistenciais. Para aqueles que habitam territórios sem a presença de serviços socioassistenciais para alimentação, repouso e higiene contam com a ajuda dos moradores vivendo em condições de extremo risco e precariedade. Em termos de distribuição na cidade houve uma descentralização da população entre as regiões desde a última pesquisa da UFRGS (2016), mantendo-se a tendência das Regiões Centro e Humaitá-Navegantes com a maior presença de indivíduos em situação de rua. Os Relatórios Regionais trazem elementos importantes para pensar a dinâmica dessa população nos territórios. A ida da população para os territórios mais afastados da cidade, não foi acompanhada da rede socioassistencial de média complexidade, Centro Pops descentralizados.

Dentre as questões relacionadas à cobertura dos serviços destacaram-se três pontos centrais: a condição física dos equipamentos e espaços, os trabalhadores e a redução da capacidade de cobertura dos serviços ou sua insuficiência frente às demandas.

As condições dos espaços são inadequadas, seja pelo espaço físico reduzido frente à demanda de população que acessa ao serviço, muitas regiões apontaram que os espaços e os equipamentos precisam de manutenção e substituição, sejam pelas condições dos equipamentos, móveis, dentre outros. Os turnos de veículos foram considerados insuficientes, de acordo com determinadas regiões para o volume de visitas domiciliares, tanto das famílias e indivíduos em acompanhamento, quanto das demandas do Ministério Público e Poder Judiciário.

Os trabalhadores descreveram experiências de trabalho nos serviços, a participação nos espaços intersetoriais e comunitários dos territórios. O trabalho em rede foi destacado pela totalidade das equipes como uma estratégia importante para qualificação, articulação, acompanhamento e priorização das inúmeras demandas dos serviços nos territórios. O espaço do Comitê Gestor também se consolidou como estratégia de gestão da rede socioassistencial pública no território. As condições de trabalho, os baixos salários, a rotatividade, a necessidade de formação, a redução dos servidores públicos em detrimento das parcerizações, no que tange as contratações com OSC parceiras para gestão dos recursos humanos nos serviços públicos, dentre vários aspectos relacionados à gestão do trabalho mostraram que tais formas de gerenciamento têm trazido prejuízos à continuidade e qualificação do trabalho social.

A redução da capacidade de atendimento e as mudanças na gestão dos serviços foram identificadas como duas questões centrais nos apontamentos. O SCFV, especialmente na faixa etária dos 6 aos 18 anos teve uma redução expressiva das metas. Algumas regiões destacaram que o fechamento dos serviços foi baseado em critérios de avaliação previstos na política de Assistência Social. O fato de os serviços não terem sido novamente contratados, deixa a descoberta uma faixa etária de 6 a 18 anos em situação de desproteção. A redução dos espaços de convivência gera prejuízos à população e aos serviços, que deixam de contar com rede de proteção para inclusão dos indivíduos.

Na rede de proteção social especial houve mudanças na gestão dos Centros Pops que passaram para execução de OSC parceirizada e reordenamento de um serviço em dois, ampliando em mais uma região na cidade (Humaitá Navegantes) com atendimento a esse público.

Na rede de acolhimento para a população adulta também ocorreu processo de mudança na gestão dos serviços. O albergue Municipal foi encerrado e contratada uma OSC para oferta do serviço. O fechamento do Abrigo de Família, até a realização de parceria com uma OSC para execução do serviço, foi apontado por uma das regiões (Leste), como uma ausência de cobertura para situações de violência intrafamiliar. Na rede de acolhimento para o idoso no período dos diagnósticos, a capacidade de atendimento ofertada nas ILPIs era insuficiente para as demandas identificadas.

Conclui-se que as situações descritas nos diagnósticos na dimensão do território, das populações que nele habitam e da capacidade de cobertura da rede de serviços públicos mostram territórios vulneráveis, mas também potentes. O que nos suscita a retomada dessa potência nos territórios com a população e os trabalhadores. A diversidade de temáticas problematizadas merece ser refletida, revisitada nos relatórios regionais, nos apontamentos deste estudo, pois ao mesmo tempo em que não foi possível estabelecer comparações entre as regiões, foi possível dar visibilidade às temáticas presentes em cada uma delas.

Os fenômenos sociais como pobreza, desemprego, precarização do trabalho, violência, infância, juventude, evasão escolar, racismo, envelhecimento e isolamento social, dentre vários, estão presentes no campo da política de Assistência Social, assim como no restante da sociedade e não estão descolados de questões políticas, econômicas e culturais do contexto brasileiro atual. Devem ser contextualizadas no âmbito nacional e internacional. Também não podem ser explicados a partir das características dos indivíduos, mas como parte de um conjunto de fatores que estão em permanente transformação. Além disso, tais fenômenos sociais são objeto de estudo e pesquisa em diferentes campos das ciências sociais com diferentes entendimentos e perspectivas teórico-metodológicas. Diante dessa multiplicidade de questões ampliar nossa compreensão sobre os territórios a partir da análise e reflexão pode, também, contribuir para a construção de diálogos de aproximação com a diversidade presente no trabalho social.

Espera-se que os diferentes atores que compõem o campo da política de Assistência Social formados pela população, os trabalhadores, as organizações sociais, as instâncias de controle social, possam se apropriar das informações de modo a construir uma política de Assistência Social justa e igualitária a todos.

É importante destacar que a realidade social apresentada nos diagnósticos realizados, ao longo de 2019, refletiram percepções daquele momento sócio-histórico em que foram construídos. Em um momento de Pandemia como estamos vivendo, com efeitos diretos na economia, com um contingente de desempregados em todo o território brasileiro, algo inimaginável há um ano, as desigualdades sociais tendem a ser intensificadas. Nesse sentido, aqueles grupos sociais que já se encontravam vulneráveis ou em risco, tendem a ter sua situação agudizada no momento da pandemia e pós-pandemia. O momento de finalização deste documento coincide com uma nova dinâmica na cidade: a Pandemia Covid-19. O cenário indica a necessidade de continuidade na atualização dos diagnósticos tanto nas regiões, quanto na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR – Agência da ONU para Refugiados. **Venezuelanos no Brasil: integração no mercado de trabalho e acesso a redes de proteção social.** Site: acnur.org/português/publicações/.

CARDARELLO, Andrea; FONSECA, Claudia. Direitos dos Mais e Menos Humanos. Horizontes Antropológicos/ UFRGS. IFCH. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. – Ano 1, n. 1 (1995,). Porto Alegre: PPGAS, 1999.

CARDOSO, Adauto Lucio. **Assentamentos Precários no Brasil: discutindo conceitos. A problemática dos assentamentos precários no Brasil urbano e suas interfaces.** Parte 1. Consultoria do Projeto “Caracterização e Tipologia dos Assentamentos Precários Brasileiros” no âmbito do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD), do Ipea, 2008.

COMISSÃO PRÓ INDIO DE SÃO PAULO. **Observatório Terras Quilombolas.** Disponível em: cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatório-terras-quilombolas. Acesso em agosto, 2020.

CUNHA, Neiva Vieira da e FELTRAN, Gabriel de Santis. **Novos conflitos nas margens da cidade.** Sobre periferias. Novos conflitos no Brasil contemporâneo. Neiva Vieira da Cunha & Gabriel de Santis Feltran (organização). Ed. Lamparina, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

DEBERT, Guita Grin; GREGORY, Maria Filomena. **Violência e Gênero. Novas propostas, velhos dilemas.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 23 nº 66 fevereiro, 2008. P.166-211.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2019.** Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, 2019.

MACEDO, Marcia dos Santos. **Mulheres Chefes de Família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica social sobre a feminização da pobreza.** Resenha Temática. Caderno CRH, v. 21, nº 53. Salvador, Maio/Agosto 2008.

MAFFIOLETTI, Virgínia Lúcia Reis. **Velhice Família: Reflexões Clínicas.** Revista Psicologia, Ciência e Profissão. Páginas 336-351. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2005.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. **Assentamentos Urbanos Informais. Meio Ambiente.** Goiás, www.mpggo.mp/portal/news/assentamentos-urbanos-informais. Acesso 17/09/2020.

NASCIMENTO, Paula Fonseca do; MELAZZO, Everaldo Santos. **Território: conceito estratégico na assistência social.** DOI: 10.5433/1679-4842.2013v16n1p66

RAICHELLIS, Raquel Degenszajn; COUTO, Berenice Rojas; YASBEK, Maria Carmelita. **O Sistema único de assistência social no Brasil: apresentando a pesquisa, problematizando a**

política social. Revista de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão. São Luís do Maranhão. Outubro, 2012.

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; SILVA, Thais Gaspar Mendes da. **A vigilância socioassistencial na política de assistência social: uma aproximação conceitual.** Serviço Social em Revista. Londrina, vol. 15, n. 2, jan./jun.2013.

Segurança Pública/**Conselho Nacional de Imigração** e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMIGRA, 2019. Disponível em: Acesso em agosto de 2020.

SPOSATI, Aldaíza; TOLEDO, José Roberto de (org.). **Cidades em Pedacos.** São Paulo: Brasiliense, 2001

TOROSSIAN, Sandra Djambolakdjian; RIVERO, Nelson Estamado. Políticas Públicas e Modos de Viver. A produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas/** Liliam Rodrigues da Cruz, Neuza Guaresch (organizadoras). 4ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012. Coleção Psicologia Social.

VICTORA, Ceres. Gomes. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema.** Ceres Gomes Victora, Daniela Riva Knauth e Maria de Nazareth Agra Hassen. – Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

Fontes Municipais:

PORTO ALEGRE. (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial **Região Centro** – OP. Porto Alegre. Julho, 2019.

PORTO ALEGRE. (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial Região **Centro Sul** OP 12. Porto Alegre. Agosto, 2019.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial **Região Cristal**. Porto Alegre. Maio, 2019.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC Diagnóstico Socioterritorial **Região Cruzeiro** – OP 10. Porto Alegre. Junho, 2019.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial **Região Eixo Baltazar**. Porto Alegre. Maio, 2019.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial **Região Extremo Sul**. Porto Alegre. Julho, 2019.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial **Região Glória**. Porto Alegre. Julho, 2019.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial **Região Humaitá/ Navegantes** Região do Orçamento Participativo 01. Porto Alegre. Maio, 2019.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial da Assistência Social – **Região Ilhas**. Porto Alegre. Maio, 2019.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial **Região Leste**– Orçamento Participativo 3. Porto Alegre, Agosto, 2019.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial **Lomba do Pinheiro**. Porto Alegre. Maio, 2019.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial Região **Nordeste** – OP 06. Porto Alegre. Maio, 2019.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial Região **Noroeste** – OP 2. Porto Alegre. Maio, 2019.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial Região **Norte** – OP 5. Porto Alegre. Julho, 2019.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial **Partenon**. Porto Alegre. Maio, 2019.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial Região **Restinga**. Porto Alegre. Julho, 2019.

PORTO ALEGRE. (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Diagnóstico Socioterritorial **Região Sul** OP 15. Porto Alegre. Maio, 2019.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Vigilância Socioassistencial. **Cadastro da Criança e Adolescente acolhidos em Porto Alegre**. Porto Alegre. Abril, 2020.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Vigilância Socioassistencial. **Rede de Serviços Socioassistenciais Públicos e Parceirizados da FASC 2013/2020**. Porto Alegre. Setembro, 2020.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Coordenação de Proteção Social Especial de Média Complexidade. **Planilha do número de indivíduos até 15 anos em situação de trabalho infantil no período de janeiro a julho/2020**. Porto Alegre. Julho, 2020.

PORTO ALEGRE (Município). Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Coordenação de Proteção Social Especial de Média Complexidade. **Número de indivíduos em situação de rua em Porto Alegre no período de janeiro a julho/2020**. Porto Alegre. Julho, 2020.

PORTO ALEGRE (Município). Câmara Municipal de Porto Alegre. Lei nº 12.112, de 22 de agosto de 2016. **Lei dos Bairros**. Porto Alegre. Agosto, 2016.

PORTO ALEGRE (Município). Observatório da cidade de Porto Alegre. **Dados territorializados do IBGE** (Censo 2010). Disponível em:

PORTO ALEGRE (Município) Observatório da cidade de Porto Alegre. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD**. Disponível em:

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Estudo Quanti-Qualitativo População em situação de Rua de Porto Alegre. Relatório Final. **Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre, Outubro de 2016.

_____ Estudo Quanti-Qualitativo População em situação de Rua de Porto Alegre. Relatório Final. **Cadastro e Mundo da População Crianças e Adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre, Dezembro de 2016.

_____ Estudo Quanti-Qualitativo da População Afrobrasileira de Porto Alegre. Relatório Final. Porto Alegre, Maio de 2008.

Fontes Federais

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Assistência Social. **Caderno Trabalho Social com Famílias Indígenas na Proteção Social Básica**. Brasília, DF. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Departamento de Gestão do SUAS. Coordenação Geral de Serviços de Vigilância Socioassistencial. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília, DF. 2013.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. **Sistema de Registro Mensal de Atendimentos – RMA. Brasília, DF, 2020.**

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. **Registro Mensal de Atendimentos – CRAS**. Manual de Instruções. Brasília, DF. 2018. Disponível em:

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. **Registro Mensal de Atendimentos – CREAS**. Manual de Instruções. Brasília, DF. 2018. Disponível em:

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. **CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico**.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. **CENSO SUAS 2016**. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. **CENSO SUAS 2019**. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. **Benefício de Prestação Continuada**. Abril, 2020.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. **Imigração Venezuela Brasil**. Brasília, DF. 2019. Disponível em:

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre o Estatuto do Índio**.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015. **Lei do Femicídio**.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução Nº 145, de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004). Aprova a **Política Nacional de Assistência Social**.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS Nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Aprova a **Norma Operacional Básica – SUAS**. Brasília, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de 2009. Aprova a **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o **Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos** de que trata o Art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a **Política Nacional para a População em Situação de Rua**.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS**. Brasília. Dezembro de 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Curso de atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS**. Brasília, DF: MDSA, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2016.

ANEXO E: Resolução nº 63/2021 - CMAS aprovando, na Plenária do dia 29 de novembro de 2021, o Plano Municipal Plurianual de Assistência Social 2022-2025, da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre (Publicada no DOPA em 07/12/2021) .

Órgão de divulgação do Município - Ano XXXI - Edição 5832 - Terça-feira, 7 de dezembro de 2021

Homologar a Resolução 061/2021, aprovada por Ad Referendum, confirmando a adesão ao recurso do FEAS, no valor de R\$ 30.682,95, referente ao cofinanciamento do Governo Estadual, sobre as parâmetros FEAS/2021, destinados ao serviço Centro Pop.
Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, em 29 de novembro de 2021.

LEOPOLDINO SUBELDIA MONTEIRO, Presidente.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO ALEGRE

RESOLUÇÃO 063/2021

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 352/95.

RESOLVE:

Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social - 2022-2025.

Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, em 29 de novembro de 2021.

LEOPOLDINO SUBELDIA MONTEIRO, Presidente.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO ALEGRE

RESOLUÇÃO 064/2021

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 352/95.

RESOLVE:

Aprovar o Censo SUAS - 2022.

Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, em 29 de novembro de 2021.

LEOPOLDINO SUBELDIA MONTEIRO, Presidente.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO ALEGRE

RESOLUÇÃO 068/2021

PROCESSO 21.15.00004551-8

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 352/95.

RESOLVE:

Aprovar por Ad Referendum a Emenda do Parlamentar, programação 431490220210002, destinada à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre - APAE, CNPJ 92.828.110/0001-84 para as Unidades abaixo:

- Escola Especial Doutor João Alfredo de Azavedo - CNPJ 92.828.110/0005-98, no valor de R\$ 35.000,00.

- Escola Nazaréti - CNPJ 92.828.110/0002-45, no valor de R\$ 35.000,00.

Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, em 03 de dezembro de 2021.

LEOPOLDINO SUBELDIA MONTEIRO, Presidente.

EDITAIS